

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

MATHEUS ATALIBA DA SILVA

**ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

SÃO PAULO

2023

MATHEUS ATALIBA DA SILVA

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO NA PRIMEIRA
REPÚBLICA

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em História Econômica.

Orientador: Prof^o. Dr. Luiz Bernardo Murtinho Pericás.

São Paulo

2023

SILVA, Matheus Ataliba da

Aspectos do desenvolvimento econômico do Nordeste na Primeira República / Matheus Ataliba da Silva. – São Paulo, 2023.

245f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e História. Universidade de São Paulo.

1. Economia Nordestina 2. Autocracia-burguesa 3. Primeira República.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Luiz Bernardo Pericás por inúmeras razões, destacada a gentileza de me orientar, após minha adesão ao PPGHE sem orientação definida. Mas sobretudo pelas valiosas contribuições para a realização do mestrado, durante as reuniões e pelo período que desempenhei o papel de seu monitor.

Agradeço especialmente à minha amada namorada Mariana Bartolo, pelo apoio, amor, paciência e companheirismo durante esse longo período.

Agradeço também aos meus pais por proporcionar as bases que me trouxeram até aqui. Agradeço aos familiares Bartolo Rosado.

Agradeço ao amigo Henrique Agnelli que dividiu conhecimentos, aflições e lições de realizar o mestrado durante um período distinto, com interações virtuais e constante apoio.

Agradeço aos meus amigos de sempre do Algum Time, os amigos da EPPEN e todos aqueles que participaram da minha jornada nos últimos anos. Agradeço também àqueles que me apoiaram a partir da base espiritualizada da minha vida: a umbanda.

Agradeço aos professores Paulo Barsotti e Antonio Carlos Mazzeo pelo exame de qualificação que foi tão decisivo para a finalização da dissertação. Agradeço aos professores responsáveis pelas matérias em que obtive os créditos necessários para conclusão do mestrado: Angela Alonso, Alexandre Barbosa, Daniel Aarão Reis, Vivian Urquidi. Agradeço aos professores da EPPEN pelas orientações iniciais na caminhada da pesquisa acadêmica.

Agradeço aos companheiros da secretaria do PPGHE, sobretudo Kely.

Aos companheiros de todas as horas: Spock e Cristal.

Obrigado a todos.

“In the relations of a weak government and a rebellious people there comes a time when every act of the authorities exasperates the masses, and every refusal to act excites their contempt.”

John Reed

RESUMO

Essa dissertação busca investigar os aspectos determinantes para o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro durante a Primeira República, voltada para as transformações provocadas pelo avanço do capitalismo sobre as relações econômicas e sociais registradas na região. A investigação se voltará, em um primeiro momento, para a consolidação da periodização da história econômica nordestina, com breve recapitulação dos períodos anteriores ao intervalo de 1889 a 1930, para, posteriormente, apresentar e relacionar os elementos sociais, políticos e econômicos determinantes para a construção do complexo econômico local, e, em segundo momento, dedicar atenção à centralidade da criação de uma matriz agroindustrial, voltada para a exploração e beneficiamento da cana-de-açúcar e do algodão, proporcionada pela articulação entre oligarquias locais e externas, guiadas pelo viés liberal de promoção das atividades agrárias e da coerção da classe trabalhadora, via regime autocrático-burguês que buscava operacionalizar um modelo de modernização conservadora da economia e da sociedade local.

Palavras-chave: Economia nordestina; autocracia-burguesa; Primeira República.

ABSTRACT

This dissertation seeks to investigate the determining aspects for the economic development of the Brazilian Northeast during the First Republic, focused on the transformations caused by the advance of capitalism on the economic and social relations registered in the region. The investigation will turn, in a first moment, to the consolidation of the periodization of the Northeastern economic history, with a brief recapitulation of the periods prior to the interval from 1889 to 1930, to, later, present and relate the social, political and economic elements that were determinant for the construction of the local economic complex, and, secondly, dedicating attention to the centrality of the creation of an agro-industrial matrix, focused on the exploitation and processing of sugarcane and cotton, provided by the articulation between local and external oligarchies, guided by the liberal bias of promoting agrarian activities and coercion of the working class, via an autocratic-bourgeois regime that sought to implement a model of conservative modernization of the economy and local society.

Key-words: Northeast economy; bourgeois-autocracy; Brazilian First Republic.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Nordeste brasileiro: Polígono das Secas X Semiárido nordestino

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Engenhos nas Capitâneas do Nordeste (1570 - 1629)

Gráfico 2 - Receitas totais do Império português, 1534 - 1681, em contos de réis e marcos de ouro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participações dos portos nas exportações brasileiras - em %, 1776 - 1875

Tabela 2: Exportações provinciais para o comércio interprovincial e comércio externo - em contos de réis e %, 1874 - 1875

Tabela 3 - População do Nordeste (1872 - 1900).

Tabela 4 - Quantidade de governadores dos estados do Nordeste formados na Faculdade de Direito do Recife entre 1889 e 1930.

Tabela 5 - Indústria nordestina: Quantidade de indústrias, capital empregado, quantidade de operários e valor da produção (1907 e 1920).

Tabela 6 - Área cultivada destinada ao algodão e à cana-de-açúcar nos estados do Nordeste brasileiro (1920).

Tabela 7 - Número de animais por espécie nos estados nordestinos, no Nordeste e no Brasil (1920).

Tabela 8 - Quantidade de estabelecimentos, capital empregado, quantidade de operários e valor de produção da Indústria no Nordeste, Centro-sul e Brasil (1907 e 1920)

Tabela 9 - Valor de Produção da Indústria e da Agricultura: Estados Nordestinos, Centro-sul e Brasil (1920).

Tabela 10 - Valor Produzido pela Agricultura nos Estados Nordestinos: Atividade agrícola propriamente dita, florestal e animal

Tabela 11 - Valor da produção do algodão e da cana-de-açúcar (e seus respectivos produtos) por estado do Nordeste (1920)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: BREVE RECAPITULAÇÃO DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA REGIÃO NORDESTINA	20
1.1 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS E BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PERIODIZAÇÃO HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE E SUAS DIVISÕES INTERNAS	20
1.2 OS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO: O ECÚMENO E O APOGEU DE UM SISTEMA	34
1.3 DO SÉCULO XVIII AO FIM DO IMPÉRIO: CRISES, ISOLAMENTO E TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA	51
CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE REPUBLICANO: INTRODUÇÃO À LUTA DE CLASSES NORDESTINA	80
2.1 CORONELISMO: LEITURA CRÍTICA DA AUTOCRACIA-BURGUESA NORDESTINA.....	80
2.2 PROLETARIADO E CAMPESINATO: A CLASSE TRABALHADORA NORDESTINA.....	103
CAPÍTULO 3 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE REPUBLICANO II: A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS E A TRANSFORMAÇÃO DA BASE AGROINDUSTRIAL	137
3.1 POLÍTICA E ESTADO REPUBLICANO NORDESTINO: LIBERALISMO, IMPERIALISMO E POLÍTICA DE GOVERNADORES	137
3.2 FORMAÇÃO DE CONGLOMERADOS AGROINDUSTRIAIS: O NORDESTE E A DIVISÃO INTERNACIONAL (E REGIONAL) DO TRABALHO	161
CAPÍTULO 4: ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO REPUBLICANO DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE BRASILEIRO.....	192
4.1 ACIRRAMENTO DE CONFLITOS: LEVANTES POPULARES E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	192

4.2 TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA NORDESTINA: A CRISE DE 1929 E OS SINAIS DE ESGOTAMENTO DE UM SISTEMA.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232

INTRODUÇÃO

A historiografia e os estudos das ciências sociais em geral sobre os o desenvolvimento interno do capitalismo, seja em nações centrais e hegemônicas, seja em países periféricos e dependentes, atenta para a sua relação dialética com a estrutura dualista que dele decorre e até mesmo contribui para o seu próprio avanço. As teorias voltadas para o caso brasileiro endossam essa visão e, em conjunto com as contribuições de Gramsci (1987) e Lênin (1985), deram valorosas contribuições para a pesquisa que se pretende realizar a partir da comparação de duas regiões político-econômicas brasileiras, com a análise de suas estruturas e estratos de classe.

Antonio Gramsci (1987), ao escrever *A questão do mediterrâneo*, contribuiu de forma decisiva para os estudos das questões regionais sob a influência do desenvolvimento capitalista, ao analisar as relações entre o norte e o sul da Itália, a partir da desigualdade econômica e social registrada entre essas regiões que, de forma geral, eram demarcadas da seguinte forma: a região norte, urbana e industrial, enquanto a região sul era caracterizada fortemente pela predominância da lógica rural. Os argumentos vigentes até então buscavam impor um confronto entre as regiões, enquanto Gramsci (1987) enfrenta esses argumentos, enxergando nas relações entre as oligarquias dominantes dessas regiões um ciclo que tinha a desigualdade como elemento primordial para o desenvolvimento econômico italiano.

Ao rechaçar a tese das “duas-Itálias”, Gramsci (1987) traça um panorama sobre a situação da luta de classes na Itália, na qual abarca o proletariado, os camponeses, grupos de intelectuais e os grupos dominantes, com suas respectivas peculiaridades, o que auxiliaria no entendimento do autor a respeito da sua teoria revolucionária, sobretudo em conceitos que desempenharam papel importante em sua obra, como o hegemonismo, bloco-histórico, além da aliança entre camponeses e operários industriais e da atuação dos intelectuais (PEREIRA, 2009). Das “duas-Itálias”, aquela que chama a maior atenção de Gramsci, sem dúvidas, é a que simboliza a região Sul italiana, subordinada aos interesses da região Norte, que condiciona a sociedade e a economia sulista a uma situação de atraso, descrito no trecho abaixo:

“O Sul pode ser definido como uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não tem nenhuma coesão entre si. (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os

intelectuais da pequena e média burguesia rural, e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação; mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão” (GRAMSCI, 1987, p. 423).

Em chave similar à de Gramsci (1987), Lênin (1985) também teorizou sobre as transformações socioeconômicas ocorridas na Rússia por conta do desenvolvimento do sistema capitalista, registrada, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Ainda que a obra não possua um viés direcionado necessariamente para questões regionais, o aspecto é mencionado e colabora com a visão de que os núcleos agrários e industriais, sobretudo na figura de suas oligarquias amparadas por capital estrangeiro e capital estatal, moldam os rumos do desenvolvimento capitalista do país. Lênin ainda repudia as comparações com países como a Inglaterra, em que o artesanato foi direcionado para as fábricas em um caminho quase “natural”, primeiramente pelo tardio encerramento da servidão na Rússia. O teórico e revolucionário russo também enfatiza os elementos primordiais da sua teoria revolucionária, tratando da aliança entre camponeses e proletários, dada a composição social advinda pela nascente indústria.

Lênin (1985) evidencia que, na sua visão, a indústria mecanizada acumulava um poder de transformação sobre a sociedade capaz de destruir a “arte manual”, mas a ascensão industrial na Rússia não implicou na superação da produção artesanal, tampouco na diminuição da atividade agrária, sobre isso, Trotsky (2017) demonstra que ambas estavam interligadas e que o avanço da indústria, também amparada por capital advindo de outros países europeus, se deu em meio a um cenário econômico próximo do primitivismo, implicando na coexistência de formas capitalistas avançadas e industriais em paralelo com as formas econômicas arcaicas.

Resultante desse processo uma composição social heterogênea, como Lênin (1985) destaca na situação em que ao mesmo tempo que a construção de ferrovias fomentou o surgimento de indústrias, também possibilitou que a economia agrícola fosse ainda mais integrada ao mercado. Esse processo, entretanto, ficou restrito aos limites dos Montes Urais, concentrado nas grandes cidades localizadas próximas da

fronteira com outros países europeus e, muitas das vezes, eram indústrias que orbitavam em torno da extração de recursos naturais locais, como era o caso das indústrias voltadas para a exploração do carvão nas margens do rio Donets (OLIVEIRA, 1984).

Em comparação com a Itália e a Rússia, o Brasil possui a sua própria desigualdade regional e suas próprias teorias a respeito dela, sendo a maioria delas orientada para a análise de aspectos econômicos e sociais que apontam as diferenças entre a região sudeste e a região nordeste, sobretudo durante o século XX, mais especificamente até o Golpe de 1964. Ainda em termos comparativos com os países europeus, o Brasil conta com interpretações controversas sobre essa desigualdade, demarcada sobretudo entre teóricos marxistas e os adeptos do pensamento cepalino.

Mesmo com essas importantes contribuições teóricas, a literatura mais recente dos estudos de economia regional demonstra que a discussão, prioritariamente, tem sido levada para uma abordagem quantitativa impressa em modelos econométricos amparados em referências predominantemente atreladas às teorias econômicas ortodoxas (CAVALCANTE, 2015).

Uma interpretação clássica da desigualdade regional brasileira é encontrada na obra do brasilianista Jacques Lambert (1967) em *Os dois Brasis*, na qual, valendo-se do método histórico-estrutural, busca demonstrar a dualidade estrutural da sociedade do Brasil. Sobretudo no quinto capítulo, no qual desenvolve a tese de que o Brasil contava com dois países distintos, um país do norte ainda muito ligado à colonização, ou seja, um país atrasado e subdesenvolvido, enquanto no sul existia um país moderno e desenvolvido.

A visão de Lambert (1967) provoca interpretações ambíguas: primeiramente, ao discorrer sobre o caráter de desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista brasileira, citando exemplos de outros países que possuem características semelhantes. Por outro lado, ao atribuir características coloniais ao “Brasil do norte” e características modernas ao “Brasil do sul”, destacando a presença dos trabalhadores imigrantes que trouxeram formas avançadas de modernização da sociedade e da economia, o autor francês implica em um aparente conflito entre esses países delimitados por ele, não necessariamente na exploração ou dominação do país moderno sobre o país arcaico, mas que as suas características eram tão conflitantes que não poderiam coexistir em uma mesma sociedade.

Nos termos cepalinos, o arcaico remete a um setor da sociedade que combina elementos, principalmente econômicos, vinculados com a agricultura, atividade econômica que é iniciada no Brasil com a colonização, o que, de certa maneira, evidencia seu aspecto atrasado por perpetuar a vocação primário-exportadora datada do período colonial. Em contrapartida, o moderno está atrelado à economia industrial, por sua natureza capitalista modernizadora, vinculada às sociedades em formação ao redor do mundo e até mesmo com as antigas metrópoles. Para além dessa classificação mais geral, uma questão particularmente interessante à análise econômica é a dos enclaves, principalmente pela produtividade das atividades e pelos rendimentos gerados ao trabalhador, o que endossa seu argumento a respeito da industrialização induzida pelo Estado como componente primordial da superação do subdesenvolvimento e da conseqüente extinção do setor arcaico, dadas todas as dificuldades que ele impunha para o alcance de uma sociedade moderna e desenvolvida (PINTO, 2000). Mesmo com esse poder de transformação social, a industrialização defendida pelos cepalinos advém de um caráter reformista do capitalismo, portanto, pouco ou nada tinha a ver com a defesa da industrialização como etapa de um processo revolucionário.

Ainda sobre o caso brasileiro, a multiplicidade de realidades econômicas e sociais inseridas no seu vasto território, alteradas por uma ainda maior quantidade de variáveis que se relacionam, uma das diferenças mais pronunciadas apresenta-se na desigualdade econômica, nos distintos avanços acumulados sobre o desenvolvimento econômico capitalista, como resultado de desiguais processos de formação e enfrentamento de ciclos econômicos. No Brasil há o caso de uma região rica, ou de uma região que explora outra região, pelo contrário, há questões regionais variadas, como costuma-se classificar, entre elas a que repousa sobre os limites da região geográfica nordestina.

Como aponta Francisco de Oliveira (2008), a dialética do desenvolvimento regional apresenta implicações severas para as regiões que se distanciam do centro de acumulação de capital, não apenas fisicamente, mas a respeito das trocas e dos avanços acumulados no processo de desenvolvimento, como ocorre com a região Nordeste ao passo que a virtude a dinâmica capitalista se concentra nas regiões ao Sul:

“A expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pelas mudanças na composição orgânica do capital. Tais ciclos, ou

ciclo capitalista, de forma genérica, são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital; elas correspondem, por sua vez, ao movimento de concentração e centralização do capital. No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na região Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais ou das regiões.” (OLIVEIRA, 2008, p. 201).

A “Questão Nordestina” desponta como principal motivação da investigação que será realizada nessa dissertação, uma vez que será privilegiada a perspectiva oferecida pelo estudo da formação econômica dessa região que, outrora reuniu relevante condição de centro dinâmico da economia brasileira, ainda como território de exploração colonial portuguesa, porém, em um longo processo de deslocamento do centro dinâmico, cercado por transformações na conjuntura social, política e econômica de ordem global e regional, essa condição central foi substituída pela marginalidade a respeito da dinâmica econômica brasileira.

Os conceitos que envolvem a “Questão Nordestina” e seu respectivo processo de formação englobam ainda abundantes possibilidades de interpretações, pois desde a inserção do Nordeste brasileiro como empresa agrícola voltada para o abastecimento do comércio europeu, como é defendido por Caio Prado Júnior (1973), até meados da década de 1950, a formação econômica da região reúne mais de quatro séculos de fenômenos e dados a serem estudados. A partir dessas possibilidades oferecidas pela reflexão acerca da desigualdade econômica regional acumulada na economia brasileira, a proposta da presente dissertação é discorrer sobre aspectos do desenvolvimento econômico nordestino durante o período da Primeira República.

A tradição de ensaios de interpretação da história econômica brasileira remete ao estudo dos ciclos hegemônicos nos períodos, durante a Primeira República, a hegemonia cafeeira amplia essa ênfase, portanto, o trabalho será desenvolvido com o principal intuito de apresentar os condicionantes desse processo, enquanto região marginalizada, a partir da perspectiva crítica da economia política das transformações do modo de produção.

Em meio a esse objetivo principal, serão investigados conceitos centrais que contribuíram para o desenvolvimento econômico nordestino entre 1889 e 1930, entre eles o protagonismo das culturas do algodão e da cana-de-açúcar, tendo a participação constante da pecuária; o processo de industrialização que envolveu ambas as culturas e modificou estruturalmente a economia local; a combinação de

elementos dos regimes políticos, coronelismo e política de governadores, sustentados pelas oligarquias nacionais e regionais; e as formas de luta assumidas pela classe trabalhadora.

Ainda assim, serão empreendidos esforços que contribuam para o estudo da periodização da história econômica do Nordeste, bem como da relação entre fatores políticos e sociais com o desenvolvimento econômico que foi alcançado, sobretudo a assimilação do capitalismo e a industrialização da região Nordeste. A respeito da periodização cabe destacar que o principal embasamento e crítica se dará sobre a obra de Leonardo Guimarães Neto (1989, 1997), teórico pioneiro da história econômica e da formação econômica do Nordeste brasileiro, que, a partir da tradição estruturalista, privilegia a análise desses objetos de estudo sob a perspectiva dos avanços da articulação comercial.

A dissertação, visando a investigação proposta, será composta por quatro capítulos, o primeiro deles apresentará definições metodológicas e a revisão historiográfica acerca da periodização da história econômica do Nordeste, para, a partir da consolidação dos conceitos, revisitar os períodos econômicos da história nordestina anteriores a 1889 e, em tópicos específicos, apresentá-los de acordo com as transformações do sistema de acumulação.

Uma vez definidos os conceitos metodológicos e apresentados os dois primeiros períodos da história econômica nordestina, os três capítulos restantes serão endereçados para a análise do desenvolvimento econômico nordestino durante a Primeira República. O segundo capítulo apresentará, portanto, elementos da conjuntura social que compuseram a luta de classes e o regime político do Nordeste republicano e tornaram-se relevantes variáveis para a análise do desenvolvimento econômico da região, neste ponto da análise serão considerados fenômenos centrais como a operacionalização e combinação de regimes políticos e a configuração da luta de classes, com a respectiva formação da classe trabalhadora, rural e urbana, e consolidação da burguesia agroindustrial.

O terceiro capítulo, por sua vez, será destinado ao detalhamento de aspectos essencialmente econômicos do terceiro período da história econômica do Nordeste, sobretudo a influência do liberalismo na condução das políticas econômicas, a influência do imperialismo a partir da condição de uma região subdesenvolvida e economicamente dependente, além da política de governadores como variável determinante, a partir da ótica de construção do Estado republicano. Além dessa

análise, será oferecida uma investigação acerca da transformação da matriz econômica em um complexo agroindustrial, bem como seu papel no sistema capitalista mundial e nacional.

Por fim, no quarto período, serão apresentadas e teorizadas as características do fim do terceiro período econômico da economia nordestina, privilegiando a análise dos elementos que apresentaram, por volta de 1930, sinais de esgotamento, bem como apresentar fenômenos que contribuíram para a formação de um quadro crítico, sobretudo as mudanças estruturais exercidas sobre os pilares centrais apontados no desenvolvimento no decorrer da dissertação. Haverá ainda um tópico para consolidação dos principais temas e conceitos tratados, a título de considerações finais.

CAPÍTULO 1: BREVE RECAPITULAÇÃO DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA REGIÃO NORDESTINA

1.1 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS E BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PERIODIZAÇÃO HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE E SUAS DIVISÕES INTERNAS

Já sob o prisma da contemporânea realidade do século XXI as definições acerca da região Nordeste brasileira emergem de um emaranhado de argumentos preconceituosos, reducionistas e superficiais, responsáveis pela configuração de discursos errôneos e conclusões precipitadas distantes da complexidade e da riqueza relativas ao Nordeste. Uma região que conta com vasta faixa litorânea e divide o seu interior entre igualmente extensas zonas úmidas e áridas, como o agreste e o sertão, e chega a contar com um extrato da porção mais ao leste da região amazônica.

A variedade climática e vegetal introduz brevemente a multiplicidade de realidades sociais presentes no Nordeste brasileiro, as relações econômicas e os desdobramentos sociais apresentam um quadro de contrastes extremos: nele a fome encontra-se com a fartura, a riqueza com a miséria. Ou seja, mais do que uma região de contrastes, o Nordeste é uma região de extremos¹.

A existência e permanência desses extremos foram construídas ao longo da trajetória histórica nordestina, em um processo paradoxal de retroalimentação entre esses polos da economia e da sociedade local, que mantinha essas estruturas distanciadas pelas variantes da vida social, mas as tornaram dependentes entre si, de modo a estabelecer a dualidade como característica da sociedade nordestina do Brasil.

Da mesma forma, internamente a esses múltiplos nordestes, no âmbito da luta de classes, a diferenciação fica a cargo da classe oprimida que via-se representada

¹ A ideia de múltiplos nordestes pode ser encontrada na obra de Carlos Garcia (1984) onde o autor defende que “Na realidade, o Nordeste é um bolsão de pobreza, o maior do mundo, onde dois terços da população vivem em situação de pobreza absoluta. Entretanto, o Nordeste não é apenas isso. Não é sequer um só. Existem vários Nordestes, de características climáticas, humanas e até culturais, diferenciadas entre si. Existem até Nordestes ricos, pequenas ilhas de riqueza incrustadas num imenso mar de miséria” (p. 7). Tânia Bacelar Araújo (1992) segue essa linha de pensamento e acrescenta o argumento de que a generalização do Nordeste como “região problema” é parte de um projeto tocado pelas elites locais, dada a utilidade que ele proporciona para a manutenção da sua hegemonia, fator que será melhor explorado em capítulos posteriores da presente dissertação, além de reforçar a ideia de múltiplos “Nordestes”, que superam a paisagem natural e decorrem, principalmente, da complexa realidade composta de elementos arcaicos e modernos, .

por grupos heterogêneos passando, no decorrer dos séculos de formação social, por pretos-africanos² e povos indígenas submetidos à crueldade da escravidão e, posteriormente compuseram, diante de condições amplamente desfavoráveis, os infantes proletariado e campesinato em moldes próximos aos encontrados no centro do capitalismo.

A proposta deste tópico é introduzir o processo de formação que levou ao quadro encontrado na Primeira República, com ênfase na construção das relações sociais e econômicas desenvolvidas sob o domínio colonial, a serviço da lógica de valorização imposta pela metrópole.

Esta tarefa demanda que sejam enfrentadas questões metodológicas, como a periodização da história econômica nordestina, temática central em debates historiográficos que reúne grandes nomes da história econômica como Caio Prado Júnior (1973, 1976, 2014, 2014a), Celso Furtado (2007), Francisco de Oliveira (1973, 1993, 2002, 2003, 2008, 2013), Gilberto Freyre (2013), Leonardo Guimarães Neto (1997, 1989), Tânia Bacelar Araújo (1985, 1992, 2000), Djacir Menezes (2018) e Manuel Correia de Andrade (1963, 1974), autores originários de distintas esferas de estudo das ciências sociais, como história, sociologia, geografia e até mesmo a economia como recorte mais específico, ramificadas para as discussões voltadas para história econômica ou desenvolvimento e pensamento econômico³. A reunião desse conjunto de obras e pensadores não resulta simplesmente em uma gama heterogênea de análises, mas também em uma igualmente rica fonte de análises e visões a respeito desse tema.

As abordagens utilizadas por esses teóricos refletem essa heterogeneidade uma vez que são focadas em indicadores diversos e os seus respectivos períodos são delimitados por igual variedade de fenômenos sociais, algumas delas tratam exclusivamente da região Nordeste e outras incluem a região como parte das

² Optamos pela associação de duas características dos escravos que constituíram predominantemente a mão-de-obra nos períodos da colônia e do império, apresentando-os como “pretos-africanos”, derivado da totalidade que essa categoria traz a respeito da condição desses trabalhadores, condenados às mais cruéis torturas e degradantes jornadas de trabalho por razões torpes embasadas nos discursos eugenistas dos colonizadores europeus. Ver Marcocci (2011) e Nunes (2017).

³ Autores como Girão (1947), Mariz (1939), Azevedo e Moura (1968), Carli (1942) e Diégues Júnior (1949), entre outros, ao mesmo tempo que contribuíram para a elaboração desta tese, dada a multiplicidade de realidades que buscamos equalizar, não podem ser incluídos nessa relação, apesar da inquestionável relevância, por conta da restrição de seus recortes espaciais a territórios mais específicos dentro do Nordeste, como Estados e até mesmo cidades.

interpretações direcionadas para a história econômica brasileira, sobretudo aquelas que referem-se à formação econômica do Brasil.

As periodizações propostas por esses autores figuram em suas obras como ferramentas de suporte à compreensão e introduzem conceitos importantes de suas teses, que permeiam o campo da história econômica e buscam comprovar argumentos a respeito de temas centrais da formação econômica do Brasil, como a evolução do sistema político e econômico, o desenvolvimento econômico, a clássica discussão a respeito dos sentidos da colonização e tangenciam temas acessórios como a formação do mercado de trabalho e até mesmo a desigualdade regional. Muitas dessas discussões são guiadas a partir da economia política desses processos, com a prevalência de matrizes da heterodoxia econômica que acomodam-se entre o keynesianismo, passando por escolas de pensamento latino-americanos e chegando ao marxismo.

Amplamente aceita e vinculada ao método de análise histórico-estrutural, a periodização construída por Celso Furtado (2007) oferece a delimitação de períodos, nomeados ciclos, a partir de duas variáveis: primeiramente a característica do trabalho desempenhado e o protagonismo assumido por determinada exploração de um certo gênero agrícola, evidentemente que, decorrente dessa definição, são trabalhadas as especificidades econômicas e sociais de cada um desses ciclos, uma vez que os períodos em questão prolongaram-se por décadas e até ultrapassaram mais de um século. O foco de Furtado, entretanto, é a economia brasileira e, para a presente pesquisa, só reúne relevância considerável o primeiro dos ciclos furtadianos: o ciclo da cana-de-açúcar, pois dominou o território que hoje corresponde ao Nordeste⁴.

O primeiro ciclo econômico do Brasil, portanto, foi também o primeiro ciclo econômico do Nordeste, uma vez que o primeiro esboço do que viria a ser o Brasil, a partir das ingerências coloniais, como a exploração das riquezas nacionais, o povoamento e a opressão aos povos locais, inicia-se na costa nordestina e adentra as suas regiões interiores, chegando inclusive a territórios que hoje pertencem a

⁴ Além do ciclo descrito, referente ao período caracterizado pela Economia escravista de agricultura tropical dos séculos XVI e XVII, a obra de Furtado descreve outro período da economia escravista, mas voltado para a exploração de ouro na região que hoje corresponde a Minas Gerais, vigente no século XVIII. Em um segundo bloco, dedicado às economias de transição, Furtado (2007) enxerga, no século XIX, uma economia de transição para o trabalho assalariado, na qual a economia cafeeira destacou-se, e, no século XX, outra economia de transição para um sistema industrial. Todos esses ciclos tiveram seus centros geográficos cada vez mais distantes da região Nordeste e fixados na região Sudeste, nos arredores de São Paulo.

outras regiões geográficas do Brasil. Apesar da justificada ênfase que recai sobre a exploração da cana-de-açúcar, o cultivo de outros produtos foram registrados por Furtado (2007), ainda sobre a lógica mercantil da colonização e decorrente também do trabalho escravo, todavia elas surgiram e fixaram-se como atividades acessórias do complexo canavieiro.

Permanentemente atento às questões da colonização e seus desdobramentos, Caio Prado Júnior (1976) propôs um modelo de periodização do período privilegiando os critérios econômicos, mas adicionando a análise da formação política e social do Brasil. Também enquadrado na relação de autores que trataram da história econômica nordestina sob o contexto da formação econômica brasileira, embora sua abordagem acumule uma série de características que a afaste da utilizada por Furtado (2007).

O desenvolvimento das atividades econômicas no Nordeste brasileiro, para Prado Júnior (1976) estava ligado à ocupação efetiva dessa colônia, o que ocorreu com a justificativa econômica da exploração da cana-de-açúcar, dadas as condições adequadas ao cultivo desse produto e a sua alta demanda no mercado europeu. Sendo assim, em um primeiro momento de dinâmica comercial, contido entre as décadas de 1530 e 1640, a cana-de-açúcar figurou como principal produto de exportação, cumprindo a função da colônia de servir como empresa agrícola de fornecimento de produtos para o comércio europeu.

As atividades econômicas que se desenvolveram em torno do complexo canavieiro, neste primeiro período de consolidação da ocupação do colonizador, estiveram ligadas acima de tudo à subsistência, mas também aos primórdios do comércio interno e até mesmo a distintos fins de exportação⁵. O predomínio canavieiro, entretanto, afastava o cultivo de outras culturas nas terras férteis da costa nordestina e, desde o início da ocupação dos colonizadores, houve uma tendência de alocar essas plantações no interior da região Nordeste, apesar dos desafios logísticos, sociais e naturais, como a ausência de vias de escoamento da produção associadas à maior distância, a presença de indígenas mais agressivos que os encontrados na região litorânea e reunião de fatores como a irregularidade pluviométrica, as

⁵ Caio Prado Júnior (1976) cunhou o título de “atividades acessórias” como o cultivo de frutas e grãos, ligados à alimentação de colonizadores, escravos e alguns poucos trabalhadores remunerados, e também o cultivo de cacau, voltado também para a exportação, e do tabaco, importante para servir como moeda de troca no comércio de escravos africanos.

dificuldades fluviométricas decorrentes da ausência de rios ou dos seus prolongados períodos de seca e o menor nível de fertilidade da terra.

Ainda assim, no período compreendido entre as décadas de 1640 e 1770, chamado por Caio Prado Júnior (1976), de “expansão da colonização”, o interior da região Nordeste deixou de desempenhar o papel de fronteira da colonização, pois foi ultrapassado e amplamente explorado por novas e diferentes atividades, sobretudo a pecuária, que não serviria apenas para a subsistência, mas também para o comércio interno e externo. Portanto o autor contribuiu diretamente para a formação do arcabouço historiográfico da economia nordestina, sobretudo com a delimitação desses primeiros períodos.

Os esforços reunidos por Leonardo Guimarães Neto (1989, 1997) concatenam boa parte das ideias empreendidas por esses autores e ainda logra o posto de um dos mais completos e originais estudos a respeito da história econômica do Nordeste. Entre as diversas contribuições oferecidas, encontra-se a tentativa de uma periodização de um longo intervalo de tempo que vai desde os primeiros anos do período colonial até a criação da Sudene, a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste.

A proposta de Guimarães Neto consiste em dividir os mais de quatrocentos anos envolvidos na análise em três “momentos”:

“1) do momento de consolidação de uma estrutura econômica e social que tradicionalmente se identificou como o Complexo Econômico do Nordeste, constituído de vários segmentos exportadores os quais – associados a algumas atividades econômicas mais voltadas para o mercado interno, inclusive a atividade pecuária que a partir de determinado momento passou a ter dinâmica própria – revelou intensa capacidade de absorção de força de trabalho; 2) de um segundo momento, no qual este complexo regional volta-se para o mercado interno e passa a se articular, da perspectiva comercial – como produtor ou como consumidor – com os demais espaços nacionais, num movimento mais geral de constituição e consolidação do mercado interno brasileiro; 3) de um terceiro momento, que consistiu na superação da articulação comercial anterior, caracterizado – em fase mais recente e correspondente à consolidação dos segmentos mais importante da indústria pesada no país – pela transferência para as regiões periféricas, inclusive o Nordeste, de frações do capital produtivo, público e privado, que, explorando novas oportunidades de investimento nesses espaços, promoveriam uma integração produtiva dessas regiões, já articuladas comercialmente desde a fase anterior.” (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 38 - 39).

Apesar da centralidade dos aspectos econômicos, a definição desses períodos levou em consideração argumentos apresentados na relação de obras e autores citados, como a relevância das atividades econômicas, a transição de modelos políticos, fatos históricos, mas acrescenta uma análise de economia política na qual busca compreender as transformações do papel do Nordeste frente ao capitalismo mundial e nacional e os impactos na sua dinâmica interna de desenvolvimento. A dialética entre os fatores externos e internos dão o tom das modificações da economia nordestina sob o contexto das transformações orgânicas da lógica de acumulação do sistema capitalista.

O primeiro dos momentos delimitados por Guimarães Neto desponta como o mais duradouro e é caracterizado pela formação e consolidação do complexo econômico nordestino, reunindo o primeiro ciclo de auge e declínio da atividade canavieira e o início da trajetória periférica da economia nordestina. Privilegiando, além da mencionada lógica de acumulação, a articulação comercial do nascente complexo econômico nordestino.

Em termos cronológicos, a amplitude do primeiro momento de Guimarães remonta às primeiras décadas da colonização, quando iniciou-se atividade econômica relevante e de maneira coordenada, até as décadas finais do século XIX, com o avanço e predomínio econômico do complexo cafeeiro do Centro-sul, ou seja, engloba todo o período colonial e praticamente a totalidade da era imperial. Essa classificação contempla, portanto, como buscaremos demonstrar, ciclos onde a cana-de-açúcar, destacada por outros autores, alterna entre momentos de bonança e de profunda crise, e, por outro lado, não somente atividades outras e aquelas definidas como acessórias, acompanham esses movimentos alternantes, como também a formação social e política da região, variáveis que superam a esfera econômica, mas endossam o que o autor busca retratar: a trajetória do Nordeste rumo à marginalização em relação à economia nacional brasileira.

Bem como Leonardo Guimarães Neto, Andrade (1963, 1974) e Menezes (2018) apresentam teorias a respeito da região Nordeste acerca de longos períodos, incluindo o período colonial, o Império e a República, mas, ainda que as variáveis econômicas reúnam destacada relevância em suas obras, o diálogo com fatores sociais faz-se mais presente, na busca da compreensão de questões como a territorialidade, o povoamento, a formação social e a cultura dos povos locais. Dessa maneira, contribuíram não apenas para a compreensão de uma periodização da história

econômica nordestina, como também oferecem suas visões a respeito das subdivisões interna do Nordeste, para além das fronteiras políticas de cada Estado, de acordo com fatores presentes no campo social, econômico e até mesmo da natureza, como clima e vegetação.

Essa visão, sobretudo na obra de Andrade, está vinculada ao estado da territorialidade e das transformações nas atividades econômicas e sobre a ação humana na paisagem local. A partir de uma visão totalizante das relações sociais e econômicas com as distintas paisagens, Andrade apresenta, antes mesmo de periodizar a história econômica nordestina, uma proposta de subdivisão do território, no qual indica a presença de quatro dessas subdivisões: a primeira formada pela Região da Mata e Litoral oriental, a segunda caracterizada pelo Agreste, a terceira composta pelo Sertão e pelo Litoral setentrional e, por último, a quarta subdivisão reuniria o Meio-Norte e a Guiana Maranhense (ANDRADE, 1962)⁶.

O rigor metodológico necessário para a descrição dessas divisões internas do Nordeste⁷ derivam da mescla entre fatores naturais e sociais, conseqüentemente Andrade enxergou distintas manifestações da ação humana e das atividades econômicas nesses territórios e, concentrado nessas questões, os períodos históricos encontrados pelo geógrafo dizem respeito a fenômenos já destacados pelos outros autores da relação destacada, como o povoamento e a articulação comercial, mas conta com o olhar clínico sobre a evolução dos meios de produção, em consonância com as transformações do capitalismo.

Andrade (1962) dedica capítulos específicos para a história econômica do “homem” e da “terra” em cada uma das subdivisões e, apesar de diferentes

⁶ As delimitações dessas subdivisões do Nordeste brasileiro propostas por Andrade (1963) podem ser descritas da seguinte forma: a primeira subdivisão, denominada duplamente pela Região da Mata e Litoral oriental, estende-se pelos litorais dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, e Rio Grande do Norte, adentrando os primeiros territórios na direção do continente. Já a segunda, a qual faz referência ao Agreste, localiza-se paralelamente à Zona da Mata, acompanhando-a por toda a sua extensão e pelos mesmos estados, latitudinalmente maior, penetrando ainda mais o interior nordestino. A terceira subdivisão faz menção à soma do Sertão Nordestino com o Litoral setentrional, sendo assim a maior dessas subdivisões, englobando o restante do território interior dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, que não foram ocupados pelas outras subdivisões, a totalidade do estado do Ceará e a metade mais oriental do Piauí. O restante da região Nordeste, a metade mais ocidental do Piauí e o estado do Maranhão, portanto, formam a quarta e última das subdivisões propostas pelo autor, nomeadas pelo Meio-Norte e pela Guiana Maranhense.

⁷ Além das subdivisões, ou subregiões, Andrade (1974) atenta para a necessidade de estudos que busquem identificar “zonas geoeconômicas” na grande região nordestina brasileira, essas estariam submetidas a estudos de espaços que relacionassem as atividades econômicas predominantes com a sua zona de influência por um conjunto de cidades e redes de conexão, como transportes e informações.

temporalidades e distintos processos, identifica-se a um padrão historiográfico, sobretudo em relação à periodização, pois relatou-se essas trajetórias focadas no primeiro momento de colonização, uma vez que a disputa entre metrópoles europeias ocorreu intensamente nos territórios nordestinos, para, posteriormente, tratar em conjunto de três problemáticas: a ocupação territorial, a mão-de-obra e o desenvolvimento de forças produtivas. Ao término desses capítulos encontram-se reflexões sobre os sistemas econômicos e sociais, com foco direcionado para a agricultura local, alcançados por esses processos de formação.

Dessa maneira, *“A terra e o homem no Nordeste”* lança luz sobre a discussão da história econômica do Nordeste desde o século XVI até os primeiros anos do século XX, de maneira mais fragmentada do que a encontradas nos grandes clássicos da formação econômica brasileira e apresenta variáveis sociais multifatoriais para delimitar essa fragmentação periódica, pensamento e metodologia próximos da que buscaremos seguir na proposta de periodização elaborada nessa dissertação.

Entre os teóricos da história econômica do Nordeste, entretanto, não restringe-se à geografia propostas de repartir o espaço conforme especificidades da evolução econômica combinada com outros fatores, como podemos notar na obra de Djacir Menezes (2018), ainda que de forma mais abrangente, por propor dois grandes “Nordestes”: o da civilização da cana-de-açúcar e o da civilização do couro, um localizado na longa faixa litorânea nordestina e outro em toda a porção interior da região, respectivamente. Embora Menezes trabalhe com categorias de ambos os territórios sua ênfase, conforme o próprio título do livro destaca, recai sobre a civilização do couro ou “O outro Nordeste”.

Menezes (2018) propõe uma periodização tão fragmentada quanto a encontrada na interpretação de Andrade (1963), repleta de problematizações antropológicas acerca de fenômenos como o fanatismo e o cangaceirismo e, a partir das nuances apresentadas por esse “binômio social”, assim descrito pelo autor, identifica o padrão de evolução social deste outro Nordeste.

Ainda que essa perspectiva antropológica privilegie um antagonismo entre fenômenos violentos em oposição a um fenômeno com raízes no misticismo, Djacir Menezes encontra nas razões econômicas os impulsos necessários para a evolução e a predominância desses fenômenos sobre as ordens comerciais e políticas do Nordeste. Por conta dessa combinação, Menezes conta também a história do Nordeste desde o ecúmeno até as primeiras décadas do século XX, mas não de forma

cronológica e sim com o relato específico de campos relevantes da formação econômica e social Nordeste, como a econômica e o comércio, a política e a organização administrativa e de estruturas fundadoras da região como os próprios fanáticos e cangaceiros, além das oligarquias locais.

Em contrapartida à interpretação focada nas relações sociais e econômicas do interior do Nordeste, do complexo pecuário e da visão construída a partir do Ceará, Gilberto Freyre (2013), recorrendo a um certo lirismo, parte de Pernambuco e apresenta sua visão da civilização da cana, construída na faixa litorânea com a exploração do solo massapê e do escravismo. Na interpretação de Freyre a cana-de-açúcar não desponta como uma mera atividade econômica central ou simplesmente como o principal gênero agrícola, mas como um mecanismo de transformação econômica, social e ambiental, ditando as relações entre os agentes formadores dessa civilização, com especial atenção para a aristocracia.

A importância atribuída à aristocracia não rivaliza com a centralidade da cana-de-açúcar, entretanto, em relação à temporalidade, essa estrutura política oferece maior quantidade de elementos para análise pois, independentemente dos períodos de crise, a cana é um fator permanente na visão de Freyre enquanto a aristocracia experimenta momentos de construção, auge e declínio, o qual iniciaria o seu desmantelamento. Portanto, a principal divisão temporal em *Nordeste* é identificada entre dois períodos: o primeiro contempla o período colonial e avança sobre os primeiros anos do Império, e o segundo corresponde às décadas finais do Império, derivado das transformações que impactaram sobre o secular modelo aristocrático.

A discussão sobre a coexistência de uma pluralidade de regiões, inseridas nos limites políticos dos nove estados nordestinos, que podem ser identificadas como “nordestes”, mas que preservam estruturas particulares e singularidades que as diferenciam entre si, ganhou, com a obra de Francisco de Oliveira (2008), uma visão categórica, que dialoga com muitas das perspectivas relatadas até aqui, sobretudo com a Djacir Menezes e Gilberto Freyre, no intuito de provocar reflexões acerca do vínculo entre o Nordeste pastoril das regiões interiores e o Nordeste agricultor do litoral.

Oliveira (2008), para tratar da divisão do Nordeste, elabora o conceito de “região econômica e política”, a partir de uma leitura marxista de estudos do desenvolvimento regional. A posição alcançada pelo autor é sintetizada no trecho seguinte:

“Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.”
(OLIVEIRA, 2008, p. 148)

Ao levar em conta essa definição, são apresentados dois Nordeste: o Nordeste açucareiro e o Nordeste algodoeiro-pecuário, que correspondem a essa explorada dicotomia entre o litoral e o interior de toda a região⁸, desde a Bahia até o Maranhão.

Além da predominância das atividades econômicas que nomeia essas regiões político-econômicas, Oliveira (2008), em um exercício de economia política, assinala as diferentes estruturas que garantem a reprodução do capital para essas áreas, sobretudo os mecanismos políticos moldados sob a influência das potências imperialistas, mas também sob o convívio dos avanços do conglomerado cafeeiro do Centro-Sul brasileiro.

Ainda que a contribuição de Oliveira (2008) a respeito da divisão do Nordeste em regiões econômico-políticas seja de relevância decisiva para a discussão aqui proposta, não trata especificamente de avanços referentes à periodização do processo estudado, uma vez que se concentra especificamente no intervalo entre o limiar dos séculos XIX e XX até meados da década de 1960, às vésperas do Golpe de 1964. É possível interpretar, entretanto, baseado nos apontamentos do autor, uma inflexão antes e posteriormente à 1930, derivada, principalmente, da condução das políticas econômicas, transitando de um perfil neoliberal e desatento para as questões nordestinas para o intervencionismo estatal com inédita preocupação com o Nordeste.

Todavia, essa visão, apesar da relevância para as discussões acerca do histórico do desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, contrasta com as posições defendidas por Guimarães Neto, principal teórico dessa questão, por conta de seu pioneirismo e sua dedicação empenhados na identificação das fases da história econômica nordestina.

Conforme destacamos na apresentação da periodização de Guimarães Neto (1989, 1997), entre os grandes momentos da economia nordestina, apresenta-se o

⁸ Arcanjo (1996), explorando a referida comparação, busca contrapor as visões de Gilberto Freyre e Djacir Menezes, destacando que Freyre tratou do Nordeste “da casa-grande, da senzala e do engenho, negro e aristocrático, gordo, estável, rico, hierárquico, culto e molhado” (p. 74) enquanto Menezes escreveu sobre o Nordeste “da fazenda, dos vaqueiros e dos currais, magro, pobre, intável, nômade e seco” (p. 74).

segundo, compreendido entre as décadas finais do século XIX até a década de 1960, referente à transformação do cenário interno, com a expansão do mercado interno aliado à maior complexidade econômica, em relação à produção e consumo de mercadorias locais e oriundas de outros complexos econômicos, nacionais e internacionais. Ou seja, o primeiro dos momentos delimitados pelo autor, compreende os anos regidos pelo sistema colonial e pela lógica política e econômica do Império, enquanto o segundo momento contempla o período republicano, mas concatena distintas fases da história republicana: desde a República Velha, ambos os períodos Vargas, intervalados pelo governo Dutra, e encerra-se às vésperas da eleição de Juscelino Kubitschek.

O segundo momento de Guimarães Neto tem como principal característica a trajetória percorrida entre o isolamento econômico até a integração na articulação comercial nacional por parte do complexo econômico nordestino, dessa maneira soma-se à análise do desenvolvimento econômico local o intercâmbio de influências e consequências entre elementos internos e externos, seja dos outros complexos econômicos nacionais ou até mesmo da ingerência imperialista, que se intensifica a partir desse período.

O intercâmbio entre o Nordeste e as demais regiões do país, sob a predominância do complexo cafeeiro, permite aliar ao entendimento da historiografia da periodização da economia nordestina a visão da economista Tânia Bacelar Araújo (1985, 1992, 2000), que enxerga nos primeiros anos de século XX a ascensão da questão regional, sob a ótica do desenvolvimento econômico e da análise das políticas públicas. Sua visão corrobora com cisão anteriormente defendida referente à importante mudança verificada a partir da década de 1930, com mudanças no pensamento estratégico da economia nacional e no perfil da intervenção estatal, processo no qual a região Nordeste foi incluída, como objeto de menor ênfase em relação aos volumes de investimento, comparativamente com o centro-sul brasileiro⁹.

⁹ Apesar de oferecer essa retrospectiva histórica da questão regional no Brasil, Araújo (1985, 1992, 2000) aponta sistematicamente que o deslanchar dessa problemática com o foco sobre a economia brasileira deu-se a partir da década de 1950. No caso específico do Nordeste, o principal marco para o tratamento da questão Nordestina foi a criação da Sudene, apesar do seu potencial transformador sofrer retaliações e desvios de foco durante o regime militar, onde voltou a vigorar o errático combate às secas. Em outras obras, Araújo chega a apontar o desmantelamento da Sudene por parte de governos neoliberais e o resgate desse projeto durante os governos neodesenvolvimentistas dos anos 2000.

Araújo observou as ações estatais no Nordeste a partir da Proclamação da República e identificou diferenças fundamentais entre o período pré e pós década de 1930. Se no período inicial houve um foco nas características pluvio e fluviométricas sintetizadas na criação de instituições e prática de ações voltadas para o combate à seca, no período seguinte a autora destaca a gênese de ações fundamentadas em uma visão de desenvolvimento econômico industrializante aliada com medidas promotoras de renda e, conseqüentemente, do mercado interno, conclusão compartilhada por Oliveira (2007).

Os diferentes pontos de vista apresentados pelos autores e obras previamente reunidos nas páginas anteriores não implicam, necessariamente, em discordâncias, pois apresentam complementaridade em aspectos pertinentes à periodização e à divisão territorial. Além de apresentá-las, portanto, buscamos e buscaremos estabelecer e comprovar essa relação nos demais tópicos desse e dos outros capítulos da presente dissertação.

Ao conhecer as múltiplas subdivisões delimitadas por Andrade (1963, 1974), a partir de seus critérios advindos da análise geográfica-econômica, têm-se noção da variedade de paisagens naturais e de realidades econômicas contidas nos limites dos nove estados nordestinos. Apesar das classificações oferecidas por essa visão implicarem em uma aparente fragmentação, elas foram construídas no afã de uma compreensão total da região Nordeste.

Enquanto os esforços empreendidos por Menezes (2018) e Freyre (2013), por exemplo, foram construídos a partir de um caminho distinto, mas com o mesmo e ambicioso intuito de compreender o contexto da sociedade e da economia nordestina. A distinção fica a cargo do enfoque aplicado aos dois principais complexos identificados pelos dois autores. Uma vez que Freyre dedica-se a descrever o complexo litorâneo com dinâmica ligada à exploração da cana-de-açúcar e Menezes destina sua obra à exposição de um outro complexo economicamente associado à pecuária e localizado nas regiões interiores do Nordeste.

A produção a respeito da definição, caracterização e articulação dessas duas zonas político-econômicas, reúne elementos fundamentais para a teorização acerca da economia política do desenvolvimento capitalista da região, fator que permeará a análise que pretendemos realizar, pela sua capacidade de relacionar a articulação comercial, os sentidos da colonização, a intervenção estatal, a ingerência imperialista, a estrutura agrária e componentes do contexto social do Nordeste brasileiro.

Semelhante e inspiradora ideia foi encontrada na obra de Oliveira (2007), com a qual dividiremos uma série de conclusões, ao mesmo tempo que questionaremos tantas outras, sobretudo pela sua definição de região econômico-política, que proporciona a apresentação de dois Nordeste, o açucareiro, e litorâneo, e o algodoeiro-pecuário, localizados nas porções de terra interiores da região, sobretudo no sertão e no agreste. *Elegia para uma re(li)gião*, entre outros marcos teóricos que merecem destaque, emerge como uma análise concreta do desenvolvimento econômico nordestino, elaborado sobre a originalidade e distinção do marxismo de Francisco de Oliveira, sobretudo pela sua crítica à “razão dualista” tão presente nessa e em outras obras de sua autoria, nesse caso em específico com um teor lírico derivado da construção “sobre o signo de uma paixão” cultivada pela sua região de origem.¹⁰

Além da contribuição para a definição espacial da pesquisa, ainda que tenha tratado das seis primeiras décadas do século XX como um grande e único período, Francisco de Oliveira introduziu a ideia, posteriormente confirmada por Araújo (1963, 1974) de que, acompanhando o movimento da economia nacional, houve, a partir da década de 1930, um ponto de inflexão na sociedade brasileira com impactos abruptos e imediatos na condução das políticas econômicas e nos demais campos da economia.

Ainda que a pioneira teoria sobre a periodização da história econômica nordestina, de autoria de Guimarães Neto (1989, 1997), embasada na lógica da articulação comercial, trate desse período como integrante menor de um intervalo compreendido entre a segunda metade do século XIX e a década de 1960, as visões centradas nos processos de desenvolvimento socioeconômico e na economia política, introduzem os argumentos, que buscaremos explorar, questionar e ampliar, para a compreensão da República Velha, ou Primeira República, como um período específico da história econômica do Nordeste.

A proposta, entretanto, não refere-se à generalização de uma categoria nacional, com viés centro-sulista, aplicada para o Nordeste, pelo contrário, pretendemos demonstrar as especificidades do desenvolvimento econômico

¹⁰ As categorias apresentadas estão em forte concordância com a descrição de Barbosa (2019), que destaca o aprimoramento do método analítico de Chico de Oliveira, além das suas importantes contribuições acerca da economia nordestina, em uma perspectiva crítica do processo de desenvolvimento capitalista e de “desregionalização da economia regional”.

nordestino nesse consagrado e explorado período. De modo a reforçar que se inicia e encerra-se um ciclo da história econômica nordestina nos limites cronológicos do proposto recorte temporal.

A exploração dos argumentos que fundamentarão essa análise será apresentada e aprofundada nos demais capítulos da obra, porém, conforme previamente anunciado, essa tarefa decorrerá da perspectiva da economia política, centrada no desenvolvimento econômico, ou seja, a partir de elementos das relações e fenômenos sociais associados com a lógica de valorização do modo de produção em voga, nesse caso, o sistema capitalista. Parece-nos o critério relevante para a discussão proposta pelo seu diálogo com as categorias apresentadas, com a investigação dos indicadores e da presença de fenômenos de maior abrangência, como o imperialismo, e de vocação local, como o coronelismo e o fanatismo, em uma realidade predominada pelas distorções de uma região periférica e dependente, em termos econômicos.

Uma vez definidos e apresentados, tanto a justificativa, quanto o embasamento sobre o objeto de pesquisa e o recorte espacial e temporal que dele decorrem, buscaremos construir dois tópicos, ainda nesse capítulo, com uma breve interpretação sobre os dois primeiros períodos de formação econômica e social da região Nordeste, definidos a partir do estudo historiográfico das periodizações já propostas, que antecedem a República Velha.

A interpretação seguirá os mesmos parâmetros estabelecidos para o principal período estudado, processo do qual decorreu a definição desses dois períodos: o primeiro centrado nos dois primeiros séculos de colonização, focado na investigação da povoação e da fundação e posterior ápice da atividade extrativista estabelecida nas terras nordestinas; já na análise do segundo período, trataremos dos processos e transformações impostas pelo avanço do capitalismo aliado com as constantes crises e consolidação da estrutura social local ocorridos entre o século XVIII e XIX, nos anos finais do Segundo Reinado.

1.2 OS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO: O ECÚMENO E O APOGEU DE UM SISTEMA

A investigação da história econômica do Brasil inicia-se a partir dos primeiros movimentos dos colonizadores na costa nordestina¹¹, portanto antes que qualquer devaneio alimentasse a ideia de que o território brasileiro alcançasse os alguns milhares de quilômetros em diversas direções, contando da costa do descobrimento, o Nordeste havia sido convertido em Brasil, um local anteriormente predominado por povos indígenas e pela riqueza da fauna e flora local, transformado em um mecanismo de valorização do capital metropolitano português, invadido por europeus e seus métodos de conquista e ocupação do Novo Mundo.

A colonização e a ocupação do território brasileiro foram iniciadas a partir do terceiro decênio do século XVI, com o estabelecimento das capitanias hereditárias, a partir de um conhecimento prévio da faixa litorânea recém-descoberta que reunia características apropriadas para a prática da agricultura: fertilidade da terra, fatores climáticos e indígenas numerosos, porém pacíficos.¹²

Uma vez reunidos esses artifícios, surgiu então a alternativa do cultivo de cana-de-açúcar, cultura de grande capacidade de adaptação no “Extremo-Nordeste”, definição do autor correspondente à faixa litorânea entre Pernambuco e a região do Recôncavo baiano.¹³ Os aspectos naturais mostraram-se favoráveis para a exploração da cana-de-açúcar, entretanto, existiam questões logísticas e econômicas de relevante complexidade que restringiram a participação de pequenos produtores, simbolizando, assim, as raízes latifundiárias na agricultura brasileira, calcada na necessidade de grandes investimentos para financiar o grande número de trabalhadores, a larga extensão de terras e a construção de engenhos. Derivados das mesmas causas, a monocultura e o trabalho escravo despontam simultaneamente da grande propriedade como sustentáculos da gênese da atividade econômica em terras

¹¹ Apesar de fugir ao escopo do nosso estudo, é evidente que a história pré-cabralina do Brasil fornece elementos importantes para a relação estabelecida entre os indígenas e os colonizadores, pelas características de suas organizações sociais e os comportamentos e crenças cultivados por esses povos, além da distinta relação com a fauna e a flora, importantes para as questões relativas ao povoamento e à territorialização das regiões brasileiras. Ver Prous (2006).

¹² Caio Prado Júnior (1976) fornece importantes dados a respeito da investigação dos primeiros anos da colonização brasileira, sob o prisma da compreensão dos sentidos econômicos desse processo.

¹³ Apesar desse marco fundador da colonização e da agricultura, Caio Prado Júnior (1976) aponta que, de certa maneira, a cana-de-açúcar esteve presente em todo o litoral brasileiro.

brasileiras, e nordestinas, contribuindo para a agricultura tropical concentrar em si retornos lucrativos, mantendo-a como um elemento altamente atrativo.

Logo, marca-se nesse momento o princípio da história econômica brasileira, fundida à história econômica nordestina, posto que, por praticamente dois séculos, a economia colonial brasileira existirá em função da cana-de-açúcar, principalmente a produção registrada nos polos da região nordestina. Do polo localizado em Pernambuco a colonização perseguirá sua ânsia expansionista para as demais regiões brasileiras, seguindo caminhos tanto para o Norte quanto para o Sul, orientada preferencialmente pela longa costa brasileira, registrando tentativas de expandir a cultura da cana-de-açúcar, mas esbarrando em restrições locais de diferentes origens, mescladas entre naturais e econômicas, relegando às demais regiões um papel acessório, cenário que só viria a ser alterado em meados do século XVIII.

A dinâmica econômica da colônia era completamente regida pela metrópole e pelos interesses da empresa comercial europeia, com sua crescente demanda por gêneros tropicais, como era o caso da cana-de-açúcar Nordestina. Todavia o estabelecimento de sua estrutura produtiva proporcionou a criação de atividades acessórias, submetidas às variáveis do contexto social e econômico estabelecido localmente, com a finalidade principal de subsistência da nova população da região, a qual era composta, inicialmente, por escravos, funcionários e gestores da produção local e uma incipiente burocracia representante da nobreza, para fins de administração pública, e do clero, além de tropas militares para a defesa do novo e cobiçado território conquistado.

Apesar da predominância da empresa açucareira, em relação ao território e aos volumes de exportação, havia uma pequena parte dos esforços dedicados ao cultivo de tabaco, produto nativo da América que era direcionado para a Europa como mercadoria, e para a África, na modalidade de escambo para compra de escravos. Em relação às culturas focadas na subsistência local, eram cultivados tubérculos, como a mandioca; grãos, como arroz, feijão e milho; e frutas, as nativas e outras inseridas pela colonização. Contudo, a subsistência não se sustentaria unicamente a partir desses gêneros agrícolas, pela sua insuficiência produtiva que decorria da resistência dos senhores de engenho em abrir espaço para seu cultivo. Dessa forma, surgiu a atividade pecuária como economia acessória e secundária, também componente da subsistência da empresa agrícola estabelecida no Brasil, alocada em porções interiores do território nordestino, área anteriormente relegada e praticamente

inabitada pela sua hostilidade climática, com destaque para a precipitação irregular aliada e problemas relacionados à irrigação, configurando o cenário de frequentes e prolongadas secas.¹⁴

A díade formada pela agricultura e pela pecuária, sob a lógica do sistema colonial, centralizou e ditou o ritmo das relações sociais impostas a partir de então, isto é, a expansão territorial aliada ao povoamento realizou-se na busca de terras agricultáveis e passíveis de serem convertidas em pastos. Além de outras questões relevantes, como as relações sociais, desde a religião até a assimilação de práticas indígenas, dos escravos pretos-africanos e dos colonizadores europeus; a estrutura administrativa da colônia e o mercado de trabalho.

Esta díade, porém, no cerne de sua complementaridade alimentava também uma contradição pois, apesar de ter sua gênese calcada na suplementaridade à principal atividade, a agricultura, na figura da cultura de cana-de-açúcar, a partir da consolidação do Complexo econômico nordestino, assumiu dinâmica cada vez mais independente, adquirindo contornos de uma dinâmica própria suficientes para fundar a dualidade territorial nordestina: o Nordeste do litoral e o Nordeste do interior.

Os fundamentos da dualidade apresentada, construída com a orientação maior da metrópole e, conseqüentemente, sob a lógica de acumulação primitiva de capital, pela sua essência contraditória e complementar, ora são repletos de particularidades, ora são compartilhados entre os “dois” Nordeste, mas apresentam-se como importantes elementos para a manutenção de retornos lucrativos frente aos desafios financeiros e logísticos apresentados para a prática da agricultura e da pecuária na colônia. De maneira geral, ambos compartilham, em maior ou menor intensidade, a presença de uma tríade desses fundamentos: o latifúndio, o trabalho-escravo e a monocultura.¹⁵

A predominância desses elementos, enquanto a agricultura preponderou como principal atividade do sistema colonial, estendeu-se por todos os limites da colônia portuguesa na América do Sul, o que denota o caráter de imposição externa, ainda

¹⁴ Os registros de secas no Nordeste brasileiro, apesar de inicialmente raros, datam desde o primeiro século de colonização, encontrados em documentos redigidos por entidades clericais, como a Companhia de Jesus. Os relatos tratam de secas nos anos de 1559, 1564 e 1592, nos arredores de Pernambuco (SILVA, 1987).

¹⁵ Na discussão a respeito dos sentidos da colonização, Caio Prado Júnior (1973), de forma pioneira, destaca a centralidade do latifúndio, do trabalho-escravo e da monocultura na construção e sustentação do modelo de exploração colonial, pois asseguravam, de maneira financeiramente sustentável, o fornecimento de gêneros tropicais para a empresa comercial europeia, tanto pelos custos quanto pela segurança de atendimento pleno da crescente demanda.

que haja relação com características físicas e naturais do território colonial. Entretanto, no campo das distinções, verifica-se exatamente o contrário, as regras para o apontamento de características opostas entre os dois Nordeste derivam essencialmente das dinâmicas construídas internamente. Ainda que os territórios estivessem distantes da independência, essa condição política não impediu que a larga faixa litorânea nordestina, cada vez mais dominada pela cultura da cana-de-açúcar, e os territórios interiores do Nordeste, essencialmente dedicados à criação de gado magro, construíssem elementos próprios de intrínseca relação com a lógica econômica regional, fundadores de suas respectivas e duradouras identidades.

O Nordeste açucareiro-litorâneo surgiu primeiro e a exploração da cultura da cana-de-açúcar foi primordial para que a colonização da América portuguesa fosse instalada definitivamente.¹⁶ No período de instalação, coube aos indígenas escravizados a fundamentação das bases estruturais necessárias para a exploração da cana-de-açúcar, por conta da ampla presença desses povos no novo território aliada ao conhecimento que dispunham dos benefícios naturais que aquela terra viria a oferecer. Com a expansão da empresa agrícola, a mão-de-obra manteve-se atrelada à escravidão, porém contava com a chegada de escravos pretos-africanos, proporcionada pela ampla capitalização dessa atividade, alcançada após as dificuldades da fase inicial de exploração (FURTADO, 2006).¹⁷

. Logo, o Nordeste é fundado, desde sua origem, em meio a conflitos e batalhas travadas com sangue, pois, além de escravizar os numerosos povos indígenas, era necessário afastá-los das terras já conquistadas e das lavouras já estabelecidas, o que exigia dos empresários um aparato bélico formado por considerável quantidade

¹⁶ Apesar da importância conquistada pela cultura de cana-de-açúcar, o primeiro produto tropical explorado no Nordeste brasileiro, foi aquele que deu origem ao nome da nova colônia e futuro país: o Pau-Brasil. Todavia, essa atividade não reuniu esforços suficientes para embasar as estruturas necessárias para o surgimento de um complexo econômico completo e consolidado, muito em via do escoamento via tráfico realizado por portugueses e franceses. Dessa forma, “foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse. Assim mesmo continuar-se-á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio real, realizando uma pequena exportação que durará até princípios do século passado. Mas não terá mais importância alguma apreciável, nem em termos absolutos, nem relativamente aos outros setores da economia brasileira.” (PRADO JR, 1976, p. 17).

¹⁷ A hipótese levantada por Furtado (2006), sobre o uso da mão-de-obra escrava indígena e africana, é endossada pelos estudos de Caio Prado Júnior (1976), pois o autor demonstra que em momento algum houve o interesse em povoar as colônias tropicais, diferentemente do registrado nas colônias da zona temperada, uma vez que o intuito com a ocupação desses novos territórios seriam realizados apenas o intuito de construção de uma empresa comercial nos moldes mercantis, destinada a explorar recursos naturais.

de homens e armas. Foram travadas verdadeiras estratégias de guerra entre os portugueses e os mais variados povos indígenas do Nordeste, posto que havia aqueles menos resistentes à invasão dos colonizadores, proporcionando alianças estratégicas para combate às tribos que se opunham à presença indesejada. Essa lógica acompanhou toda a expansão territorial da colonização, estendendo-se inclusive aos territórios do interior da região, com grande quantidade de registro de conflitos às margens dos rios, como ocorreu no Rio São Francisco.

A construção da unidade do Nordeste litorâneo, e sua formação em torno da economia açucareira, demandou a assimilação dos desafios impostos pelas múltiplas influências europeias, primeiramente por conta da consolidada colonização portuguesa, porém houve papel decisório da invasão de outros países colonizadores: os holandeses, em larga escala; e os franceses, em menor intensidade. Esse fator contribuiu para o fortalecimento do caráter violento de formação social e econômica da região Nordeste, por conta do beligerante ambiente dele decorrente, configurado por inúmeros episódios de confronto acrescidos aos embates políticos, registrados nos mais altos níveis das cortes dos impérios europeus, expressos nas alianças de composição heterogênea formadas em todos os polos.

O litoral Nordestino, portanto, adentra o século XVII com um complexo econômico consolidado e com um importante crescimento populacional, decorrente não somente das invasões estrangeiras, mas também da necessidade de defesa do território, levando Portugal, em processo de separação da coroa espanhola, que posteriormente viria a se confirmar, a enviar contingentes volumosos de homens para a região.

Embora o empenho português tenha congregado volumosos recursos, o Nordeste, sobretudo o seu litoral, com destaque para um dos principais centros do complexo econômico nordestino, correspondentes às redondezas de Olinda e Pernambuco, sofreu influência decisiva desses invasores, uma vez que o Nordeste holandês, ou Brasil holandês, uma vez consolidado, ocupou importante faixa de terra contida entre a cidade São Luís até as proximidades de Salvador, no ápice da desse processo a dominação holandesa estendeu-se por algumas poucas centenas de quilômetros em direção ao interior nordestino, conquistando a área do agreste, por exemplo, e margeando a zona sertaneja.¹⁸

¹⁸ O contexto europeu de dissolução de alianças e colisão de interesses colonizadores, sob a iminente ascensão de um novo modo de produção, foge ao nosso intuito de apresentar uma interpretação desse

As décadas de dominação holandesa no Nordeste brasileiro, por conta da significância da economia açucareira, simbolizou um penoso golpe para o Império Português, por outro lado, em relação à dinâmica local, foram registradas alterações no contexto social, porém, em relação à economia, o que verificou-se foi a continuidade da centralidade da cultura da cana-de-açúcar, baseada no trabalho escravo vindo do continente africano e com a produção escoada via pacto-colonial, embora agora fosse direcionado aos Países-Baixos.¹⁹

Apesar da mudança de país em relação ao comando da colonização local, prevaleceram o trabalho escravo, a monocultura e a estrutura agrária latifundiária, uma vez que não registrou-se rompimento com a lógica da colonização de exploração, embora, a partir do século XVII, o povoamento da região Nordeste tenha registrado relevante crescimento, aliado ao surgimento de movimentos civilizatórios e dos máximos fluxos migratórios, porém esses fenômenos não surgiram de intuítos de criar sociedades de escoamento populacional, conforme ocorrera nas colônias do Norte, e sim pela urgência de pautas como a defesa territorial e a consequente necessidade de reposição de mão-de-obra, solucionada largamente com a chegada de escravos pretos-africanos.

Dessa forma, a formação econômica e social do Nordeste açucareiro-litorâneo teve importante influência tanto da colonização portuguesa quanto da invasão holandesa, pois, ainda que o período de permanência dos neerlandeses não superem meio século, essa ocupação ocorreu durante grande parte do ápice da exploração da cana-de-açúcar e contribuiu para o desbravamento dos territórios nordestinos agricultáveis, movimento combinado com os primeiros moldes da paisagem urbana, com a fundação e expansão de cidades (MELLO, 2010).

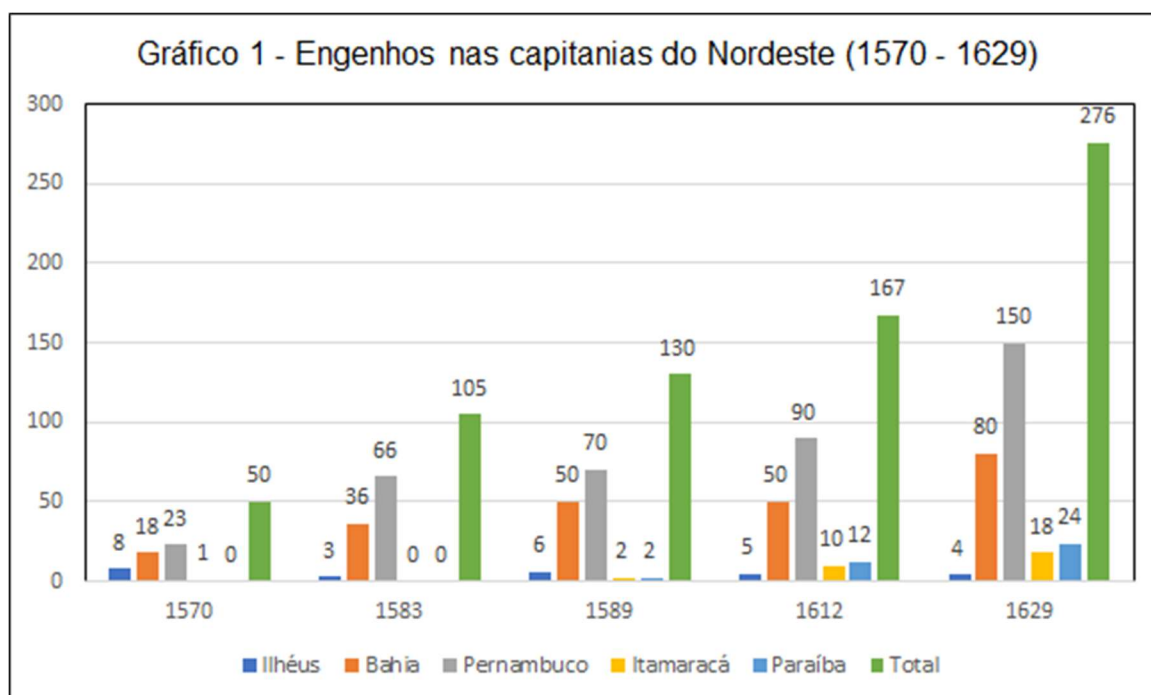
Apesar da escassez de indicadores demográficos consolidados, os estudos baseados em documentos redigidos por representantes da coroa portuguesa e

primeiro período da história econômica do Nordeste, entretanto a interpretação de Mello (1998, 2010), como um dos mais importantes intérpretes do Brasil holandês, oferece contribuições decisivas acerca da ocupação do Nordeste pelos holandeses, sua análise sobre o conflito entre portugueses e neerlandeses, pelo domínio dessa valiosa região, não deixa de destacar a importância das batalhas travadas, porém, acrescenta e enfatiza o papel decisivo que as opulentas negociações e acordos, travados no nível mais alto das respectivas coroas, defendendo que Portugal teve de empenhar volumosos recursos, para além daqueles atrelados ao âmbito bélico, para reconquistar o território perdido.

¹⁹ Relatórios explorados por Mello (2010) dão conta que, bem como os portugueses, os colonos neerlandeses também praticaram a exploração do Pau-Brasil até o esgotamento das reservas naturais, limitação que comprometeu a expressão dessa atividade para a economia colonial, sobretudo em comparação com o complexo açucareiro.

entidades clericais, permitem estimar que, às vésperas do século XVIII, o Nordeste contava com pouco menos de cento e cinquenta mil habitantes, correspondentes à metade da população do território brasileiro colonial. Os cálculos da época consideravam europeus, escravos pretos-africanos e índios catequizados para compor o contingente populacional.²⁰

O crescimento populacional da região Nordeste esteve diretamente relacionado com a prosperidade da exploração da cana-de-açúcar, fenômeno comprovado pela expansão do número de engenhos na região nordeste expressa no Gráfico 1.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Carrara (2014).

Os dados demográficos tornam-se ainda mais rarefeitos ao passo que busca-se restringir os recortes espaciais, porém com base nos números de fogos dos bispados das capitanias, pode-se concluir que o Nordeste açucareiro-litorâneo contemplava aproximadamente noventa por cento da população nordestina, enquanto o Nordeste pecuarista-interior, ainda que concentrasse a imensa maioria da

²⁰ A árdua tarefa de cálculo desses números, no decorrer dos anos, foi enfrentada por múltiplos autores adeptos de diferentes metodologias e baseados em fontes ainda mais diversas, algumas interpretações vigoraram como clássicas no estudo das ciências sociais, sobretudo as de Contreiras Rodrigues (1935), Pandiá Calógeras (1945) e até mesmo Celso Furtado (2007). Os números apresentados, entretanto, foram encontrados no recente estudo de Carrara (2014), formado por uma revisão historiográfica das teses apresentadas por esses autores, especialmente Contreiras Rodrigues, uma vez que os números por ele apresentados são utilizados oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Carrara (2014) aprofundou-se em registros disponibilizados pelos arquivos do Vaticano, pelos países colonizadores, como Portugal e Holanda, além de obras e interpretações recentes, para apresentar números mais precisos e compatíveis com a atuação econômica dos séculos XVI e XVII.

disposição de terras, devido à combinação de condições climáticas adversas e da baixa atratividade das atividades econômicas praticadas em seus domínios, concentrava cerca de dez por cento da população.

O consenso formado em torno do caráter acessório e complementar das atividades de criação de gado e culturas frutíferas, de grãos e tubérculos, em relação à exploração de cana-de-açúcar, é replicado nas teorias sobre a ocupação e o povoamento das porções interiores do Nordeste brasileiro. Uma vez que, movidos pela necessidade de aproveitamento máximo das terras férteis do litoral, direcionaram as atividades acessórias para territórios interiores e de menor receptividade ao cultivo de cana-de-açúcar. Esse movimento, porém, apesar dos inumeráveis desafios que o acompanhavam, deveria ser realizado com a menor mobilização de recursos, para não causar grande impacto na lucratividade da complexa atividade colonizadora, e dessa forma foi feito: o desbravamento das regiões interiores foi levada a cabo primariamente por índios escravizados e alguns poucos escravos pretos-africanos, contando com o comando de poucos europeus.

Das regiões interiores do Nordeste brasileiro, apenas o Meio Norte não participou, inicialmente, desse movimento de expansão territorial e povoamento atrelados ao desenvolvimento de atividades econômicas, ainda que, durante o século XVII o Meio Norte tenha protagonizado embates entre portugueses, franceses e neerlandeses, a região só viria a ser ocupada e definitivamente ocupada no século XVIII.

O Agreste e o Sertão, portanto, vieram a ser os principais objetos de exploração para ampliação das atividades acessórias do complexo açucareiro, principalmente da pecuária, não somente para a subsistência da população local, mas pela tração animal que movia os engenhos de cana-de-açúcar. As duas regiões converteram-se em territórios de criação de gado livre, dada a escassez de arame farpado para cercar as criações, sustentado pelas águas dos rios próximos ou pelas cacimbas na temporada de seca, e alimentado pelas misturas de ramas, cactáceas e macambiras cortados pelos vaqueiros, figura importante e de muitas funções, além do provento cuidava também da segurança e do transporte do gado, nessa atividade que envolvia poucos homens (ANDRADE, 1963).

Caio Prado Júnior (1976) oferece uma descrição conclusiva das fazendas de gado do interior nordestino:

“Apesar das condições desvantajosas (...), as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco. A partir do primeiro, elas se espalham sobretudo para norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão: elas se localizam ao longo do rio Itapicuru. A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino se explica (...) também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha (...), feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo. Uma fazenda se constitui em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso d'água, por uma de largura, sendo meia para cada margem. (PRADO JR, 1976, p. 29)

O conflito também esteve presente na formação do Nordeste pecuarista-interior: os colonizadores entravam em constantes embates com os indígenas pelas terras de melhor localização e também para escravizá-los, além de guerras iniciadas a partir de animais “ferrados”, fato que ocorria com determinada frequência pela criação livre atribuída a essa prática e pelas habilidades de caça dos nativos. Os conflitos também se verificaram nessas regiões, durante o século XVII, por conta dos avanços da invasão holandesa e também por conta da invasão francesa.

A influência do sucesso das invasões, sobretudo dos holandeses, não alcançou a mesma influência sobre as regiões interiores do Nordeste, posto que a região começara a conquistar sua própria dinâmica, ainda que a dependência econômica da cana-de-açúcar não tenha se rompido. A demanda ainda era ditada, primariamente, por Olinda e Recife, porém, a partir dos anos finais do século XVII, os aportes metropolitanos ou advindos do complexo açucareiro deixaram de ditar o ritmo de desbravamento de territórios e de instalação de novas fazendas.

A diferença das dinâmicas internas de cada um dos dois “Nordestes”, conforme propomos na presente dissertação, derivam de um conjunto de fatores referentes às respectivas atividades econômicas centrais: primeiramente houve a questão da

dimensão de cada um dos negócios, enquanto a pecuária do interior não demandava grandes volumes de investimentos e podia ser financiada localmente, o cultivo de cana-de-açúcar só tornava-se exequível em larga escala, exigindo grandes investimentos, encontrados apenas no capital externo, reflexo da dimensão era demonstrada na complexa estrutura produtiva dos engenhos, que contavam com o canavial, o roçado, a moenda, uma capela e a suntuosa casa-grande; em comparação com a precariedade característica das fazendas de criação de gado, compostas de casas simples, uma do proprietário e outras para os vaqueiros, além de habitações ainda mais precárias destinadas às poucas dezenas de escravos empregados na pecuária, as fazendas contavam também com um pátio de onde se retiravam as árvores para criar o pasto.²¹

Derivada da dimensão dos negócios, a questão do trabalho também demarcava as diferenças entre as regiões, posto que a exploração de cana-de-açúcar só poderia ser realizada por grande quantidade de trabalhadores e a solução para essa demanda foi encontrada na escravidão, inicialmente de indígenas e posterior, e definitivamente, de escravos pretos-africanos, desembarcados aos milhares, acompanhando a crescente instalação de engenhos, o complexo açucareiro concentrava também grande partes dos europeus, divididos entre as tarefas administrativas dos engenhos, da burocracia estatal e das missões religiosas, mas estes não eram trazidos para operacionalizar a produção do açúcar, raras vezes tratavam de questões técnicas da instalação e da supervisão do trabalho dos escravos.

O trabalho da atividade pecuária era desenvolvido primariamente pela figura do vaqueiro, categoria formada por homens de origem mameluca ou brancos europeus menos nobres, responsáveis por um amplo conjunto de atividades que iam desde a procura e desbravamento de terras, passando pela manutenção da fazenda e da saúde dos animais, até o transporte do gado, que percorria longas distâncias até os engenhos, levando-os, principalmente, à região de Recife e Olinda. As maiores fazendas não dispunham de mais do que 20 funcionários, todos com múltiplas atribuições e, ao contrário dos engenhos, pouca especialização produtiva. Os

²¹ A estrutura descritas correspondem às instalações mais comuns encontradas nas fazendas de criação de gado e nos engenhos, porém cabe destacar que existia variedade tanto em relação à quantidade dessas instalações quanto da presença de alguns outros setores produtivos, como era o caso de casas específicas para a caldeiraria, para a retirada de impurezas e para o encaixotamento, nos engenhos, e de roçados com plantações de arroz, feijão e mandioca nas fazendas de criação de gado (ANDRADE, 1962; FREYRE, 2013).

escravos pretos-africanos, via de regra, não superavam, em número, a casa de vinte trabalhadores, independentemente da dimensão das fazendas, sempre de característica latifundiária, destinados às tarefas específicas, como atividades relacionadas ao trato cotidiano do gado, muitas vezes auxiliando os vaqueiros, e no cultivo dos gêneros agrícolas responsáveis pela subsistência dos funcionários da fazenda (GORENDER, 2011).

Tanto a pecuária do interior quanto a agricultura canavieira do litoral não abriram mão do escravismo colonial,²² independente do avanço do modo de produção capitalista na Europa, enquanto colônia o Brasil foi palco de um uso desenfreado da mão-de-obra escrava em todas as principais atividades desempenhadas nos seus domínios, utilizada em tão larga escala que alçaram o país ao posto de território que mais recebeu escravos preto-africanos na história da humanidade e as atividades econômicas nordestinas, sobretudo a agricultura, contribuíram decisivamente para esse cenário.²³

O trabalho escravo dos engenhos, dado o nível de especialização e setorização da produção, necessitava de um primeiro momento de capacitação promovida pelos técnicos europeus e israelitas trazidos para a operacionalização das estruturas produtivas do açúcar, e, uma vez solucionada essa questão, uma maioria africana, associada a uma minoria indígena, em constante coexistência, desempenhavam as tarefas com raro acúmulo de funções (DIÉGUES JÚNIOR, 1954). A visão crítica de Celso Furtado (2007) sobre a economia açucareira, ou “economia escravista de agricultura tropical”, sempre voltada para a decadência do mercado interno e da subserviência ao mercado externo, nesse momento contido no exclusivo comercial com a metrópole, fornece também elementos para a investigação dos impactos socioeconômicos da escravidão: a estrutura da economia açucareira, onde o capital consistia no lucro possuído exclusivamente pelos empresários impossibilitava

²² A escravidão na pecuária alimenta um importante debate na história econômica, a linha que seguimos na presente dissertação segue a visão de Gorender (2011), pois esse autor classifica a escravidão na pecuária como uma forma peculiar do escravismo colonial, enquanto a principal forma, de acordo com essa teoria, encontrava-se na escravidão na agricultura monocultura. Todavia, Sodré (1962) classificou a atividade pecuária e suas configurações internas pertinentes ao campo do trabalho como uma reprodução do sistema feudal e ainda afirma que a atividade pecuária é incompatível com a prática da escravidão

²³ A relação entre a escravidão e a agricultura monocultora brasileira, e também nordestina, foi amplamente explorada por Caio Prado Júnior e Jacob Gorender, mais recentemente estudos como o de Marquese (2006) consolidaram dados a respeito do massivo fluxo do tráfico negreiro, contribuindo também para a formação da resistência dos escravos que formou-se internamente, mesmo diante da opressão e das condições adversas.

qualquer ensaio de desenvolvimento econômico, embora sua dinâmica e crescimento acompanhassem as flutuações do mercado externo, os ganhos de produtividade eram absorvidos por eventuais contrações, não eram gerados encadeamentos suficientes para superar a debilidade do trabalho escravo, que não permitia a inclusão da imensa maioria da população colonial na economia local.

As relações econômicas advindas da combinação entre a estrutura agrária latifundiária, a escravidão, a monocultura e o exclusivo comercial fundaram as bases para uma sociedade extremamente desigual, com altos índices de concentração de renda, voltada para o mercado externo, além do decadente mercado interno e de severas disparidades entre o litoral e as porções interiores, ou seja, desigualdade regional. As distinções e as aproximações encontradas entre os trabalhadores dos dois complexos econômicos, atreladas às estruturas sociais construídas a partir de muitas das características do sistema econômico vigente, ocupam a centralidade da formação da dialética relação, de oposição e complementaridade, dividida pelo Nordeste açucareiro-litorâneo e o Nordeste pecuarista-interior.

Se o crescimento da economia açucareira dependia exclusivamente da demanda externa, a projeção econômica e interiorana de seu domínio, a economia pecuária, continha essa mesma dependência, porém com o litoral-açucareiro, primeiramente para a sua existência e, em um segundo momento, para sua subsistência. A concentração econômica e populacional no litoral-açucareiro demandava os produtos da pecuária em larga escala, desde a carne e os animais para a tração dos engenhos, até limitadas confecções artesanais de couro. Porém a formação desse ciclo de relação dual entre os dois polos nordestinos reside também no fato dos grandes fazendeiros surgirem concomitantemente como donos dos engenhos, muitas vezes sequer optando pela residência no litoral, onde a influência de seu poderio político-econômico alcançava maior dimensão e pela possibilidade de delegar as tarefas administrativas das fazendas aos vaqueiros, possibilidade bastante restrita nos engenhos.

Sob esse contexto, a desigualdade social, fomentada pela prática das degradantes e cruéis condições do trabalho escravo, e a desigualdade regional, articulada pelo deslocamento de atividades acessórias, ou projetadas, para a porção interior nordestina, distante das terras férteis do litoral, dominadas pelas plantações de cana-de-açúcar e engenhos, surgem como fenômenos associados e originados pela atuação dos grandes proprietários do Nordeste colonial, como artifícios da

manutenção do seu domínio local e da margem de lucro da exploração dos gêneros tropicais na colônia.

A partir dessa absoluta sobreposição do lucro sobre qualquer processo de desenvolvimento econômico, evidencia-se os interesses que moldaram a ação dos colonizadores no Nordeste, tanto no litoral quanto no interior. Os riscos e os custos da exploração colonial só poderiam ser, e foram, assumidos por detentores de considerável riqueza, componentes das classes mais abastadas e da nobreza europeia, e suas ações implicavam exclusivamente na busca da extração de lucro de tão arriscado investimento, as distorções provocadas aos povos originários, escravizados ou desapossados de suas terras, e aos escravos pretos-africanos, submetidos às mais vis condições, castigos e alienações físicas, culturais e financeiras, conjuntura que os retinha em um estado de completa falta de perspectiva, além da alternativa pela rebeldia.

O tratamento dos escravos como um mero ativo ou variável contábil é exteriorizado, primeiramente pela passagem de Furtado (2007), em que a análise direciona-se para a impossibilidade de mobilidade social e de criação do mercado interno, como decorrências da ausência de projetos ou ensaios de desenvolvimento econômico:

“Os gastos de consumo apresentavam características similares. Parte substancial desses gastos era realizada no exterior, com a importação de artigos de consumo, (...) outra parte consistia na utilização da força de trabalho escravo para a prestação de serviços pessoais. Neste último caso o escravo se comportava como um bem durável de consumo. O serviço que prestava era a contrapartida do dispêndio inicial exigido na aquisição de sua propriedade, assim como o serviço prestado por um automóvel é a contrapartida de seu custo. Da mesma forma que a renda da coletividade não diminui quando os automóveis particulares se paralisam, tampouco se modificaria essa renda caso os escravos deixassem de prestar serviços pessoais a seus donos” (FURTADO, 2007, p. 86)

Essa objetificação mercantil dos escravos, principalmente dos pretos-africanos, fez-se presente no estudo antropológico da formação nordestina, realizada por Menezes (2018), com ênfase para os processos desempenhados na economia pecuária e nos limites interiores da região:

“A moeda foi o negro durante certo tempo. Era o capital para os senhores do engenho. Capital vivo, produzindo sempre. Saint-Hilaire pasmou para essa mania de converter em escravo os capitais ganhos. ‘A unidade de valor era o negro. O mecanismo da riqueza colonial simplificava-se na independência de suas molas: o

navegante da costa da África vendia a prazo o escravo ao importador, que o revendia à conta da colheita, ao produtor rural' - ensina Calmon. Os gordos dotes que se davam às filhas freiras, aos doutores e morgados manavam do suor negro: - o trabalho escravo alimentava e vigorava todos esses exploradores" (MENEZES, 2018, p. 129).

A configuração social do Nordeste açucareiro-litorâneo, portanto, formou-se, predominantemente, a partir da combinação entre europeus e africanos, brancos e pretos, uma massiva população de escravos pretos sem posses, submetidos aos interesses de uma minoria europeia, detentora de largas faixas de terra, dos engenhos e suas instalações, de toda a renda e do lucro da exploração da agricultura tropical, mas também do poder político e da influência internacional, dada a posição predominante no comércio por conta da valorização do açúcar. Há ainda um estrato de classe semiproletariado formado pelos funcionários estrangeiros responsáveis pelas funções técnicas e administrativas dos engenhos e da burocracia estatal da metrópole.

O Nordeste pecuarista-interior replica a predominância dos escravos pretos-africanos, proporcionalmente, uma vez que o povoamento da região não atingiu grandes proporções nesse primeiro momento, porém não conta com a figura do fazendeiro dominante, uma vez que esse alocava-se na prosperidade do litoral. As zonas interiores também foram lar de indígenas refugiados do domínio europeu e acompanharam, desde o século XVI, o nascimento de quilombos, comunidades de escravos fugitivos. Ambos os grupos desempenhando o rebelde ato de busca da liberdade. Dessa maneira a região foi berço de nascentes insurgências contrárias ao sistema que havia sido construído e estabelecido com base na exploração desses povos e dos privilégios daquelas terras.

As desigualdades que caracterizam o Nordeste a partir de então foram construídas e consolidadas durante um longo momento de prosperidade da economia canavieira, conseqüentemente ampliado para a economia pecuária, bonança representativa e vigente durante esse primeiro momento de formação econômica do Nordeste, conforme delimitamos. O Brasil, sobretudo o Nordeste, prosperava pela sua privilegiada posição em relação à Europa, em termos geográficos, econômicos e naturais, com uma produção de açúcar que beirava um monopólio mundial e a prosperidade da economia açucareira implicava em maior produção e rentabilidade para a economia pecuária, esses elementos combinados com mecanismos centrais

do sistema colonial, especialmente o trabalho escravo e o exclusivo-comercial, garantiram que a alta produtividade estivesse sempre atrelada à alta lucratividade, mesmo com os custos crescentes relativos à importação de escravos pretos-africanos e à defesa, e até mesmo recuperação, do território, constantemente ameaçado por invasores.

Porém, nos anos finais do século XVII, já se identifica uma contração na prosperidade da economia açucareira, oriunda de frentes distintas, mas atribui-se essa abrupta queda, em primeiro lugar, pelo surgimento de uma força concorrente no mercado de fornecimento do principal ator da economia escravista de agricultura monocultora tropical: as Antilhas. O desenvolvimento da cultura açucareira nas Antilhas deveu-se, primeiramente, à ação dos neerlandeses dada a continuidade de seus negócios previamente desenvolvidos no Brasil holandês, porém, a partir das décadas finais do século XVII, com a expulsão por parte dos portugueses, seus esforços concentraram-se em territórios insulares do Caribe, onde encontraram disponibilidade de terras e condições favoráveis para a prática da agricultura açucareira.²⁴

Recentes balanços historiográficos e interpretações pioneiras endossam o aspecto concorrencial para a crise que assolou o Brasil no final do século XVII e princípio do século XVIII, com ênfase para a região Nordeste, todavia acrescentam fenômenos e conjuntos de fatos, oriundos de distintas naturezas, para explicar o abrupto declínio da outrora próspera região econômica.

Na tendência dos aspectos concorrenciais acrescentados pelas Antilhas destaca-se o domínio técnico sobre a produção por parte dos neerlandeses, com experiência no tráfico de escravos pretos-africanos e no desenvolvimento de estruturas para a plantação da cana-de-açúcar e produção do açúcar, uma vez que muitas das técnicas foram criadas ou aperfeiçoadas por eles durante a passagem nas terras do Nordeste do Brasil. Voltada para o âmbito interno da economia nordestina,

²⁴ Furtado (2007) oferece uma reflexão acerca dos impactos da penetração do açúcar nas Antilhas, observando paralelamente os reflexos para o Brasil, sobretudo o Nordeste, e para a instalação de colônias de povoamento no Norte. Particularmente nos interessa o primeiro ponto, sobre o qual é destacado o domínio técnico dos holandeses sobre a produção de açúcar, incluindo a fabricação das estruturas necessárias, além das vantagens logísticas advindas da experiência adquirida com a produção em território brasileiro, e a proximidade com o mercado consumidor europeu. Entretanto, a explicação oferecida pelo autor, a respeito da transformação das regiões, inicialmente voltadas para o povoamento, e posteriormente convertida em locais exclusivamente dedicados ao fornecimento de gêneros tropicais, com população essencialmente formada por escravos pretos-africanos e uma minoria ínfima de brancos europeus, modelo demográfico replicado pelas colônias tropicais pelos impérios dominantes.

interpretações indicam que a crise teve como fatores determinantes um período de seca iniciado na década de 1670 e uma pandemia de “mal da bicha”²⁵ que ceifou milhares de vidas, impactando diretamente na produtividade do complexo açucareiro e, conseqüentemente, no complexo pecuário. Ainda no cenário doméstico da economia nordestina, há interpretações economicistas que atrelam o declínio a fatores fiscais, como a diminuição da arrecadação, de dízimos e taxas praticadas na época, e o aumento de gastos com elementos externos à produção de açúcar, e a fatores microeconômicos, como a elasticidade do preço frente às flutuações de demanda e da oferta do produto tropical (MENZ, 2013).²⁶

As hipóteses não atuam anulando umas às outras, pelo contrário, predomina a complementaridade, na qual residem os múltiplos efeitos de uma crise econômica, nesse caso, a combinação do surgimento de um forte concorrente com vantagens competitivas atrelado ao enfrentamento contemporâneo de um período de seca e uma severa pandemia, somados à baixa capacidade de reinvestimento derivada da crise fiscal e das características da oferta e da demanda do açúcar naquele momento, são elementos que inserem a noção da gravidade desse período crítico para o Nordeste brasileiro.

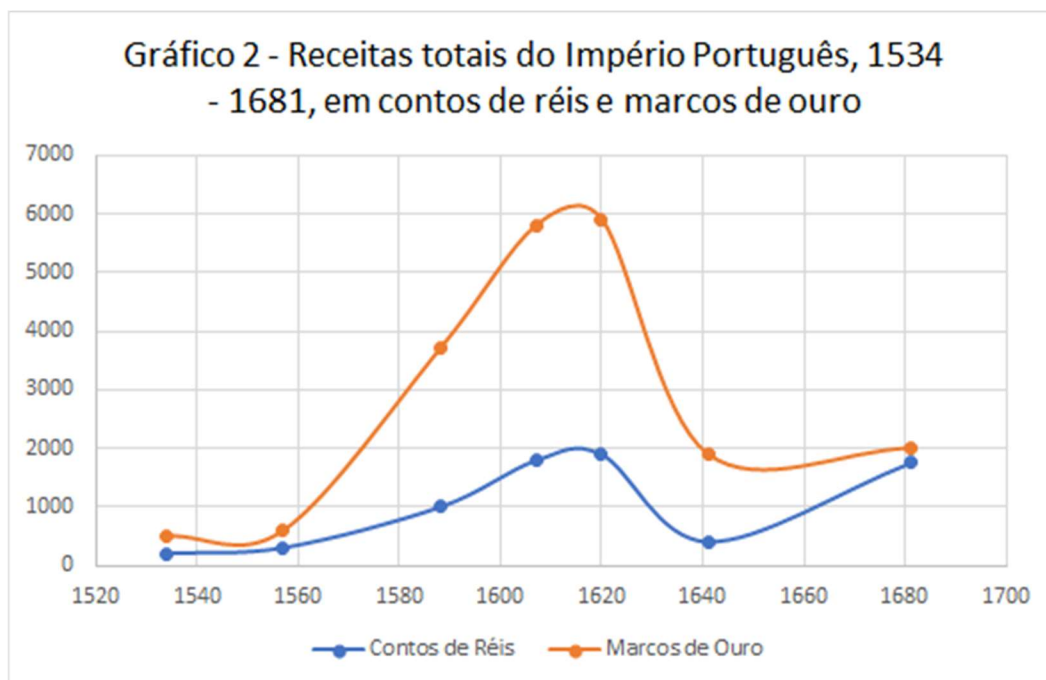
A coalizão de forças geradoras da crise que findou o primeiro ciclo de formação da economia nordestina tem origens diversas em relação à sua natureza, conforme buscamos demonstrar, mas também inaugura uma importante característica desse complexo econômico: a prevalência de fatores exógenos sobre os fatores endógenos, em relação à maior influência nos rumos da dinâmica econômica e social da região Nordeste, ainda que o contexto interno possua relevância, a exposição às ingerências e flutuações externas, pois, primeiramente sob o regime colonial, as interferências externas não encontram barreiras para adentrar a região e exercer a sua influência

²⁵ O “mal da bicha”, também conhecido, na época, como “peste da bicha”, referia-se à febre amarela, doença combatida até a atualidade, de acordo com os relatos da época dizimou populações inteiras de cidade e prevaleceu entre escravos e trabalhadores, além de alimentar mitos sobre sua origem estar ligada a um castigo aos pecados e à prostituição, e sobre a busca de curas no campo religioso (SOUZA, 2010).

²⁶ O balanço historiográfico fornecido por Menz (2013) concatena algumas das linhas de pensamento apresentadas ao tratar da crise enfrentada pelo império português no final do século XVII, no intuito de complementar as teses que enfatizam apenas o surgimento das Antilhas como força concorrencial no mercado mundial de açúcar, por conta da larga aceitação alcançada por esses trabalhos, o artigo os classifica como “canônicos”. Os autores e seus respectivos trabalhos que auxiliam na construção dessas visões alternativas são Carrara (2009), Schwartz (1988) e Blackburn (2003).

sobre as relações sociais, muitas vezes gerindo o impacto dos fatores internos, que podem, ou não, surgirem como seus desdobramentos diretos.

A primeira metade do século XVII apresentou ao Império Português o seu apogeu de arrecadação com a exploração de gêneros tropicais nos territórios coloniais, porém, desde os primeiros anos de sua segunda metade até o final do século XVII, resultante desse conjunto de processos aliados às invasões de outras potências colonizadoras na mais próspera de suas colônias, a profunda contração econômica medida no período, conforme Gráfico 2, diminuiu pela metade a receita do Império Português, demonstrando a significância do complexo econômico nordestino para Portugal.



FONTE: Elaboração própria com base nos dados de Carrara (2009).

A capilaridade da crise, calcada na retroalimentação entre o interior e o litoral, foi suficiente para envolver o complexo econômico nordestino como um todo, tanto a pecuária quanto a cana-de-açúcar, e suas respectivas atividades acessórias, viram-se diante dessa nova realidade ainda pouco experimentada, que não só impunha dificuldades para a manutenção das atividades econômicas no Nordeste brasileiro, como também não oferecia alternativas e expectativas de superação, ao menos em curto-prazo. Ou seja, a crise adquiriu caráter estrutural e permanente, moldando o rumo econômico e social do território colonial, englobando os senhores de engenho, os escravos e os infantes extratos de classe trabalhadora desenvolvidos em torno da agricultura e da pecuária.

1.3 DO SÉCULO XVIII AO FIM DO IMPÉRIO: CRISES, ISOLAMENTO E TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

O segundo período histórico-econômico da região nordestina, contido entre os primeiros anos do século XVIII e o final do século XIX, com a Proclamação da República, propõe como desafio a inteligência de um principal processo, a consolidação do Complexo Econômico Nordestino, e de dois fenômenos dele procedentes, a assimilação das conjunturas de crise e o isolamento frente ao acúmulo de relevância econômica de outras regiões brasileiras. Em meio a esses movimentos buscaremos observar as relações entre as variáveis do contexto social local diante da realidade proposta.

Até mesmo em termos historiográficos, verifica-se o isolamento da região Nordeste do restante do Brasil, por conta da tradição da história econômica brasileira tradicionalmente voltada para a ênfase aos ciclos dominantes, uma vez que o ciclo da cana-de-açúcar, no qual engloba-se o complexo pecuário, perdeu a hegemonia primeiramente para a economia mineradora do Centro-Sul do país, na região hoje delimitada pelo estado de Minas Gerais e posteriormente viria nascer o complexo cafeeiro no estado de São Paulo. Dessa forma o Nordeste deixaria de vigorar como a região mais próspera do país e, apesar das variações e alternâncias, jamais voltaria a ocupar determinada posição.

A construção desse isolamento advém essencialmente de duas frentes: a crise do final do século XVII e a ascensão do complexo minerador, sendo assim o caráter é dúbio, envolvendo variáveis internas e externas, em relação ao Nordeste. Na dialética entre esses fenômenos, encontra-se a mesma problemática, pois tanto a crise, conforme demonstrado anteriormente, quanto a construção do novo complexo possuem as suas motivações endógenas e exógenas, perseguindo a mencionada lógica de sobreposição da ingerência externa, capaz de produzir e conduzir desdobramentos internos.

Ainda a respeito do isolamento, cabe explicar que o conceito chave será empregado por conta da perda de relevância econômica e política da região Nordeste, frente à ascensão das outras regiões, endossado pelo fortalecimento de estruturas internas e independentes, processos que auxiliaram na delimitação de uma dinâmica interna particularmente característica do Nordeste, posto que, se analisarmos,

isoladamente, a articulação comercial verificada nesse período, sobretudo de acordo com a visão de Guimarães Neto (1989, 1997), nesse recorte temporal o Nordeste voltou-se não somente para o mercado interno local como intensificou acordos comerciais com as demais regiões do Brasil, ainda que, paralelamente, acompanhou-se o surgimento de novos parceiros comerciais internacionais.

Em variadas questões, portanto, o segundo período da história econômica nordestina é marcado pela consolidação, uma vez que processos essenciais para a formação socioeconômica, como o povoamento e a consolidação das fronteiras do complexo econômico nordestino alcançaram as bases definitivas sobre as quais a sociedade e a economia local ascenderam. Mesmo que deslocamentos populacionais e até mesmo o crescimento nominal tenham ocorrido em épocas seguintes, o ecúmeno nordestino consolida-se durante o segundo período da história econômica nordestina.

Na tendência de consolidação, a totalidade da territorialidade nordestina ocupada pelos atuais nove estados, ou seja, a combinação dos dois complexos aqui definidos, somente na metade do século XVIII, na vigência do segundo período histórico-econômico nordestino, uma vez fixada, contribuiu diretamente para a formação da noção de Nordeste, abrangendo não somente todo esse território, como os povos habitantes, entre indígenas, escravos e colonizadores, a multiplicidade cultural, bem como a estrutura econômica. O conjunto de capitânicas, anteriormente unidas pelas características compartilhadas, integraram-se, conceitualmente, a partir da construção dessa concepção e diante de uma realidade fracionada.²⁷

Se no primeiro período o Nordeste pecuarista-interior surgiu e cresceu sob a sombra da prosperidade do Nordeste açucareiro-litorâneo, os impactos do recrudescimento da economia canavieira foram sentidos imediatamente na atividade pecuária e nos aparatos sociais por ela sustentados. A crise, portanto, antes de estrutural, foi generalizada, atingindo as principais atividades econômicas praticadas no Nordeste e obrigou os negociantes locais a escolherem entre a manutenção de suas estruturas produtivas, adequadas às quedas de oferta e demanda, o

²⁷ Pela fixação prévia das capitânicas, em relação à região Nordeste, até mesmo o gentílico individual que viria a ser utilizado, como paraibano, pernambucano e baiano, precedem o nordestino e até mesmo o brasileiro. Bernardes (2007) atrela essa inicial ausência de uma noção de territorialidade nordestina à vigência do Antigo Regime e à inexistência de um Estado Nacional, em comparação ao formalismo das capitânicas.

deslocamento de recursos para outras atividades em outras regiões da colônia, ou até mesmo o retorno para o continente europeu.

Diante das opções de enfrentamento da crise, entre as quais destacava-se o abandono da região, as alterações na conjuntura nordestina foram profundas, sobretudo pela desmobilização de recursos e pelo êxodo populacional, porém ao analisar os remanescentes, ao menos inicialmente, tais mudanças não foram suficientemente impactantes para culminar no rompimento do predomínio da díade formada pelo cultivo de cana-de-açúcar e a prática da pecuária, pois ambas as atividades, mesmo frente à nova conjuntura, permaneceram dominantes sobre as relações sociais locais.

A contração econômica e a diminuição populacional em conjunto à queda do número de engenhos, plantações e cabeças de gado cessou em meados da década de 1750, estágio em que o ambiente crítico já durava mais de meio século e havia causado importantes modificações.

A completa ocupação do interior nordestino, em seu produto final, estendeu-se até o Maranhão,²⁸ contando com rasas e espaçadas concentrações humanas, às quais privilegiaram sobretudo os fatores naturais, principalmente a água, por essa razão, seguiu-se os cursos dos rios. Essa expansão deu-se mesmo com a diminuição dos aportes vindos do principal polo mantenedor do Nordeste pecuarista-interior, o próprio Nordeste açucareiro-litorâneo; e indica avanços do complexo interiorano em relação ao desenvolvimento cada vez maior de lógicas internas com maior grau de independência.

Paralelamente à contínua e precária expansão territorial registrada no interior, o litoral assistiu a desativação de engenhos e a venda de escravos para a economia mineradora do Sul da colônia, havia muito o que ser aprimorado após o enfrentamento da pandemia de “mal da bicha”, das distorções macro e microeconômicas provocadas pelas flutuações de preço do açúcar e da ineficaz estrutura tributária imposta aos produtos da colônia, além das dificuldades em apresentar o açúcar nordestino como uma alternativa atrativa frente ao açúcar antilhano. Uma das poucas alternativas encontradas pelos remanescentes produtores de açúcar no Nordeste, baseados na

²⁸ A expansão da fronteira agrícola, e até mesmo da ocupação colonial, não ficou restrita ao limite do estado maranhense, pelo contrário, a experiência adquirida no desbravamento do território nordestino foi importante para a conquista do território hoje ocupado pelos estados da região Norte. Os capítulos finais da obra de Velho (2009) dão conta desse processo.

demanda apresentada pelos polos consumidores da região Sul do Brasil colonial, foi a de partir para o beneficiamento do produto, destinando a colheita de cana-de-açúcar não somente para a produção do açúcar, mas também para a produção de rapadura e mel, produtos que possibilitavam o comércio como produto-final ou como matéria-prima para a infante produção de aguardente. Andrade (1963) confere a alcunha de “engenhocas” a essas estruturas de produção mais diversificada, em comparação aos engenhos que eram especializados na produção do açúcar.²⁹

A diversificação produtiva contida no beneficiamento da cana-de-açúcar não implicava simplesmente na expansão da gama de produtos comercializáveis, mas seguia o movimento de direcionamento para o mercado local, em constante expansão pelo surgimento de novos complexos econômicos em distintas regiões do Brasil colonial, principalmente na próspera região mineradora. Em meio a esse processo, os engenhos também sofreram aprimoramentos produtivos, com a substituição da tração bovina por equinos, uma vez que esses apresentavam-se como mais ágeis e resistentes, e em determinados casos, tratando-se exclusivamente de engenhos bem localizados em relação aos recursos fluviais, a tração animal foi completamente substituída pelos engenhos d’água, todavia essa opção não era possível para grande parte dos produtores, apesar da produtividade consideravelmente superior.³⁰

Os encadeamentos entre o Nordeste pecuarista-interior e o Nordeste açucareiro-litorâneo rapidamente apresentaram-se, partindo dessas alterações e percorrendo a mesma orientação de ênfase no mercado interno: dividiu-se os pastoreios entre bovinos, anteriormente dominantes, e equinos, derivado da sua crescente utilização nos engenhos de tração animal. Porém a diversificação não implicou no abandono do gado bovino, a criação cresceu com a multiplicação de fazendas, todavia as condições logísticas provocaram uma queda qualitativa dos animais, visto que as áreas de criação se distanciaram ainda mais dos engenhos

²⁹ Apesar de Rabello (1969) destinar o foco de sua obra às “engenhocas” especializadas na produção de rapadura, é de valiosa contribuição sua descrição dessas estruturas e para a diferenciação em relação aos seculares engenhos. O autor destaca que as “engenhocas” eram consideravelmente menores do que os grandes engenhos e quase sempre dependentes da tração animal, tendo algumas sido originadas a partir das ruínas de engenhos desativados.

³⁰ Apesar dos problemas hídricos da região Nordeste, a quantidade de cursos de rios que cortam a região açucareira é considerável, atento a esse fato Gilberto Freyre (2009) registrou a presença de engenhos d’água em rios como Mamanguape, Una, Pitanga, Parnamirim, Serinhaém, Cotinguiba, Pirapama, Ipojuca, Mundaú e Paraíba.

remanescentes, ou seja, os animais que chegavam à área de produção de açúcar possuíam pouca carne e de má qualidade.³¹

Logo, a diversificação produtiva trazida pelo comércio de equinos, atividade motivada pela necessidade de recuperação do nível de atividade econômica e pela busca de reposição da lucratividade após o longo período de retração, porém proporcionada apenas pela demanda dos engenhos remanescentes, não mostrou-se suficiente para atender a essas motivações, portanto os empresários pecuaristas buscaram novas alternativas e a encontraram na comercialização de produtos derivados do gado bovino. Inicialmente tentou-se a venda de leite e de seus derivados, principalmente o queijo, mas o fornecimento de leite por parte dos animais não durava muito além dos períodos de chuva, implicando em uma dificultosa regularidade da oferta, bem como o comércio de carne crua esbarrava na mencionada baixa qualidade e nas grandes distâncias dos principais centros consumidores.

Bem como ocorrera no complexo açucareiro, a solução encontrada pelos criadores de gado do sertão e do agreste foi o beneficiamento da carne, ou seja, foram desenvolvidas oficinas de produção de cortes de carne beneficiados, de modo a oferecer menor perecibilidade, propiciando a produção de carne seca e carne salgada, radicais do comércio de charque, fornecido para o mercado interno nordestino e amplamente consumido em polos econômicos do Brasil colonial, sobretudo em Minas Gerais. Em segundo plano, algumas oficinas, instaladas majoritariamente no sertão, passaram a trabalhar com a fabricação de peças artesanais do couro dos animais, dada a grande resistência desse material ao calor e à vegetação rasteira da região.

Motivadas pela articulação comercial entre as regiões do Brasil colonial, uma vez que grande parte da nova produção nordestina destinou-se aos consumidores alocados no complexo minerador; a criação dessas práticas permitiu a manutenção da pecuária e da agricultura canavieira como principais atividades econômicas da região Nordeste, ainda que não devolvessem ao Nordeste o posto de principal polo econômico do Brasil colonial, essas articulações foram iniciadas no princípio do século XVIII e, a partir desse período, a região assistiu não somente a crescente importância

³¹ Caio Prado Júnior (1976) aponta que cada animal não fornecia mais do que cento e vinte quilogramas.

econômica do Sul, como também a perda de importância política, na qual destaca-se a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.³²

Ainda que as duas regiões econômicas do Nordeste, até meados 1750, tenham articulado movimentos que lhe conferissem maior autonomia frente às movimentações externas, sobretudo em relação à demanda, a condição de complexos coloniais as manteve expostas às flutuações do mercado externo, como ficou demonstrado pela recuperação da atividade econômica registrada na segunda metade do século XVIII, na qual a agricultura, anteriormente em decadência, acumulou maior destaque.

Comumente atrela-se essa recuperação aos estímulos advindos do mercado internacional, retornando a aquisição do açúcar nordestino, dada a crise de fornecimento por parte do produto oriundo das Antilhas,³³ porém esse fator justifica apenas a recuperação pelo lado da demanda externa, uma vez que, sem a diversificação produtiva, proporcionada pelo atendimento às demandas do mercado interno, durante a primeira metade do século XVIII, a manutenção de remanescentes estruturas de produção de açúcar, seria muito dificultosa, e, igualmente árduo e custoso, seria o pronto atendimento a esse estímulo externo do mercado europeu por parte do complexo econômico açucareiro do Nordeste brasileiro.

O retorno da participação do mercado externo viria para recuperar a sua posição como principal consumidor do açúcar nordestino, mas também apresentou-se paralelamente ao esgotamento do ciclo econômico minerador, ou seja, ocupou o espaço que anteriormente deteve e auxiliou no momento de breve declínio do

³² Salvador reuniu importância política e econômica que a proporcionou o posto de mais moderna e urbanizada cidade do Brasil colonial, ocupando, até 1763 o posto de capital do Brasil, cedido ao Rio de Janeiro, entre outras razões, pela proximidade do complexo minerador mais ao Sul da colônia. Este processo é descrito por Vasconcelos (2011).

³³ A crise pela qual as colônias francesas e britânicas viram-se atingidas a partir da segunda metade do século XVIII explica-se primeiramente pelas guerras travadas pelas metrópoles, as disputas pelas rotas comerciais e disputas internas entre os principais impérios da época, que haviam superado Portugal, fragilizaram as estruturas produtivas instaladas nesses territórios insulares de primeira importância para o abastecimento do mercado europeu, que carecia de produtos tropicais, plenamente incorporados no cotidiano das metrópoles e dos seus principais centros consumidores, os clássicos de Caio Prado Júnior (1976) e Celso Furtado (2007) oferecem contribuições a respeito desse processo, porém a obra de Daudin, O'Rourke e Escosura (2008), por um viés economicista, trata especificamente dos conflitos europeus e da crise gerada por eles em suas colônias. Apesar da relevância dos numerosos conflitos bélico e político travados entre as metrópoles, um fator que despontou como um severo golpe ao comércio da produção antilhana foi a Revolução de São Domingos, ilha onde hoje está localizado o Haiti, um duradouro e conflituoso processo de libertação que opôs os escravos aos colonizadores e resultou não somente no fim da escravidão praticada na ilha como na conquista do território por parte dos pretos-africanos, uma vez que a população indígena já havia sido dizimada nas primeiras décadas do século XVI, ver Andrade (2019).

mercado interno.³⁴ Da Bahia ao extremo do litoral setentrional registrou-se o retorno do plantio da cana-de-açúcar em todo o solo de massapê aliado à produção máxima dos engenhos, estruturas anteriormente abandonadas foram reaproveitadas e reverteu-se o fluxo do tráfico de escravos novamente para a recomposição da agricultura nordestina.

Os elementos que proporcionaram o renascimento da agricultura no Nordeste colonial, entretanto, pouco ou em nada tiveram influência da coroa portuguesa, pelo contrário, as iniciativas que mantiveram a agricultura e a pecuária em funcionamento no território em franca decadência derivaram da iniciativa própria dos remanescentes enquanto Portugal voltou sua atenção para a economia mineradora, retirando inclusive a capital da colônia da região Nordeste. Mesmo quando a demanda externa retornou, em nada foi alterada a fórmula que resultou no sucesso anterior da colônia, com a ascensão do mercado consumidor, persistiram o latifúndio, a monocultura e a mão-de-obra escrava como elementos de alavancagem da produção agrícola atrelada ao exclusivo-comercial.

O esgotamento de uma forma de valorização do capital mercantil contrasta com os prósperos resultados alcançados pela agricultura nordestina, tal contraste fica explícito nas definições de Caio Prado Júnior (1976) e Fernando Novais (1989), pois enquanto Caio Prado Júnior define o intervalo de 1770 a 1808 como “o apogeu da colônia”, Fernando Novais descreve a “crise do antigo sistema colonial” e a enquadra no período contido entre 1777 e 1808, ou seja, os autores trataram praticamente da mesma época porém com enfoques distintos.³⁵

O contraste conceitual, entretanto, não implica em um conflito entre as teses, pelo contrário, insere-se no conjunto de contradições do, até então, infante

³⁴ A exploração do complexo minerador, localizado no atual estado de Minas Gerais, rendeu grandes lucros ao Império português durante pouco mais de meio século, a simplicidade logística derivada da abundância do metal precioso e da facilidade de sua extração, combinada com o elevado preço alcançado no mercado europeu garantiram a manutenção de altas taxas de lucro para essa operação em um território mais distante da Europa e da costa brasileira. Entretanto, esse processo esgotou-se muito mais rapidamente do que a agricultura, pela disponibilidade do recurso natural, mas também por motivações econômicas e tecnológicas como o nomadismo e a baixa produtividade derivadas da precariedade de condições da exploração mineradora, como defende Coutinho (2008) a partir de uma visão furtadiana.

³⁵ As contribuições de Fernando Novais e Caio Prado Júnior para a história econômica brasileira superam o âmbito dos sentidos da colonização, porém é justamente acerca dessa temática que suas teses encontram-se e fornecem importantes encadeamentos e complementações, a partir de um viés crítico da economia política envolvida nos processos de valorização do capital colonial e das relações econômicas, em especial a acumulação primitiva de capital, entre o Brasil colonial e a metrópole portuguesa, o trabalho de Mendes (2013) investiga e demonstra essa relação. A respeito da trajetória dos autores ver Pericás (2016) e Arruda (2015).

desenvolvimento do sistema capitalista frente à crise do colonialismo mercantilista, o único sistema econômico aplicado ao Nordeste colonial, responsável pelo seu desenvolvimento e crescimento econômico calcado na produção e exportação de gêneros agrícolas tropicais.

Por não implicarem em fenômenos conflitantes, é possível destacar, pelo prisma da ascensão econômica do final do século XVIII, primariamente, a recuperação da economia canvieira, a qual restabeleceu a prosperidade do Nordeste açucareiro-litorâneo, porém baseada nos mesmos elementos desde o século XVI, sobretudo com o retorno da agricultura ao cargo de principal atividade econômica do Brasil colonial, e conseqüentemente do Nordeste, que concentrava a maioria das plantações de cana-de-açúcar e dos engenhos. A prosperidade transferiu-se imediatamente para o Nordeste pecuarista-interior, tanto para o fornecimento de animais, quanto dos produtos beneficiados e derivados de leite e da própria carne, uma vez que a atividade pecuária, mesmo com os avanços acumulados na criação de uma dinâmica interna, principalmente por voltar-se momentaneamente a outros polos consumidores de seus produtos, não se desvinculou da produção açucareira.

Todavia, a recuperação agricultora não resume-se ao surto canvieiro do final do século XVIII, durante o mesmo período o Nordeste pecuarista-interior, repleto de fazendas de criação de gado bovino, equino e caprino, além da crescente presença de oficinas de produção de roupas e acessórios ornamentadas com o couro dos animais; assistiu também à eclosão da agricultura em seus domínios, por conta do cultivo de algodão. Durante os primeiros séculos de colonização, a agricultura nos territórios interiores do Nordeste restringiu-se à subsistência, repetindo o padrão de povoamento, com raras e espaçadas plantações de frutas e tubérculos, mas o algodão mudou completamente esse quadro, ocupando prioritariamente dois tipos de territórios: as margens dos rios que cortavam o sertão nordestino e o agreste, região fronteira entre os dois Nordestes, primitivamente ocupada pela cana-de-açúcar e menos explorada pelo gado.

O cultivo de algodão, ao menos inicialmente, simboliza a continuidade do secular modelo de valorização do capital colonial, por basear-se nos mesmos fundamentos que proporcionaram o crescimento e o desenvolvimento do complexo econômico da cana-de-açúcar. Inclusive por tratar-se de um gênero tipicamente tropical, presente no cotidiano dos povos originários do território brasileiro, como defende Caio Prado Júnior (1976), e, de acordo com Simonsen (2005) compoendo a

gama de exportação colonial desde os primeiros anos da presença portuguesa na América.

A continuidade dos mesmos fundamentos implica que a concorrência espacial com a pecuária e a cana-de-açúcar não impediu que senhores-colonos se apoderassem de extensões latifundiárias exclusivamente dedicadas à plantação do algodão, nas quais o trabalho era predominantemente escravo, apesar de contar com homens-livres e remunerados em múltiplos âmbitos do processo produtivo. A própria motivação que inicia o processo de expansão dessa cultura replica o modelo canavieiro, acrescentando mais um produto de empresa agrícola colonial visando abastecer o comércio europeu.

O primeiro ciclo nordestino do algodão tem duração aproximada de 7 décadas, contida entre os anos 1750 e 1820, acompanhando um intervalo de tempo tomado pelo crescimento econômico e por mudanças na sociedade nordestina, logo, o ciclo inicia-se embasado na continuidade dos antigos fundamentos da agricultura do Nordeste colonial, porém rapidamente apresenta mudanças, ao assimilar as influências externas do avanço do modo de produção capitalista em detrimento da crise do Antigo Sistema Colonial.

Sob o contexto de forte recuperação e crescimento econômico o algodão não significou um rompimento com a relevância da díade açúcar-pecuária, uma vez que, conforme buscamos demonstrar, ambas as atividades já haviam passado por décadas de transformações internas na sua lógica de acumulação. O algodão, sempre presente na economia colonial, mas relegado a um papel secundário de subsistência e sob rígidas restrições comerciais que impediam sua exportação, viu-se diante de políticas de incentivo de Companhias Gerais, em especial a de Pernambuco e Paraíba e a do Maranhão e Grão-Pará,³⁶ plenamente satisfeitas dado o excepcional desempenho da exportação da matéria-prima destinada às múltiplas fábricas surgidas a partir da Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra. Mesmo com o crescimento da atividade pecuária e da exportação da cana-de-açúcar, o desempenho do algodão foi

³⁶ Além do mencionado coeficiente de desenvolvimento tecnológico que propiciou a possibilidade de beneficiamento do algodão nordestino, o mercado europeu sofria com a escassez de matéria-prima para alimentar a crescente produção de tecidos, sobretudo na Inglaterra, diante dessa situação a cotação do produto alcançou níveis consideravelmente altos, chamando atenção das Companhias comerciais monopolistas da região nordestina, que forneceram incentivos variados para a implantação de complexos produtores de algodão (CARREIRA, 1988; MELO, 2017).

suficiente para adentrar ao século XIX como principal produto de exportação do Nordeste brasileiro (MARTINS; MELO, 2018).

O impacto da cultura algodoeira foi propagado por toda a região Nordeste, não apenas no âmbito econômico, por conta das novas técnicas produtivas e da riqueza a ela atribuída, mas também pelas alterações na paisagem e na dinâmica social. Sendo assim, são inúmeras as modificações derivadas do surto algodoeiro no Nordeste brasileiro, porém, apesar do desempenho excepcional que leva o algodão a superar o algodão nas importações, a nova cultura não invade o território do Nordeste açucareiro-litorâneo, sua influência e presença é propagada nos limites do Nordeste pecuarista-interior, percorrendo os cursos dos principais rios da região e algumas outras regiões limítrofes, em relação ao litoral Nordestino e à região da floresta amazônica, dessa forma a paisagem econômica do Nordeste pecuarista-interior teria seu centro predominantemente ocupado pela pecuária, dividindo os territórios sertanejos melhor irrigados, sobretudo a respeito dos recursos fluviais, com as plantações de algodão que tomariam também os territórios marginais, como toda a extensão do agreste e a fronteira com a Amazônia Maranhense.

A partir desse surto comercial, até meados da década de 1940, o algodão jamais deixaria de participar da economia nordestina como uma cultura de primeira relevância, sobretudo nas regiões interiores, logo, a nomenclatura dada ao Nordeste pecuarista-interior passa a não ilustrar mais a perfeita realidade dessa região político-econômica e passaremos a utilizar Nordeste pecuarista-algodoeiro-interior. A alteração deve-se à relevância econômica, mas também ao conjunto de mudanças sociais e políticas que o cultivo dessa fibra natural trouxe para a região, desde uma expansão do trabalho remunerado até o surgimento de uma nova classe dominante capaz de propor rivalidade econômica e não-conflituosa à aristocracia açucareira do litoral.

A descrição das estruturas produtivas de algodão denotam o caráter “democrático” descrito por Andrade (1963), a princípio a atividade foi levada a cabo por grandes produtores que cultivaram o algodão em grandes propriedades de dedicação exclusiva, porém esse perfil foi alterado ainda dentro do primeiro ciclo algodoeiro relevante, posto que pequenos produtores também reuniram condições de desenvolver suas plantações de algodão, pois, em comparação com a cana-de-açúcar, a nova cultura reunia menor complexidade produtiva, além da abundância de terra nas quais o algodão poderia ser desenvolvido. Tamanha era a versatilidade da

cultura algodoeira que produtores da economia de subsistência, como milho e feijão, passaram a produzir algodão paralelamente aos gêneros já produzidos, e o mesmo fenômeno observou-se na pecuária, principalmente nos territórios sertanejos, onde pecuaristas associaram a consagrada atividade à agricultura.³⁷

Ainda em perspectiva comparada à empresa agrícola açucareira, a “democracia” da atividade algodoeira possui ainda duas outras frentes: primeiramente por não repetir o padrão centralizador, pois a plantação e o beneficiamento, realizados pelos descaroçadores e bolandeiras, eram desempenhadas por distintos produtores, muitas das vezes a fibra era comercializada para os beneficiadores e esses realizavam a exportação; a outra frente “democrática” da atividade algodoeira refere-se à mão-de-obra e distancia-se da produção de cana-de-açúcar,³⁸ seguindo, ao menos em partes, o padrão das regiões interiores do Nordeste, uma vez que, além de fazer uso de escravos em menor quantidade, apresentou forte crescimento sem contribuir decisivamente para o aumento do fluxo de escravos destinados ao Nordeste, abrindo espaço para a opção pelo trabalho remunerado.³⁹

O Nordeste e suas duas regiões político-econômicas chegaram ao século XIX em um momento definitivamente próspero, não apenas pela superação da severa crise enfrentada desde o final do século XVII, mas também pela combinação da articulação comercial aos movimentos de diversificação produtiva apresentada pelas atividades econômicas, e, principalmente, pela transformação estrutural oferecida pelo surto algodoeiro. A ótica apresentada privilegia a interpretação de Caio Prado Júnior (1976), se desconsiderarmos as contradições dos séculos de desenvolvimento mercantilista associados às contradições que já se manifestavam nos incipientes sinais do avanço capitalista sobre a lógica colonial que vigorava sobre o então território imperial.

³⁷ A agricultura associada, observada por Andrade (1963) e Koster (1942), oferecia diversas vantagens comerciais para os produtores, como o aproveitamento da terra “descansada” em períodos pouco propícios para desenvolvimento das culturas originais, como o milho. No caso da associação do algodão à pecuária, oferecia-se vantagens como o fornecimento de resíduos vegetais, que surgiam após a colheita das ramas, como alimento para o gado.

³⁸ Em sua análise sobre a economia Nordestina, que gerou o GTDN (1967), Celso Furtado defende que a produção açucareira absorveu parte da mão-de-obra que a atividade açucareira, por conta de sua baixa produtividade, era incapaz de assimilar.

³⁹ Grande parte das fazendas produtoras de algodão conviveu, concomitantemente, com a presença de funcionários remunerados e escravos, entretanto Martins e Melo (2018) defendem que as duas principais regiões produtoras de algodão no Nordeste diferenciaram-se decisivamente nesse aspecto, uma vez que o Maranhão fez largo uso da mão-de-obra escrava enquanto em Pernambuco predominou o trabalho remunerado.

Por volta da década de 1820 os preços internacionais do açúcar e do algodão resumiram-se a frações daqueles praticados durante o ciclo de prosperidade, contido entre a segunda metade do século XVIII até meados das duas primeiras décadas do século XIX. Dessa forma, novamente o Nordeste viu-se vitimado pela fragilidade gestada pelos séculos de exploração sob a lógica colonial, baseados em fundamentos pré-capitalistas que não foram interrompidos pela transferência da sede do Império português para o Brasil e tão pouco pelo controverso processo que levou o país à Independência.

Os fundamentos seculares da exploração colonial mantiveram o predomínio das relações econômicas de ambas as regiões político-econômicas nordestinas, porém passaram a conviver com elementos modernizantes: os grandes produtores detentores de amplos latifúndios coexistiram com uma classe emergente de pequenos produtores possuidores de menores propriedades; o trabalho escravo ainda largamente utilizado viria a conviver com um avanço do trabalho remunerado, a abertura dos portos não levou a uma ruptura imediata do comércio com Portugal mas abriu espaço para o estabelecimento de laços comerciais com outras nações, principalmente com a Inglaterra; além da monocultura canavieira do litoral assistir à ascensão da agricultura associada, com destaque para os algodoads.

A segunda crise do segundo período da história econômica nordestina, portanto, apesar de, bem como a primeira crise, relacionar-se com as flutuações de preço dos principais produtos comercializados na região, emerge em meio a uma já anunciada crise econômica do sistema colonial, sob o contexto da série de mudanças locais e na conjuntura externa. Os mecanismos da crise do sistema colonial foge ao nosso objeto de pesquisa, mas, de forma geral, enquadrando a realidade nordestina nessa problemática, Portugal acumulou considerável atraso econômico, em comparação às outras potências europeias, ao não acompanhar os princípios do desenvolvimento capitalista, principalmente a acumulação primitiva de capital, pelo contrário, lançou mão desse caminho e voltou-se à prática de incentivos que preservassem a fórmula de valorização pré-capitalista assimilando algumas das novas práticas comerciais, como a redução do exclusivo comercial, elaborando uma espécie de reformismo do Antigo Regime (NOVAIS, 1989).

Nas palavras do próprio autor podemos encontrar uma síntese da tentativa portuguesa de conservação do Antigo Regime e das ressalvas permitidas, ao menos até 1808:

“É que a crise era geral e promanava da própria estrutura e funcionamento do sistema e a política econômica portuguesa relativa ao Brasil atuava apenas sobre um segmento dele. Efetivamente, organizado como um vasto mecanismo de acumulação primitiva, o Antigo Sistema Colonial, na medida em que funcionava, ia se constituindo cada vez mais em fator da passagem para o capitalismo industrial; o que por sua vez a emergência de condições que não se compatibilizam com a permanência desse mesmo sistema de colonização mercantilista: exclusivo, escravismo, de fatores de acumulação, tornam-se óbices do desenvolvimento. Tal mecanismo básico operava no nível da estrutura fundante do sistema, subjacente a todo processo de colonização da época moderna. Nesse sentido, no nível estrutural, pode dizer-se que, com o florescimento da Revolução Industrial, o Antigo Sistema Colonial estava condenado. Esse mecanismo estrutural de desenvolvimento e crise, por isso mesmo que estrutural, operava no conjunto do sistema: no conjunto, as economias coloniais periféricas promoviam acumulação de capital nas economias centrais europeias; no conjunto, a exploração das colônias na Época Moderna foi um dos fatores da passagem para o moderno industrialismo; no conjunto, o Antigo Sistema Colonial irá sendo afetado, alterado, e enfim destruído pelo capitalismo industrial que organiza a sua forma própria de exploração das áreas periféricas.” (NOVAIS, 1989, p. 300).

Para o Nordeste, a autonomia política e administrativa do Brasil, nas condições que permearam o processo, simbolizava, a priori, a continuidade de processos que já haviam sido iniciados no século anterior: a perda de importância política, pela intensificação da centralização de decisões nas regiões ao Sul do país, e o seguimento da lógica de fornecimento de gêneros tropicais para o mercado externo, já sem os obstáculos do exclusivo comercial. Ou seja, o isolamento iniciado pela primeira crise do século XVII, nos termos previamente definidos, consolida-se, atentando para a relação desse fenômeno, primeiramente, com a perda de importância econômica frente à ascensão das regiões do Centro-Sul brasileiro, a despeito da articulação comercial, e, por outro lado, com a construção e consolidação de uma dinâmica interna, afastada das normas definidas pelas relações sociais contidas nas regiões sob a influência do Rio de Janeiro e da ascendente São Paulo.

A última parte do segundo período da história econômica nordestina, portanto, resume-se entre a década de 1820 e o ano de 1889, com a Proclamação da República, esse intervalo de aproximadamente meio século oferece ao Nordeste açucareiro-litorâneo e ao Nordeste algodoeiro-pecuarista-interior o desafio de busca da superação da crise imposta pela queda de preços dos seus principais produtos, enquanto assistem à rápida ascensão de complexos econômicos prósperos em outras

regiões brasileiras. Além disso, ainda no âmbito econômico, a inserção de capitais externos nos seus negócios, capazes de promover alterações estruturais na matriz econômica de ambas as regiões político-econômicas do Nordeste.

A conjuntura social, com influência nos termos econômicos, ainda contribuiu no determinado período com a ascendência de mobilizações populares de viés abolicionista, republicanas e até mesmo separatistas. Essas aspirações englobaram setores nobres da sociedade nordestina, bem como mobilizaram extratos dos infantes proletariado e campesinato formados ao redor das principais atividades econômicas ali desenvolvidas. A formação das classes sociais nas regiões econômico-políticas do Nordeste, já sob a lógica capitalista mais consolidada, suporta elementos essenciais para a compreensão da economia política do desenvolvimento econômico nordestino, com fenômenos como cangaceirismo, fanatismo e coronelismo.⁴⁰

Diferentemente do padrão encontrado na crise do século XVII, no século XIX os impactos e a duração da crise vitimaram de maneira desigual as regiões econômico-políticas do Nordeste, uma vez que a recuperação do nível de preços da cana-de-açúcar deu-se brevemente, já a cultura algodoeira e a pecuária sofreriam com a criticidade da situação durante décadas (ANDRADE, 1963; DE CARLI, 1938; FURTADO, 2007, PRADO JR, 1976).

A diferenciação deve-se, em primeiro nível, à recomposição do preço do açúcar a níveis que possibilitaram a manutenção dos engenhos e com a possibilidade de estabelecimento de relações comerciais mais amplas, envolvendo os emergentes complexos econômicos do Centro-Sul e potências europeias, ainda que, em termos absolutos, a riqueza produzida pela atividade não tenha sequer se aproximado dos números alcançados em seu auge, e também pela diminuição do mercado para o açúcar nordestino, em decorrência da entrada dos Estados Unidos no mercado de fornecimento do açúcar, no qual reunia vantagens competitivas relevantes pela fabricação do açúcar derivado da beterraba e pelos benefícios logísticos de possuir ao mesmo tempo, um grande mercado interno, outrora dividido pelo açúcar antilhano

⁴⁰ Os três fenômenos sociais mencionados serão amplamente explorados nos demais capítulos da obra, por sua influência e essencial participação na compreensão da economia política do desenvolvimento econômico da região. Entretanto cabe adiantar as principais obras que orientaram a elaboração da linha de pensamento seguida: sobre o cangaceirismo ver Pericás (2010), sobre o fanatismo ver Menezes (2018), já sobre o coronelismo a reunião de obras de perspectiva crítica estará melhor demonstrada no capítulo imediatamente posterior a este tópico.

e pelo açúcar nordestino, e proximidade do grande mercado europeu, previamente dominado pelos produtores latinos (DIÉGUES JR, 1949).

Consequentemente registra-se a queda de engenhos e a venda de escravos para as economias do Centro-Sul, a queda do nível de produção tornou a manutenção dos escravos muito dispendiosa e a contratação de trabalhadores sob o regime de remuneração mais vantajosa, destaca-se que os níveis de salários mantinham-se por volta da subsistência. Também como consequência dessa diminuição de prosperidade e produção do Nordeste açucareiro-litorâneo, associado aos avanços técnicos da Revolução Industrial, a partir da década de 1840, os senhores de engenho optaram pela tentativa de mecanização dos engenhos, alçando à realidade local os engenhos centrais. De maneira contínua, portanto, a atividade açucareira, que acumulou um caráter escravocrata desde o seu surgimento, modificou esse fundamento, por conta das vantagens econômicas, em primeiro plano, e pelas dificuldades cada vez maiores na aquisição de escravos, sobretudo pela proibição do tráfico negreiro.⁴¹

Os movimentos de mecanização dos engenhos já haviam iniciado um processo de rompimento dos seculares laços entre pecuária e indústria açucareira, porém desde o surgimento do algodão no Nordeste algodoeiro-pecuarista-interior, os criadores de gado aproximaram-se e associaram-se aos produtores da fibra natural, sobretudo pelas suas complexas necessidades logísticas derivadas da dificuldade de transporte do algodão para os grandes centros exportadores e até mesmo para as oficinas de beneficiamento, nem sempre alocadas proximamente. A articulação comercial de produtos beneficiados de carne dos animais restringiu-se ainda mais aos nordestinos, posto que os complexos econômicos do Centro-Sul eram abastecidos pela pecuária dos territórios hoje correspondentes ao Rio Grande do Sul e Uruguai.⁴²

A produção pecuária, bem como os algodoais, seguiu a indústria açucareira e encontraram no comércio de escravos, destinando-os ao Centro-Sul, retornos monetários que já não eram promovidos pela produção anteriormente por eles

⁴¹ A obra de Ângela Alonso (2015) destina-se à compreender, sob um ponto de vista pioneiro, o movimento abolicionista a partir da teoria dos movimentos sociais, porém realiza um exercício de sociologia histórica que fornece importantes informações sobre o caminho percorrido até a promulgação da Lei Áurea, além de preciosas informações sobre a conjuntura social em regiões importantes do Nordeste, principalmente Recife e Salvador.

⁴² A produção das peças artesanais derivadas do couro de diferentes animais jamais reuniu suficiente relevância para repor as perdas impostas pela crise, mas não deixaram de existir e ofereciam subsistência aos locais, não apenas pelo comércio, mas também destinada ao consumo próprio.

promovida, dessa forma confirmaram uma tendência que já havia sido iniciada, ou seja, de que se tratavam de atividades mais afastadas do escravismo e dadas ao trabalho remunerado.

No caso do algodão, não houve reposição de mercado, nem dos níveis de preço, pelo contrário, produtores de algodão viram-se forçados a buscarem novas culturas para plantação e comércio, o que implicava em um conjunto de dificuldades, sobretudo no sertão, pelas conhecidas características pluviométricas e fluviométricas da região, além das particularidades do solo sertanejo.

Os derradeiros anos do segundo período histórico-econômico do Nordeste brasileiro ainda reservaram à cultura algodoeira um surto delimitado entre os anos de 1861 e 1865, por conta da Guerra de Secessão estadunidense, que interrompeu a produção hegemônica de algodão por parte do país, condenando o grande mercado consumidor europeu, sobretudo a Inglaterra à escassez de uma valiosa commodity para o seu complexo industrial. Dessa forma o Nordeste algodoeiro-pecuarista-interior ocupou o lugar de principal fornecedor de algodão para o mercado europeu, a realocação de recursos para a plantação e beneficiamento de ramas de algodão privilegiaram, sobretudo o estado do Maranhão, pelas estruturas remanescentes que não foram capazes de migrar para outras atividades. Dessa recuperação momentânea resultou um igualmente breve movimento de mecanização da produção algodoeira que viria a ser melhor explorada no período republicano (BASTOS, 1938).

Dessa forma, os “Nordestes” e suas principais atividades econômicas, na busca da superação da segunda crise econômica, contida respectivamente no segundo período da história econômica nordestina, recorreram novamente às articulações comerciais e à diversificação comercial e produtiva. Entretanto, diferentemente do primeiro episódio crítico, o nível de produção de riqueza não foi suficiente para repor ou aproximar-se do auge alcançado durante o período colonial. Portanto, a realidade que o Nordeste e suas regiões político-econômicas vivenciam às vésperas de adentrar ao período republicano é bastante distinta, apesar do contínuo e longo processo de isolamento e diminuição da importância econômica e política da região.

O século XIX concentra múltiplos eventos de primeira relevância para a política, a sociedade e a economia nordestina, sejam no interior ou no litoral. A relevância desses eventos gerou impacto enfático na economia política do desenvolvimento econômico local, sobretudo pelas transformações agregadas à lógica de valorização, posto que a região adentra os primeiros anos deste século ainda na condição de

território colonial, angariando prosperidade a partir da continuidade de um secular modo de produção ainda muito atrelado aos conceitos mercantilistas.

Este ciclo de longo prazo, entretanto, inicia um processo de ruptura motivada pela condição política do território nordestino que acompanha as mudanças registradas no Brasil, pois, em aproximadamente duas décadas, viu-se integrante de um território colonial, posteriormente de uma nova sede do Império Português e, tão logo, alcançou a categoria de região do então independente Império brasileiro.

A mesma rapidez, no entanto, não é replicada nas relações sociais e no âmbito econômico, pela permanência de muitas das estruturas que sustentaram o Antigo regime e a exploração colonial, assimilados pelo avanço do modo de produção capitalista, formando assim as bases da economia dual do Nordeste brasileiro, caracterizada pela convivência simultânea de elementos arcaicos e modernizantes que estabelecem uma relação pautada pela concorrência e pela retroalimentação com o intuito de conservar o funcionamento da lógica de valorização do capital.⁴³

⁴³ A dualidade econômica apresenta-se como uma categoria fundamental para a compreensão da evolução dos modos de produção no Brasil, no presente trabalho buscamos aplicar suas ferramentas de análise ao caso do Nordeste brasileiro e suas regiões político-econômicas, nesse contexto três principais autores brasileiros oferecem importantes contribuições: Ignácio Rangel (1981 e 1999), Francisco de Oliveira (1973, 1993, 2002, 2003, 2008, 2013) e Florestan Fernandes (1975, 2006, 2008 e 2010). A teoria rangeliana trata de uma sistematização acerca do funcionamento de uma economia dual, sob essa conjuntura busca demonstrar a tradição dualista na formação econômica brasileira, propondo quatro ciclos de dualismos, sobre os quais o autor desenvolveu um esquema em que cada um desses ciclos possuiria dois polos, um interno e outro externo, e, da mesma forma, cada polo possuiria dois lados, sendo, novamente, um interno e outro externo. Outra característica esquemática diz respeito à estrutura política dos ciclos, sobre o que o autor destaca que a dualidade possuiria um sócio maior e um sócio menor. A tradução desses conceitos de “densa simplicidade” (GUIMARÃES, 1984, p. 64) aproxima-se de interpretação que defende os polos como as distinções econômicas presentes dentro de uma economia nacional, sendo o polo externo hegemônico sobre o polo interno, decorrente disso têm-se que os lados atuam como as faces de interação desses polos, sendo o lado interno restrito às relações locais, enquanto o lado externo possui interface com a economia mundial. Paralelamente a questão sobre o estabelecimento de relações comerciais também é aplicada na definição dos polos (GUIMARÃES, 1994), os lados contidos nos polos correspondem a um modo de produção específico que, apesar de diferente dos demais, estava dialeticamente conectado aos demais lados e seus modos de produção. A mudança de ciclo obedecia a um conjunto de regras elencadas por Rangel (1999), mas que de certa forma respondem ao crescimento das forças produtivas em que a sociedade “muda de modo de produção e o faz no sentido geral no qual muda a sociedade humana, passando a um modo de produção superior” (RANGEL, 1981, p. 12). A sistemática da dualidade, em termos “rangelianos”, então, não se trata da superação, ou coexistência, do protagonismo de uma atividade econômica, em relação à outra atividade mais ou menos avançada, dentro de um mesmo modo de produção. Principalmente no caso brasileiro, refere-se a uma dinâmica entre os polos e seus lados, em que, antes de mais nada, parte do centro dinâmico uma mudança de comportamento e, a partir disso, um dos polos muda, incorporando no seu lado externo um modo de produção mais compatível com a nova realidade e passando para o seu lado interno o modo de produção anterior. Concomitantemente, o outro polo preserva a sua estrutura integrando uma nova dualidade, ocasionada pela troca, em movimento alternado, dos polos. Questões aprofundadas por Florestan Fernandes (1974), que, entre os autores citados, talvez seja aquele que oferece uma análise menos economicista, mas também adicionou variáveis importantes no debate crítico acerca do dualismo. Assim como Rangel (1999), Fernandes (1974) identifica um padrão dualista no desenvolvimento econômico desde a

A principal mudança registrada nas últimas décadas do segundo período da história econômica nordestina aponta para o avanço definitivo do capitalismo sobre as relações econômicas até então pautadas por uma face mercantilista contida no Antigo regime colonial. Trata-se de uma mudança estrutural na economia local, que acumula uma gama de consequências em todos os âmbitos da economia, estendendo-se às relações produtivas e alcançando as relações sociais, ambas submetidas aos efeitos do anterior ciclo duradouro do colonialismo.

As duas regiões econômico-políticas do Nordeste foram integradas no Império português e, conseqüentemente, no Antigo regime, a partir das atividades agropecuárias voltadas para um modo de produção escravista-latifundiário, submetidos ao exclusivo comercial com a metrópole portuguesa, logo, esses valores primordiais para o colonialismo apresentaram, ao mesmo tempo, as bases e uma série de entraves para o desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, a economia nordestina, já dividida entre as duas regiões econômico-políticas, passa a contar com

condição imposta de colônia e que permanece nos demais estágios alcançados no desenvolvimento brasileiro, além disso também identifica influência determinante de potências externas para a manutenção de estruturas internas da economia nacional. Em sua principal obra, Fernandes (1973) reúne definições centrais da sua produção teórica para interpretar, a partir da sociologia, a eclosão de uma revolução burguesa no Brasil, e, entre essas tantas definições, encontra essa tradição dualista e acarreta a ela uma função primordial no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, uma vez que o surgimento de um novo modo de produção não implicava em uma súbita mudança nas relações sociais, pelo contrário, eram mantidas as estruturas do padrão anterior, que desempenhavam função de fontes originárias de acumulação de capital, um “motor” para o alcance da modernização desejada. Francisco de Oliveira (2008), por sua vez, provavelmente desponta como o autor mais vinculado à visão crítica da teoria cepalina, sobretudo no que diz respeito ao dualismo, e muito disso está contido em *Crítica à razão dualista*, pois nesse texto direciona o seu diálogo diretamente para esses teóricos. O autor defende que o projeto modernizante e capitalista encontrado na industrialização se alimentava de forças e estruturas pré-capitalistas, e até mesmo não-capitalistas, para sobreviver e expandir sua predominância. Oliveira (2008) rechaça o proposto antagonismo dos cepalinos, demonstrando a relação funcional que esses polos complementares, e não opostos, desempenham pelo funcionamento do capitalismo brasileiro. A sua problematização, por exemplo, do trabalho informal como uma das principais faces da superexploração capitalista no Brasil figura como uma das maiores contribuições a respeito do tema, denotando que, ao mesmo tempo que Oliveira (2008) atenta para as especificidades brasileiras, ao estender o dualismo estrutural para as esferas do capital e do trabalho, das atividades econômicas predominantes e dos distintos estágios de evolução do capitalismo encontrados pelo mundo, ele adiciona a interpretação de que a apropriação de esferas “atrasadas” por parte das esferas “avançadas” figura como uma ordem de evolução de todo o sistema capitalista. De maneira bastante sintética, sobre o hipotético conflito entre o setor industrial e a agricultura, o autor descreve parte de sua proposta relação dialética, conforme o trecho abaixo: “Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do ‘novo mercado urbano-industrial’ exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Ainda mais, é somente a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação” (OLIVEIRA, 2008, p. 30 - 31).

dois polos: o arcaico, representado pelas estruturas sociais e econômicas advindas do modelo colonial, e o moderno, contidos nas demandas capitalistas de expansão de mercado.

A coexistências de seus polos, implicou no estabelecimento de uma relação dialética entre eles, isto é, ao mesmo tempo que, por um lado, demandava-se a superação dos elementos arcaicos do regime colonial, por outro lado, a manutenção das estruturas e relações consolidadas faziam-se necessárias para conservar a taxa de lucro e fornecer as bases para a sustentação dos novos modelos de valorização do capital.

Uma vez abandonada a formalidade da condição de colônia e estabelecido o predomínio do capitalismo sobre o novo e o antigo mundo, o Brasil e o Nordeste, ocuparam, na nova ordem geopolítica, o papel de periferia do sistema capitalista, submetidas aos movimentos do centro capitalista, representado pelas antigas metrópoles.⁴⁴

A condição de região periférica excluiu o Nordeste brasileiro de qualquer movimento capitalista que propusesse, ou ao menos estimulasse, o desenvolvimento local, pelo contrário, o avanço das forças capitalistas sobre a região nordestina deram-se pela necessidade de expansão do mercado, sobretudo pelo seu potencial construído sob o regime colonialista, composto de uma população considerável e de uma estrutura produtiva secular, com redes de fornecimento e um conjunto de remanescentes vantagens competitivas.

⁴⁴ As definições de “centro” e “periferia” em relação à geopolítica do sistema capitalista mundial, residem sob a tutela de diversas áreas das ciências humanas, porém no que se refere à história econômica, essa tradição está distribuída entre estruturalistas e marxistas. As visões críticas dessa formação geopolítica analisam as disparidades entre o desenvolvimento capitalista nos distintos blocos econômicos, atentando para as possíveis relações estabelecidas entre os blocos, grande parte dessas interpretações foram construídas com base na teorização acerca do sistema-mundo e, sobretudo, naquelas que tratam do imperialismo. Em uma síntese historiográfica Alex Fiuza de Mello (2006) defende que, mesmo entre os marxistas, as teorizações sobre essa questão apresentam múltiplas concordâncias e outras tantas discordâncias, contando com interpretações clássicas como Lenin (2011) e Hilferding (1985), passando por célebres obras de Arrighi (1996) e Wood (2014), até pioneiras visões apresentadas na segunda metade do século XX por autores como Brown (1963), Mandel (1982), Palloix (1972) e Amin (1974). Esse conjunto de obras e autores contribuiu para a formulação teórica da presente dissertação, para a compreensão da inserção brasileira, e nordestina, na lógica do capitalismo imperialista, sob os moldes do modelo centro-periferia, a pluralidade de autores e obras já mencionados, como os marxistas Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Ignácio Rangel e o cevalino Celso Furtado, em conjunto com Ruy Mauro Marini (2000 e 2013), Theotônio dos Santos (2011) e Vânia Bambirra (2012), teóricos da dependência, fornecem as bases das quais partiram interpretações contemporâneas que investigam a economia política do desenvolvimento capitalista na realidade da economia brasileira, país periférico, subdesenvolvido e dependente, cabe citar os trabalhos de Mariutti (2008) e Feldmann (2019) que, no desenvolvimento de seus trabalhos, oferecem sínteses críticas acerca do pensamento dessa temática.

Ou seja, o processo iniciado pelo avanço capitalista no Nordeste corresponde à eliminação ou assimilação dos entraves que pudessem impedir a conversão da região em um polo que assumisse, ao mesmo tempo, o papel de mercado consumidor e fornecedor, com potencial de expansão de negócios, em outras palavras: o processo em curso tratava-se da expansão da fronteira do capital. Uma vez que esse conjunto de fenômenos sociais e econômicos deu-se motivada pelos anseios capitalistas, as inerentes contradições do sistema econômico exacerbaram-se sobre a transformação capitalista do Nordeste e apresentaram-se em frentes distintas: primeiramente em relação ao atraso perante às antigas metrópoles e então componentes do centro do capitalismo mundial, ao passo que a maioria das nações desse centro encontravam-se, em meados do século XIX, em pleno desenvolvimento do capitalismo industrial, pois já haviam realizado sua respectiva acumulação primitiva de capital e, conseqüentemente, a inserção no capitalismo mundial via capitalismo mercantil.⁴⁵

Portanto, a inserção do Nordeste brasileiro no capitalismo mundial, em meio avanços do sistema capitalista sobre os infantis territórios independentes do Sul, produz uma forma peculiar do capitalismo, caracterizada pela coexistência de elementos mercantilistas, atrelados à lógica econômica do regime colonial, capitalistas-mercantis e até mesmo princípios da presença do capital industrial, refletindo os impactos da ingerência dos países centrais sobre a economia doméstica dos territórios periféricos.

As peculiaridades apresentadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista na região Nordeste não geraram diferenciações suficientes para que se proponha a possibilidade de um modo de produção próprio, pelo contrário, a proposta orbita em torno do modo encontrado, sob a lógica capitalista, para expandir-se na região, de forma manter ou amplificar a extração de mais-valia sobre as atividades econômicas dominantes, apropriando-se de técnicas e elementos amplamente utilizados e agregando, ou impondo, métodos tipicamente capitalistas.

⁴⁵ Os conceitos utilizados de capital mercantil e capital industrial, dos quais derivam as denominações dos períodos capitalistas, partem da leitura marxista dos termos. De maneira simplificada, as categorias desenvolvidas por Karl Marx (2017) diferenciam-se pois no capital mercantil baseia-se essencialmente na especulação da compra de uma mercadoria e na venda por um preço superior, já o capital industrial “ao contrário do capital mercantil, está baseado na concorrência entre capitais e na contínua incorporação de progresso técnico aos processos produtivos (...) Na medida em que a mais-valia relativa se realiza no mercado, através da troca de equivalentes, a acumulação de capital só se viabiliza através do contínuo aumento da produtividade” (BRESSER-PEREIRA, 1989, p. 283). Trata-se, portanto, da assimilação dos mecanismos de acumulação de capital, os quais auxiliam a compreensão das realidades históricas, sobretudo nos momentos de transição entre a predominância sobre o sistema capitalista.

O processo de transição de uma economia mercantilista-colonial para uma economia capitalista primário-exportadora inicia-se na primeira década do século XIX e estende-se até sua última década e acumula múltiplas mudanças, sobretudo aquelas atreladas à economia. A primeira das mais demarcadas alterações estruturais na economia nordestina vigora sobre todo o território brasileiro, com a queda do exclusivo-comercial, proporcionando a expansão de relações comerciais para além de Portugal, apesar do domínio da Inglaterra sobre as transações comerciais, domínio costurado a partir de acordos e do poder da maior potência comercial da época.

Outra das importantes alterações registradas no período transcorre durante todas essas últimas décadas do segundo período da história econômica do Nordeste e aponta para a incorporação de progresso técnico nos processos produtivos das preponderantes atividades econômicas encontradas na região: a exploração da cana-de-açúcar, do gado e do algodão. Os avanços tecnológicos deram-se apesar da contração econômica, na qual a economia nordestina viu-se novamente vitimada pela flutuação da demanda dos seus principais produtos, frente ao avanço de outros países produtores acompanhada, porém, de diversas instabilidades domésticas que afetaram a produção e o comércio, bem como os persistentes e prolongados períodos de seca somados ao conturbado cenário político e social, sobretudo na segunda metade do século XIX.

A incorporação de progresso técnico nos processos produtivos não foi a única das alterações promovidas pelo avanço capitalista, de maneira lenta e gradual, o campo do trabalho acompanhou as investidas em prol da abolição do trabalho escravo. O ritmo lento e os avanços graduais correspondem tanto ao aspecto dualista em voga quanto à conjuntura de transição dos regimes de acumulação e modos de produção, dessa forma é possível observar que um dos polos da economia nordestina serviu como reserva de valor e fonte de acumulação, dada a conservação do trabalho escravo, aliado ao latifúndio e à monocultura.

A leitura rangeliana que permite a identificação de polos das economias duais, não deve ser confundida com a divisão entre o Nordeste açucareiro-litorâneo e o Nordeste pecuarista-algodoeiro-interior, uma vez que a lógica econômica dual se estendeu pelas relações sociais e econômicas, submetendo atividades econômicas, setores da sociedade, figuras e políticas públicas aos interesses capitalistas.

A cooptação do Estado e o domínio dessas relações figuraram como plano de fundo para a atuação capitalista sobre o comércio e a produção, conforme foram

citadas as principais mudanças agregadas por esse movimento transformador. Os acordos e formação de alianças proporcionaram a esperada rede de comércio com intensa troca de mercadorias no âmbito regional, nacional e internacional. Porém, a conservação de estruturas arcaicas, ligadas ao colonialismo, e a incorporação de progresso técnico despontam como as principais forças motrizes para a instauração do capitalismo nas terras nordestinas, pois foi graças a esses subterfúgios que, a partir da exploração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, foram alcançadas, preservadas e amplificadas as margens de lucro aos empresários capitalistas.

O Estado, em meio a essa diversidade de cenários em disputa, torna-se alvo de disputas, travadas pelas oligarquias, pautadas pelo poder político e econômico. O capítulo imediatamente posterior tratará de maneira mais detalhada sobre as oligarquias do Nordeste, porém, conforme demonstra Mello (1986), o papel por ela exercido às vésperas do fim da era Imperial caracteriza-se por intenso ativismo contra o descaso do governo Imperial com as demandas da região, principalmente pelo privilégio concedido aos negócios e interesses das oligarquias do Centro-sul, que acumulava maior importância política e cada vez maior predominância econômica.

O tom de insatisfação das oligarquias nordestinas é expresso já em 1878 no Editorial do Jornal do Comércio:

“Dia por dia vão-se modificando mais profundamente as condições de coexistência do Norte e do Sul do Império. Primeiro as diferenças do clima e da índole dos povos. Depois a diferença da riqueza, dos capitães e das indústrias. Finalmente a diferença de interesse e aspirações, que trará com certeza a necessidade de leis diferentes, de regime especial, de economia à parte. Toda a escravatura tem sido transportada para o Sul (...) a população livre, que já emigrava de cá, em busca de trabalho e de fortuna, ou morre ou é deportada, deixando desertos os seus campos que esperam novos cultivadores. A centralização administrativa, que absorveu todos os recursos e toda a vitalidade das províncias do Norte, sem jamais satisfazer o múltiplo e variadíssimo encargo que assumira, criou essa situação, em que metade do Brasil, do São Francisco ao Amazonas, é como um cadáver que se decompõe.” (JORNAL DO RECIFE, 1878).

Tabela 1 - Participações dos portos nas exportações brasileiras - em %, 1776 - 1875

Período	RJ	BA	PE	MA	PA	SP	PB	CE	RS	PR	AL
1776-1777	15,3	40,6	27,5	7,7	7,1	-	1,8	-	-	-	-
1796-1807	34,2	26,4	22,7	11,7	4,2	0,3	0,3	0,2	-	-	-
1839-1845	53,8	15,1	13,8	4,2	2,3	1,8	1,7	0,6	3,8	0,8	1,4
1854-1855	55,7	13,5	10,7	2,3	4,4	3,9	1,9	0,7	3,8	0,9	1,4
1874-1875	50,1	7,6	7,9	1,6	5,1	13,5	1,7	2,5	4,4	1,1	2

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de MARCONDES (2005)

Tabela 2: Exportações provinciais para o comércio interprovincial e comércio externo - em contos de réis e %, 1874 - 1875

Províncias	Comércio Interprovincial		Comércio Exterior		Comércio Total (continua)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Norte						
Amazonas	2.000	2,3	155	0,1	2.155	0,7
Pará	3.426	4	10.394	5,1	13.821	4,7
Nordeste						
Maranhão	750	0,9	3.243	1,6	3.993	1,4
Piauí	273	0,3	240	0,1	513	0,2
Ceará	422	0,5	5.171	2,5	5.593	1,9
Rio Grande do Norte	598	0,7	1.327	0,6	1.925	0,7
Paraíba	56	0,1	3.424	1,7	3.480	1,2
Pernambuco	11.852	13,8	16.251	7,9	28.103	9,7
Alagoas	2.098	2,4	4.162	2	6.260	2,2
Sergipe	2.806	3,3	3.164	1,5	5.970	2
Bahia	8.229	9,6	15.710	7,6	23.939	8,2
Sudeste						
Espírito Santo	2.722	3,2	-	-	2.722	0,9

Rio de Janeiro	28.405	33,2	103.081	50,1	131.486	45,1
São Paulo	7.270	8,5	27.854	13,5	35.124	12,1
Oeste						
Mato Grosso	-	-	21	0	21	0
Sul						
Paraná	143	0,2	2.187	1,1	2.330	0,8
Santa Catarina	3.721	4,3	249	0,1	3.970	1,4
Rio Grande do Sul	10.894	12,7	8.944	4,4	19.838	6,8
		100		100		100
TOTAL	85.665	%	205.577	%	289.243	%

FONTE: MARCONDES (2005).

As tabelas 1 e 2 ilustram a motivação por trás das reclamações das oligarquias nordestinas, posto que, a região que ocupou por séculos o posto de principal polo econômico do Brasil não conseguia fazer frente ao domínio centro-sulista, esse responsável por mais da metade do comércio externo e do comércio interprovincial. A análise da participação dos portos nas exportações brasileiras exemplifica esse quadro ao demonstrar que entre 1776 e 1777 os portos nordestinos foram responsáveis por 84,7% das exportações e, cerca de um século depois, entre 1874 e 1875, movimentaram apenas 23,3%, mesmo com a adição dos portos dos estados do Ceará e Alagoas, enquanto no mesmo período a combinação dos portos de São Paulo e do Rio de Janeiro saltaram de 15,3% para 63,8%.

Os indicadores evidenciam não apenas os desequilíbrios econômicos e a concentração produtiva a nível nacional, mas fornece informações importantes acerca do cenário interno registrado na região Nordeste pois, mesmo com o abrupto encolhimento, demonstra o predomínio econômico alcançado por dois estados: a Bahia e Pernambuco, detentores de mais da metade do total da produção nordestina em todos os dados apontados, desde a participação dos portos nas exportações, até os dados de comércio externo e comércio interprovincial. O amplo domínio baiano e pernambucano deve-se à combinação de fatores políticos e econômicos, pela

relevância de suas capitais para o cenário regional e nacional, bem como pela quantidade de complexos produtores de cana-de-açúcar, algodão e gado presentes nesses estados. Ambos os estados dividem parte de seu território entre as duas regiões econômico-políticas nordestinas, porém isso não desponta como um diferencial diante de outros estados que apresentam a mesma distribuição geográfica de suas terras.

Além da soberania pernambucana-baiana, uma característica predominante sobre os estados nordestinos apontada pela Tabela 2 diz respeito à vocação exportadora da região pois, apesar da intensificação da articulação interprovincial, o volume exportado para mercados externos corresponde a algo próximo ao dobro do comercializado com as outras províncias brasileiras, sendo o Piauí o único estado que registrou cifras superiores no mercado interno em comparação ao mercado externo, ainda assim os números foram muito próximos. Em estados como a Paraíba e o Ceará o comércio externo superou em dez vezes o comércio interno.

Ainda assim, mesmo com o estímulo do mercado externo, toda a produção da região Nordeste não fazia frente ao então principal estado do Brasil, o Rio de Janeiro. O quadro alcançado no biênio 1874-1875 prevaleceu até meados do final do século XIX, quando São Paulo iniciou a escalada rumo à superação do Rio de Janeiro, fenômeno que aprofundou a prevalência do Centro-Sul sobre o Norte e o Nordeste, endossando as queixas da oligarquia nordestina, preocupada com o contínuo processo de encolhimento da economia nordestina, fragilizado pela exposição à conjuntura internacional atrelada ao descaso do governo imperial e pelo cenário interno de agitação política e social, pautados pelos movimentos separatistas e abolicionistas.

Durante o século XIX, a economia dos estados nordestinos, de uma forma geral, alternou entre movimentos de encolhimento e rápidos surtos derivados de breves momentos de estímulo do mercado externo, de forma geral, portanto, o resultado foi a perda da importância econômica diante do próprio cenário interno quanto diante da rápida ascensão econômica do Centro-sul. O mais relevante dos breves estímulos recaiu sobre o algodão durante os anos em que a Guerra de secessão ocorreu nos Estados Unidos, criando um vácuo no mercado internacional anteriormente ocupado pelo seu então maior produtor, responsável pela movimentação intensa do Nordeste algodoeiro-pecuarista-interior durante as décadas

de 1860 e 1870, porém rapidamente os efeitos desse estímulo foram atenuados pela volta dos norte-americanos ao mercado algodoeiro.

O cenário do final da era imperial desenhava-se como desfavorável aos negociantes nordestinos, que, durante décadas, acumularam um conjunto de reclamações da gestão econômica e política do governo imperial. A formação do parlamento nordestino, predominado por empresários e burocratas, favorecia a publicação dessa insatisfação com os rumos das políticas públicas imperiais, manifestadas a partir de duas frentes distintas: reclamações acerca do descaso com o Nordeste, derivado da ênfase do governo Imperial aos negócios desenvolvidos pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, em detrimento das outras regiões; e protestos motivados pela promulgação de ações prejudiciais ao andamento e lucratividade dos seus respectivos negócios.

Os anos derradeiros do Império ofereceram duros desafios econômicos, políticos e sociais para o Nordeste: os efeitos positivos causados pelos ganhos de produtividade e a modernização da lavoura aliados aos estímulos do mercado externo foram minados pelas adversidades que surgiram conseqüentemente. Em aspectos econômicos, a crise apresentava-se primariamente a partir da perspectiva da demanda, uma vez que, enquanto a Europa criava obstáculos para a compra de açúcar importado, visando o incentivo ao açúcar de beterraba produzido localmente, os Estados Unidos recuperaram rapidamente o seu posto de principal produtor de algodão do mercado mundial, já o comércio interprovincial não mostrava-se suficientemente próspero para suprir essa lacuna formada pela retirada daqueles que desempenharam papel de principais mercados consumidores dos produtos nordestinos desde a era colonial, no caso de alguns países europeus, e que agregaram relevante participação a partir da independência, como foi com os Estados Unidos e a Inglaterra.

Ainda em termos econômicos, sob a perspectiva da oferta, as variáveis da crise derradeira da era imperial assumem uma composição heterogênea que supera a lógica de mercado, ao passo que elementos oriundos de distintas frentes afetaram negativamente a produção das principais mercadorias de ambas as regiões econômico-políticas do Nordeste brasileiro. As últimas décadas do segundo período da história econômica do Nordeste contou registraram consecutivos episódios de seca, sobretudo no interior da região, com destaque para a Grande Seca ocorrida entre 1877 e 1879, responsável direta pelo óbito de milhares de nordestinos

sertanejos, sobretudo cearenses, além de ter provocado um êxodo da região, obrigando trabalhadores dos complexos algodoeiros, pecuários e canavieiros a destinarem-se às capitais dos estados nordestinos e a outros estados, sobretudo estados do Centro-Sul e para o Amazonas.⁴⁶

Além do devastador efeito sobre a vida humana, o severo período de seca comprometeu também as plantações, gerando impactos em todos os componentes do ciclo produtivo das mercadorias nordestinas, ou seja, comprometendo as possibilidades de produção ao limitar o aproveitamento de recursos naturais e diminuir a disponibilidade de mão-de-obra. A mão-de-obra assume uma das frentes críticas da economia nordestina às vésperas do final da era imperial, derivada da migração para as províncias do Sul e da problemática entre a mão-de-obra livre e escrava, reunindo considerável grau de complexidade pois durante o século XIX grande parte das lavouras nordestinas realizaram uma migração parcial para o trabalho livre, conforme demonstra Mello (1986):

“Nos últimos vinte anos de regime monárquico, o trabalho livre adquiriu uma participação substancial no total da mão-de obra empregada na grande lavoura nortista. Em meados do século XIX a relação entre escravos e livres nos engenhos da mata pernambucana era superior a 3:1. Nos anos 70, a situação modificara-se radicalmente. Em 1871 Perdígão Malheiro calculara que a lavoura nortista empregasse braços livres numa proporção de quase 50%. Em Pernambuco, em 1884, ela era estimada em 75% e, no açúcar, em mais de 50%. Na Paraíba, em 1879, dava-se o fato de, no próprio vale do Paraíba, centro agrícola mais importante da província, já não haver engenho que dispusesse de mais de 50 escravos; muitos apenas com 16 ou 12, ao serviço doméstico. Em Sergipe e, sobretudo, na Bahia, o processo parece ter sido mais lento, daí talvez fosse a açucarocracia do Recôncavo baiano a aliada natural, no Norte, da cafeicultura fluminense (...) Mas se isto ocorria com o açúcar, os demais produtos baianos de exportação dispensavam, em compensação, o trabalho servil, como era o caso do café e do fumo. Em Sergipe, em 1885, a relação entre escravos e livres nos engenhos ainda seria de 3:1” (MELLO, 1986, p. 22 - 23).

Mesmo no Rio Grande do Norte e em grande parte das províncias do Ceará, Maranhão e Piauí, território predominado pela cultura do algodão e prática da pecuária, o trabalho escravo havia sido praticamente eliminado por volta da década

⁴⁶ Barboza (2015) assinala que a capital cearense teve sua população quadruplicada por conta do êxodo sertanejo motivado pelos efeitos da Grande Seca. Cerca de cinco mil cearenses direcionaram-se ao complexo seringueiro do Amazonas e uma menor parte desses retirantes buscou novas oportunidades nas lavouras do Centro-Sul.

de 1870. Evidentemente que esses números não transformaram os empresários nordestinos na vanguarda do abolicionismo brasileiro, pelo contrário, as razões econômicas e financeiras são preponderantes sobre esse processo de transição para o trabalho livre, como propriamente os avanços da legislação abolicionista, a definitiva proibição do tráfico negreiro e as vantagens comerciais e financeiras em comercializar escravos com as províncias do Centro-Sul em comparação aos custos de manutenção desses trabalhadores. Por outro lado, a opção cada vez mais ampla pelo trabalho livre provocou uma abrupta queda no nível dos salários dos trabalhadores das lavouras nordestinas, o salário pago a um trabalhador livre a partir da década de 1870 corresponde a metade do salário da mesma função em meados da primeira metade do século XIX.

Comparativamente, portanto, o Nordeste alcança o marco da abolição diante de uma tendência de abandono da mão-de-obra escrava, diferentemente do registrado nas províncias ao Sul, reunindo assim, ao menos em tese, vantagens para enfrentar a realidade imposta pela plena abolição da escravatura. As vantagens acumuladas, todavia, foram imediatamente consumidas pelas adversidades críticas impostas pelos cenários econômico e social, enquanto o Centro-Sul escravocrata resgatou a condição de centro hegemônico do Brasil pela política de imigração sustentada e incentivada pelo governo imperial, alinhado com as oligarquias locais e disposto a fornecer ampla estrutura de hospedagem e direcionamento para abastecer a lavoura cafeeira.

A longa e lenta ruptura com o modelo mercantil-colonial, calcado na monocultura, no escravismo e no latifúndio, prolongada pelos estímulos isolados do mercado externo e pelo conluio de interesses da nascente burguesia nordestina com os governos regionais, teve seu fim pelo esgotamento desse modelo frente aos avanços do capitalismo, a perda de relevância na economia brasileira e pelas distorções internas peculiares da região. A incapacidade de enfrentamento das adversidades da segunda metade do século XIX, mesmo com a adiantada transição para o trabalho livre, o estabelecimento de articulações comerciais com outros mercados fora do antigo exclusivo comercial e implantação de métodos mecanizados nas principais lavouras, não foram suficientes para a construção de autonomia e desenvolvimento econômico sustentável e independente das flutuações do mercado externo, que apresentava uma tendência protecionista ou distribuía a sua demanda para diversos polos produtores.

A crise econômica encontrou vazão na criticidade da situação climática, nas variantes pluvio e fluviométricas, e social da região nordeste, tanto na sua faixa litorânea quanto na porção interior a pauperização da população tornou-se um problema, incentivando as massivas migrações para outras regiões e intensificando os problemas de mão-de-obra para a agricultura e a pecuária nordestina. A definitiva abolição da escravidão e a Proclamação da República, servem como marco cronológico do fim desse segundo longo período da história econômica do Nordeste brasileiro e, conseqüentemente, inauguram o seu terceiro período, principal objeto de pesquisa dessa pesquisa, o qual buscaremos explorar nos capítulos seguintes desta dissertação, com ênfase para a economia política do desenvolvimento econômico e capitalista em voga de 1889 até 1930. Iniciaremos pela análise da luta de classes nordestina sob a ordem capitalista, particularmente da classe burguesa e da classe trabalhadora, formadas e consolidadas durante esse novo período da história econômica local.

CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE REPUBLICANO: INTRODUÇÃO À LUTA DE CLASSES NORDESTINA

2.1 CORONELISMO: LEITURA CRÍTICA DA AUTOCRACIA-BURGUESA NORDESTINA

O século XIX serviu ao Nordeste como um período de acúmulo de mudanças estruturais, em seus primeiros anos o território apresentava uma demarcada divisão territorial derivada de variáveis econômicas, sociais, climáticas e naturais, servindo a um secular sistema colonial de exploração de gêneros tropicais como o algodão e a cana-de-açúcar, aliados à prática da pecuária, baseados fortemente no trabalho escravo e voltados para o abastecimento do mercado europeu via exclusivo-comercial. Rapidamente a condição de território colonial converteu-se em território do infante Império brasileiro, entretanto as variáveis econômicas e sociais não acompanharam a mudança da condição política, pelo contrário, adequaram-se às mudanças parciais ocorridas no sistema de acumulação local, a economia nordestina, mesmo sem os obstáculos do exclusivo-comercial, manteve-se voltada para o mercado externo e avançou gradativa e lentamente, durante as restantes décadas do século XIX, em direção à articulação comercial e desenvolvimento do mercado interno. As lavouras de algodão e cana-de-açúcar, portanto, oscilaram entre momentos de bonança e momentos de profunda crise, derivados dos inconstantes estímulos advindos dos mercados consumidores internacionais. Entre essas alternâncias houve avanços na mecanização dos processos produtivos das grandes lavouras nordestinas e também na troca, também gradativa, da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre.

Contudo, as alterações na dinâmica do poder foram ainda mais sentidas pelo Nordeste e, sobretudo, pela sua consolidada oligarquia, posto que o equilíbrio de poderes foi profundamente afetado pelo contínuo e crescente aumento de importância econômica e política do Centro-Sul, sobretudo pelas prósperas lavouras cafeeiras da região do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses conglomerados detinham a capital do Império e exerciam grande influência sobre a tomada de decisões e direcionamento das políticas públicas, resultando em decisões amplamente favoráveis aos seus interesses e seus negócios, em detrimento do Nordeste que enfrentava as situações

críticas na economia e na sociedade, por conta da diminuição da dinâmica econômica, das frequentes secas e do êxodo populacional que despovoou o interior nordestino.

A decadência nordestina, seja em sua região açucareira-litorânea, ou na porção algodoeira-pecuária-interior, concatena grande parte dos desafios impostos à região Nordeste. Durante praticamente a totalidade das nove primeiras décadas do século XIX deu-se a construção dessa situação crítica e degradante para a economia e população local, reflexo dessa predominância deteriorante sobre a sociedade nordestina encontra-se na rápida atenuação dos avanços conquistados no período, como a avançada transição para o trabalho livre, a modernização do processo produtivo das lavouras e os ensaios de expansão da articulação econômicas a nível regional, nacional e internacional.

A construção da decadência da região Nordeste, atrelado à sua crise doméstica e a perda de importância econômica e política frente ao avanço do Centro-Sul, analisada a partir da economia política leva à reflexão sobre a sua relação com as alterações no modo de produção. Nesse caso, dizem respeito à definitiva transição para o capitalismo, isto é, as mudanças orgânicas na lógica de acumulação preponderante sobre as relações econômicas, entretanto, bem como as alterações, a conservação de estruturas e mecanismos pré-capitalistas oferecem valiosos elementos para a investigação desse processo sob essa privilegiada ótica das ciências sociais.

O avanço e o atraso, a modernização e a conservação, as alterações e as permanências produzem, no Nordeste brasileiro, um heterogêneo quadro socioeconômico no qual o arcaico e o moderno estabelecem relações dialéticas, de natureza antagônica, complementar e até mesmo de exploração, seja ela mútua e equilibrada ou extremamente benéfica a um dos polos e negativa ao outro polo. No cerne dessa dialética reside a estrutura dual sobre a qual o capitalismo fixa suas bases e prospera na economia nordestina, é a partir dessa característica estrutural que se dá o desenvolvimento econômico da região, principalmente nas suas variáveis internas; como a industrialização, o mercado de trabalho, a matriz econômica e os aspectos da luta de classes, e externas, como as articulações comerciais, a posição geopolítica e a influência das potências imperialistas.

A coexistência dessas estruturas inicia-se no segundo período da história econômica nordestina, porém, nesse primeiro momento, valendo-se de uma leitura rangeliana do fenômeno da dualidade, o polo que conduz essa relação é o do

escravismo colonial, enquanto a aurora capitalista burguesa opera pelo polo interno, servindo ao sistema decadente como reserva de acumulação. Os elementos e ferramentas do sistema escravista colonial permaneceram hegemônicos, ainda que sob sinais de decadência, enquanto as variantes sociais ligadas ao sistema capitalista, no papel de reserva de acumulação, serviram ao polo hegemônico viabilizando a sua persistente existência, oferecendo as alternativas recorridas pela classe dominante, em busca da preservação da riqueza e da influência político-econômica. A transição para o trabalho livre, antes mesmo da abolição definitiva, a busca pela expansão da articulação econômica em países e províncias diversas e a mecanização parcial da produção nas grandes lavouras nordestinas são os principais exemplos da ascensão de estruturas tipicamente capitalistas, sob a ordem escravista colonial.

A dualidade, conforme adiantado, é uma relação tipicamente dialética, logo, o acúmulo de importância dos fenômenos tipicamente capitalistas, associado ao contínuo processo de decadência do sistema escravista colonial, culminou na inversão de polos, na qual o sistema capitalista assumiu a condução das relações econômicas e sociais no Nordeste, porém não eliminou completamente as práticas e estruturas do sistema substituído pois, a partir de então, uma vez definido como polo interno da estrutura dual nordestina, seu papel destinou-se também à reserva de acumulação, frente à uma nova ordem social de viés capitalista e sob a influência de fenômenos como a aurora burguesa, a estruturação do estado burguês, a consolidação das classes sociais, o imperialismo e a industrialização.

Após séculos de predomínio do Antigo regime colonial, mesmo com a independência política já vigente, o primeiro período da história econômica Nordestina sob a lógica predominante do capitalismo tem seu início e seu fim datados juntamente com o começo e término da Primeira República, não propriamente pelo encerramento desse ciclo político brasileiro, mas pelo surgimento e decadência de artifícios que sustentaram um modelo de valorização do capital e desenvolvimento econômico, na combinação entre política, econômica e demais aspectos sociais. Dessa forma, buscaremos manter a linha de análise da periodização da história econômica do Brasil privilegiando a análise do modo de produção a partir da ótica da economia política.

O terceiro período histórico-econômico da economia Nordestina, o qual buscaremos elucidar o seu respectivo processo de desenvolvimento econômico sob a lógica do capitalismo, corresponde ao principal objeto de estudo da presente dissertação, dessa forma, forneceremos, com maior riqueza de detalhes, os

elementos que compõem a investigação proposta. O exercício proposto para a compreensão desse período, a partir de um olhar prioritário sobre as relações econômicas e do desenvolvimento econômico, privilegiará o estudo da consolidação da luta de classes como um dos principais condutores desse processo.

O segundo capítulo da dissertação será dividido em duas partes, dedicadas, respectivamente, à compreensão do processo de formação e consolidação da burguesia nordestina e à formação e consolidação do Estado burguês no Nordeste brasileiro. Ambos os tópicos irão tratar e classificar esses fenômenos sociais, atentando para as peculiaridades assumidas localmente, a fim de estabelecer a relação dessas estruturas com o desenvolvimento econômico local.

Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior (1972) passa a dialogar com o conceito de burguesia ao identificar a “Aurora burguesa” sob o predomínio de um Império escravocrata, entre 1850 e 1889, e, posteriormente, uma “República burguesa” entre, 1889 e 1930, bem como Nelson Werneck Sodré (1997), a respeito do mesmo período, assinala que:

“No século XIX, o quinto após a coloniza o e da vigência dessa perturbadora coexistência de diversas formas de produ o e de suas decorrências na cultura, apareceram aqui condi oes para o surgimento de rela oes capitalistas e de uma estrutura social em que a burguesia passou a ser a classe dominante e a controlar o aparelho de Estado” (SODRÉ, 1997, p. 67).

A decadência e o isolamento da região Nordeste não impediram que a economia e a sociedade local fossem integradas a esse processo pois, como vimos, durante todo esse período transitório o Nordeste largou na frente no desenvolvimento de forças capitalistas que passariam a coexistir com as estruturas pré-capitalistas. Portanto desde a conquistada independência nacional, são iniciados ensaios de forma o de classes sociais nordestinas, no litoral e no interior, processo guiado pela reunião de condi oes materiais para a conclusiva transi o para o capitalismo, como a conversão do trabalho servil em trabalho assalariado, pela acumula o dessa força de trabalho separada dos meios de produ o e pela definitiva e relevante acumula o de capital, posto que enfim os volumes de recursos e riquezas assumiram a forma de capital propriamente dito.

Porém, conforme assinalado, o período de transi o para o capitalismo e o ponto de inflexão entre os modos de produ o, para a economia do Nordeste, caracterizam-se pela decadência e pelo atraso. O precoce desenvolvimento de forças

capitalistas em meio à lógica escravista colonial não proporcionou à região Nordeste o avançado nível de desenvolvimento econômico, de acordo com a lógica capitalista, por conta das crises cíclicas, e suas respectivas intercorrências críticas, derivadas da exposição do Nordeste às flutuações do mercado externo em sua fase pré-imperialista, conforme defende Sodré (1997).

Alguns aspectos do sistema capitalista, porém, prosperaram em meio a todas essas dificuldades, dentre esses destaca-se a formação da burguesia local. A formação de uma burguesia é parte indissociável da consolidação do sistema capitalista como modo de produção característico de uma sociedade, no caso em análise, a sociedade nordestina, as relações sociais e econômicas orbitaram em torno da agricultura e do escravismo colonial, sendo assim, o surgimento de uma classe burguesa esteve ligado às figuras detentoras de terras agricultáveis ou destinadas à criação de gado, bem como da posse de escravos, posteriormente substituídos ou convertidos em trabalhadores assalariados, no bojo da formação de uma classe operária e de um campesinato.⁴⁷

Os proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, os donos de plantações de algodão e cabeças de gado, aliados a algumas frações de possuidores de terras voltadas para a produção de gêneros de menor relevância, como cacau e tabaco, reuniram várias das condições para serem lançados como aspirantes ao título de burguesia nordestina. Essa classe era formada essencialmente por homens de origens europeias, sobretudo portugueses, detentores seculares da posse de extensos latifúndios monocultores e de um número crescente de escravos, além de possuírem estreitas e longínquas relações com a aristocracia colonial (SANTOS, VASCONCELOS, NATALE, FIGUEIREDO; 2012).

A aristocracia colonial, por sua vez, corresponde à base pré-capitalista da burguesia nordestina, isto é, por meio da monocultura escravista latifundiária voltada para o abastecimento dos mercados europeus e, em certa medida, explorando a criação de gado para o abastecimento do mercado local e de outras regiões do Brasil, esse conjunto de aristocratas fomentou a acumulação de capital, ainda sob predomínio da lógica colonial, e, já sob a ordem independente do infante Império

⁴⁷ A leitura marxista do fenômeno da burguesia permite defini-la como a classe detentora majoritária dos meios de produção, condição que lhe fornece a plena capacidade de exploração da classe trabalhadora e, dessa maneira, acumular capital, extraído na forma de mais-valia do trabalho do proletariado, além de buscar exercer o domínio efetivo e simbólico dentro de uma sociedade. Ver Miglioli (2010).

brasileiro, proporcionou, pela primeira vez, que o volume de capital gerado em terras nordestinas fosse retido em seus domínios, cumprindo assim o papel de acumulação primitiva de capital, anteriormente impossibilitada pelos moldes do escravismo colonial submetido aos limites do exclusivo comercial.

A transformação da aristocracia colonial da região Nordeste em burguesia local emerge como uma das faces de dois processos: a transição definitiva para o capitalismo e a iminente particularidade da dualidade entre estruturas pré-capitalistas e capitalistas. Isto é, durante pouco menos de um século esse grupo não abandonou completamente nenhum dos mecanismos sobre os quais residiam suas reservas de acumulação, pelo contrário, levaram a cabo a combinação do trabalho servil, ou semi-servil, com o trabalho livre, enquanto, por outro lado, paulatinamente abdicaram de suas estreitas relações com o mercado português, para estabelecer vínculos comerciais com outros mercados em potencial. A defesa de seus interesses esteve a frente desse longo processo, no qual, aristocráticos grupos de pessoas, senhores de engenhos e fazendeiros algodoeiros, foram convertidos em autênticas classes burguesas: por um lado uma burguesia rural usineira, por outro lado uma burguesia agroindustrial têxtil (OLIVEIRA, 2008; PALMEIRA, 2006).

Um fator, entretanto, diferencia a formação e consolidação da aristocracia colonial no Nordeste brasileiro do processo que a transformou em burguesia: a decadência econômica e social, uma vez que, enquanto a aristocracia formou-se sobre um cenário de predomínio das relações econômicas e inicia o século XIX sob forte recuperação da prosperidade, a classe burguesa é forjada em um contexto crise econômica, no qual os principais produtos sofrem com a concorrência internacional e perdem grande parte do seu mercado consumidor, mesmo contando com os aperfeiçoamentos produtivos e a transição para o trabalho livre e assalariado, conseqüentemente a decadência reaparece nesse contexto como um conceito chave para compreensão da transição da economia nordestina para o capitalismo, pois, além da crise interna, a nascente burguesia nordestina assistiu à sua perda de importância política acompanhada do crescimento da importância de grupos oriundos do Centro-Sul, produtores de café e que experimentavam igualmente a adequação à ordem capitalista.

As distorções particulares do desenvolvimento capitalista provocaram, em todo o bloco nacional brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, surtos de prosperidade econômica calcados na coexistência de métodos e estruturas provindos

do capitalismo com aqueles já largamente experimentados na produção colonial. A produção cafeeicultora centro-sulista era essencialmente latifundiária e baseada na monocultura, além de voltada para a exportação e na larga escala da utilização de mão-de-obra escrava; enquanto o também nascente complexo seringueiro optava pelo trabalho livre e assalariado, porém também exportador. Ambas as atividades econômicas, fundadas sob o predomínio da lógica capitalista, geraram, em forma de encadeamento, organismos sociais tipicamente capitalista, como a burguesia e a classe trabalhadora, posteriormente, acompanhando a lógica vigente, em torno dessas atividades essencialmente agrária, também surgiram os conglomerados agroindustriais (FURTADO, 2007; OLIVEIRA, 2008).⁴⁸

Da mesma forma, como será apontado com maior riqueza de detalhes no capítulo imediatamente posterior, no Nordeste, e nas suas regiões político-econômicas, o processo de transição para o capitalismo, também gerou o surgimento de uma classe trabalhadora, na forma de proletariado e campesinato, e conglomerados agroindustriais em torno dos seus principais produtos de exploração. Como procuramos e procuraremos demonstrar neste tópico, a formação e consolidação de uma classe burguesa, também dá-se sob essa conjuntura, porém, a economia brasileira, por séculos atrelada ao sistema colonial e impedida de realizar e reter a acumulação primitiva de capital, já realizada a sua adequação e transição ao sistema capitalista de maneira subalterna e atrasada, em relação às potências do Norte global; o Nordeste, por sua vez, como principal região na qual desenvolveu-se a expropriação de riquezas para a metrópole portuguesa, insere-se na transição capitalista não somente sob o atraso e submissão em relação a outros países, mas, principalmente, atingido pela decadência de sua economia, expressa na perda de competitividade e diminuição de mercados consumidores, no esgotamento do modelo de produção, no despovoamento dos campos e concentração populacional nas capitais, e, conseqüentemente, na perda de relevância e poder político, dada a ascensão de outros grupos econômicos.

Um elo que une a decadência social e econômica nordestina com a formação da burguesia local reside sobre o campo da violência e dos conflitos registrados a

⁴⁸ Conglomerado agroindustrial, complexo agroindustrial ou simplesmente agroindústria remete a uma terminologia oriunda das pesquisas de economia regional e até mesmo da complexidade econômica, definida como o espaço em que são concentrados os processos produtivos desde a colheita até o beneficiamento dos gêneros agrícolas com o auxílio de maquinário e automatização. Ver o trabalho de Santos e Capp Filho (1981).

partir da década de 1830. O pronunciamento de conflitos a partir dessa época deu-se, sobretudo, pela combinação de fatores responsáveis pela formação da conjuntura social e econômica, porém desde o princípio, a colonização demonstrou raízes violentas, os métodos levados a cabo para a dominação do território atentaram contra a vida das populações indígenas e, posteriormente, a expansão e manutenção, via trabalho escravo, apresentava em seu núcleo a violência desmedida contra africanos e parcelas de indígenas, submetidos a castigos físicos, jornadas de trabalho exaustivas, privação da liberdade, humilhação pública. Aqueles que escapavam dessa precária situação, na condição de fugitivos ou destinados a regiões marginais, em relação àquelas onde os principais produtos da colônia eram cultivados. Ainda que a independência ou a aproximação do capitalismo sobre a sociedade Nordestina não tenham rompido imediatamente com essa lógica violenta,⁴⁹ contida sobretudo nas relações escravocratas, o crescimento de revoltas por parte dessas populações oprimidas, associado com a criação de uma consciência anti-escravismo em determinados setores da sociedade Nordestina culminaram no acirramento de conflitos e no deliberado aumento da opressão por parte da nascente burguesia.⁵⁰

Nesse ponto a crescente violência e ameaça de descontrole das massas une-se às grandes proporções nas quais nasce o Império do Brasil, tendo o Nordeste como uma de suas maiores e mais populosas regiões, conforme aponta Menezes (2018):

“Os acontecimentos violentos, que refletem o ambiente colonial, seriam infundáveis. As lutas de famílias poderosas exigem a transformação das fazendas em

⁴⁹ O período imediatamente posterior à Independência, sobretudo após a partida de Dom Pedro I, devido à criação de um vácuo político, é marcado pelo acirramento da violência sob o predomínio de ações e métodos consagrados durante o período colonial, no caso do Nordeste destaca-se: “consolidação da produção orientada para exportação inter-regional e internacional, fortalecimento da pecuária extensiva em associação com a cultura do algodão. Carência de forte presença estatal no sertão, organização social baseada nos laços de parentesco em torno da propriedade rural. Cultura de solidariedade familiar implica rixas familiares, resolvidas por disputas armadas. O exercício da dominação de classe dos grandes proprietários é realizado diretamente por meio de milícias de jagunços” (GARCIA FILHO; SAMPAIO, 2014).

⁵⁰ Nesse sentido, a contribuição de Goldoni (2012) aponta: “Após o sete de abril eclodiram rebeliões em diversas províncias do Império. O país foi tomado por uma intensa agitação política e social. Durante aquele período a unidade nacional esteve em xeque e os debates em curso discutiam o tipo de Estado que seria capaz de garantir a ordem. A situação do país demandava medidas urgentes para que as autoridades regenciais pudessem estabilizar o sistema político brasileiro. Entre os grupos sociais de maior influência política não havia consenso sobre qual arranjo institucional seria mais conveniente para o país – vários temas foram debatidos, entre eles: a centralização do poder, o grau de autonomia das províncias e a organização das forças armadas. Tais debates procuravam, dentre outras coisas, o estabelecimento de medidas que buscassem a manutenção da integridade nacional, situar o grau de atribuições dos diversos órgãos da monarquia e a criação de uma nova forma de organização militar para auxiliar de maneira efetiva o Exército de Linha, cuja lealdade era vista com reservas pelos regentes” (GOLDONI, 2012, p. 49).

verdadeiros feudos armados. Ao começar a delinear-se melhor a fisionomia de nossa carta política, os municípios, ao tempo do Império, estão em poder dos sátrapas municipais. O 'coronelismo político' da república aparece, de início, rodeado de tropas singulares, com vestes de couro e rifles. As rixas ensanguentam o solo da Província e deslocam-se: visam à conquista da vitória nas urnas. Mas, por trás, é a luta dos sesmeiros pelos limites das terras. Criminosos foragiam-se nos feudos, de onde ninguém podia desalojar. (...) O predomínio dos régulos municipais assentava nos 'cabras'. A população encolhia-se à sombra desses senhores feudais, comandantes de milícias, de xantodermos indioides, onde repontava, raramente, algum de ascendência africana. Eram uma espécie de guarda pretoriana das satrapias eleitorais." (MENEZES, 2018, p. 162 - 163).

A reflexão de Djacir Menezes (2018) aponta para um ponto chave da compreensão sobre a formação e consolidação da burguesia nordestina: a formação de um Estado nacional, na guisa da construção de relações econômicas autônomas, sob a ordem imperial, dá origem aos novos poderes da administração pública e a um sistema eleitoral caracterizado pela baixa representatividade, privilegiando a então aristocracia rural-escravocrata por conta das restrições ao voto, permitido apenas aos homens com características como a posse de relevante volume de terras, determinado grau de alfabetização, enquanto restringia numerosa parte da população contida em grupos como mulheres, escravos, índios, criados e religiosos (FERREIRA, 2005).

Desta forma, mesmo no período imperial, no qual vigorava a monarquia, foi estabelecido um sistema de eleição de representantes para administração e gestão do Estado em todos os seus âmbitos, destinada à distribuição de poderes locais e regionais. Eleitores e candidatos, dadas as mencionadas restrições à participação do processo eleitoral, eram oriundos da mesma classe, a transitória classe dos aristocratas em conformação aos moldes capitalistas da classe burguesa, e dividiam interesses semelhantes, em prol da conservação e ampliação de seu poder político e econômico.

A infante burguesia nordestina tomou as rédeas da formação do Estado em seus domínios e logo o converteu em um Estado tipicamente burguês, manipulando as suas estruturas e seus representantes conforme os seus interesses. A consolidação da ordem burguesa no Nordeste brasileiro, passando pela formação de um Estado construído conforme a ordem capitalista, remete, em conjunto à questão da violência, a outro prenúncio contido no trecho da obra de Menezes (2018): o coronelismo, ou mais precisamente o "coronelismo político", face ligada aos

desdobramentos políticos desse fenômeno social nordestino; categoria apresentada pelo autor de valorosa contribuição para a presente tese que pretende explorar os impactos econômicos, em especial sobre o desenvolvimento econômico da região, contidos sob a categoria de “coronelismo econômico”.

Os fundamentos do fenômeno do coronelismo, conforme adiantado, são encontrados a partir de duas questões principais: a violência e a formação do Estado nacional, ambas contidas sob a perspectiva da manutenção do secular domínio das relações sociais e econômicas, pois, apesar da mencionada dominação contar com caráter estrutural, as constantes e profundas mudanças conjunturais cresciam e acumulavam consideráveis ameaças à ordem instaurada.

A manutenção da ordem surgiu como necessidade primordial para a manipulação da transição para o capitalismo, não somente preservando o poder da então aristocracia rural-escravocrata, como impedindo as mudanças estruturais almejadas por grupos específicos, como abolicionistas e separatistas, e, principalmente, pelas massas oprimidas. A ausência de forças públicas de coerção, tanto no Nordeste, quanto no restante do território brasileiro, deve-se aos séculos de submissão à condição de colônia, na qual os esforços empreendidos pela metrópole limitavam-se ao fornecimento de condições mínimas para a prática das atividades econômicas, os movimentos em prol da segurança da colônia foram contidos na defesa do território frente às ameaças de invasão oferecidas por outras potências colonizadoras, a contenção de revoltas e manutenção da ordem ficava a cargo dos complexos particulares dos senhores de terra, que designavam essas funções a funcionários e até mesmo escravos (GUIMARÃES, 2001).

O crescente e iminente risco de revoltas populares, as extensas áreas desprovidas da presença de forças de segurança, além dos núcleos cada vez mais condensadores de grandes populações formam um grupo de características que uniam o Nordeste ao restante do Império brasileiro. Diante dessa problemática, sob os moldes de uma convocação realizada pelo Estado, porém valendo-se da tradição de mescla entre o público e o privado, surge a Guarda Nacional: um efetivo paralelo às Forças Armadas, formado por civis dispostos a se alistarem e exercerem funções ligadas a funções como a defesa da Constituição, da liberdade e da integridade do Império, manutenção da obediência às leis, restabelecimento da ordem e da tranquilidade pública, além de auxiliar o Exército no patrulhamento das fronteiras terrestres e costeiras (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1831).

A formação definitiva dessa força, que só viria ser dissolvida no ano de 1922, passa por um período de consolidação e adequação dos processos seletivos e construção das chamadas Legiões e reúne relevante importância durante a Guerra do Paraguai.⁵¹ Particularmente, os impactos e desdobramentos que interferiram na lógica política do Nordeste são os que mais interessam ao desenvolvimento da nossa dissertação, atentando inicialmente para duas questões: primeiramente, os alistados eram alistados e vinculados, necessariamente, ao poder municipal; e em segundo lugar, o fato de que os oficiais, inicialmente escolhidos por votações internas, passaram a ser escolhidos conforme a influência política e poder econômico e, nessa hierarquia, a mais alta das patentes correspondia aos coronéis, reservada, conseqüentemente, a uma minoria senhorial, anteriormente aristocrática, e definitivamente burguesa (CARVALHO, 1997).

A restrita patente de coronel era concedida em todo o território brasileiro e em todas as Legiões da Guarda Nacional, porém, foi na região Nordeste que esse exercício hipoteticamente burocrático e necessário para o comando dessa instituição, converteu-se em uma particular estrutura de poder voltada, conforme os dois pontos destacados anteriormente, para a concentração de poder local, por meio da coerção e, conseqüentemente, do controle dos mecanismos eleitorais.

Nos anos finais da década de 1880, os avanços da ordem capitalista sobre as relações sociais e econômicas do Nordeste e suas regiões econômico-políticas adquiriram caráter permanente e sobrepuseram-se aos elementos pré-capitalistas. Conforme foi descrito no capítulo anterior da dissertação, a essa altura, o terceiro período da história econômica do Nordeste já indicava sinais de esgotamento pela combinação de fatores como o cenário crítico e decadente da economia regional e o declínio definitivo do antigo regime de acumulação. A essência capitalista tornou-se o polo dominante da dualidade econômica nordestina, enquanto as estruturas pré-capitalistas perderam o domínio sobre as relações sociais e foram relegadas, definitivamente, à função de reserva de acumulação. A decadência econômica não impediu que o capitalismo enfim domina-se a produção e as demais relações sociais do Nordeste, sua face essencialmente dualista permitiu que a nova classe

⁵¹ Ainda de acordo com as considerações do trabalho de Goldoni (2012), durante a Guerra do Paraguai, grande parte das forças policiais e massivo contingente do Exército foi direcionado aos combates desse conflito, deixando suas funções inteiramente a cargo da Guarda Nacional, o que, na época, representou uma sobrecarga de tarefas para essa corporação, porém, conseqüentemente, implicou em um crescimento no prestígio e importância para seus “agentes” e “oficiais”.

trabalhadora, mesmo livre, fosse submetida a condições servis, que os avançados métodos de produção automatizados coexistissem com arcaicas práticas de cultivo dos gêneros agrícolas e da criação de gado e, sobretudo, enquadrou a classe dominante local nos moldes do capitalismo, permitindo que fossem conservadas fórmulas e dispositivos aristocráticos, dada a sua eficiência em promover o domínio sobre a política, os trabalhadores e o Estado.

A respeito desse último ponto destacado, a relação da Guarda Nacional com a classe burguesa mostrou-se primordial para o surgimento do coronelismo político. Não somente por conferir a representantes da burguesia local um título de oficial de uma força armada, mas por inserir uma lógica de controle de um eleitorado específico e manipular resultados de processos eleitorais a partir da coerção deriva de práticas violentas e coercitivas, aliada com a imposição de influência política e poder econômico. Já durante a era imperial, o coronelismo político mostrava-se cada vez mais dominante e necessário para a burguesia manter o controle de municípios e regiões mais extensas, porém, com a chegada da República e o fim da monarquia, a forma de dominação foi expandida e aprimorada, pois sob essa nova forma de governo, que trouxe consigo conjuntos de artifícios, técnicas, processos e leis, a participação da população no processo eleitoral cresceu, ainda que houvesse grande carência de representatividade em relação aos candidatos e também por manter certas restrições ao direito do voto.

A realidade republicana também apontava para tendências que diziam respeito à administração pública e, por consequência, para a manutenção da dominação burguesa, uma delas tratava da descentralização das decisões contida na formação de instituições voltadas para a concessão de maiores poderes e autonomia à esfera municipal, dessa forma acreditava-se que o diagnóstico e as soluções para problemas enfrentados pelas populações seriam realizados de maneira mais eficiente e assertiva. Ao mesmo tempo, entretanto, esse movimento proporcionou o crescimento do poder das lideranças locais, identificadas e pertencentes à burguesia, sobretudo no interior da região Nordeste, pela baixa densidade demográfica e pela demarcada presença de líderes-burgueses regionais, os chamados coronéis, que possuíam áreas de exercício de sua liderança relacionados com as suas posses, principalmente aquelas submetidas à exploração de atividade econômica, normalmente ainda sob o predominante formato do latifúndio.

Enquanto os barões do café centro-sulista tratavam de construir e dominar o Estado nacional, bem como as esferas estaduais e municipais, os coronéis nordestinos levaram a cabo a construção de um Estado tipicamente burguês voltado para a ampliação da influência política e da prosperidade da atividade econômica. Fortemente vinculado com a interpretação do coronelismo a partir da ciência política, Leal (2012) forneceu conceitos clássicos que figuram até os tempos atuais como primordiais para o seu entendimento, conforme indica no trecho abaixo:

“Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelistas”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.” (LEAL, 2012, p. 23).

Ainda que o trecho trate de maneira introdutória dos principais conceitos para compreensão do coronelismo, baseada na leitura que assimila conceitos jurídicos e históricos, a concepção apresentada corresponde à proposta conciliação de valores pré-capitalistas e capitalistas. Outra noção inserida no fragmento destacado, primordial para a compreensão do coronelismo como fenômeno social e que indica os seus vínculos simultâneos com as estruturas seculares de poder no Nordeste com os infantis dispositivos republicanos criados sob a ordem capitalista, diz respeito aos compromissos, pois, conforme defende Janotti (1981), o coronelismo consiste em uma política de múltiplos compromissos e o primeiro deles é com o passado, ao honrar as origens que proporcionaram o crescimento de sua riqueza e do seu poder, via larga

exploração de um modelo de comércio rural e mercantil, e, somente após o firmamento desse compromisso primordial é que o coronel pode estabelecer os compromissos com a República, aos quais ele é subordinado, e com a sociedade local, que ele busca submeter aos seus mandos e desmandos.

O período que buscamos retratar e que a historiografia denomina como República Velha, ou Primeira República, já foi comumente classificado sob a denominação de República Oligárquica, apesar dessa classificação ter caído em desuso⁵², a sua essência fornece indícios da prevalência do coronelismo durante essa era da história nordestina. As oligarquias inserem-se com protagonismo no âmbito republicano ao passo que são caracterizadas primariamente pelo domínio político de um grupo, familiar ou não, sobre uma região ou sociedade, p coronelismo político do Nordeste é identificado como um regime oligárquico por contar com esse predomínio de um resumido grupo de pessoas em determinadas regiões, no caso do Nordeste brasileiro, via de regra, esses grupos dominantes, comandados por coronéis, eram formados por integrantes de uma mesma família aliados com apadrinhados, tratados como membros das famílias.

A oligarquia, como regime autocrático e avesso aos princípios democráticos sob os quais, em tese, foi fundada a República brasileira e construído o seu novo aparato estatal, simboliza duas demarcadas características do coronelismo político do Nordeste: primeiro, a herança e predomínio da burguesia sobre o fenômeno do coronelismo e, segundo, a cooptação do Estado e transformação como um Estado tipicamente burguês. Sob a realidade Nordeste, tanto no interior predominantemente rural quanto nas regiões litorâneas em acentuado processo de urbanização, a burguesia conservou a lógica de criação da sua riqueza calcada nas atividades rurais, por sua vez representadas, em grande parte, pelo cultivo de monoculturas em latifúndios, volume de terras preservado pelas famílias aristocráticas nos séculos de colonização e regime imperial, que chegam à Primeira República sob posse dos mesmos representantes, então pertencentes à burguesia nordestina.

A natureza oligárquica do período estudado reside no cerne do fenômeno coronelista pois, com a ascensão do modo de produção capitalista e a partidização da Guarda Nacional, sob a conjuntura da formação da República brasileira, consolidou-se o poder privado da burguesia na forma do coronelismo político,

⁵² Considera-se que essa denominação faz uso de juízo de valor, portanto não corresponde às melhores práticas da pesquisa científica.

apropriando-se, a priori, dos governos municipais (PANG, 1979). Mesmo na face política do coronelismo, entretanto, a conquista do poder e aparelhamento estatal não resume-se ao âmbito municipal, conjuntos de municípios e até mesmo o poder dos Estados foram alvo de disputa de representantes da burguesia local partidários das práticas coronelistas.

Em relação às duas regiões econômico-políticas do Nordeste, o Nordeste litorâneo-açucareiro e o Nordeste interior-pecuário-algodoeiro, a presença do coronelismo apresenta diferenças importantes, apesar da manutenção do mérito a respeito da cadeia de compromissos e da busca pela ampliação de lucros e do poder político via métodos de coerção violenta. O interior, marginalizado e despovoado, forneceu terreno fértil para a melhor adaptação de líderes autocráticos, capazes de exercer seu poder e controlar a população local, os coronéis formados nesse espaço deram origem à imagem idealizada desses homens, bem como costumam ser tratados como os únicos coronéis existentes no Nordeste.

O fenômeno, no entanto, estende-se às regiões das capitais que, com exceção de Teresina, encontram-se na faixa litorânea nordestina, dominada pela exploração da cana-de-açúcar. A principal diferença entre o coronelismo político do interior, em relação ao praticado nas regiões litorâneas corresponde à centralização do poder, uma vez que, no interior, o poder coronelista tendia a ser exercido por um único coronel em um determinado conjunto de municípios, nos quais localizavam-se suas terras e, conseqüentemente, correspondiam ao local de prática e desenvolvimento das principais atividades econômicas, a pecuária e a agricultura, e a partir desse domínio local sobre a sociedade e aparato estatal, o seu poder coronelista era exercido para execução plena de seus interesses políticos e econômicos.

O coronelismo praticado nas duas regiões econômico-políticas do Nordeste apresenta poucas diferenças, comparando os registros do interior e do litoral, em ambos estão presentes o domínio, como fim, e os métodos coercitivos de imposição de poder político e econômico, como meio. As diferenças encontram-se em campos específicos, sem alterações no mérito e na estrutura, logo, conforme adiantado, a centralização do poder surge como principal distinção, o poder coronelista no litoral nordestino era fragmentado. Ou seja, resumidos espaços políticos, em comparação aos domínios coronelistas interioranos, eram dominados, simultaneamente, por diversos coronéis, então representantes da burguesia dos estados nordestinos, muitos dos quais detentores de poderes locais em regiões interioranas, replicando

uma característica encontrada nas origens da lavoura algodoeira. A multiplicidade e a coexistência de poderes coronelistas nas capitais nordestinas podem ser explicadas por um conjunto de razões: primeiramente devido à presença da administração pública dos estados nordestinos que concentra-se nessas regiões, bem como os portos e vias de acesso terrestres; em segundo lugar destaca-se a concentração de instituições do poder privado, como o capital financeiro e industrial nessas cidades; e, superando questões estratégicas e logísticas, a concentração populacional das capitais e do litoral nordestino não possibilitava o amplo domínio de um único coronel.

Ao mesmo tempo, cabe destacar, aproximando-se dos conceitos de compromissos, sobretudo econômicos, os coronéis do interior e do litoral, apresentavam uma hierarquia própria: o litoral, como buscamos assinalar, destaca-se por atributos como a presença de aspectos modernizadores, a centralização do poder político estatal e pela relevância econômica. Isso posto, a burguesia litorânea, submetia a burguesia do interior às suas vontades, de maneira mais diplomática do que coercitiva, relegando as tarefas de guerra aos próprios coronéis do interior. O exercício do coronelismo no Nordeste das primeiras décadas do século XX, implicava, portanto, ao coronel interiorano a honra de um compromisso adicional, pela submissão parcial aos coronéis do litoral, enquanto aos burgueses do litoral, cabia a gestão desse compromisso.

O burguês nordestino, proprietário de terras e das usinas de beneficiamento dos gêneros agrícolas, na figura do coronel, comumente atrelava movimentos táticos que proporcionassem a manutenção do seu domínio violento nas regiões interiores, por meio de seu aparato de repressão, formado por forças privadas e públicas, enquanto demarcava sua participação estratégica nas regiões litorâneas e capitais, buscando a honra de seus compromissos. Ainda de acordo com a leitura de Leal (2012) e Janotti (1981), centrados na questão dos compromissos coronelistas, o exercício do poder do coronel demanda o cumprimento de compromissos sociais e republicanos, para além do essencialmente dualista compromisso temporal, com as origens político-econômicas do domínio coronelista, bem como com a manutenção e ampliação dessa força local sob a conjuntura capitalista.

A estratégica movimentação entre os blocos regionais do Nordeste, majoritariamente submetidas aos limites estaduais, concedia aos burgueses, contidos na condição de coronéis, a honra das categorias de todos os seus compromissos, sem comprometer a manutenção dos seus domínios ou perder de vista a cooptação do

Estado. A livre prática do seu poder despótico, no que insere-se a coerção dos contingentes eleitorais e exploração da classe trabalhadora, demandava um compromisso subalterno com o poder federal, centralizado e predominado pela lavoura cafeeira do Centro-Sul, portanto, apesar do coronelismo político superar os limites municipais e conquistar o aparato dos Estados nordestinos, no equilíbrio de poderes nacionais, via-se subalterno à hegemonia centro-sulista.

O exercício proposto neste capítulo consiste em uma reunião de aspectos comuns do coronelismo político, no esforço de classificá-lo e apresentá-lo como fenômeno típico da burguesia nordestina no desempenho do seu poder e domínio, apesar de reconhecermos a existência de peculiaridades estaduais e recortes em sociedades marginais, porém esses não alteram o mérito central que buscamos retratar. A partir das bases assentadas pelas noções do coronelismo político, buscaremos tratar do coronelismo econômico, ou seja, dos desdobramentos econômicos dessa estrutura de poder, sobretudo a respeito da sua relação com a economia política do desenvolvimento econômico do Nordeste sob a ordem capitalista submetida à conjuntura nacional e internacional.

Métodos, práticas e atores ligados ao coronelismo surgem a partir da primeira metade do século XIX, bem como a burguesia nordestina, porém, o consenso historiográfico aponta o período da Primeira República como recorte principal no qual esse fenômeno social foi preponderante sobre a sociedade, política e economia locais.⁵³ As circunstâncias criadas pela transição e consolidação do modo de produção capitalista e da República proporcionaram ao regime coronelista as condições necessárias para a sua ampla atuação e, conforme identificado, a atuação política na forma de acordos com representantes de distintos níveis da administração pública e manutenção do controle da classe trabalhadora, por meio de métodos violentos e coercitivos, além de contrapartidas básicas, consolidaram o poder privado e hegemônico dos coronéis, todavia o domínio político não encerrava-se em si mesmo, a maximização dos lucros de seus longínquos negócios, fundamentalmente rurais e comerciais, dividia o foco dos interesses coronelistas.

⁵³ O mencionado consenso deriva do levantamento de pesquisas e estudos clássicos, muitos dos quais já mencionados, onde, via de regra, aponta-se a simultaneidade do princípio da Primeira República e do coronelismo, todavia, em relação ao encerramento do período republicano e do fenômeno social as datas não apresentam sincronia, o consenso, no caso, aponta para o agravamento da decadência do coronelismo com o fim do regime oligárquico da Primeira República, temática que será aprofundada no último capítulo desta dissertação.

Sob a tutela do conceito dos compromissos coronelistas, advindos da leitura jurídico-histórica que o classifica como a síntese do funcionamento desse complexo fenômeno social, o coronelismo econômico segue a lógica dos compromissos a serem honrados diante da sociedade, dos governantes e dos princípios da classe burguesa derivada da aristocracia colonial. Logo, insere-se novamente a dualidade coronelista na qual esses representantes da burguesia buscam, simultaneamente, a conservação de estruturas consagradas, sobre as quais foram construídos seus negócios, e assimilação das práticas relacionadas ao sistema capitalista; e a solução para atender ambas as demandas, aparentemente contraditórias mas compartilhando semelhanças, foi o comando de um processo de modernização conservadora (FALEIROS; ALMEIDA, 2020).

O conceito de modernização conservadora foge à leitura marxista das ciências sociais, entretanto leituras originárias da discussão dão conta do papel central assumido pela burguesia nesse processo, pois, ao renunciar ao potencial revolucionário, aliando-se aos quadros tradicionais das sociedades, oligarcas terratenentes, no caso do Nordeste brasileiro, a classe burguesa assume um pacto em prol da transformação da sociedade e da economia, assimilando definitivamente a lógica capitalista, porém preservando a baixa participação da classe trabalhadora na vida política da região, a alta concentração de renda e dos meios de produção, e a precária estrutura agrária, primordial dado o modelo econômico Nordestino baseado na atividade rural (CARVALHO, 1997).

Na face econômica da compreensão do coronelismo, o compromisso social assumido pelos coronéis consiste em oferecer empregos à classe trabalhadora contida nos seus domínios. Empregos marcados por condições adversas, longas jornadas e baixa remuneração, condições análogas à escravidão eram frequentemente aplicadas nas lavouras de cana-de-açúcar e do algodão, e na criação de gado, mesmo no século XX, já sob o regime republicano. A conjuntura econômica, ainda submetida aos efeitos da decadência e da perda de importância em relação ao Centro-Sul, incentivou os coronéis-burgueses a combinar práticas de mais-valia absoluta e relativa, a fim de garantir lucros dos seus negócios ainda sem situação crítica.

Conforme a dissertação buscará evidenciar no próximo tópico do presente capítulo, a classe trabalhadora nordestina formava um considerável contingente populacional, originado por indígenas, ex-escravos e antigos trabalhadores livres dos

períodos da colônia e do Império. Esse heterogêneo conjunto de trabalhadores adentrou à Primeira República em condições degradantes derivadas das perversas condições climáticas e da coerção violenta e exploração desregrada aplicadas pela classe burguesa na figura dos coronéis, dessa forma a manutenção do controle por parte dos coronéis demandava o complexo aparato de repressão composto pelas forças policiais e por forças privadas formadas por extratos da classe trabalhadora cooptados para as famílias coronelistas, evidenciando a complexidade da luta de classes local.

Nesse ponto, os fatores econômicos intrínsecos da ordem capitalista do coronelismo burguês nordestino apropriam-se do compromisso submisso dos coronéis, assumido com a República. Porém, outros conceitos inserem-se na lógica de dominação econômica do Nordeste brasileiro, sobretudo as noções adquiridas a partir da inserção subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial, pois, além de servir à acumulação primitiva de capital das nações europeias, é inserido no capitalismo carente desse fundamento da economia capitalista, sob a continuidade da função colonial de vocação agrário exportadora, de acordo com a divisão internacional do trabalho. Portanto, sob a perspectiva do mercado internacional, tanto o virtuoso polo centro-sulista brasileiro, ainda hegemônico nos limites nacionais, quanto o decadente polo econômico nordestino encontravam-se sob essa condição, independentemente do jogo de forças das oligarquias brasileiras ambos eram subalternos à burguesia internacional.

Já na conjuntura nacional, o poderoso coronelismo e as seculares lavouras nordestinas, além de sofrerem a influência e a imposição da burguesia internacional, viu-se submetida à burguesia do Centro-Sul, cada vez mais hegemônica no cenário brasileiro e apropriando-se do nascente aparato federal, processo iniciado no período imperial e consolidado na República. Portanto, o poder coronelista via-se, simultaneamente, submetido às forças imperialistas do mercado externo, detentora do capital industrial e financeiro, e à influência da oligarquia centro-sulista, popularmente conhecidos como barões, detentora das estruturas federais de poder, além de despontar como principal polo consumidor dos produtos do Nordeste brasileiro.

A estrutura de poder capitalista que acomete a economia nordestina, por meio dos compromissos estabelecidos entre distintas classes burguesas evidencia as origens das práticas coercitivas e exploratórias operacionalizadas pelo coronelismo sobre a classe trabalhadora. A primeira necessidade de apropriação do lucro sobre

práticas econômicas arcaicas, de mercados consumidores resumidos e sob um processo de constante encolhimento, aliados com a submissão às classes burguesas dominantes do Brasil e do mercado internacional, sobretudo nas grandes potências da época, estimulam um regime autocrático-burguês de exploração, no qual não somente a mais-valia absoluta e relativa fundem-se, em uma espécie de fetiche burguês, como também afloram as práticas violentas e antidemocráticas.

O regime autocrático-burguês, de acordo com a leitura de Florestan Fernandes (2006), surge a partir de condições pré-definidas, sobretudo um cenário pré-revolucionário instigado pela renúncia da burguesia em realizar uma típica revolução burguesa, originando uma dupla pressão sobre sua atuação econômica: uma interna e outra externa, a interna advém das mencionadas práticas de exploração da classe trabalhadora, geradoras de potenciais conflitos, e a externa advém da burguesia dominante, no caso do Nordeste a pressão origina-se tanto do polo hegemônico nacional quanto das forças imperialistas representantes do mercado externo, ambas demandantes de suas respectivas parcelas do excedente, por conta do seu domínio e, por conta do modelo coronelista, do compromisso estabelecido. Logo, a base dessa relação societária entre as classes burguesas encontrava-se na própria economia nordestina que, mesmo arcaica e decadente, necessitava cumprir as demandas de excedente de distintas burguesias.

O aparato repressivo do coronelismo corresponde às necessidades de manutenção da ordem e implantação de inovações capitalistas, ao passo que:

“As ‘pressões de dentro da ordem’ foram assimiladas às ‘pressões contra a ordem’ como um expediente prático para facilitar a estigmatização das primeiras e aumentar, em bloco, a eficácia do sistema de opressão e de repressão que conferia, desse modo, aos setores conservadores da burguesia o monopólio de selecionar e introduzir inovações necessárias” (FERNANDES, 2006, p. 384).

A condição corresponde à realidade da sociedade nordestina da Primeira República, uma expressão da economia dependente e subdesenvolvida, modernizada pela via conservadora, em um processo organizado pelas classes dominantes. O coronelismo é a expressão do modelo autocrático-burguês no Nordeste brasileiro e a demonstração da fragilidade de uma burguesia duplamente dependente, por assimilar as pressões de fora e responsabilizar-se por aplicar e gerir as pressões internas, restando como opção o “enrijecimento e o uso organizado da violência de classe” (FERNANDES, 2006, p. 388).

Mesmo que houvesse registros de burgueses nordestinos que não se enquadrassem plenamente nas qualificações de um coronel, a sua atuação econômica certamente estaria ligada e submetida à hegemonia da conjuntura coronelista, enquanto expressão da autocracia-burguesa local, à qual o Nordeste esteve compreendido durante a Primeira República. Tanto o coronelismo político quanto o coronelismo econômico predominam sobre as relações sociais do Nordeste durante a Primeira República, obrigando os negociantes a submeterem-se ao regime, bem como a classe trabalhadora como objeto da violência de classe.

A análise conceitual e histórica da autocracia-burguesa brasileira é lançada e popularizada por Florestan Fernandes, porém esforços de Mazzeo (2015) buscaram elucidar, a partir do pensamento marxista e da crítica de teses consagradas, a formação desse estrato da classe dominante nacional.

“Essa ‘adaptação’ da sociedade portuguesa no Brasil, vista nesta perspectiva, é a nova ‘síntese’ que, dialeticamente, também constrói, a partir do particular-específico-colonial, também uma superestrutura específica, isto é, uma sociedade conservadora, rígida, cuja ‘classe dominante’ – os ‘aristocratas coloniais’ –, pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros do capitalista mundial. Como diz Prado Jr., a sociedade colonial é o reflexo fiel de sua base material. Além da grande exploração rural, os donos de terra monopolizam também a riqueza e o poder político. Os poucos homens livres, na sociedade escravista brasileira, tinham suas vidas controladas pelo latifundiário; fossem eles da cidade ou do campo, sendo que nestes últimos a pressão e a dominação pessoal do latifundiário era mais intensa. Em suma, essa base material *suigeneris*, composta por aspectos europeus e nativos, marcará o pensamento dominante no Brasil durante muitos séculos. É nesse contexto histórico-social que se desenvolve a ‘ideologia da conciliação’ anômala brasileira, expressão de uma burguesia débil economicamente – que, para se manter no poder, concilia sempre com os interesses externos e, internamente, pauta-se pela violenta repressão das massas populares, que, em nível extremo, a escravidão encarna e expressa.” (MAZZEO, 2015, p. 56).

O diálogo estabelecido entre os dois teóricos contribuiu diretamente para a inteligência da ação da burguesia brasileira sobre a formação e a consolidação da estrutura socioeconômica da infante nação autônoma do Brasil. A burguesia nordestina, como parte importante desse todo, replicou a essência do processo enunciado pelas teorias da formação da autocracia-burguesa brasileira, porém, como buscamos demonstrar, associando as particularidades históricas da região que foi isolada por uma série de condicionantes no decorrer dos séculos de colonização e,

posteriormente, durante o período imperial. As origens da transformação de aristocratas coloniais em burgueses tipicamente capitalistas, em relação ao espectro nacional e especificamente ao Nordeste, remetem à herança portuguesa, desde aspectos da transição do feudalismo para o capitalismo, passando por especificidades do regime absolutista lusitano até a lógica implementada nas empresas agrícolas coloniais, tendo o Brasil, primeiramente o Nordeste brasileiro, como um dos mais importantes mecanismos da acumulação primitiva de capital do Império Português.

A independência do Brasil, processo controverso de autonomia política por parte da outrora colônia portuguesa, desponta como ponto de inflexão para a criação dos contornos definitivos e centrais da burguesia brasileira, conforme aponta Mazzeo (2015):

“Nesse contexto, as relações de produção e de classe seguiam inalteradas, pois a estrutura produtiva permanecia de caráter colonial. A luta política desencadeada pelos setores da pequena burguesia urbana e pelos funcionários públicos de formação liberal – as ‘camadas médias’ – não conseguirá alterar as perspectivas econômico-sociais da burguesia brasileira. Desse modo a proposta de uma revolução anticolonial não ultrapassará as fronteiras de uma duvidosa “emancipação política”. A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais.” (MAZZEO, 2015, p. 60).

Mais de meio século após a conquista da autonomia política por parte do Brasil, o projeto burguês de manutenção dos dispositivos socioeconômicos que perpetuasse a lógica colonial baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, apesar dos intempéries advindos de choques endógenos, como o constante desafio originado pelas variáveis pluvio e fluviométricas combinados com as mobilizações de grupos populacionais contrários a esses elementos centrais, sobretudo o escravismo; e exógenos, como a flutuação da demanda dos gêneros agrícolas produzidos pelas culturas regionais. No Nordeste, seja nas fazendas de cana-de-açúcar ou nos vastos algodoads, encontra-se a réplica do modelo autocrático-burguês, sobretudo pela presença do domínio do burguês autocrático, comandante do sistema coronelista: submetendo o proletariado, o campesinato e o aparato estatal regional ao seu controle coercitivo, enquanto responde aos compromissos com a burguesia centro-sulista e

também à internacional. O coronelismo sintetiza a ação da burguesia, também de origens aristocráticas, na captura e comando de dois processos de modernização, ainda que pela via conservadora, da sociedade nordestina: a construção do Estado e os rumos do desenvolvimento capitalista da região.

A captura dos mencionados processos formou os pilares do pacto de modernização conservadora assumido pela via coronelista da autocracia-burguesa brasileira para assimilar os avanços impostos pelo avanço das forças capitalistas, proporcionando uma considerável abertura de mercado e preservando seculares poderes, posses e estruturas de extração do excedente econômico. Os coronéis, título já derivado de uma permanência imperial, moldaram a construção do Estado, desde as administrações municipais até as relações com o poder federal, em consonância com os rumos desejados para o desenvolvimento capitalista da região sob seu domínio, privilegiando a prática das atividades econômicas já consagradas, com o cultivo da cana e do algodão, além da pecuária, a partir de um ideário liberal que favorecia a concentração de renda, voltada para o abastecimento de mercados externos, com pouca ou nenhuma preocupação com o fomento do mercado interno, com o fortalecimento da renda dos trabalhadores ou atenção com as distorções sociais geradas pelo modelo econômico.

A dialética do poder coronelista, como face da autocracia-burguesa do Nordeste, apesar de surgir sob a lógica concorrencial do modo de produção capitalista, apresenta suas contradições ao passo que, as rivalidades entre os grupos de poder, entre o litoral e o interior são suprimidas em prol da formação de uma união entre burgueses nordestinos para fazer frente à crescente força dos grupos das regiões Sul e Sudeste, que angariavam forças ao passo que a monocultura do café acumulava importância econômica e política, predominando não somente sob seus domínios meridional, como sobre a gestão pública do poder federal. Logo, para conter a ingerência do Sul sobre o Nordeste, ao mesmo tempo que apresentava-se como uma reunião de forças suficientemente relevante no cenário nacional, o coronelismo, para o cenário externo à região nordestina, conquista um papel importante no cenário nacional, ainda que submetido aos poderes e compromissos estabelecidos com grupos burgueses que sobrepuseram-se a partir da imposição do poder econômico e político, sejam eles oriundos de outras regiões brasileiras ou do centro econômico do capitalismo mundial.

Conforme apresentado pelas teorias apresentadas, acerca do sistema autocrático burguês, a existência e manutenção dessa operacionalização capitalista, sobretudo em regiões periféricas do sistema capitalista internacional, pressupõe a existência de uma classe trabalhadora largamente explorada e geradora do excedente que será repartido entre as classes dominantes. Uma vez introduzida as noções que permeiam a transformação e consolidação do capitalismo no Nordeste brasileiro, a partir da formação da classe burguesa sob um determinado regime peculiar à região Nordeste, o próximo tópico será dedicado à compreensão dos conceitos necessários para a inteligência do mesmo processo, porém voltado à classe trabalhadora, formada pelo campesinato e por um infante proletariado.

2.2 PROLETARIADO E CAMPESINATO: A CLASSE TRABALHADORA NORDESTINA

A concepção da classe trabalhadora nordestina, de maneira robusta e definitiva, por razões dialéticas, coincide com a consolidação da burguesia local, bem como com a formação do Estado republicano. Esses processos estão conectados e são pautados pelo desenvolvimento capitalista em voga, ainda que este apresente origens anteriores ao princípio do século XX, a combinação dos elementos citados, com a construção de um projeto de autonomia política e assimilação dos mecanismos de valorização do capital. O potencial de exploração comercial do Nordeste era justificado pela abundância de terras agricultáveis, apesar dos desafios climáticos, pela tradição das culturas seculares responsáveis pela movimentação econômica local e também pela disponibilidade de mão-de-obra, constituída por grupos populacionais restritos de direitos e expostos a severas condições de vida, tanto no litoral, quanto no interior.

Grupos de brasileiros com raízes oriundas de africanos e indígenas, outrora escravizados, e de estrangeiros, como portugueses, espanhóis e holandeses, no caso do Nordeste, associados a alguns pequenos outros grupos, formaram as origens da classe trabalhadora nordestina. Representados pelo processo de alienação do trabalho e exploração, esse heterogêneo grupo de despossuídos de meios de produção, principalmente de terras agricultáveis, controladas e dominadas pela burguesia, desde os séculos de colonização, empregaram sua força de trabalho na própria subsistência, ao passo que sua condição e a ação da burguesia autocrática,

então elite aristocrática, impediam a mobilidade social e a conquista de autonomia política e financeira. Ainda que o Nordeste tenha largado na frente de outras regiões do Brasil em relação à promoção do trabalho remunerado e tenha servido como farol no pensamento abolicionista nacional, a condição dos escravos libertos não proporcionou ganhos significativos na vida desses trabalhadores, sobretudo pelo enfrentamento das dificuldades provenientes do comportamento racista da elite, aplicado também aos mestiços e indígenas.

As dificuldades estruturais associam-se aos desafios laborais impostos aos trabalhadores nordestinos para formar o quadro de profunda exploração e fragilidade ao qual estavam expostos: longas jornadas, baixa remuneração, repressão à organização, exposição a práticas perigosas, privação de alimento, longas distâncias entre os locais de trabalho e a residência. Situação diametralmente oposta à da burguesia, como pressupõe a dialética do desenvolvimento capitalista, uma vez que os burgueses puderam utilizar o período Imperial como espaço de transição e assimilação aos mecanismos capitalistas, relegando as perdas desse processo à classe trabalhadora e aos seus representantes.

Desde os anos finais do século XIX, início do período econômico que pretende-se compreender, são notados movimentos de acirramento entre trabalhadores e burgueses no Nordeste brasileiro, o avanço do sistema autocrático burguês sob a lógica capitalista concorrencial compreende grande parte das razões por trás desse movimento, porém é necessário apresentar também as características da aurora do proletariado e do campesinato nordestino, também sob influência desses fenômenos, para dar conta da elucidação da conjuntura da economia política em voga no Nordeste durante a Primeira República.

Tabela 3 - População do Nordeste (1872 - 1900).

Estado	População em 1872	População em 1890	População em 1900	Crescimento 1872-1890	Crescimento 1890-1900
Alagoas	348.009	511.440	649.273	46,96%	26,94%
Bahia	1.379.616	1.919.802	2.117.956	39,15%	10,32%
Ceará	721.686	805.687	849.127	11,64%	5,39%
Maranhão	360.640	430.854	499.308	19,47%	15,89%
Paraíba	376.226	457.232	490.784	21,53%	7,33%
Pernambuco	841.539	1.030.224	1.178.150	22,42%	14,35%
Piauí	211.822	267.609	334.328	26,33%	24,93%
Rio Grande do Norte	233.979	268.273	274.317	14,65%	2,26%
Sergipe	234.643	310.926	350.624	32,51%	9,25%
Total	4.708.160	6.002.047	6.743.867	27,48%	12,36%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (1900)

O processo de isolamento e estagnação econômica da região Nordeste, iniciado no século XIX, diante da consolidação do domínio centro-sulista sobre as relações econômicas e sobre a política nacional, aprofunda-se e, conforme demonstra a Tabela 3, o ritmo de crescimento populacional sofre profunda desaceleração. Isoladamente o crescimento populacional nordestino passa a apresentar menor ritmo, o quadro de estagnação nordestina evidencia-se também ao ser comparado com o crescimento populacional de outras regiões e do país como um todo: enquanto todos os estados nordestinos apresentaram níveis de crescimento inferiores entre os recenseamentos, estados como São Paulo, Paraná e Pará, de distintas regiões brasileiras, no mesmo período, entre o censo de 1890 e 1900, respectivamente, acumularam crescimento de 64,62%, 31,12% e 35,59%.⁵⁴

⁵⁴ Os esforços direcionados à realização de exercícios de recenseamento no Brasil concentram inúmeros desafios além das reconhecidas questões logísticas e operacionais, como a grande quantidade de municípios em um vasto território. Essa realidade, frente às limitações tecnológicas, sobretudo em relação à circulação de informações, não apenas fez-se presente no Censo de 1900, como, no próprio documento há uma série de ressalvas acerca de consideráveis quantidades de prefeituras que não enviaram dados, não somente em regiões remotas como nos principais centros econômicos e populacionais do país. Sobre esses casos, porém, os responsáveis pelo levantamento apontam o rigor científico utilizado para cálculo aproximado de habitantes, para que não fossem

O dado a respeito do crescimento populacional evidencia que a região Nordeste, outrora centro econômico e político do Brasil, além de região mais populosa, assistia o aprofundamento do processo de isolamento e perda de importância econômica e política diante do crescimento de outras regiões do país, bem como do acirramento de condições adversas, endógenas e exógenas, que comprometeram seu desenvolvimento interno. No decorrer da história econômica, da luta de classes e do desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, houve o ciclo destinado à ascensão e consolidação do sistema colonial escravista, um segundo período de transição para o sistema capitalista e, a partir dos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX, os indícios de consolidação da ordem capitalista sobre as relações econômicas ficaram ainda mais evidentes, portanto, por um lado a economia do Nordeste assimilava cada vez mais os princípios do sistema capitalista, por outro lado, os aspectos socioeconômicos da região se deterioraram.

A consolidação capitalista sobre as relações econômicas pressupõe a formação de classes sociais, conforme antecipado no capítulo anterior: a burguesia, previamente apresentada, e a classe trabalhadora, objeto de nossa presente análise. Por parte da burguesia, apesar dos obstáculos apresentados e das renúncias realizadas, a posição de classe dominante proporcionou a manipulação favorável da transição aristocrática-colonial para a realidade capitalista, cenário absolutamente oposto ao da emergente classe trabalhadora, a reunião de condicionantes adversos implicou em uma série de desafios para o campesinato e o proletariado nordestinos. Os desafios a serem enfrentados dividem-se, primeiramente, às condições materiais prévias e aos condicionantes impostos no decorrer desse processo de formação de uma típica classe trabalhadora. A partir do prisma das condições materiais prévias, residem os profundos impactos dos séculos de exploração, em grande parte calcada no trabalho escravo, e na supressão de direitos políticos dos heterogêneos grupos que compunham a força de trabalho no Nordeste brasileiro; ao direcionar a análise para os desafios que se colocaram no decorrer do processo de formação e consolidação da classe trabalhadora, presentes sobretudo no período econômico estudado, grande parte desses obstáculos resumem-se aos fenômenos apontados a seguir: a pressão burguesa advinda da adaptação dos mecanismo de extração do excedente adequados à nova ordem econômica, os desafios impostos pela crescente

desconsiderados volumes populacionais importantes, vislumbrando assim a possibilidade de fornecer dados mais exatos sobre a população brasileira.

necessidade de renda e propriedade diante da realidade crítica e decadente da economia local e o acirramento de dificuldades derivadas da situação pluvio e fluviométrica do Nordeste, desde o final do século XIX e de maneira consistente nas primeiras décadas do século XX.

O cenário de formação da classe trabalhadora nordestina encontra raízes no violento e controverso processo de colonização da região, porém, tanto nos algodoads e criações de gado do interior, quanto nos canaviais do litoral, derivada sobretudo da opção dos empresários locais em privilegiar a mão-de-obra assalariada frente ao avanço de custos de escravos, já em meados do século XIX, apresentam-se elementos determinantes do processo transitório. Em relação aos processos produtivos, anteriormente predominados por ciclos desempenhados inteiramente por um único trabalhador, bem como pelo trabalho artesanal, cada vez mais, em conjunto ao aperfeiçoamento tecnológico das unidades produtivas, cediam espaço à divisão do trabalho: a tríade de principais produtos agrícolas da região Nordeste registrou essa transformação desde o processo de plantio e cultivo, quanto nas incontáveis possibilidades de beneficiamento (ANDRADE, 1963).

A atividade pecuária, um dos pilares do complexo econômico do interior da região, registrou a maior resistência à assimilação da divisão do trabalho e, por consequência, terminou por produzir um exemplo complexo da transformação capitalista do Nordeste. As razões passam diretamente por tradições seculares, como a delegação de um único responsável pela criação dos animais, porém, ao passo que as propriedades cresceram por conta da sanha latifundiária dos coronéis, a divisão de funções e o acréscimo de trabalhadores para a realização de trabalhos semelhantes passou a predominar sobre as fazendas de criação de gado (GOULART, 1965). Embora grande parte das atividades fosse desempenhada nos limites da fazenda, desde o nascimento, passando pela criação e chegando ao abate, conseqüentemente também ao processo de corte da carne, todos os processos de beneficiamento eram realizados por grupos de pequenos empresários da região, ou seja, a atividade pecuária assimila elementos capitalistas rapidamente, mas não converte a sua produção em um modo capitalista fabril, com atividades concentradas em um mesmo ambiente, com considerável número de funcionários submetidos à divisão do trabalho específica.

O complexo econômico pecuário do Nordeste, portanto, assumiu moldes distintos do modelo fabril de produção, de fato não havia a presença de fábricas onde

todas as funções seriam desempenhadas em inúmeros processos de beneficiamento, todavia, o sistema político autocrático-burguês coronelista proporcionou uma distribuição logística, comercial e produtiva resumida aos limites de influência do coronel local. Dessa forma, apesar de não deter a posse dos meios de produção, a figura do burguês dominante exercia o controle de todo o processo comercial da criação de gado, mercadorias destinadas, em grande parte, ao abastecimento do mercado interno nordestino, tanto em relação à carne quanto aos itens produzidos a partir do couro, chifres e cascos do gado.

A pecuária, bovina e caprina, apesar dos constantes desafios ao seu pleno desenvolvimento e as flutuações de demanda e de oferta, bem como o cultivo de algodão e cana-de-açúcar, consolidou-se como uma das principais atividades econômicas do nordeste, as relações sociais e econômicas dificilmente eram realizadas distantes da órbita de uma dessas três produções, tanto a classe trabalhadora quanto os mais altos estratos da burguesia autocrática apresentavam ligações estreitas com essa tríade, mesmo a Igreja católica e os representantes do Estado replicavam a mencionada proximidade, de modo a confirmar o padrão social do Nordeste Republicano. As três atividades foram iniciadas ainda no primeiro século de colonização e, ao menos até o século XX, durante a Primeira República, não houve qualquer interrupção dessa hegemonia econômica, que se estendia à conjuntura social e à política local.

A combinação do avanço capitalista sobre a economia nordestina não ofereceria uma alternativa de rompimento com a hegemonia secular das principais produções nordestinas, pelo contrário, a assimilação de valores, práticas e métodos capitalistas foram aplicados à produção pecuária, açucareira e algodoeira visando a maximização de seus lucros, mesmo que fosse necessário a opção por métodos coercitivos, ainda que diante da mão-de-obra livre e de um sistema político que apresentava-se como mais democrático e representativo. O caso da pecuária e sua expansão latifundiária e submetida aos domínios de coronéis, responsáveis pela gerência coercitiva das trocas comerciais realizadas sob o seu domínio geográfico, porém combinada com práticas de divisão do trabalho, trabalho remunerado e aperfeiçoamento contínuo das técnicas de produção, apresenta-se como formidável exemplo da lógica instalada nos domínios nordestinos.

Em relação às transformações capitalistas, sobretudo por parte dos mecanismos de acumulação, da concentração do poder político e monopólio dos

meios de produção, conforme enunciado, a atividade pecuária nordestina simboliza perfeitamente a consolidação do capitalismo sobre as formas produtivas da região. Todavia, a atividade pecuária, que havia sido iniciado juntamente da exploração canavieira, durante o primeiro século de colonização, durante a Primeira República, confirmou a tendência registrada há mais de um século de avanço da cultura algodoeira nos domínios interioranos do agreste e do sertão, a transição da hegemonia pecuária resultou na ascensão do complexo econômico pecuário-algodoeiro no interior nordestino. Mesmo com a perda de importância, refletida por parte da reserva cada vez maior das porções de terra para cultivo do algodão, bem como na significância financeira das mencionadas produções, não somente a prática da pecuária manteve-se ativa, como a sua importância simbólica, social e cultural foram amplamente exploradas no âmbito concreto das relações sociais e econômicas, sobretudo na luta de classes local, como na produção intelectual, por parte de romancistas e cientistas sociais (MUNIZ, 2011; ARCANJO, 1996).

O exercício crítico acerca da contribuição de Ariano Suassuna para a “invenção do Nordeste” contribui de maneira decisiva para a definição da conjuntura social nordestina durante as três primeiras décadas do século XX:

“O sertão surge, em sua obra, como um espaço ainda sagrado, místico, que lembra a sociedade da corte e da cavalaria. Sertão dos profetas, dos peregrinos, dos cavaleiros andantes, defensores da honra das donzelas, dos duelos mortais. Sertão das bandeiras, das insígnias, dos brasões, das lanças e mastros, das armaduras pobres em couro. Sertão em que todos são iguais diante de Deus, o que não significa reivindicar o mesmo aqui na vida terrena, condenada a sempre ser imperfeita por ser ‘provação’ (...) É um espaço que oscila entre Deus e o Diabo. É um jogo de cartas cujas regras não foram reveladas a ninguém (...) No Nordeste, era ainda Deus quem dava sentido às coisas, notadamente para o homem pobre do sertão ou para aquela ‘aristocracia’ que estava desaparecendo. Nele ainda se buscava o mundo interior em detrimento do Império do mundo exterior como na sociedade burguesa.” (MUNIZ, 2011, p. 188 - 189).

A visão dualista acerca do Nordeste faz-se presente, de acordo com Muniz (2011), nos ensaios ficcionais de Ariano Suassuna, o que se expressa entre essas civilizações distintas e presentes na mesma região, representantes do embate entre o moderno e o arcaico:

“O cenário de seu Nordeste é sempre o sertão das caatingas, ou das pequenas cidades empoeiradas, onde a única construção de destaque é a igreja e as únicas autoridades: o coronel, o padre, o delegado e o juiz. Para Ariano foi a ‘civilização do

couro', e não a 'civilização do açúcar' que gestou a nossa identidade nacional. (...) Ariano constrói o Nordeste como um mapa desdobrado, onde surgem serras pedregosas e castanhas, outras azuladas pela distância com rios, açudes, lajedos reluzindo o Sol como espelhos de quartzo, lascas da mata e de cristal de rocha. (...) Ariano quer, em sua obra, representar esse lado belo do Sertão que havia sido negligenciado pela produção sociológica e literária anterior, preocupada ou em enfatizar as 'belezas' da sociedade açucareira do engenho, ou empenhados em mostrar o lado feio e miserável do sertão, como estratégia para realizar um discurso político de denúncia da sociedade capitalista" (MUNIZ, 2011, p. 190).

Intelectuais das ciências sociais, bem como romancistas, em meio à conjuntura repleta de profundas transformações da sociedade nordestina, realizaram, durante a Primeira República, realizaram esforços de produção literária e cultural em direção à reflexão sobre a identidade do povo nordestino. Predominantemente, a reflexão levou os diversos autores a tratar do hipotético embate entre litoral e interior, simbolizados por suas principais atividades econômicas, diante da proposta divisão territorial do Nordeste, popularizou-se a caracterização do litoral canavieiro como uma região moderna, próspera, irrigada e poderosa, e do interior como uma região atrasada, pobre, seca e submissa ao litoral (MUNIZ, 2011).

Ainda que a porção interior, sobretudo o respectivo complexo econômico, reunisse características em chave negativa, a representação desse território deu-se por meio dos atores sociais oriundos da tradicional pecuária local, mesmo frente à ascensão do algodão. A representação da classe burguesa dava-se por parte dos coronéis e alguns poucos proprietários de terras, os trabalhadores frequentemente eram representados na figura do vaqueiro, havia ainda um terceiro grupo que transitava entre as classes, essencialmente formado por representantes do fanatismo e do cangaceirismo.

A definição desses três grupos busca sintetizar a complexidade e simbolizar as nuances da luta de classes no Nordeste durante a Primeira República. Porém diante das mudanças registradas na região a partir do avanço das estruturas capitalistas e aumento da importância da cultura algodoeira, a conceituação dos grupos sociais do interior nordestino, embora possam ser enquadrados nesses grupos, demandam revisões acerca das generalizações sobre os atores que os compõem. Os estudos de Francisco de Oliveira (2008), teórico da formação econômica brasileira e nordestina, contribuem de maneira decisiva para os aspectos assumidos pela luta de classes da região com o avanço do aparato capitalista:

“Barões sem nobreza e coronéis sem exército? Decididamente, não: “barões com nobreza que a rapina sempre conferiu e ‘coronéis’ com exércitos de cangaceiros e jagunços que realizavam a apropriação de terras e reafirmavam, pela força, contra os camponeses recalcitrantes, o preço na ‘folha’, as obrigações do ‘cambão’, o pacto da ‘meia’ e da ‘terça’, o ‘forro’ da terra. A luta de classes, nesse contexto, assume formas também clássicas, serão os ‘rebeldes primitivos’, da admirável interpretação de Hobsbawm, que tentarão opor-se a esse círculo de ferro, com a debilidade própria desses movimentos, estruturalmente determinada pelo caráter ambíguo de sua posição dentro do contexto latifúndio-minifúndio: eles ainda não estão completamente expropriados dos meios e dos instrumentos de produção; o que lhes expropria é o produto, não sua força de trabalho”⁵⁵ (OLIVEIRA, 2008, p. 171 - 172).

A conversão do território pecuarista em um “vasto algodoal”, nas palavras de Francisco de Oliveira, acompanha as tendências transformadoras, sob a tutela do capitalismo comandado pelo capital internacional, tanto em sua face produtiva quanto na financeirizada. O algodão desponta, desde o século XIX, como um produto de grande potencial comercial e adequação ao solo e clima nordestino, ao menos durante alguns meses do ano.⁵⁶ A configuração geográfica repetia o padrão da criação de gado: concentrações produtivas em torno das propriedades sob domínio de um representante da autocracia-burguesa local, espaçados em relação aos focos concorrenciais, porém difere do complexo pecuário pela quase completa ausência de beneficiamento do produto, sua comercialização deu-se principalmente sobre grandes volumes de rolos do algodão descaroçado.

A produção algodoeira também incorporou princípios da divisão do trabalho realizado em larga escala, entretanto, de forma e intensidade menor do que na pecuária, bem como as tarefas passaram a depender do momento em que o cultivo desse gênero se encontrava. Via de regra empregava-se o mesmo conjunto de

⁵⁵ A contribuição de Francisco de Oliveira é decisiva para a compreensão do acirramento da luta de classes no Nordeste brasileiro, frente à escalada autoritária e crescente acumulação de renda provocada pelo avanço capitalista alicerçado sobre as bases do sistema colonial, todavia a menção à interpretação de Hobsbawm, sobre os “rebeldes primitivos” da região, não ocupará papel de destaque na presente dissertação, apesar da organização, sobretudo nos contornos do fanatismo e do cangaceirismo auxiliarem na compreensão da conjuntura social da região durante as três primeiras décadas do século XX, teses como a de Pericás (2010) serão privilegiadas nas próximas páginas.

⁵⁶ De acordo com Andrade (1963), o cultivo de algodão respeitava um ciclo delimitado da seguinte maneira: entre janeiro e março, as terras eram destinadas à pastagem do gado e de março à maio, passavam pelo processo de descanso, apenas entre maio e junho era iniciada a limpa e o plantio, a partir de então, até o mês de novembro, os algodoais eram cultivados e cuidados para crescerem da maneira mais saudável possível, logo, entre Novembro e Dezembro era realizada a colheita, proporcionando o começo de um novo ciclo. O ciclo do algodão, portanto, consistia no mais longo das culturas do sertão nordestino pois o milho e o feijão, culturas representativamente mais importantes apesar de cultivados em escala muito menor e completamente voltadas para o consumo interno, possuíam ciclos de cultivos de, no máximo, seis meses.

trabalhadores, independentemente do estágio do cultivo, e no momento do plantio, grupos eram designados para o preparo do solo, um processo complexo, demorado e repleto de detalhes técnicos, enquanto outros grupos eram responsabilizados pelo plantio das sementes no solo; enquanto as plantas cresciam, as tarefas de manutenção eram absolutamente necessárias e distribuídas em diversos campos: os mesmos trabalhadores eram divididos em funções que passavam pelo controle de pragas, a irrigação da plantação, a poda e isolamento de lotes contaminados e a segurança da plantação, dada a ameaça de concorrentes. Já na fase final, quando os esforços eram concentrados na colheita, a imensa maioria dos trabalhadores era direcionada para o descaroçamento das fibras de algodão, enquanto uma minoria era voltada para funções de supervisão, embalagem e facilitação da logística (ANDRADE, 1963).

A economia algodoeira do interior nordestino, porém, compartilha mais do que a localização geográfica com a pecuária, as distinções encontradas no cultivo da matéria-prima transformam-se em semelhanças no estágio do beneficiamento, uma vez que, conforme ocorre com a carne e o couro, o beneficiamento desses gêneros ocorreria, muitas das vezes, pelas mãos de parceiros comerciais, majoritariamente fabris, porém destinado, em menor escala, a produtores artesanais. Entretanto a clientela apresenta novas distinções, uma vez que os consumidores finais do algodão e de seus respectivos produtos de beneficiamento eram encontrados em outras regiões do país e também no exterior, pelas mãos do algodão, portanto, o interior nordestino encontrava uma vocação já amplamente adotada pelo litoral açucareiro: o modelo primário-exportador.

A formação de um complexo algodoeiro no interior da região Nordeste moldou os contornos da classe trabalhadora local, empregando grande número de pessoas e possibilitando encadeamentos econômicos entre o nascente setor produtivo, o comércio e a agricultura. Pela primeira vez no interior do Nordeste o capital estrangeiro destinava esforços à região, em meio ao avanço do imperialismo, iniciando um dos primeiros processos de industrialização em território brasileiro. Acerca dessa alteração na matriz econômica e da intervenção estrangeira, serão dispostos argumentos e teorias no próximo capítulo.

A sobreposição do algodão sobre a pecuária no interior nordestino, apesar de assegurar aos empresários capitalistas a recuperação de ganhos comprometidos pela crise econômica, social e política enfrentadas pelo Nordeste desde a segunda metade

do século XX, implicava em uma posição submissa para esse resumido grupo que se portava frente aos locais como verdadeiros coronéis, figuras acima da lei e detentoras de imenso poder em todas as esferas. A submissão, nesse caso, deriva da posição do algodão no mercado internacional, principal consumidor dessa fibra: a demanda essencialmente estrangeira, combinada a composição concorrencial, na qual o Nordeste brasileiro era desfavorecido pela qualidade da fibra e pelos fatores logísticos, resultava em taxas de lucros baixas e sempre ameaçadas pelas flutuações do preço, imposta por esses agentes externos do capitalismo global.

Os atores sociais responsáveis pela realização dessa conjuntura inicial do Nordeste brasileiro no século XX, já sob o regime republicano, conforme adiantado, além de estarem concentrados na dicotomia de burgueses e proletários, dado o processo de consolidação das classes sociais, ainda contavam com as perenes figuras dos fanáticos e dos cangaceiros. A tríade em questão sintetiza os sentidos da formação social nordestina, ao passo que antecipa elementos da complexidade da luta de classes da aurora capitalista da região. A burguesia impôs a sua dominação sobre as relações sociais e econômicas a partir do regime coronelista, exercendo o controle das forças produtivas, detendo a posse da terra e, coercitivamente, oprimindo a força de trabalho; o advento do regime republicano, exigiu que a dominação coronelista voltasse esforços para o controle imediato do aparato estatal em suas amplas esferas de poder.

A caracterização da autocracia burguesa nordestina oferecida no tópico anterior delimitou os limites de atuação do coronelismo enquanto regime político de dominação e controle econômico, atreladas diretamente à permanência de estruturas de poder e da concentração de riqueza construídas ao longo dos séculos de colonização por grupos aristocráticos com pouca ou nenhuma mudança. A título de complementação, buscaremos definir um retrato social em combinação ao perfil individual da burguesia nordestina, formada essencialmente pelos coronéis mas também por grupos de agentes influentes na vida pública que, ainda sócios dos desdobramentos do coronelismo, não se enquadrassem precisamente nos moldes do que definimos como coronel.

A descrição de Domingos (1999), alcançada após revisão bibliográfica do coronelismo, surge como síntese da figura de um coronel nordestino nas primeiras décadas do século XX:

“Homem temido e respeitado por seus feitos, riqueza e capacidade de decidir o destino de muitos; chefe político rural que à frente de parentela numerosa, não dividia a autoridade; exemplo da indistinção entre os interesses privados e públicos; modelo de dominação tradicional; símbolo do paternalismo numa sociedade atrasada; prestadores de serviços políticos-eleitorais a setores burgueses; mediador entre Estado e sociedade.” (DOMINGOS, 1999, p. 58).

A reunião de notáveis características dão a dimensão aproximada da importância do coronel na sociedade nordestina, mas antecipam a contradição imposta na atuação desse extrato de classe: as funções e características assumidas por esse seletivo grupo de homens compete e complementa com outras instituições estatais, como os três poderes governamentais e o aparato de coerção, bem como monopoliza as funções da vida privada e até mesmo particular da população, fomentando a renda, a habitação e alimentos. Boa parte dessa contradição com viés de complementação concentra-se na mistura entre interesses privados e públicos, pela representação de interesses próprios aliados às vantagens adquiridas pela necessidade de atender aos anseios de capitalistas do Centro-sul e também do exterior, enquanto realizam a gestão da população e dos recursos locais por meio da coerção violenta, mas também por ferramentas paternalistas de controle, retomando assim o conceito de compromissos enunciado por Leal (2012).

Ao buscarmos a compreensão do coronelismo como sistema autocrático-burguês, a partir de uma interpretação de economia política, atendemos, principalmente, à investigação acerca da assimilação de elementos do capitalismo e, conseqüentemente, alterações na lógica de acumulação de capital. As conclusões apontam para sua importância como mecanismo de coerção da classe trabalhadora e dominação burguesa, buscando honrar, primariamente, com compromissos com a burguesia local, nacional e internacional. A proeminência e atuação autocrática-burguesa do coronelismo, conforme antecipado, não apresentava distinções conceituais no sertão e no litoral, apenas diferenças acerca da extensão geográfica da influência dos grupos burgueses. A relação entre esses elementos e os fenômenos sociais e familiares do Nordeste das primeiras décadas do século XX, evidentemente contribuíram para o sucesso e longevidade do coronelismo, chamando atenção de estudiosos brasilianistas como Chilcote (1990) e Pang (1979), como aponta o trecho abaixo:

“O poder da classe dominante está enraizado na família patriarcal, cujos valores de lealdade, respeito pela autoridade, hospitalidade são refletidos de maneira geral na

psicologia do homem nordestino, transmitida de geração a geração. Historicamente, a casa grande dos latifúndios desempenhava o papel de centro do poder patriarcal e coesão religiosa, o ponto de apoio para a organização da sociedade local. Isto representa um completo sistema econômico, político e social, incluindo a monocultura latifundiária, o regime de trabalho, o sistema religioso, e o sistema político baseado no *compadrismo*, ou política patronal. Ao mesmo tempo, a casa grande representava uma escola, uma fortaleza, um banco, um cemitério, um hospital e uma casa de caridade que fornecia apoio, até mesmo abrigo, para os idosos, viúvas e órfãos. O poder estava concentrado nos patriarcas que governavam esse sistema: eles eram os senhores das terras, dos homens e das mulheres” (CHILCOTE, 1990, p. 10)⁵⁷.

A leitura de Chilcote (1990) recorre a elementos da leitura freyreana da sociedade nordestina, empregando o conceito de casa grande, todavia auxilia na compreensão da representatividade do poder coronelista como substituto do Estado, no complexo rompimento dos limites entre o público e o privado, mesmo na sociedade em que não existia mais a senzala, exato contraponto da casa grande nas mesmas propriedades, denotando também a continuidade de estruturas coloniais e da preservação longeva do poder aristocrático, então burguês.

Os predicados sociais para a manutenção do título de coronel e de representante da burguesia transitavam por múltiplos elementos da vida social e econômica, superando a necessidade de extensa riqueza acumulada, da influência sobre juízes e políticos, além de um sobrenome respeitável. A posse da terra, de enormes fazendas agricultáveis e, muitas das vezes, numerosas cabeças-de-gado, evidentemente despontavam como essenciais elementos de identificação de um burguês ou coronel, porém, para a manutenção do poder, era preciso que dois elementos coexistissem: o primeiro, excelente trânsito com a Igreja católica, e o segundo, comando de um arsenal de armas e homens leais e dispostos a defender a propriedade, bem como de aterrorizar inimigos e qualquer outro que ameaçasse a ordem autocrática burguesa do Nordeste. Como aponta Chilcote (1990): “Não era incomum que esses chefes locais mobilizassem a população. Em tempos anteriores, lideraram suas tropas contra bandidos e intrusos, e os remanescentes dessas tropas tornaram-se seus pistoleiros em batalhas contra famílias rivais.”⁵⁸ (CHILCOTE, 1990, p. 8).

⁵⁷ Tradução livre realizada pelo autor.

⁵⁸ Tradução livre realizada pelo autor.

Embora a Proclamação da República tenha ocorrido em meio a um ambiente modernizador com forte viés de valores libertários, como a recente abolição da escravatura e a queda da monarquia, a burguesia nordestina ao optar pelo desenvolvimento social e econômico delimitado pela influência da autocracia-burguesa, implicou na modernização conservadora da sociedade e da economia local. Portanto, ainda que sob um novo regime político e diante da consolidação do sistema capitalista, a participação popular na construção dos rumos do Nordeste foi substituída pela concentração de poder nas mãos dos mesmos aristocratas dos períodos coloniais e imperiais, conservando o cenário de desigualdade social dos períodos anteriores onde a escravidão vigorava.

Os contornos capitalistas, atrelados aos elementos da política republicana, sob o regime da autocracia-burguesa coronelista, reservaram aos trabalhadores nordestinos complexos desafios: primeiramente a subsistência e, paralelamente, a conquista de espaço no papel de modernização da arcaica sociedade do Nordeste. Oriundos, massivamente, de populações escravizadas, seja de africanos ou até mesmo indígenas, durante o período imperial, anteriormente à abolição, sobretudo no Nordeste, essas massas populacionais já haviam iniciado o processo de migração para o trabalho remunerado e livre, sob os limites da ordem aristocrática e oligopolizada da economia local.

A ordem de desenvolvimento dessas forças produtivas, delimitou-se a partir dos movimentos da classe dominante sobre a matriz econômica regional: primeiramente as mudanças registradas sobre as principais atividades econômicas da região, que consistiram na consolidação da cultura algodoeira sobre a pecuária no interior e, no litoral, a transformação de engenhos em usinas; paralelamente, como símbolo da intervenção do capital estrangeiro e da ação estatal, registrou-se a origem do processo de industrialização e a presença com maior relevância de obras públicas, visando o combate às secas e a expansão das malhas rodoviárias e ferroviárias do Nordeste. A organização das atividades econômicas em volta da expansão de lucros, garantindo as parcelas do excedente a todos os sócios da burguesia nordestina, organizou os trabalhadores locais nos moldes do capitalismo global, o trabalho remunerado do campo em torno de uma monocultura latifundiária, proporcionou as bases para o surgimento de um campesinato, enquanto atividades industriais, a conversão de usinas e a formação bruta de capital fixo por parte do Estado fomentaram a organização do proletariado nordestino.

A formação da classe trabalhadora e de seus respectivos extratos deu-se com a combinação desses movimentos da classe dominante, em consonância com a ordem capitalista, e das condições socioeconômicas pré-existentes na região Nordeste. A classe trabalhadora representava maioria absoluta da população, composta por herdeiros dos escravos e de alguns poucos exemplos de homens livres que viviam sob a lógica escravocrata, inferindo a definitiva desigualdade social herdada dos tempos coloniais. As condições impostas a essa população eram as mais adversas, incluindo o dificultoso acesso à habitação e às terras agricultáveis, conseqüentemente submetendo-os a degradantes condições de saneamento básico e alimentação. A concentração de renda e de terras por parte da burguesia nordestina não possibilitava mobilidade social a esses trabalhadores e, de forma a maximizar a extração do excedente, agia de modo a gerir a miséria local para forçá-los a não almejar nada além do que lhes era oferecido, com ganhos inferiores ao necessário para a subsistência e imediatas ações de opressão violenta que coibisse qualquer ensaio de organização trabalhadora (OLIVEIRA, 2008; MENEZES, 2018; FALEIROS e ALMEIDA, 2020).

Os representantes da burguesia nordestina imprimiram temor e respeito aos seus comandados, para possibilitar a continuidade dessa conjuntura, o controle do aparato estatal não cumpria plenamente essa necessidade, uma vez que, de maneira geral, ainda era muito deficitário por conta do isolamento da região e a carência de investimentos públicos combinados à brevidade da experiência de independência brasileira. A saída encontrada por essa mínima parcela da população foi a realização de alianças estratégicas baseadas no amplo conhecimento sobre os valores da população local, muitos desses valores compartilhados pela própria elite, contidos no binômio social enunciado por Menezes (2018): o cangaceirismo e o fanatismo.

O cangaceirismo e o fanatismo por vezes são lidos como sinônimos, mas apresentam distinções fundamentais, apesar de coexistirem no Nordeste por cerca de um século e compartilharem ligações com o misticismo nordestino e grande aderência em parcelas variadas da classe trabalhadora e de alguns donos de terras. O fanatismo e o cangaço do Nordeste, sobretudo nos anos finais do século XIX e décadas iniciais do século XX, são fenômenos singulares e contidos, com dificultosa aproximação com fenômenos de outras épocas e locais, por derivarem diretamente de múltiplos fatores construídos por séculos na região. Os adeptos, cangaceiros e fanáticos, formaram grupos de características étnicas e sociais heterogêneas, porém, raramente

continham em seus quadros representantes das mais ricas famílias nordestinas ou do poder estatal, restrição que não se repetia entre os trabalhadores, donos de pequenas e médias propriedades e, sobretudo, religiosos. Acerca dessa caracterização social, moral e física desses grupos, Frederico Pernambucano de Mello (2011), em diálogo com a interpretação literária de Euclides da Cunha, assinala:

“Realmente, é a imagem de um retrógrado que estamos pintando na tentativa de caracterização do homem sertanejo do Nordeste. Retrógrado porque envolto por toda uma estrutura familiar, política, econômica, moral e religiosa arcaica e arcaizante, fruto de isolamento de séculos. É conhecida a religiosidade medieval do sertanejo, capaz de facilmente resvalar no fanatismo. Também o são a sua rigidez em questões de família, o admirável sentido fiduciário das relações negociais, o conservadorismo político arraigado e o precioso classicismo vocabular, este último tantas vezes confundido por estudiosos apressados com o que seria um falar errado, quando na verdade se está diante do ‘português do século XVI’.” (MELLO, 2011, p. 47)

Cangaceiros e fanáticos ainda dividiram o apreço por três elementos da sociedade nordestina: o misticismo, a violência e a religiosidade. Evidentemente esse apreço deu-se de maneiras e formas distintas em cada um dos fenômenos sociais, porém fizeram-se presentes e ocuparam suas respectivas essências. A reunião de elementos importantes para a sociedade nordestina atrelada com o alto grau de representatividade conferiu a ambos os fenômenos respeito e admiração por parte de trabalhadores e burgueses nordestinos. A capilaridade do cangaceirismo e do fanatismo no Nordeste ocupou quase toda a região, fazendo-se presente em regiões de todos os estados, principalmente nas porções interiores. O conjunto de conquistas e honrarias junto da população nordestina conferiu aos representantes de ambos os fenômenos a condição de aliados ideais para a autocracia-burguesa coronelista formada para manutenção e expansão do poder da classe dominante, dessa forma a burguesia local pôde ampliar seu domínio coercitivo como também subjugou fenômenos organizados que alcançaram relevância demasiada para serem exterminados.

A relação entre os cangaceiros e fanáticos com a burguesia nordestina concentrava-se sobre contradições intrínsecas escoradas essencialmente no conflito permanente entre burgueses e trabalhadores, porém encontradas também no tênue limite entre o comprimento de ordens superiores e a conquista efetiva da influência sobre determinada população, motivados por interesses econômicos ou religiosos.

Por parte da burguesia a disputa interna também confrontava coronéis e seus comandados, bem como fanáticos e cangaceiros, diante da heterogeneidade de seus grupos, também constituíam dissidências beligerantes e contrapostas ao interesse burguês-coronelistas. Logo, a conjuntura da luta de classes nordestina durante a Primeira República contou com as controversas figuras dos cangaceiros e fanáticos protagonizando, com movimentos igualmente controversos, o conflito entre a classe dominante em oposição aos camponeses e os crescentes proletários.

O cangaceirismo já foi lido como movimento social, derivado do banditismo social, categoria amplamente difundida nas obras de Hobsbawm (1976, 1983), porém as obras de Mello (2010, 2011) e Pericás (2010) contribuíram para a leitura crítica dessa interpretação, bem como para uma meticulosa revisão da historiografia do tema. A partir da interpretação de Hobsbawm, formou-se uma corrente de pensamento, adepta da tese de que o cangaceirismo, como movimento, corresponderia a uma face do banditismo social, conceito apresentado para definir grupos organizados de populações primitivas, normalmente expostas à modernização imposta pela ascensão do capitalismo e suas formas sobre comunidades campesinas, que mobilizam-se contra a desarticulação de seu modo de vida e das distorções catastróficas trazidas pelas estruturas do novo modo de produção. O banditismo social da teoria de Hobsbawm (1976, 1983) estaria dividido em algumas categorias, os cangaceiros, por sua vez, transitariam entre os “vingadores” e os “ladrões nobres”, com características mais relativas ao primeiro grupo, por conta, acima de tudo, do terror espalhado pelo bando, muito mais marcante do que as ações de distribuição de riquezas para populações pobres. Apesar de trazer muitos aspectos do cangaceirismo, a obra de Hobsbawm (1976, 1983) assumiu um caráter mais generalista, pois enfatiza a existência desses grupos em diferentes partes do mundo, com o intuito de apresentá-los como movimento social. Dessa forma, destacam-se autores brasileiros que reuniram especificidades do cangaço, seguindo a corrente do banditismo social, como Facó (1963) e Machado (1968, 1973, 1973a, 1973b, 1974, 1974a). A produção teórica desses autores certamente contribuiu para o enriquecimento do debate acerca das características do cangaceirismo, porém a respeito da atuação, motivações e até mesmo origens, as conclusões despontam, ao mesmo tempo, como controversas e alinhadas ao imaginário popular, uma vez que endossam a ideia de que cangaceiros, durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período da Primeira República, agiram, primariamente, como

um bando opositor do poder oligárquico local, promovendo saques às propriedades, com intuito primário de redistribuir a riqueza para os despossuídos.

Embora esses argumentos apresentem inconsistências teóricas e metodológicas, a teoria do cangaceirismo como movimento social, nos moldes de uma resposta primitiva aos desmandos do coronelismo, atingiu repercussão no meio acadêmico e artístico. Os principais argumentos dessa corrente convergem desde as razões para o surgimento do cangaço no sertão nordestino, Machado (1973, 1973a) nos diz:

“O sertanejo se transforma em cangaceiro principalmente por problemas de ordem social e econômica e, ainda, cultural. Na penetração da caatinga, os indivíduos eram todos iguais no relacionamento, não havendo diferenças entre vaqueiro, dono de gado, agricultor e proprietário de terras. Os problemas por eles enfrentados eram os mesmos: terra nova, índios, animais selvagens e estavam longe dos centros urbanos. Uniam-se, pois, em defesa daquilo que era seu, e solidarizavam-se em defesa de suas vidas. Os valores culturais eram comuns a todos. A solidariedade, contudo, começou a desaparecer à medida em que os problemas já não os atingiam de igual modo. Nasceu o individualismo, determinando uma mudança de atitudes, gerada por fatores de ordem social e econômica. O domínio da terra diferenciou os indivíduos, os fatores socioeconômicos levaram-nos, automaticamente, à formação de grupos fortes e fracos. Coube, aos mais pobres, o impacto de quebra dos costumes por parte dos poderosos. O desrespeito a esses valores conduziu à luta.” (MACHADO, 1973a, p. 182).

De acordo com Machado (1973a, 1974, 1974a), portanto, a partir do século XX, as crises ocasionadas por diversos fatores, endógenos e exógenos, expuseram a fragilidade a qual estavam expostos os sertanejos dadas a intensidade com que suas consequências foram sentidas por esse extrato do proletariado, enquanto os coronéis ao menos mantiveram as condições alcançadas previamente ou até mesmo ampliaram seu poder e domínio sobre a região, protegidos pelo seu estofo prévio e auxiliados pelo regime político nascente do século XX, a República Oligárquica.

Essa disparidade originou nos sertanejos o sentimento de revolta que conduziu alguns deles ao cangaço, um “bando” que reuniu majoritariamente homens, apesar de contar com mulheres, muitas das vezes companheiras dos bandoleiros, tendo como seu principal antagonista a figura dos coronéis.

A obra de Machado (1968, 1973, 1973a, 1973b, 1974, 1974a) nos permite afirmar, portanto, que a partir dessas motivações e tendo um seu inimigo a ser combatido, com certo grau de organização e tática de guerrilha, os cangaceiros

formaram um bando que espalhou-se pelo sertão nordestino, englobando os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Sua atuação, via de regra, baseava-se em ações violentas como: sequestros, assassinatos, mutilações, roubos e invasões, contando com a possibilidade de uma posterior partilha dos resultados dos saques com os menos abastados sertanejos locais.

A visão da autora está muito ligada às obras de Hobsbawm (1976, 1983) aqui apresentadas, não por acaso ambas são objeto do debate proposto por Pericás (2010, 2015, 2019) que fornece elementos para a crítica historiográfica do “banditismo social”, auxiliando na crítica sociológica da inclusão dessa categoria sob a definição de movimento social nos termos apresentados anteriormente.

Especificamente a respeito da obra de Machado (1973, 1973a, 1973b, 1974, 1974a), Pericás (2019) assinala insuficiências determinantes, sobretudo metodológicas, não pela predominante adoção da história oral, mas por questões como a densa bibliografia citada, porém não aprofundada e sobre a operacionalização das entrevistas:

“A metodologia aplicada às entrevistas também é bastante frágil. A autora realizou arguições com um número limitado de indivíduos, classificando-os à sua maneira e extraindo conclusões peremptórias de amostragens aleatórias e exclusivistas. Os números apresentados e as porcentagens não convencem os pesquisadores mais exigentes. O verniz cientificista, portanto, não se sustenta nesse caso (...) Além disso, a tendência a ver o mundo de forma maniqueísta, com poucos matizes, pode ser encontrada em profusão nos trabalhos da estudiosa, assim como algumas contradições na narrativa” (PERICÁS, 2019, p. 205 - 206).

Ou seja, apesar do largo alcance dessa teoria e da força da sua tradição, sobretudo em setores populares e da esquerda, as fontes e a metodologia escolhidas pela autora comprometeram as conclusões apresentadas pela autora, de maneira que, com o passar dos anos, acadêmicos, brasileiros e brasilianistas, desenvolveram obras fiéis a esse ponto de vista, mas que também divergiram e contribuíram para o debate sobre os limites do cangaço e sobre a natureza desse fenômeno.

A aclamada obra de Mello (2011), desponta como um clássico original e rigoroso para os estudos do tema, agregando detalhes da rotina do cangaceirismo que reúnem grande interesse para o estudo dos movimentos sociais, como os rituais, os códigos internos, as alianças, os inimigos, a maneira de agir, a doutrina e, de forma inovadora, as fronteiras temporais, unidas às suas motivações, que delimitam a

existência do cangaço na primeira metade do século XX com presença no sertão nordestino.

Apesar de certos aspectos levantados, relativos à estrutura, apontarem algum grau de concordância entre a obra de Mello (2011) e a tradição fundada por Hobsbawm (1976, 1983), perseguida por Machado (1968, 1973, 1973a, 1973b, 1974, 1974a), o conteúdo distancia-se completamente, até mesmo por rigor metodológico e por hipóteses adversas. Pericás (2010, 2015, 2019) trata dessas vertentes em perspectiva comparativa, ao assinalar os ganhos e as questões controversas que trouxeram para o debate acerca da ação dos cangaceiros.

Além do balanço historiográfico, Pericás (2010, 2015, 2019) acrescenta e relaciona novos olhares sobre o bando de Lampião, logo de partida aponta que a origem humilde dos cangaceiros é questionável, principalmente em relação aos líderes, muito deles eram advindos de classes abastadas, detentores de terras e de famílias tradicionais. Ainda mais importante para o estudo dos confrontos, o autor questiona o antagonismo entre os coronéis e os cangaceiros, ao levantar registros que indicavam alianças contornados senão por uma relação amigável, mas de parceria baseada em interesses que nada tinham a ver com a distribuição de riqueza para os mais pobres.

A atuação dos cangaceiros sequer indica o anseio de uma mudança social, nem em aspectos mais superficiais como os costumes, muito menos uma alteração no modo de produção e padrão acumulação, responsável pelas principais contradições que atingiam a população local.

No universo de constante reinvenção dos conceitos de movimento social demonstrados surge como tarefa árdua encontrar características do cangaceirismo correspondentes a alguns dos “pré-requisitos” que possibilitariam inseri-lo sob essa significação. Isso se deve a uma infinidade de fatores, a começar pela centralidade da vingança nos seus atos, ou seja, levando-se em conta ou não o caráter dos saques com posterior distribuição de riquezas, o objetivo era concretizar uma vingança e não representar um determinado nicho de pessoas sem voz.

As definições mais consolidadas do conceito de movimento social tendem a concordar em relação ao confronto acirrado contra o Estado, os cangaceiros de fato enfrentaram forças representantes do Estado, sobretudo seus braços armados, como polícias de diferentes estados e o próprio exército, mas esse confronto não se dava propriamente no campo político, mais propriamente em relação à defesa pessoal e

pela reação aos inúmeros crimes por eles cometidos. Mesmo recorrendo à tradição do banditismo social e buscando na figura dos coronéis uma representação de um Estado cooptado, essa determinação não se confirma. Ou seja, por um lado, o cangaço apresenta características plenamente conflitantes com os conceitos apresentados de movimento social, já por outro lado, existem conceitos que se aproximem, mas os prolongamentos conceituais necessários são muito grandes, não possibilitando, dessa forma, o enquadramento do cangaço como um movimento social.

Apesar de não configurar como uma exigência mandatória, muitos dos movimentos sociais, independentemente do tempo, surgiram com a assimilação de outros movimentos registrados em localidades diferentes, como países do centro capitalista. O que corresponderia ao transnacionalismo de um movimento, no “banditismo social”, Hobsbawm (1976, 1983) buscou apresentar não somente o cangaço, mas uma série de outros “bandidos”, cada qual com a sua peculiaridade, mas abarcados por essa grande categoria, secular e transnacional. Ainda que o autor tenha conseguido apontar semelhanças, Pericás (2015) aponta, novamente para a fragilidade metodológica para se afirmar essa relação entre os “movimentos”, dados os abismos encontrados entre os países e datas relacionadas na teoria⁵⁹:

“A tentação de se elaborar “teorias” generalizantes é grande, mas perigosa. Toda teoria deve expressar o que é “dominante”, e não a exceção. Muitas das variáveis do banditismo social, por certo, não se aplicam ao cangaceirismo; podem estar presentes em um ou outro daqueles *outlaws*, mas não são suficientes para construir uma teoria, que nunca deve ser elaborada a partir de casos de exceção.” (PERICÁS, 2015, p. 47).⁶⁰

⁵⁹ O primitivismo alegado por Hobsbawm (1976, 1983) também contrasta com as teorias dos movimentos sociais, sobretudo no cangaço, com forte atuação na primeira metade do século XX, ou seja, tanto no Brasil quanto ao redor do mundo, há muito se contava com “formas de revolta” categoricamente classificadas como movimentos sociais, como Tilly (2004) demonstrou e, no caso do Brasil, Alonso (2014) tratou do “nosso primeiro — e grande — movimento social” (ALONSO, 2014, p. 122): o movimento abolicionista. Entretanto, esse afastamento da definição de movimento social é restrito aos aspectos técnicos e teórico-conceituais, dessa maneira não refere-se à frequente crítica moral ou especificamente ao grau de violência contido na conduta dos cangaceiros, posto que, de acordo com Alonso (2009) a sociologia dos movimentos sociais e suas teorias, como a teoria dos processos políticos, comporta a violência, principalmente as revisões recentes que tratam com maior atenção o confronto em si e abrem espaço inclusive para o estudo do terrorismo.

⁶⁰ Um exemplo muito interessante da assimilação de ações por parte de um movimento social brasileiro em relação aos movimentos estrangeiros de mesma pauta é o abolicionismo, teorizado com originalidade por Alonso (2014). A autora atenta que as experiências internacionais foram importantes para a estratégia mais assertiva, mas que não se resumiu a uma mera cópia, uma vez que, por exemplo, ao não encontrar a mesma aceitação nas Igrejas, como ocorreu nos países estrangeiros, o movimento abolicionista brasileiro utilizou estruturas e a influência do setor artístico.

A interpretação de Djacir Menezes (2020), compreende o cangaço como fenômeno social predominantemente sertanejo, com pronunciada influência nos centros litorâneos, e de origens remotas e contemporâneas do povoamento do interior nordestino, no século XVII. Sua visão é ponderada: “não se trata de um bando de tarados, lombrosianamente predispostos ao crime (...) Daí, porém, a glorificá-los como heróis de uma luta de classes, vai um enorme passo” (MENEZES, 2020, p. 172), o rigor científico aplicado deve-se, sobretudo, à centralidade do cangaço na teorização acerca do Nordeste oferecida pelo autor e em um de seus elementos centrais, o binômio social disposto entre o místico e o violento.

Visões imaginárias e romantizadas de figuras do passado tendem a ser oferecidas para o imaginário da população, sobretudo locais, como ocorreu no caso dos cangaceiros e dos fanáticos, figuras como Lampião e Padre Cícero, respectivamente os principais expoentes dos fenômenos citados, desfrutam de múltiplas interpretações a respeito de suas origens, atuações e até mesmo dos valores a respeito do enfrentamento das questões sociais do Nordeste durante a Primeira República.

O fanatismo nordestino desponta como desdobramento direto do processo de sincretismo religioso em voga desde o momento em que cristão europeus, no violento processo de colonização, submeteram índios e pretos africanos ao trabalho escravo enquanto impunham o catolicismo a esses grupos e, por diversas vezes, trocavam valores culturais e religiosos desses grupos pagãos. Como pontua Menezes (2020):

“Do candomblé de caboclo, como tem sido estudado em vários volumes dessa coleção, até o espiritismo das classes médias, há nuances que vão variando e, entretanto, conservam o seu conteúdo ideológico denunciador do desajustamento que alenta a contradição ideológica nos níveis da rivalidade de classes. Prolifera um espiritismo inferior, que recebe influência direta do candomblé, do curandeirismo, mesclado às práticas espíritas, rezas católicas e preces desfiguradas, no alcance da mentalidade inculta, já capaz de deletrear alguns livrinhos acessíveis. Interessante é notar a atitude de hostilidade à religião ‘dos padres’, que apontam inflamadamente como ‘exploração’. Acima, porém, há espiritismos mais elevados, com práticas habituais de invocação, alimentando clientela de leituras superiores e olhando com desprezo esses outros centros inferiores, que não são ‘científicos’. Esses já sofrem certa ação cultural das classes mais cultas. Contam-se seus membros ilustrados. O candomblé tem adeptos nas classes altas principalmente na

dourada ignorância dos salões da granfinagem elegante.” (MENEZES, 2020, p. 175).⁶¹

A pluralidade cultural associa-se à diversidade religiosa após os séculos de formação social pautada pela colonização e pela convivência de distintos valores culturais. Conforme detona o trecho destacado acima, a religiosidade enfrentava os limites da classe social, da origem e da localização, ao mesmo tempo acirrando conflitos a partir da reação de grupos intransigentes, como padres, e, por outro lado, criando um valor comum a ser compartilhado por pessoas de classes sociais distintas, em um Nordeste em que o abismo entre trabalhadores e burgueses, sobretudo o coronelato, era imenso e crescente.

A religiosidade fervorosa, entretanto, não desponta como exclusividade do Nordeste das primeiras décadas do século XX, pelo contrário, essa característica replica modelos já encontrados em outros países, como as antigas metrópoles colonizadoras, desde os seus mais primórdios tempos, anteriores ao cristianismo e passando pelos monarcas absolutistas, até a contemporaneidade do período em estudo. Tão pouco o sincretismo religioso pode ser associado como um fenômeno de pioneirismo nordestino, pois também ocorreu em praticamente todas as antigas colônias. Dessa forma, surge a necessidade de explicar, diante do conceito de fanatismo, a centralidade desse fenômeno na formação social do Nordeste e nos contornos das relações entre classes.

A base da discussão sobre o fanatismo parte do princípio de que fanatismo e cangaceirismo não podem ser lidos como sinônimos, são fenômenos sociais e contemporâneos que ocorreram, simultaneamente durante as primeiras décadas do século XX no Nordeste brasileiro, compartilham de diversas características, mas são distintos em tantas quanto. A semelhança mais interessante à discussão proposta deriva da ingerência de ambos na luta de classes do Nordeste, ao passo que delimitou características centrais dos grupos trabalhadores, de suas respectivas lideranças, bem como da burguesia e do sistema político: todos compartilham da primazia pela religiosidade singular e sincrética, relações místicas com a natureza e atividades econômicas, código de ética centrado na honra de compromissos “até as últimas consequências” e, conseqüentemente, adoção de práticas violentas de coerção. O

⁶¹ O trecho destacado reflete valores pessoais do autor, ao passo que apresenta, por diversas vezes, juízo de valor acerca da religiosidade. A contribuição e relevância, portanto, diz respeito à enumeração de vertentes religiosas e da questão de classes.

longo trecho a seguir demonstra contornos implicados pelo cangaceirismo e pelo fanatismo na luta de classes nordestina e seus respectivos agentes, com ênfase na heterogeneidade e complexidade fornecida pela mistura do violento e do místico, associadas ao avanço do capitalismo, marginalização das populações outrora escravizadas e pela assimilação de determinados elementos desses contingentes por parte dos tradicionais e restritos capitalistas da região.

“Já de longa data vemos as lutas sertanejas entre clãs familiares que remontam à época da colonização, nos litígios entre sesmeiros. Lutas tradicionais de famílias aguerridas. Mas uma plebe rural, que fica sem posse de terra, que fica agregada aos proprietários, nômades muitas vezes, vai esboçando essa massa inculta, onde os tipos étnicos mais heterogêneos tendem a certa uniformidade sobre a base de um fundo comum aborígine, nas zonas das caatingas. (...) Dessa massa vão sair os capangas, os apaniguados, os lutadores contra os policiais, os revoltados, os sediciosos da plebe, famanazes das feiras e das eleições imperiais protegidos pelos mandões políticos das localidades. Mantém-se essa ‘societas sceleris’ do Nordeste pela exploração mesma dos chefes e coronéis politiqueros, dos burgos municipais, que deles prevalecem. Por outro lado, são expressão inconsciente de antagonismos de interesses. Todos esses fenômenos de cangaço e fanatismo só serão compreendidos se ligados à mesologia sertaneja com todos os reflexos dessa luta de classes sociais. Tanto as ‘macumbas’ das regiões onde aumenta a influência africana através dos elementos caldeados, quanto as ‘penitenciais’ caririenses, exprimem como heresias da religião dominante, instrumentos culturais dessa reação do oprimido contra o opressor. Por isso nota-se a admiração espontânea e para muitos incompreensível, das classes populares pelos Marcelinos, Jesuínos, Silvinos, Lampião, Lulú Padre, Coriscos, etc., semidivinizados pelos folclores da região” (MENEZES, p. 187 - 188, 1937).

Entre os argumentos antropológicos utilizados por Djacir Menezes (1937, 2018) para compreender a formação social do Nordeste brasileiro, a questão da luta de classes é tangenciada em sua obra e aprofundada por Ruy Facó (1963)⁶², uma vez que este inicia sua tese acerca do cangaceirismo e do fanatismo enfatizando a problemática primária para a radicalização da população e conseqüente acirramento da luta de classes, ponto em que se aproxima de Menezes: o monopólio da Terra. A concentração de terras sob a posse do limitadíssimo contingente herdeiro de colonizadores perpetuou a concentração de riqueza, por conta, sobretudo, da

⁶² Embora a teoria de Facó acerca do cangaceirismo incorra em problemas conceituais e metodológicos acerca da atuação desses grupos, uma vez formados, suas considerações acerca da origem, em consonância com aspectos econômicos e sociais, fornecem importantes contribuições para a discussão.

continuação do modelo agrário exportador nordestino. A aurora capitalista brasileira, diferentemente do caso dos países europeus, ocorre sem a fundamental acumulação de capital primitiva, a formação das classes sociais, portanto, acompanhou a tendência de eliminação de etapas, a mencionada transformação da aristocracia para burguesia e de escravos para classe trabalhadora ocorre em marcha forçada, ditada pelos fatores exógenos contidos no avanço do capitalismo e das demais transformações político sociais ao qual o Nordeste fora submetido. A estrutura agrária, fator primordial para a produção de riqueza no Nordeste agrário-pastoril, manteve os contornos coloniais, e, para Facó (1963), apenas os antigos senhores de engenho de cana-de-açúcar e das lavouras de algodão sobreviveram à severa crise do século XIX, de implicações políticas, econômicas e sociais, ao combinar o longo período de estiagem e a definitiva abolição da escravidão.

A posse de terras, com a extinção de infantis capitalistas diante da crise econômica, torna-se ainda mais exclusiva no século XX, o controle de extensos latifúndios convertidos em verdadeiros complexos econômicos proporciona à burguesia nordestina a possibilidade de controlar não somente os preços no mercado interno e no beneficiamento dos principais gêneros, como a imposição de condições de trabalho e remuneração para a classe trabalhadora despossuída:

“Era mais do que natural, era legítimo que esses homens sem terras, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma ‘saída’ nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos fanáticos, em tornos dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor. (...) Eram eles o fruto da decadência de um sistema econômico-social que buscava sobreviver a si mesmo” (FACÓ, 1963, p. 13).

A capilaridade do poder dos grandes proprietários estende-se acima e abaixo, a concentração de terras e a monocultura implica na retenção da única fonte de produção de riqueza, de receita para o Estado e de subsistência para a classe trabalhadora. O desenvolvimento de forças produtivas supera questões técnicas e logísticas, a alteração das técnicas e a mudança na matriz econômica local, no caso, a formação de complexos industriais, passa pelo crivo da classe dominante e pelo beneficiamento de suas mercadorias. O sistema político coronelista, sintetiza a captura e mistura do público e do privado. A classe dominante, portanto, determinou os rumos da transformação social nordestina e a continuidade e expansão da produção agrária via latifúndio monocultor foi determinante para isso (PRADO JR., 1979).

A menção à confusão proposital entre público e privado por parte da burguesia outrora aristocrata nos permite relacionar a conjuntura litorânea nordestina da época, uma vez que um dos principais teóricos acerca da civilização canavieira, Gilberto Freyre, a partir do seu viés conservador e nostálgico da colonização, contribui diretamente para a compreensão da consolidação capitalista do Nordeste açucareiro, ou, trabalhando com os títulos de suas obras, da transição de *Casa-grande & Senzala* para *Sobrados & Mucambos*. A partir da crise do patriarcalismo, é iniciada a transformação social, cultural, econômica e política no Nordeste brasileiro, o processo, entretanto, implica em uma contradição fundamental: as alterações ocorreram apenas lastreadas nos pilares da sociedade patriarcal colonial, para que a nova fase dessa sociedade em formação não culminasse em abruptas rupturas com o passado e, conseqüentemente, com as estruturas consolidadas, ainda que muitas sejam controversas. Aproxima-se da modernização conservadora, sem usar esse conceito propriamente dito, todavia, acompanhado do tom nostálgico e enaltecido do regime colonizador e, em certo nível, da escravidão.

Sob a ótica freyreana, a partir da metade do século XIX, o patriarcalismo entrou em colapso, a época coincide com o princípio da grande crise econômica que assolou as lavouras nordestinas. Em sua visão, um dos pontos mais sensíveis para a transformação em voga na região reside sobre o avanço das cidades sobre as áreas rurais, provocando um fluxo migratório e comprometendo a formação de herdeiros fazendeiros, uma vez que esses tornaram-se “bacharéis”, trilhando diferentes carreiras profissionais, distantes da administração das fazendas, ou seja, seculares negócios familiares teriam fim pelo desinteresse de herdeiros e levariam os proprietários a dar distintos fins para suas terras. Por outro lado, escravos, diante de um contínuo esforço dos movimentos abolicionistas, ainda sob o vigor da legalidade da prática, cada vez mais assumiram os contornos do que o autor classifica como “mulato”, trabalhador brasileiro fruto da infante “democracia racial” do Brasil (FREYRE, 1936). Tais estruturas sociais simbolizam a nova era e estavam já em gestação antes da definitiva crise do sistema colonial, do fim da escravidão e da era imperial:

“Desde os últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo em elementos de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que isso, (...) pela acomodação entre os dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo. A casa-grande, completada pela senzala, representou, entre nós, verdadeira maravilha de

acomodação que o antagonismo entre o sobrado e o mucambo veio quebrar e perturbar” (Freyre, 1936, p. 302).

A tríade acerca da formação social do Brasil, especialmente do Nordeste, todas escritas por Gilberto Freyre, encontra o período da discussão em voga na obra *Ordem e Progresso*. Freyre adianta os objetivos da tese no subtítulo: *processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. A obra surge como uma síntese do trabalho de Freyre (2003) para desvendar o processo de formação social do Brasil, sempre com ênfase na região Nordeste, dessa forma, todos os pilares da sociedade patriarcal freyreana são discutidos e analisados: a mobilidade social com recorte racial, a ingerência da religião na política, bem como processo inverso; a classe dominante e seus negócios agrários. O tom nostálgico é substituído pela melancolia, por “desintegração da sociedade patriarcal” Freyre convida o leitor a refletir sobre a consolidação das estruturas capitalistas e substituição de pilares e valores fundados na era colonial. A formação do Estado republicano, sob a ótica de Freyre, consistiu em um arranjo de acordos e compromissos para acomodar militares, antigos aristocratas e os “bacharéis” nas funções de gestão da máquina pública, esses, por sua vez, proporcionaram e fomentaram a criação de uma identidade nacional, ainda miscigenada, porém cada vez menos lusitana, sem receio de utilização do aparato repressivo.

Entre os lamentos do autor destaca-se a confirmação do processo que se avizinhou em outros momentos: a decadência social e econômica da região Nordeste, conseqüentemente da sua histórica classe de senhores de engenho e dos trabalhadores livres expostos à restrição de renda pelo encolhimento das principais atividades econômicas. Para Freyre:

“Foi um progresso, o que então se verificou, e uma ordem, a então assegurada pelos governos e reclamada pelas chamadas ‘classes conservadoras’, que não tomaram conhecimento, senão excepcionalmente, da figura do operário urbano ou dos direitos da plebe rural e dos ex-escravos.” (FREYRE, 2003, p. 38)

A excepcionalidade dos benefícios da era de ordem e progresso, na civilização açucareira, conforme Freyre adianta, foram ainda mais restritos, o fluxo migratório para o Centro-sul cafeeiro tomou não somente trabalhadores como antigos aristocratas em situação financeiramente delicada, as antigas posses desses grupos trabalhadores foram destinadas aos remanescentes que galgaram sucesso

econômico e político nessa transição, novamente contribuindo para a concentração de renda e terras, as massas trabalhadoras que não se destinaram ao Sul do país, em parte permaneceram no interior do Nordeste, sob o domínio do coronelismo, ou foram absorvidas por trabalhos do setor de serviços ou funções temporárias nas lavouras remanescentes com ganhos abaixo da subsistência. Freyre, ferrenho crítico da modernização em voga, aponta a pauperização da nascente classe trabalhadora como um dos malefícios do novo sistema capitalista e republicano, apesar de não estender a mesma crítica ao período colonial, tão pouco ao escravismo.

Se a literatura conservadora dá conta de importantes transformações no complexo açucareiro nordestino, como resultado de uma conjuntura nacional e internacional, as visões críticas dão conta desse período de consolidação capitalista com argumentos e conceitos distintos. A principal leitura desse grupo de autores repousa sobre elementos da economia política, logo, o período econômico da Primeira República apresenta uma mudança estrutural na formação bruta de capital fixo: os engenhos e engenhos centrais, mesmo diante da crise econômica e da restrição de crédito, são modernizados e as usinas ocupam seus lugares. A realidade predatória dos capitalistas remanescentes na civilização açucareira expandem o plantio, logrando também novas técnicas de cultivo. A quantidade de produtores diminui abruptamente, os trabalhadores, já alocados nos centros urbanos, são convertidos em uma massa de proletários.

No primeiro ano da década de 1920 apenas três estados não possuíam usinas: Maranhão, Piauí e Ceará, estados predominadas pela lavoura algodoeira e pelo cultivo de gado, além de formarem o que Manuel Correia de Andrade (1963) qualificou como Litoral setentrional. O surto usineiro nos demais estados, aqueles que formam o Litoral oriental, foi consistente, apenas no Rio Grande do Norte e na Paraíba houve, comparativamente ao ano de 1910, diminuição no número de usinas, respectivamente, de 4 para 3 e de 5 para 2, todavia a produção absoluta aumentou, refletindo a incorporação de empreendimentos menores por aqueles de maior volume e investimento. Mesmo com a mecanização, o aumento de produtividade foi capaz de absorver o contingente direcionado para a civilização açucareira, sobretudo diante da capacidade de manipular o nível de salários por parte da classe dominante, tanto pela oferta de trabalho controlada por eles, quanto pela completa ausência de regulamentação das atividades rurais.

A dialética da divisão entre o interior e o litoral fica expressa novamente nas relações político-econômicas, a organização política da república, porém, acentua outro processo iniciado nos séculos anteriores: a submissão do interior ao litoral, a submissão, porém, indica aproximação e estabelecimento ou fortalecimento de relações em campos diversos. As contradições da lógica de acumulação capitalista encontram no Nordeste brasileiro o terreno fértil para romper fronteiras geográficas e econômicas para formar um diversificado complexo econômico de privilegiada localização e condições adequadas, ainda que controversas, para a expansão de negócios.⁶³

A respeito da luta de classes, a conjuntura doméstica do complexo litorâneo apresenta particularidades que acompanham o avanço do capitalismo sobre as relações sociais locais, bem como a mudança de regime político. A conjuntura geral resgata elementos listados sobre a luta de classes no interior nordestino: a presença da superexploração do trabalho por parte da infante burguesia canavieira, calcada no monopólio da terra e na centralidade do cultivo da cana-de-açúcar na economia local, os trabalhadores, por sua vez, diante da restrição ao acesso da terra e com receitas abaixo da subsistência, em locais metropolitanos e urbanos, com custos elevados de vida e maior restrição aos elementos básicos de moradia e alimentação, sobretudo em perspectiva comparada à população do interior. Se o interior possui o sistema coronelista como peculiaridade da autocracia burguesa em voga no Nordeste nas

⁶³ Durante as primeiras décadas do século XX, além da mencionada aproximação baseada na economia entre interior e litoral, esforços passaram a ser empregados para a consolidação de uma identidade regional nordestina. Durval Albuquerque Júnior apresenta considerações acerca desse movimento, relacionando também elementos do campo econômico para compreendê-lo: “A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar a origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado. O ‘Nordeste tradicional’ é um produto da modernidade que só é possível pensar nesse momento” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 90 - 91). Outra relevante leitura acerca da identidade e da identificação por parte da unidade nordestina, dessa vez sob a ótica do restante do país, decorre da definitiva diferenciação em relação à região Norte: Também durante a Primeira República foi ganhando expressão a distinção regional do espaço brasileiro, notadamente pela gradativa diferenciação no interior do que até então era a grande região Norte. Assim, entre outros fatores, como consequência do boom da borracha, passou-se a falar em uma nova divisão espacial, com referência ao Nordeste. Também aqui pesou a influência da geográfica francesa, fortemente marcada pela regionalização do território. Começa a aparecer na literatura geográfica, nos textos políticos e nas mais diversas expressões culturais o termo Nordeste, a designar uma área que já não mais se confunde com o Norte. Não há, ainda, uma definição oficial dessa nova territorialidade, e as expressões Norte e Nordeste ainda continuam sendo usadas para exprimir a mesma realidade espacial; no entanto, a percepção de realidades distintas já é um fato.” (BERNARDES, 2007, p. 65 - 66).

primeiras décadas do século XX, o litoral desfruta da relevância política proporcionada pela presença das estruturas centrais de tomada de decisões da vida pública, desde casas legislativas, até o próprio centro do poder executivo republicano, ou seja, a presença massiva das capitais, com exceção de Teresina, capital do Piauí, alocada no coração do sertão nordestino e diretamente relacionada com as estruturas de poder interiorano.

Desde a era colonial, passando pelo período imperial, grandes movimentos e ondas mobilizantes foram iniciadas nas capitais nordestinas: movimentos separatistas, abolicionistas, de resistência a invasões e até mesmo da criação de uma identidade regional, de forma pioneira no Brasil. Embora a região chegue ao século XX defasada de relevância econômica e política em perspectiva nacional, carente de parte da antiga aristocracia que rumou para porções austrais do Brasil, os tradicionais grupos que restaram simboliza tradicionais elementos da formação social e econômica da região, não somente em relação ao poder econômico, encadeado ao poder político na autocracia burguesa, que encontrava ressonância no litoral, mas também sobre a intelectualidade nordestina, primordial para a compreensão do cenário doméstico e do papel do Nordeste no mundo capitalista sob domínio do imperialismo.

O interior apresentava em sua complexidade interna a presença de extratos de classe que transitavam entre a burguesia e a classe trabalhadora, ou seja, entre os capitalistas latifundiários e trabalhadores agrários aliados a uma pequena porção proletária, ainda que em moldes precários. Fanáticos, cangaceiros e coronéis surgiram como resultado do avanço capitalista sobre as relações sociais do interior nordestino, lançando mão de distintos elementos da cultura local para assimilar uma aproximação dessas classes, representando também a modernização conservadora que não permitira abruptos rompimentos com tradicionais pilares da sociedade, da economia e da política. O litoral, por sua vez, conforme destacamos, entre capitalista semi industriais e uma classe trabalhadora semiproletarizada, também apresenta extratos de classe peculiares que desempenham as mesmas funções, seguindo o mesmo movimento de assimilação de valores e pilares da sociedade litorânea, a classe política e os intelectuais, diametralmente distintos dos seus pares interioranos, porém próximos na complexa tarefa de coexistir e orientar tanto a massiva e oprimida classe trabalhadora, quanto a poderosa e opressora burguesia local.

A aproximação das regiões, na busca pela unidade, exprime-se a partir de fenômenos e relações aparentemente distintos, ou até mesmo opostos, porém que objetivam o contrário. Ainda que os métodos de cangaceiros, fanáticos e coronéis, em comparação ao da classe política litorânea acompanhados da intelectualidade, fossem repletos de tamanha distância, o objetivo em comum era o estabelecimento de alianças que proporcionassem o progresso, pela via capitalista da autocracia burguesa, a partir de pontuais intervenções estatais e movimentos de conscientização, ou até mesmo pela repressão violenta.

Intelectuais e políticos do poder estadual, via de regra, eram oriundos da própria burguesia, não havia no litoral nordestino, a figura gramsciana do intelectual-proletarizado, muito menos representantes em casas parlamentares oriundos da classe trabalhadora. A aparente democracia instituída pelo voto não visava, muito menos culminou na representatividade trabalhadora na centralidade do poder político, uma vez que o poder econômico era impossibilitado pelo modelo autocrático burguês. Fanáticos, cangaceiros e coronéis, por sua vez, desfrutavam igualmente de relações mais próximas da burguesia. Logo, para a classe trabalhadora, a construção de alianças com a burguesia local, guiada pela mediação, violenta ou não, desses grupos, implicava em um necessário conflito de interesses que favorecia aqueles que já controlavam a terra e seus rendimentos.

Afastando-se da nostalgia aristocrática do sistema patriarcal da colônia e do Império, conceituar o período como “Ordem e Progresso”, como fez Gilberto Freyre, não somente parece apropriado, como exprime uma síntese da luta de classes local, em que, mesmo sem grandes rompimentos com principais elementos da época colonial, a assimilação do sistema capitalista tornara-se mandatória, as resistências, independentemente de suas origens, deveriam ser extintas e a via autocrática-burguesa fez-se apropriada para o momento.

Caio Prado Jr. (1976), ainda que seu objeto de estudo seja a história econômica do Brasil, classifica o período contido entre 1889 e 1930 como “República burguesa” e seu diagnóstico sintético acerca do Nordeste, em especial da lavoura canavieira, é pessimista:

“Nas zonas açucareiras do Nordeste apresentar-se-á uma forma particular de evolução. Também aí a grande lavoura do tipo tradicional sofre um rude golpe com a abolição do trabalho escravo. E, dada a decadência em que já se encontrava, não resistirá e entra num processo geral de decomposição. Em lugar do engenho

aparecerá a grande usina, unidade tipicamente fabril e maquinofatureira, que passará a produzir o açúcar extraído da cana fornecido pelas lavouras dos antigos engenhos transformados assim em simples produtores de matéria-prima; divisão de funções que será o germe de novas e profundas contradições em que se oporão a usina absorvente, que tende a recompor em seu benefício uma grande propriedade de novo tipo, e os engenhos (que de engenhos conservam quase sempre apenas o nome, pois já não passam de simples lavouras fornecedoras de cana-de-açúcar) que procuram tenazmente, mas sem sucesso nem perspectivas, se conservar.” (PRADO JR, 1976, p. 161).

A principal transformação apontada pelo trecho aponta para o surgimento de residuais propriedades dedicadas apenas ao plantio da cana-de-açúcar, que outrora desempenhavam o completo ciclo da produção do açúcar. O aspecto residual deve-se ao contínuo processo de incorporação de terras por parte dos capitalistas usineiros, compondo latifúndios cada vez maiores. Em nenhum momento da história econômica nordestina o acesso à terra foi democratizado, ou ao menos popularizado, todavia, com a especificação produtiva incentivada pelo capitalismo aliada à onda monopolista culminou na concentração de terras agricultáveis sob a posse de um grupo ainda mais restrito. Não houve, porém, transformação no perfil da burguesia possuidora das terras, em relação à antiga aristocracia, tanto os usineiros quanto os fornecedores de cana são herdeiros da mesma classe que concentrou poder econômico e político durante os séculos de colonização. Embora esse fenômeno apoie-se apenas em uma mudança logística e microeconômica acerca das relações comerciais entre usineiros e vendedores de cana-de-açúcar, o impacto para a conjuntura macroeconômica e a luta de classes foi importante, uma vez que a classe trabalhadora foi dividida entre os trabalhadores de usinas, semiproletarizados e trabalhadores exclusivamente rurais, dedicados às práticas restritas ao plantio e colheita do gênero agrícola, e, por outro lado, ainda que esse novo modelo de negócios denotasse um grau de resistência por parte da nova classe de negociantes, uma vez que só poderiam revender sua cana-de-açúcar ao específico nicho de usineiros nordestinos, além do controle do nível de salários dos próprios trabalhadores, o poder desse grupo expandiu-se para essas propriedades sem a necessidade de incorporá-las. O fenômeno é endossado por Diégues Júnior (1954):

“A concentração de rendas que o processo de grande industrialização do açúcar levou a efeito, sobretudo com a usina, criou a concentração de propriedade, e em consequência desse latifúndio açucareiro. Este aspecto que, deixamos esboçado, ao estudar a concentração agroindustrial da usina, pode ser desenvolvido para

mostrarmos as relações surgidas, na área açucareira do Nordeste, entre o homem e o latifúndio. Relações - diga-se, desde logo - que em nada tem sido benéficas para as populações agrárias da região” (DIÉGUES, JR., 1954, p. 215)

Ainda de acordo com sua interpretação, "esse império exclui ao homem possibilidades de encontrar atividades que não aquelas direta ou indiretamente ligadas ao açúcar, tem o trabalhador de se submeter-se às exigências da cana” (DIÉGUES JR., 1954, p. 216). A existência desse império, sob as condições desfavoráveis e opressoras impostas aos trabalhadores locais, criou um nomadismo do posto de trabalho, trabalhadores estacionais, no conceito de Diégues Jr. (1954), que não somente trabalham em distintas lavouras canavieiras, como também, ao término da safra da cana-de-açúcar, procuram trabalho em outras lavouras, até mesmo aquelas de menor relevância econômica, pelo Nordeste e pelo Brasil.

O fenômeno de controle dos níveis de rendimentos, por parte da burguesia usineira do litoral reuniu capilaridade o suficiente para controlar preços também no complexo pecuário e, parcialmente, sobre a lavoura algodoeira, embora essa estivesse conectada aos interesses internacionais. Como grande centro consumidor dos produtos beneficiados do gado interiorano, sobretudo pelo isolamento da região, a partir das pressões econômicas, o poder da elite canavieira captou quase completamente as principais atividades desenvolvidas no novo período da história econômica nordestina.

Ao passo que expandiu-se a relevância e o controle da burguesia canavieira sobre as relações sociais, econômicas e políticas da região Nordeste, maior a evidência desse poder sobre a nova estrutura de administração pública, conforme ocorreu em períodos anteriores e passou a ocorrer na República. Apesar das mesmas raízes, os compromissos assumidos pela burguesia do litoral, a exemplo do que observado no interior, dada a realidade capitalista e a transformação da matriz econômica, refletiam a necessidade de atender a interesses da classe dominante nacional e do capital internacional, como resultado da face financeirizada e imperialista do capitalismo que avançava sobre antigas colônias de vocação agrária e carentes de acumulação primitiva de capital.

A transição para o complexo usineiro do litoral e para instalação de fábricas de tecidos no interior, deu-se a partir da combinação desses fatores que serão explorados no capítulo posterior, o encadeamento do imperialismo com as alianças governamentais criadas durante esse período serão o principal objeto de análise, a

partir desses desdobramentos da luta de classes regional e da conjuntura nacional e internacional.

CAPÍTULO 3 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE REPUBLICANO II: A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS E A TRANSFORMAÇÃO DA BASE AGROINDUSTRIAL

3.1 POLÍTICA E ESTADO REPUBLICANO NORDESTINO: LIBERALISMO, IMPERIALISMO E POLÍTICA DE GOVERNADORES

A origem do pensamento econômico brasileiro aponta para um consenso: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú é amplamente indicado como o patrono da economia brasileira, por sua iniciativa pioneira de publicar obras de temática econômica em língua portuguesa, para além do fato de ser nascido no Brasil, ainda que no período colonial, e trilhado trajetória profissional e acadêmica predominantemente no Brasil, com ênfase na administração pública, em câmaras regionais e na corte imperial. A prática na condução de políticas econômicas e na orientação à corte esteve diretamente atrelada com as ideias expressas em publicações acadêmicas, ambos orientados pelas obras e pela economia política clássica, sobretudo de Adam Smith, ainda que diante de situações críticas, esse arcabouço tenha sido posto de lado e valores intervencionistas e originais tenham sido aplicados por Cairú. Portanto, desde a sua fundação, a economia brasileira esteve atrelada a valores liberalizantes, tanto na teoria quanto na prática, o histórico da formação econômica e social repleto de exemplos de desigualdade social e concentração de propriedade e renda nas mãos de poucos surgem como desdobramentos imediatos dessa tradição (ROCHA, 2001; VIANNA, 1963; BARRETO, 1977).

Mesmo sob os impactos do iluminismo, das revoluções e movimentos de independência ao redor do mundo, os intelectuais de movimentos como o abolicionismo e até mesmo os defensores da independência do Brasil, sempre foram árdios defensores do livre comércio, ainda que a posição do país no mercado internacional e os acordos firmados pela corte não favorecessem a plena execução desse ludismo liberal. A tradição liberal, portanto, foi construída durante a colonização e consolidou-se durante o Império, paralelamente o capitalismo avançou sobre a sociedade brasileira e a combinação da aurora capitalista sobre um terreno

influenciado pela ideologia clássica da economia política, ainda que essa, no começo do século XX, já contasse com teorias opositoras em viés ortodoxo e heterodoxo⁶⁴.

Heitor Ferreira Lima (1976), em um pioneiro esforço historiográfico de teorizar acerca do pensamento econômico brasileiro, reforça a tradição liberal que sustenta a formação de um pensamento econômico do Brasil, desde pensadores portugueses, passando pelo embate entre metalistas e papelistas e chegando à hegemonia liberal da República, porém dedicando espaço às visões mais intervencionistas de alguns expoentes teóricos e gestores públicos. Para Lima (1976), entretanto, o ponto de inflexão para a definitiva prevalência do pensamento econômico liberal foi a chegada da família real portuguesa no Brasil, responsável pela reconfiguração social, cultural e econômica do Rio de Janeiro e de todo o país, do qual surgiu uma nova elite no país, inclusive a elite intelectual, de formação atrelada a Coimbra, centro acadêmico expoente do liberalismo português.

Os distintos campos de atuação da ciência econômica, encadeados à influência primária das mencionadas teorias, foram construídas baseadas nessa tradição como as relações microeconômicas e macroeconômicas⁶⁵, conseqüentemente as relações internacionais e a gestão pública, a partir da construção do aparato estatal republicano foram direcionados para esse viés. A consolidação capitalista no Brasil, e no Nordeste, guiada sobre os valores do livre-comércio, em uma relação dialética provocam o surgimento da República brasileira e seus pilares são moldados também pela modernização conservadora e pelos tradicionais grupos de influência, a partir da demonstração de decadência de setores importantes da sociedade brasileira, como aponta Emília Viotti da Costa (1999), em exercício de comparação e interpretação das teorias marxistas sobre o surgimento da República:

“Explicava a República como resultado das mudanças ocorridas na estrutura social e econômica do país. A decadência das oligarquias tradicionais ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo

⁶⁴ A ortodoxia e a heterodoxia, enquanto categorias do pensamento econômico correspondem à abrangentes campos opostos de interpretação das ciências econômicas. O campo ortodoxo remete ao vasto campo de defesa do capitalismo, atrelado a visão da economia como ciência natural ou exata, comprometida com a visão da restrição de recursos e da busca pela melhor alocação. Em relação à heterodoxia, nota-se maior reunião de visões, desde aquelas defensoras do capitalismo, porém ligadas à intervenção do Estado e distintas formas de capitalização, quanto às visões socialistas, evidentemente a heterodoxia não renuncia à busca pela eficiência, como defendem os ortodoxos. Uma síntese dessas duas categorias pode ser encontrada no artigo de Marcelo Carcanholo (2021).

⁶⁵ A definitiva separação entre macroeconomia e microeconomia foi tangenciada e anunciada por diversos teóricos da economia política, porém esses conceitos foram definitivamente incorporados a partir da apresentação das teorias keynesianas, ainda na década de 1920.

entre as zonas produtoras e a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício existente e para deflagrar a subversão. Esta foi favorecida pela expansão dos meios de difusão de pensamento e pela repercussão que aqui teriam os movimentos ocorridos no estrangeiro.” (COSTA, 1999, p. 431)

A classe política, os gestores da vida pública, a partir da interpretação crítica da transição do período Imperial para a República, consistia em representantes do mesmo grupo que desempenhava a função anteriormente, da mesma forma, os interesses mantiveram-se atrelados ao beneficiamento do modelo primário-exportador, fazendo valer a interpretação de Lima (1976) acerca da tradição liberal do pensamento econômico brasileiro, uma vez que desde a transição do período colonial para o período imperial representantes da elite passaram a ser acomodados em cargos públicos de gestão e orientaram-se pelos conhecimentos adquiridos em escolas portuguesas de predominância liberal, com a incapacidade do sistema republicano de alterar essa formação, a ideologia predominante desde os primeiros momentos de proclamação da república estavam alinhados à defesa da matriz econômica voltada para o cultivo de gêneros agrícolas:

“Pondo-se de parte determinadas manifestações fisiocratas que concebiam a agricultura como o fator principal da riqueza de uma nação, ou mercantilistas, que davam maior importância ao ouro e à prata, a maioria evidenciou a influência do liberalismo econômico, com a correspondente inclinação para o livre-câmbio e opinou pelas exportações de nossos produtos agrícolas e importações dos artigos manufaturados, ou seja, defendeu abertamente fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e o grande comércio importador de produtos industrializados, isto é, defendeu interesses das duas classes de maior peso em nossa economia e as de maiores atividades. Quanto à indústria, ela ou era negada ou não merecia qualquer apoio governamental, ora sob a alegação de defesa dos consumidores, ora em benefício da importação de manufaturas, como contrapartida de nossas exportações. Não se observava nenhum interesse em incrementá-la ou ao menos em deter o processo de deterioração em que se encontrava, pelo abandono ou destruição paulatina. O simples projeto de querer ampará-la, provocou a viva discussão que resumimos, caracterizando toda uma mentalidade ou ideologia, que norteava o país, através dos mais importantes representantes daquele tempo.” (LIMA, 1976, p. 89).

Já no período republicano, o esforço historiográfico acerca do pensamento econômico de Lima (1976) desvenda que o dogmatismo liberal perdeu força por diversas vezes, ainda que houvesse, por parte do liberalismo, considerável hegemonia, em momentos críticos, sobretudo em relação a ameaças aos ganhos da

classe agrária dominante, o intervencionismo e o aumento de gastos públicos eram amplamente adotados. Além dessa colisão com dois dos principais valores da ideologia liberal, tornou-se mais comum a discussão acerca da mudança da estrutura da economia brasileira, com a construção de um plano industrializante em meio à dominância do comércio de gêneros agrícolas, isso poderia partir de ministros de Estado, como foi o caso de Rui Barbosa, entusiasta da industrialização, que foi paulatinamente cerceado no exercício do seu mandato.

Anteriormente à chegada da família real, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo não possuíam ressonante impacto na vida econômica e política do país, com a instalação da capital do Império no Rio de Janeiro e a importância assumida por São Paulo como centro econômico da lavoura cafeeira, esse panorama foi profundamente alterado e rapidamente ambas as cidades foram alçadas ao cargo de protagonistas da vida pública nacional. Entretanto, esse protagonismo foi construído sobre a ingerência da elite econômica, política, cultural e intelectual importada de Portugal desde 1808, não foi necessário que elites locais disputassem cargos públicos com estrangeiros, ou que a ordem social fosse profundamente alterada. Panorama distinto do Nordeste, onde, conforme antecipou Gilberto Freyre, os “bacharéis”, elite intelectual da região, ao relegarem a continuidade da administração de seus negócios familiares, dedicaram-se à vida pública, e, apesar de não administrarem a propriedade privada, a gestão do poder público seguia a lógica privatizada de valorização das atividades de suas famílias. Uma vez que a formação acadêmica, comumente dava-se em centros portugueses, o predomínio da ideologia liberal passou a vigorar também sobre a gestão pública dos estados e municípios nordestinos.

Tabela 4 - Quantidade de governadores dos estados do Nordeste formados na Faculdade de Direito do Recife entre 1889 e 1930.

Estado	Quantidade de governadores Civis	Quantidade de Governadores Civis formados na FDR	Porcentagem
Piauí	11	5	45,45%
Maranhão	18	7	38,89%
Ceará	13	3	23,08%
Rio Grande do Norte	13	6	46,15%
Paraíba	11	7	63,64%
Pernambuco	20	11	55,00%
Alagoas	15	3	20,00%
Sergipe	9	3	33,33%
Bahia	11	3	27,27%
Total	121	48	39,67%

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC

A primeira geração de “bacharéis”, ainda na interpretação de Freyre, não participou da transição para o regime republicano, foram seus filhos e netos, já com formação adquirida em faculdades brasileiras, ainda que essas demonstrassem, desde suas respectivas fundações, vínculos com a educação europeia. Desde meados do século XIX a constituição dessas instituições de ensino foi intensificada e a região Nordeste largou na frente devido a fatores que vão desde a estrutura secular de ensino desde as primeiras décadas de colonização até o fato de contar com a presença de uma burguesia já consolidada e com histórico de permanência nos limites nordestinos. Para Heitor Ferreira Lima (1976), a Faculdade de Direito do Recife, fundada em 1827, dividiu com a Faculdade de Direito de São Paulo, o título de “principais centros de estudo de economia política do país” e ambas tiveram sua orientação ideológica e desenvolvimento de matrizes formadas sob a influência da hegemonia liberal. Conforme demonstra a tabela X, já no período republicano, a Faculdade de Direito de Recife desempenhou o papel de alma-mater para inúmeros governadores dos estados nordestinos, ou presidentes, como era chamado o cargo

na época. A investigação de Lima (1976) evidencia o viés adotado na cátedra de economia política na Faculdade de Direito de Recife ao apontar que “os trabalhos recomendados para a Faculdade de Recife foram os de Smith, Malthus, Ricardo, J.-B. Say e Godwin, ou seja, a escola clássica” (LIMA, 1976, p. 106) e continua ao traçar um perfil dos responsáveis por lecionar a disciplina no curso de direito, por vezes liberais de valores religiosos, introduzindo, além dos autores mencionados, Bentham e conceitos que aproximavam a ciência econômica das leis naturais.

A versão do liberalismo que chega às gestões públicas do poder republicano, porém, distancia-se de visões radicais e se adequa às necessidades da burguesia agrária, sobretudo em relação à necessidade de conciliação de assimilar elementos modernizantes do capitalismo enquanto não compromete estruturas seculares e consagradas da economia brasileira e, no caso da dissertação, nordestina. O período imperial serviu ao liberalismo das elites como um verdadeiro laboratório, onde, por décadas fenômenos e conceitos absolutamente antagônicos foram forçados a coexistir no intuito de maximizar o excedente econômico mesmo em momentos críticos como as severas secas, as flutuações do mercado consumidor e as transformações sociais em voga. O principal exemplo desse ambiente de testes forjado pela burguesia diz respeito à escravidão, como demonstra Costa (1999):

“A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem a seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais adotaram um liberalismo conservador que admitia a escravidão e conciliaram liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo.” (COSTA, 1999, p. 358).

Os primeiros governos federais do período republicano foram predominadas por militares, devido à participação das forças armadas no processo de Proclamação da República e aos acordos firmados entre os outros grupos de influência determinantes para esse ponto de inflexão da política brasileira. A heterogeneidade do movimento republicano ficou expressa na composição do primeiro governo, chefiado por Marechal Deodoro da Fonseca que contou com militares na vice-presidência, nos ministérios referentes aos assuntos de defesa e também em um ministério civil dedicado à “instrução pública, correios e telégrafos”, os demais ministérios somavam quatro pastas e todas geridas por civis, a própria formação dos

ministérios, aglutinando diversos temas da vida pública, eram orientados para questões econômicas. O viés liberal era predominante, não somente na questão econômica, mas por contar com diversos herdeiros do abolicionismo e críticos da baixa representatividade popular do regime monárquico (COSTA, 1999; SODRÉ, 1962).

A mesma lógica foi aplicada aos estados, que passaram a contar com militares indicados nos seus respectivos governos e representantes dos interesses econômicos e grupos de influências em suas composições governamentais. Apesar do isolamento político e da distância geográfica do centro do movimento republicano, o Nordeste manteve-se ativo e representado, a combinação da importância econômica da lavoura de açúcar e do algodão, ainda que em crise, aliadas à participação de expoentes no movimento abolicionista e da divulgação dos valores liberais na sociedade. O cenário, entretanto, foi alterado rapidamente, logo após o período de transição dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, iniciou-se um período na administração pública federal predominado por representantes da lavoura de café do Centro-sul, sobretudo nos arredores do estado de São Paulo que alcançava porções ao sul dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, além da zona da mata mineira, e o norte do estado do Paraná.

O isolamento econômico é aprofundado pelo isolamento político, a definitiva mudança do centro dinâmico da economia brasileira, ainda mais distante do Nordeste, contribuiu para o cenário de descaso do governo federal com as questões da região. A historiografia econômica exemplifica esse fenômeno, os ensaios que buscam compreender a formação econômica do país dedicam esse período, em sua grande maioria, exclusivamente à compreensão da formação do complexo cafeeiro, com alguma menção ao surto seringueiro na região amazônica. Por outro lado, consolidada a extensão territorial brasileira, momentaneamente adormecidos os movimentos separatistas, configurou-se uma conjuntura ideal para a coexistência de múltiplas realidades sociais, econômicas e políticas, particularmente a respeito da economia, como defende Normano (1939), a combinação desses fatores, acrescidos da possibilidade de expansão da fronteira agrícola, proporcionaram ao Brasil a possibilidade de contar com polos econômicos focados em produtos distintos, sem condenar o país a um regime de monocultura em todo o território, embora esse elemento entre em conflito com o ideal de integração da economia nacional, uma vez

que, diante do avanço do capitalismo e de sua face imperialista, crescia a possibilidade de um polo vincular-se a mercados externos.

A composição dos poderes estatais nos primeiros anos da República, no âmbito nacional e regional, compreende a necessidade de conciliação e reorganização por parte da classe senhorial, divididos desde os movimentos abolicionistas. Após o período de predomínio militar a construção do aparato estatal direcionado à proteção de seus negócios, essencialmente a exploração de gêneros agrícolas, foi devidamente elaborada sob a urgência de flutuações de preços e demandas que atingiam tanto o café do sul quanto o algodão e a cana nordestinas, crise oriunda dos desdobramentos externos, que uniam aspectos concorrenciais e preferências dos consumidores, combinados com efeitos negativos de políticas econômicas adotadas nas gestões federais.

A crise econômica dos primeiros anos do regime republicana, lida sobre um viés liberal, costuma ser atrelada às medidas econômicas promovidas por Ruy Barbosa, sobretudo pela promoção de crédito visando a industrialização do país, atrelada ao aumento de volume de moeda em circulação. Ainda que os índices de inflação tenham sofrido abrupto aumento após a implantação dessas políticas, as causas dessa conjuntura, conforme aponta Lima (1976) repousam sobre o cenário econômico mundial, que na última década do século XIX, encontrava-se em uma crise cíclica do capitalismo que comprometeu ganhos e atividade econômica em diversos países, desde o centro até a periferia da economia capitalista global. Lima (1976), entretanto, não deixa de assinalar a origem endógena da crise enfrentada pela economia brasileira:

“A causa do Encilhamento foi uma operação financeira realizada no exterior por Ouro Preto, com a finalidade de ressarcir a lavoura dos prejuízos sofridos com a Abolição, procurando por esse meio impedir seu afastamento ' da Monarquia, estabelecendo com isso empréstimos aos lavradores de 5 % , por intermédio dos bancos. A princípio, as transações limitaram-se aos negócios legítimos, restringindo-se aos títulos bancários, mas depois estenderam-se rapidamente a outros tipos de operações efetuadas na Bolsa, proporcionando enormes lucros. Isso incitou a febre dos negócios, que antes não acontecera.” (LIMA, 1976, p. 130).

Ruy Barbosa foi o primeiro a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda no período republicano, sua formação e ideologia correspondiam aos ideais liberais, entretanto não colidiram com sua visão de desenvolvimento nacional, na qual a industrialização, a exemplo de outras economias, desempenhava papel central. Seus movimentos em

prol da industrialização e do desenvolvimento nacional correspondiam aos moldes de uma burguesia disposta a revolucionar a ordem social e romper com o atraso oriundo da estrutura econômica essencialmente agrária (LIMA, 1976).

A conjuntura crítica da década de 1890 atingiu economias importantes do centro capitalismo mundial, como a Inglaterra, principal império mundial às vésperas da derradeira decadência, situação diretamente conectada com a conjuntura encontrada à margem do sistema capitalista, na Argentina, país que declarou moratória, devido ao cenário que combinou a abrupta queda nos preços do trigo, principal produto produzido e exportado na economia local, também de perfil primário-exportador. O país vizinho do Brasil havia realizado uma série de empréstimos ainda na década de 1880 para fomentar a construção de vias para escoar a produção e enfrentando essa queda de preços, o balanço econômico apresentou severos desequilíbrios em conjunto com a explosão da dívida pública, impactando diretamente nos vencimentos junto às instituições financeiras britânicas que disponibilizaram os empréstimos, como foi o caso do banco Baring Brothers, exigindo medidas emergenciais por parte do governo britânico para conservar bancos, instituições produtoras e o ciclo econômico capitalista internacional, porém com inúmeros impactos e instabilidade (FILOMENO, 2010).

Países com a Argentina e o Brasil dividem não somente o mesmo continente, mas também o passado colonial, submetidos inclusive aos regimes de países ibéricos, existem, evidentemente, inúmeras distinções que os distanciam, como os produtos explorados em seus limites geográficos, os processos de independência e a maneira que os países foram geridos a partir da conquista de sua autonomia política. A partir da consolidação do sistema capitalista e da incorporação de suas economias no sistema capitalista mundial, bem como ocorrera no período colonial, ao fornecerem divisas para o fomento da empresa comercial de gêneros agrícolas entre países europeus e consequente acumulação primitiva de capital por parte das metrópoles, a atuação das novas potências, não mais Espanha e Portugal, mas países como Inglaterra e Estados Unidos, os rumos de suas economias passam a ser ditados pela ordem imperialista, sob um regime influenciado por transações financeiras e a sobreposição de contratos guiados por juros e instituições privadas. A disponibilidade de capital financeiro, a concentração de tecnologia e do pioneirismo industrial, oriundos das potências imperialistas, subjuga o comércio de gêneros agrícolas e de matéria-prima, disponíveis nos países à margem do capitalismo mundial. Isto é, países

como o Brasil, mesmo em sua porção Nordeste, com estruturas econômicas seculares, foram incorporados ao capitalismo de maneira submissa e a continuidade de seus negócios, mesmo sob a crescente demanda dos centros capitalistas, dependia não somente da compra de seus produtos, mas também do fomento de capitais realizados via capital financeiro.

Os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX não inauguraram a presença de transações e instituições financeiras nos domínios do Brasil e do Nordeste. A alteração ocorre na lógica de valorização do capital e a incorporação da forma abstrata do capital financeiro correspondem à distinção da ingerência imperialista sobre o sistema capitalista, embora nos territórios marginais desse sistema foram assumidas formas peculiares para garantir a expropriação de crescentes parcelas do excedente, como regimes autocráticos-burgueses. As profundas transformações, lidas a partir da economia política, demandam os movimentos de alteração dos mecanismos de mais-valia absoluta e relativa, isto é, a imposição de longas jornadas aos trabalhadores, associadas à mecanização dos processos produtivos.

As leituras de Ellen Wood (2014) e Virgínia Fontes (2010), respectivamente, uma mais generalizada acerca da conjuntura mundial e outra com ênfase na situação do Brasil, servem para a compreensão dessas transformações. Momentos de inflexão da lógica de acumulação capitalista, de acordo com Wood, primeiramente, caracterizam-se pela expansão da expropriação do trabalho e conta ainda com um conjunto de quatro fenômenos: desenvolvimento de polos produtivos urbanos e rurais, profunda desigualdade entre a formação de classes, resistência das formas tradicionais e os estabelecimentos de formas de trabalho e propriedade semiatreladas aos parâmetros modernos, sobretudo trabalhadores semiproletarizados. A prevalência desse conjunto de características é observada sobre a sociedade e economia nordestina, porém, a leitura gramsciana oferecida por Fontes, acerca da construção do poder estatal, sob o regime imperialista, desponta como contribuição importante para a compreensão do papel do Estado, embora o trecho trate da realidade brasileira, é perfeitamente adequado ao quadro disposto na economia nordestina entre 1889 e 1930:

“No caso brasileiro, tendo como pano de fundo uma contínua hemorragia da população rural, expropriada e reexpropriada em sua fuga para frente, procurando ocupar as fronteiras agrárias distantes do capital, ocorreram dois movimentos

concomitantes, intimamente entrelaçados e grávidos de tensões: um lento e hesitante mas contínuo processo de industrialização de base urbano-industrial desde finais do século XIX e uma complexa, porém persistente difusão da compulsoriedade à produtividade, medida tanto pelo mercado mundial quanto pelo mercado interno, no âmbito agrário. (...) A dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, desde a produção do mais-valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política. Sob o capital-imperialismo, essa enorme abrangência da dominação é ainda reforçada pela disponibilização de trabalhadores que fomenta, pela atuação das frentes móveis internacionais, pela aglutinação concentrada e proprietária dos meios de comunicação e de informação.” (FONTES, 2010, p. 217 - 218).

Nelson Werneck Sodré (1962), no seu esforço de periodização da história política brasileira, divide a gestão política da Primeira República em três períodos: o primeiro predominado pelos militares, o qual ele chama de “florianismo”, um diminuído período contido entre 1889 e 1894; o segundo período data de 1894, com a ascensão do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, até o fim da Primeira Guerra Mundial, classificado como “domínio das oligarquias”; por último, desde os primeiros anos da década de 1920 até a revolução de 1930, há o período denominado “decadência das oligarquias”. As classificações dispostas por Sodré, apesar da abrangência nacional e de tratarem primariamente da oligarquia cafeicultora do Centro-sul, estendem-se à realidade nordestina, uma vez que os governadores indicados por militares também tiveram seu curto período de gestão, caracterizado por inúmeras trocas, seguidos, a partir do estabelecimento do sufrágio universal, de autênticos representantes das oligarquias locais como governadores eleitos e, posteriormente, porém mais tardiamente, já na segunda metade da década de 1920, um período marcado pela crise da hegemonia política das oligarquias locais, como veremos posteriormente.

Embora as oligarquias nordestinas compartilhassem de inúmeras características como as origens, os negócios e até mesmo laços sanguíneos, os seus interesses, por diversas vezes, entravam em rota de colisão, e tal conflito era aplicado à disputa pelo governo dos estados. As disputas entre as oligarquias eram travadas, sobretudo, no ambiente interno de cada estado, sem que houvesse exceção durante o período da Primeira República. Os conflitos eram acirrados em todos os campos da sociedade: no âmbito político-institucional, por meio da formação de alianças entre os representantes eleitos; no campo econômico, com a realização de acordos entre fornecedores de gêneros distintos e entre aqueles que compartilhavam dos mercados;

e por meio de disputas dispostas na sociedade, essas não apenas logrando apoios da população por meio dos compromissos, nos moldes coronelistas, mas também lançando mão da coerção violenta e assumia formas beligerantes por meio de conflitos armados e saques. A sociedade, a economia e a política nordestina, portanto, durante as primeiras décadas do século XX, foram submetidos aos acordos e desacordos travados entre as oligarquias, distantes da prosperidade da lavoura cafeeicultora e da centralidade do poder federal, ambas concentradas no Centro-sul do país, a dinâmica social da região assumiu um aparente grau de autonomia vinculado nos valores e interesses da classe dominante local.

O aparente grau de autonomia exprime, novamente, as contradições da consolidação capitalista e das relações dialéticas aplicadas pelo sistema sobre as relações sociais e econômicas. A hegemonia ideológica do liberalismo associada ao avanço do imperialismo sobre a economia brasileira, e também nordestina, questionavam a autonomia da região nordestina, ainda que os capitalistas da região reunissem relevante nível de poder, séculos de dominação das técnicas e das terras agricultáveis. O questionamento parte do posicionamento brasileira diante do sistema capitalista a nível global e, de certa forma, da região Nordeste, no balanço de poderes políticos e econômicos nacionais, em ambos os contextos o Brasil e o Nordeste, como complexos econômicos, foram submetidos à marginalidade e à submissão aos centros dominantes. A submissão econômica do Brasil aos grandes centros capitalistas configura a continuidade do ciclo colonial de imposições das metrópoles aos territórios coloniais, em concordância com os aspectos da modernização conservadora e da ausência de transformações estruturais promovidas pelo regime republicano.

O elemento central da análise é a continuidade da matriz econômica brasileira e nordestina fomentada pela produção e beneficiamento de gêneros agrícolas frente ao avanço da industrialização e da produção cada vez mais diversificada, sobretudo pela indústria da transformação, em países do centro capitalista, os quais abrigavam também as instituições financeiras fornecedoras de divisas e contratos aos capitalistas. Caio Prado Jr. (1976), em sua periodização da história econômica brasileira, classifica o período contido entre 1889 e 1930 como “República Burguesa”, e apresenta concordância com argumentos já expostos da desintegração dos complexos econômicos dispostos no Brasil em contraste aos interesses da burguesia agrária, até então, classe dominante do país:

"Como no passado, a produção agrária continuará compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma; e desenvolvendo-se cada qual independentemente das demais e voltada inteiramente para fora do país, isto é, para a exportação. É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando vida à parte. (...) O que os aproxima e sintetiza é apenas o caráter fundamental de todos eles, e que por isso também caracteriza a economia brasileira em conjunto: o fato, já tantas vezes assinalado, de serem produtos (gêneros alimentares e matérias-primas tropicais) de exportação. Une-os também, embora dentro de grandes diferenças particulares e ritmos diferentes de evolução, um mesmo destino que será como que uma autoliquidação e perecimento deles todos em prazos mais ou menos longos. Conjugam-se assim, para resultar nesta crise geral do sistema econômico do Brasil que alcança seu apogeu e também sua fase de liquidação final no período que temos agora em vista." (PRADO JR., 1976, p. 168).

A autonomia e atuação política da região Nordeste, portanto, limita-se às particularidades das relações sociais travadas no próprio ambiente doméstico, porém com influência de aspectos econômicos e geopolíticos do poder capitalista da soberania cafeeira no Brasil e do centro capitalista mundial. Conforme apontado em capítulo anterior, o acirramento da luta de classes na região esteve diretamente condicionado à prevalência do regime autocrático-burguês adotado pela classe dominante e das especificidades do coronelismo, ambos decorrentes do processo de modernização conservadora advindo da consolidação capitalista, os três fenômenos impactam também na teórica autonomia regional, influenciando nos compromissos assumidos entre classes dominantes e, conseqüentemente, comprometendo parcelas crescentes do excedente econômico. A burguesia nordestina, mesmo conquistando por meio de disputas internas, a plena execução do controle político da região, surge como sócia menor de uma cadeia também burguesa predominada pela burguesia dominante nacional e pela classe dominante imperialista.

Os dispositivos burocráticos sobre os quais o regime republicano brasileiro foi erguido contribuíram para o lançamento de pretensões soberanas por parte dos poderes locais. A introdução do federalismo como sistema político-administrativo primava pela coexistência de um governo central que partilhasse competência e responsabilidades com governos locais e o período contido entre 1889 e 1930, ainda que sob o predomínio de oligarquias, correspondeu à execução plena desses valores. O federalismo surge como expressão político-administrativa da predominância do liberalismo nas relações econômicas e sociais, relacionado com a ausência de

integração econômica e política de um país de dimensões continentais, a ideologia liberal, que já realizava impactos gerados de desigualdade na economia nacional e nordestina, acaba, portanto, por gerar desigualdade de poder político diante dos moldes adotados na gestão do país, conforme aponta Abrucio (2022):

“O resultado deste modelo foi um tipo de federalismo inicialmente organizado pela descentralização fragmentada e oligárquica do poder. No plano nacional, além da redução do poder do governo federal *vis-à-vis* sua situação no período imperial, duas características foram centrais: o aumento da desigualdade social e econômica entre as unidades estaduais e o predomínio de poucos estados na definição da eleição presidencial, particularmente por meio de acordos entre São Paulo e Minas Gerais, em aliança com outros entes, como o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e a Bahia. Neste sentido, a Federação tornou-se centrífuga e hierárquica, com uma divisão desigual de poderes.” (ABRUCIO, 2022, p. 133 - 134).

O federalismo como modelo de administração estatal foi assimilado pelas elites brasileiras e deu origem à “política de governadores”, que consistia na garantia de autonomia da gestão de cada estado, entregando-os “à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência” (SODRÉ, 1962, p. 308). Na interpretação de Sodré (1962), a política de governadores nasce da necessidade de conter a desvalorização do café, fato imediatamente posterior à crise do encilhamento e concomitante às administrações civis. Uma vez que a saída encontrada pelas oligarquias cafeicultoras, ocupantes do governo federal, foi a tomada de empréstimos em bancos britânicos, onerando pesadamente os preços finais a fim de honrar os juros dessas operações financeiras. As oligarquias que não partilhavam diretamente da prosperidade cafeicultora, prestaram apoio aos movimentos do governo federal de salvação da lavoura cafeeira em troca dessa autonomia quanto às medidas políticas aplicadas em suas regiões e, sobretudo, pela auferida hipotética liberdade de negociação diretamente com representantes do centro capitalista.

Na visão de Sodré (1962), a política de governadores, associada ao imperialismo e ao viés liberal das políticas econômicas, implicaram ao Brasil, a administração típica encontrada em uma fazenda, sobretudo a partir da gestão de Campos Salles e das medidas adotadas pelo ministro Murinho a frente dos assuntos econômicos do governo. A visão econômica desse governo, a mesma que passou a vigorar desde então, interrompeu ensaios industrializantes, em estágio embrionário

após a atuação de Ruy Barbosa, e privilegiou completamente a matriz primário exportadora, em uma leitura superficial da teoria das vantagens absolutas, ao promover a exportação de gêneros agrícolas subsidiados pelo capital financeiro internacional e importação de bens industrializados e bens de produção. A atuação de Murinho recebe capítulo dedicado na obra de Lima (1976), uma vez que, por um lado, representantes das oligarquias e seus respectivos porta-vozes enaltecem suas medidas anti-inflacionárias, os impactos macroeconômicos foram profundos sobre a economia e a sociedade brasileiras, sobretudo na contração da renda dos trabalhadores, enquanto a máquina pública era gerida de modo a transferir lucros para a elite agrária nacional. A partir da tomada de empréstimos pelo governo federal, o imperialismo que impactava crescentemente nas relações privadas das lavouras brasileiras, tomava controle também das finanças públicas do país e seu interesse era apenas o retorno de suas aplicações financeiras (SODRÉ, 1962; LIMA, 1976).

Atento à formação de um novo sistema político e de consolidação das classes sociais, Carone (1971) aponta a decadência do poder econômico das lavouras nordestinas como centrais para a concepção de um sistema ainda mais autoritário do que aquele verificado em outras regiões do país. Conforme destacado, o período republicano, para o Nordeste, implicou em um fluxo migratório de trabalhadores, burgueses e capitais para o complexo cafeeiro, mantendo-se na região apenas os burgueses capazes de assimilar a necessidade de alteração da lógica produtiva, sobretudo no complexo açucareiro, ou seja, à transição dos engenhos para as usinas, conectada à expansão do latifúndio e subjugando antigos produtos de açúcar em meros fornecedores de cana-de-açúcar sem qualquer beneficiamento. A esse processo, Carone (1971) dedica especial atenção pois, a restrição ainda maior sobre a posse de terras e a concentração de renda acompanhando o mesmo movimento, implica na absoluta altivez da classe burguesa, também politicamente hegemônica, em coibir pretensões de alteração nessa lógica social por parte de trabalhadores, sobretudo a partir da organização proletária.

A industrialização é ventilada por entusiastas republicanos e liberais, como Ruy Barbosa⁶⁶, como um pilar para um projeto de desenvolvimento da infante nação

⁶⁶ O esforço de síntese de Lima (1976) a respeito da admiração do planejamento industrialista de Ruy Barbosa, anteriormente mencionado no texto, ficam nítidos nas últimas páginas da análise por ele empreendida sobre a atuação como ministro, travada a partir da história do pensamento econômico: “Por isso tudo, pôde Rui Barbosa encarnar as aspirações da nova classe em ascensão, através das lutas que travou, das providências que propôs e tomou, como o ensino técnico, as reformas bancárias,

brasileira, sobretudo pelo potencial transformador da economia e seus demais encadeamentos como o posicionamento geopolítico, a arrecadação e até mesmo a renda da classe trabalhadora. A partir dos acordos assumidos pelos representantes das oligarquias regionais, aliados com o capital financeiro internacional, sob os limites de um processo de modernização conservadora conduzido por um regime autocrático-burguês, a industrialização deixa de ser o foco da política pública e os ínfimos movimentos realizados em sua direção, realizam-se apenas intuindo a reconstituição das margens de lucro alcançadas pela produção de gêneros agrícolas com preços cada vez menores no mercado internacional, embasados em sistemas produtivos defasados, que demandam atualização. A autocracia burguesa, que reverteu em benefício próprio as novidades institucionais da república, aplicou a mesma ingerência sobre elementos da industrialização advinda com avanços do capitalismo.

A hegemonia das classes burguesas agrárias sobre as relações econômicas e a política institucional, de modo a possibilitar a operacionalização de restrições da mobilização social e da organização proletária, conforme aponta Carone (1971), proporcionaram a plena execução das políticas liberais e da crescente acumulação de renda, em prol da defesa de suas decadentes lavouras. O primeiro período de dominação burguesa, na classificação de Sodré (1962), ainda com indicadores comerciais de preço e demanda em constante queda, com surtos efêmeros fomentados pelo capital internacional, simbolizou, para a classe burguesa agrária do Nordeste, prosperidade e estabilidade. Sob um regime marcado pela violência coercitiva, estatal ou oriunda do banditismo, a classe dominante prosperar e lograr de estabilidade, evidencia, novamente, as contradições sob as quais o capitalismo, já em seus contornos definitivos, alicerça a sua lógica de acumulação.

As ameaças à conjuntura favorável para a expansão das riquezas, uma vez que, momentaneamente, foram neutralizados os anseios da classe trabalhadora, partiam exclusivamente das disputas internas travadas entre burgueses, via de regra protagonizadas por representantes de mesmos negócios, regiões e interesses. A busca pela unidade entre interior e litoral, entre algodão e cana, proporcionou a alimentação entre a política de governadores e o coronelismo, ambos mecanismos de

tarifárias e tributárias, propiciando o surgimento e intensificação da economia urbana, com todas as suas consequências. Provém dessas atividades os ataques que sofreu das forças retrógradas, interessadas e forcejando por manter a velha ordem de coisas, porém até hoje brota o frescor de muitas de suas ideias apesar de quase um século decorrido, reservando a Rui Barbosa lugar de destaque em nossa história econômica” (LIMA, 1976, p. 135).

legitimação da concentração de poder e renda. A manutenção da tênue paz entre oligarcas, portanto, depende, primariamente, da manutenção dos dispositivos de prosperidade, divididos entre o estímulo das atividades privadas, como leis e criação de instituições voltadas para as principais atividades econômicas da região, e autênticos sistemas de transferência de renda do Estado para as oligarquias agrárias.

O ciclo econômica da Primeira República, tratando-se do Nordeste brasileiro, coincide com os quarenta e um anos contidos entre 1889 e 1930 e, excetuando os primeiros anos de domínio militar, desde a metade da década de 1890, até meados de 1915, ou seja, aproximadamente duas décadas, o domínio político e econômico das oligarquias, mesmo frente a desafios impostos pelas flutuações do mercado consumidor, implicou em expansão de renda, posses e poder para a classe dominante, representada pelos oligarcas agrários, sobretudo dedicados ao cultivo de algodão e cana-de-açúcar. Nas duas décadas de domínio oligárquico, uma série de instituições foram criadas para fomentar o desenvolvimento das lavouras brasileiras e, no Nordeste, suas filias eram voltadas para as culturas locais, entre essas instituições destacam-se os Aprendizados agrícolas, Escolas teórico-práticas, Serviço de Inspeção agrícola, Campos de demonstração e o Serviço de Algodão, todas subalternas ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, fundadas com o intuito de promover e desenvolver condições adequadas para o crescimento das plantações que alicerçaram a economia brasileira durante todo o período, os eventos promovidos por esses órgãos contavam com trabalhadores, proprietários, consumidores e fornecedores de insumos e maquinários, reunidos em inúmeras ações que enalteciam a qualidade dos produtos e os ganhos em produtividade fornecidos pela adoção de técnicas avançadas de defesa química e maquinário, além do aperfeiçoamento de técnicas desempenhadas pelos trabalhadores do campo (BRASIL, 2023).

A atuação político-econômica dos governadores, diante do governo federal, proporcionou resultados para a lavoura canavieira, diante dos consecutivos esforços de valorização do café, apenas em 1903 as demandas nordestinas foram atendidas e, por meio de intervenções de J. P. Wileman⁶⁷, assessor do Ministério da Fazenda, o

⁶⁷ J. P. Wileman foi um agente relevante para a economia brasileira desde antes da Proclamação da República, porém, a partir dos governos civis do período republicano, sua importância foi ainda maior, sobretudo durante a gestão de Joaquim Murinho, no governo Campos Salles, devido a sua atuação na elaboração de estudos sobre temas da economia nacional como finanças, questões alfandegárias e tributárias. Além da contribuição para o aparato estatal, ainda atuou como conexão do Brasil com

Brasil aderiu ao Convênio de Bruxelas⁶⁸, reavendo o comércio de açúcar com a Inglaterra, interessada em minar acordos bilaterais de brasileiros com Portugal e Estados Unidos. A adesão promoveu a venda do açúcar para o centro do imperialismo mundial, porém também implicou em uma série de consequências, como: “o rebaixamento da tarifa alfandegária, a supressão de subsídios e auxílios diretos aos produtores nacionais” (GNACCARINI, 2006, p. 344), além da restrição de mercado consumidor. Paralelamente, entretanto, representando os interesses da burguesia açucareira, foram impostas tarifas proibitivas para a importação de açúcares de outros países, como Cuba, que predominava o mercado internacional com preços atrativos e larga capacidade produtiva.

A síntese do federalismo brasileiro, da hegemonia liberal e dos conflitos de interesses entre a burguesia açucareira apresenta-se a partir da disputa travada no âmbito fiscal entre estados do Nordeste, em dissonância do Convênio de Bruxelas, em que representantes da Paraíba e Alagoas passaram a praticar alíquotas menores para a exportação, confrontando o governo central e os governos da Bahia e de Pernambuco, entusiastas da firmação do Convênio e maiores fiadores dos movimentos que possibilitaram sua promulgação. Esse embate tendia para o lado de pernambucanos e baianos, por reunirem condições econômicas e poderes políticos superiores ao grupo antagônico, ainda assim as lavouras rivais, principalmente dos alagoanos, reuniam cada vez mais relevância no mercado brasileiro e não poderiam ser desprezadas. Tais entraves foram arbitrados pelos britânicos, pelo governo central e pela reunião dos representantes governamentais dos estados em conflito, bem como por relevantes usineiros da área, destaque para a Conferência Açucareira do Recife, em 1905. A mencionada conferência inaugurou um período de negociações que estendeu-se entre dois governos distintos, pelas administrações econômicas de Murinho e Leopoldo Bulhões, ambos fiscalistas, impactando na capacidade de alcançar plenamente as demandas dos usineiros mais poderosos, o impasse resultou

potências imperialistas, mediante representações ou pelas publicações periódicas enviadas para tais países, sobretudo a Inglaterra (BRASIL, 2011).

⁶⁸ O Convênio de Bruxelas foi assinado em 1903, sob a hegemonia liberal que superava os limites da economia brasileira, envolvendo o sistema capitalista mundial, objetivava a supressão de táticas comerciais protecionistas para o mercado de açúcar, como destaca Gnaccarini: “Firmado pela Alemanha, Áustria-Hungria, França, Bélgica, Espanha, Suécia, Noruega, Holanda e Inglaterra, este acordo destinava-se a suprimir todos os subsídios, diretos ou indiretos, à produção e à exportação de açúcar, e a excluir do mercado europeu o açúcar proveniente de países em que os subsídios se mantivessem” (GNACCARINI, 1995, p. 340). Esse acordo, portanto, desponta como um dos episódios da disputa pela hegemonia entre Inglaterra e Estados Unidos, potência ascendente e, por posicionamento comercial, não participa do acordo.

na definição de regras claras e mais rígidas para a taxaço dos produtos da cana-de-açúcar, porém não implicou nos estímulos por meio de aportes financeiros estatais almejados pelos grupos de influência, parte interessada no processo, a Inglaterra, por meio da intervenção de Wileman também adotou postura rígida para que os impasses foram solucionados, visando a manutenção dos parâmetros impostos pela Conferência de Bruxelas (GNACCARINI, 2006).

No decorrer da administração de Bulhões as negociações alcançaram importantes reduções nas tarifas impostas sobre os produtos do complexo açucareiro, para a exportação e para o comércio direcionado ao mercado interno nacional, ainda que essas medidas causassem incômodo em capitalistas paulistas e cariocas que diversificaram sua produção, antes composta pela monocultura do café, reservando espaços para o cultivo da cana-de-açúcar. Embora a principal reivindicação das oligarquias dominantes fossem direcionadas para a questão tarifária, até meados de 1915 muitas disputas foram travadas por práticas concorrenciais características de um mercado desregulado sob predomínio da lógica liberal, entre elas destaca-se a formação de cartéis e buscas pelo barateamento dos custos de produção, nesse âmbito amplamente direcionadas para a formação de preços dos fretes, uma vez que a legislação trabalhista implementada pelos republicanos eliminou grande parte das proteções aos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais. A flutuação do nível de preço dos produtos da cana-de-açúcar era extremamente volátil, desde os tempos coloniais os produtores, inseridos na lógica monocultura, padeciam em tempos de baixa e celebravam os tempos de alta, porém cientes desse cenário, buscaram controlar os custos de elementos produtivos e, por diversas vezes, a coexistência pacífica no mercado cada vez mais acirrado, implicava na prática do cartel e na valorização artificial, uma vez que o Estado brasileiro não visava penalizar tais práticas, por vezes fomentada por suas ações de defesa da agricultura brasileira, essa submetida às influências da política oligárquica (BANDEIRA, 1990).

As políticas públicas de defesa dos produtos agrícolas assumiram frentes distintas diante dos limites imperialistas, das transformações capitalistas e da modernização da matriz econômica, ou seja, todas as etapas do ciclo produtivo necessitavam de políticas públicas e as características da administração republicana, em um regime político sem distinção entre o público e o privado, possibilitava a realização proporcionando os financiamentos necessários para os investimentos produtivos, pela facilitação da importação de maquinário, conforme adiantado pela

política de “vantagens competitivas” e do endosso da vocação agrícola da economia brasileira, além das mencionadas práticas de valorização e de competitividade dos produtos.

Grande parte das políticas de estímulo à lavoura algodoeira passou pela instalação de indústrias britânicas de tecelagem, com robustos incentivos fiscais para a operação e para transações comerciais que, inicialmente, visavam a exportação de produtos já beneficiados. Apesar da concorrência aferida entre os estados nordestinos, também acerca da geração de riquezas proporcionadas pela exploração do algodão, os estados do litoral setentrional, ligeiramente menos influenciados pela cana-de-açúcar, acumularam maior sucesso na atração dessas companhias multinacionais, porém, ao longo do interior nordestino, transitando entre capitais e o interior, englobando a região do agreste e faixas menos profundas do sertão, a presença de indústrias algodoeiras, nacionais e internacionais, ocorreu em todos os estados, até mesmo Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, estados largamente vinculados à exploração da cana-de-açúcar. Pela posição desfavorável na balança comercial do período republicano, as políticas, singularmente no caso das ações voltadas para o preço e o comércio final, o algodão sempre era inserido por algum grupo de influência sertanejo em políticas inicialmente voltadas para o café ou alguma lavoura de maior representatividade na economia, o trecho a seguir ilustra essa relação:

“Na Câmara dos Deputados, foram aprovadas várias emendas com o objetivo de transformar a defesa do café em defesa permanente da produção nacional, abrangendo a borracha, o cacau, o algodão, o fumo, o açúcar, o mate, obedecidas as especificidades de cada produto. No Senado, os gaúchos lograram que se limitassem as importações de charque, não obstante os protestos de um Senador alagoano contra a proteção a uma mercadoria vendida pelo Rio Grande do Sul por preços superiores à similar uruguaia ou argentina. Por fim, o Decreto 4.548, de 19 de junho de 1922, autorizou o Governo Federal a promover o incremento e defesa da produção agrícola e pastoril, por meio de medidas de emergência e a criação de institutos permanentes. O Banco do Brasil forneceria créditos de até 50 mil contos à indústria pastoril, ao algodão, cacau, açúcar, borracha e mate. Criava-se o Instituto de Defesa Permanente do Café, nos moldes da Mensagem Presidencial, constituído de cinco membros, cujo Presidente seria o Ministro da Fazenda, cabendo a Vice-Presidência ao Ministro da Agricultura.” (FAUSTO, 1975, p. 261 - 262).

A criação de um complexo industrial vinculado à cultura algodoeira, apesar das forças conservadoras das oligarquias interioranas, não colidiram com os conceitos da

modernização-conservadora em voga na região, pelo contrário, fora vista como meio de aumento da prosperidade de uma região que, apesar de contar com lógica social, econômica e política relativamente autônoma, carecia cada vez mais de intervenções exógenas que viessem a atenuar as profundas distorções encontradas nos limites interioranos do Nordeste. A instalação dessas fábricas, em sua maioria, ocorreram nos limites do litoral e do agreste, já o sertão, região responsável por grande parte das plantações de algodão, não contou com presença massiva de indústrias, ainda assim, as relações comerciais entre fábricas de tecidos e plantações de algodão um meio de aceleração do processo de busca da unidade regional, tanto pelo estabelecimento de rotas comerciais entre interior e litoral, quanto pela conexão de outra importante lavoura nordestina com o mercado externo, uma vez que, diferentemente da cana-de-açúcar litorânea, os negócios interioranos vieram a conectar-se com o centro capitalista somente no século XIX, com a importação de algodão para os Estados Unidos, no período republicano, no entanto, o algodão era fornecido para as indústrias estabelecidas no Nordeste e também para a Inglaterra.

A instalação de indústrias voltadas para o beneficiamento do algodão, embora distante do centro econômico brasileiro, desponta como fundamental para a transformação da economia nordestina, e também para a economia brasileira, uma vez que, nas palavras de Caio Prado Júnior, “efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial.” (PRADO JR., 1976, p. 196), processo de industrialização antecedente, e também distinto de diversas formas, da industrialização desencadeada pela lavoura cafeeira do Centro-sul⁶⁹.

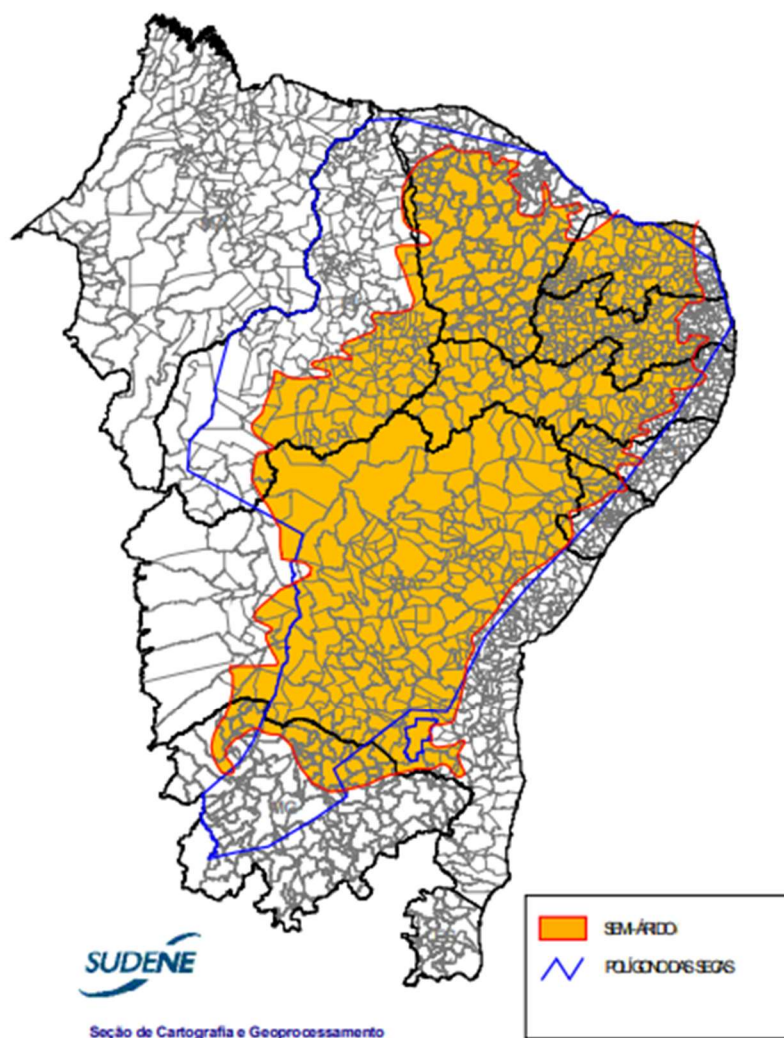
Além da promoção de condições que alavancaram a presença de indústrias tecelãs e a exportação do algodão, uma das intervenções mais simbólicas do poder público para o interior nordestino foi a fundação, em 1906, da Superintendência de estudos e obras contra os efeitos da seca, posteriormente, em 1909, passaria a ser chamado de Inspetoria de obras contra as secas e, em 1919, assumir o título de

⁶⁹ Um dos assuntos amplamente teorizados na historiografia econômica brasileira, a industrialização decorrente do cultivo do café no Centro-sul do Brasil foi amplamente teorizada por intelectuais de distintas correntes de pensamento. Obras como *Expansão e Origens da Indústria no Brasil*, de Sérgio Silva, *O Capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, de Wilson Cano, e *Evolução industrial do Brasil*, de Roberto Simonsen. As já mencionadas obras de Caio Prado Júnior (1976) e Celso Furtado (2007), apesar de não tratarem exclusivamente desse ponto, teorizam acerca do tema com primazia. Há ainda esforços empreendidos para reunir sinteticamente as visões apresentadas acerca desse tema controverso, como pode ser encontrado em Saes (1989).

Departamento de obras contra as secas, o DNOCS, nome mantido até os dias atuais. A fundação do DNOCS implicou na em um rompimento parcial com a ordem liberal do regime autocrático burguês do Nordeste, uma vez que, as intervenções governamentais, até então, visavam apenas a defesa da renda das oligarquias regionais e, embora políticas de combate às secas também visassem a atenuação dos problemas advindos com as deficiências pluvio e fluviométricas enfrentadas pelos agricultores nordestinos, pela primeira vez foi adicionado um caráter social, dados os efeitos da seca também sobre a classe trabalhadora, desprovida, entre outros elementos fundamentais para a subsistência, do acesso à água potável e também da irrigação para a agricultura de subsistência (OLIVEIRA, 2008).

O DNOCS foi fundado como instituição pública com gestão do governo central, porém, desde seus primeiros movimentos, em grande parte, suas ações foram voltadas para o Nordeste, mais especificamente o denominado polígono das secas, região de pronunciada aridez e prolongada estiagem com área bastante próxima dos limites do semiárido nordestino, conforme demonstra a Imagem 1 correspondente também à classificação indicada do interior nordestino caracterizada pela presença do algodão e da pecuária como atividades econômicas predominantes.

Imagem 1 - Nordeste brasileiro: Polígono das Secas X Semiárido nordestino (Fonte: SUDENE, 2000)



Diante da formação político-social do federalismo brasileiro, tomado pelas negociações travadas entre a política de governadores, sob influência do coronelismo, a fundação da DNOCS surge como um símbolo da influência oligarca nordestina sobre o governo central, vinculado às oligarquias cafeicultoras, bem como da influência das oligarquias ligadas à pecuária e ao cultivo de algodão, sobre o complexo canavieiro. A política oligárquica expressava-se sobre um Estado capturado pelos interesses privados, a multiplicidade de interesses oriundos de distintos estratos da burguesia-autocrática, porém, impunha a dialética do conflito sobre a negociação e os compromissos, em termos estabelecidos por Leal (2012) acerca do coronelismo, conforme aponta Francisco de Oliveira (2008):

“A dialética da oposição ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário versus ‘Nordeste’ açucareiro, a reiteração da economia agroexportadora da ‘região’ do café e sua coincidência do ponto de vista de realização externa do valor, com a formas de reprodução do ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário; a própria divisão regional do trabalho no território nacional, que se definia conforme o andamento da ‘região’ do café, a estrutura de classes e de poder que emergiu numa e noutra ‘região’: ‘barões’ do café e ‘coronéis’ do algodão-pecuária; o estado da luta de classes no Nordeste algodoeiro-pecuário, que se caracterizada por ‘rebeldias primitivas’ cuja base era a ambiguidade da inserção de várias classes dominantes e dominadas, na estrutura produtiva; tudo isso levou a que a intervenção do Estado na forma de ação e dos gastos do DNOCS mantivesse, mais do que transformasse, as condições de reprodução da estrutura econômica e social: conduziu, em suma, uma forma de Estado oligárquico, em que se fusionavam e se tornavam indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil.” (OLIVEIRA, 2008, p. 176)

A lavoura algodoeira, pela primeira vez desde as décadas de 1860 e 1870, quando a Guerra de secessão contribuiu para o crescimento da demanda do algodão brasileiro, apresentou sinais de recuperação, iniciados a partir de meados dos anos 1910, avizinhandose aos efeitos da Primeira Guerra Mundial, e, diante de um pioneiro intervencionismo estatal, aliado às externalidades produzidas pelo processo de industrialização do complexo algodoeiro, desde o cultivo até a produção de bens beneficiados, até mesmo a pecuária, atividade em profunda decadência dado o avanço de outras regiões produtoras sobre o mercado nacional e a deficiência do mercado regional nordestino, passa a apresentar sinais de crescimento. A oligarquia representada por essas atividades adquiriu maior relevância, tanto em termos políticos quanto econômicos e a disposição do aparato estatal para conversão de ações em benefício próprio foi determinante para esse ponto de inflexão no jogo de poderes do Nordeste republicano.

Enquanto o capital externo, representados pelas companhias tecelãs oriundas da Inglaterra, lançavam meios de adequar a logística e a produção nordestina, por meio do emprego de maquinários, especialização da mão-de-obra e, talvez a ação de maior impacto até então, construção de vias ferroviárias e rodoviárias para facilitação do escoamento da produção sertaneja para as localidades das fábricas, a oligarquia algodoeira-pecuarista tratava de sequestrar definitivamente o aparato de combate às secas, suprimindo seu caráter social e transformando-os em poços e barragens destinados à irrigação de plantações e sustentação de rebanhos.

A transformação dos engenhos em usinas, após o rápido e frustrado movimento buscou a construção de engenhos centrais, e a modernização do complexo algodoeiro-pecuário formam um dos mais importantes elementos do primeiro período republicano da história econômica do Nordeste. Apesar de já terem sido mencionados e teorizado sob a ótica da política e da luta de classes, ao menos nos aspectos que iniciaram e chegaram até metade desse período com término em 1930, dedicaremos um tópico da presente dissertação para aspectos essenciais desses processos, a conversão da matriz essencialmente agrária em uma matriz agroindustrial.

3.2 FORMAÇÃO DE CONGLOMERADOS AGROINDUSTRIAIS: O NORDESTE E A DIVISÃO INTERNACIONAL (E REGIONAL) DO TRABALHO

Países do centro do capitalismo industrial iniciaram os processos de transição da produção artesanal para o sistema fabril e mecanizado já na década de 1760 e, de maneira ininterrupta, acumularam poder político e econômico no sistema capitalista mundial, países como Inglaterra e Estados Unidos, juntamente da atual Alemanha, protagonizaram uma corrida em torno do desenvolvimento de tecnologias que alavancaram seu desenvolvimento econômico, conferindo maior competitividade e, acima de tudo, lucro às respectivas classes dominantes, a partir de então, por conta das alterações agregadas na lógica de acumulação capitalista, vinculadas ao capital industrial e ao capital financeiro.

Por séculos, durante o período de transição capitalista, conforme antecipa Caio Prado Júnior (1972), coube à região Nordeste do Brasil, bem como das demais colônias das metrópoles europeias, o papel de fornecedora de gêneros agrícolas aos mercados europeus em constante expansão e desenvolvimento. Por meio dos mecanismos como o pacto colonial, aliados ao escravismo e à monocultura latifundiária, a exploração ultramarina desses produtos conferiu aos colonizadores a capacidade de geração de reservas na forma de acumulação primitiva de capital, suficientes para a definitiva consolidação do capitalista sobre os outros sistemas econômicos, interpretação pioneira acerca dos sentidos da colonização oferecida por Novais (1989). Às colônias, uma vez emancipadas diante da conquista da autonomia política, coube, desde as derradeiras décadas do século XVII em diante, a assimilação de um sistema econômico hegemônico, todavia sem a estruturação de um mercado interno e absolutamente carentes de acumulação primitiva de capital, e, em relação

ao cenário externo, dependentes do secular comércio exclusivo estabelecido com a metrópole, portanto, a esse grupo de países restou uma introdução subalterna e dependente no sistema capitalista.

A dominação externa sobre territórios coloniais, sobretudo países latino-americanos, sob o domínio de Portugal e Espanha, seguiram um padrão de dominação, que surge com o mencionado processo, amplamente conhecido como colonialismo e, a partir dos movimentos de independência, o sistema colonialista passa por um período de desagregação, o vácuo econômico é rapidamente ocupado pela Inglaterra, que estabeleceu políticas econômicas e comerciais que submeteram economias de infantes países carentes de infraestrutura e mercado interno, aos princípios da potência mundial, detentora de tecnologia, amplo domínio do comércio marítimo e das mais importantes instituições bancárias desde o século XVII, as economias dos países latinos, com emancipação política recém conquistada, nascem à margem do centro capitalista e subjugadas à dependência de potências, perpetuando estruturas fundadas no período colonial. Motivadas pela revolução industrial e a definitiva conversão da matriz econômico e da lógica de acumulação de capital, os países europeus, aproveitando-se dos benefícios da contínua exploração de nações dependentes e reorganizam a economia mundial, predominada pelo sistema capitalista, aos moldes imperialistas, com a incorporação de um grupo dominante formado por Estados Unidos e algumas poucas nações europeias detentoras dos parques fabris e capital financeiro para impor às economias dependentes termos absolutamente desvantajosos e limitados ao comércio de produtos naturais, ao passo que desregulavam a balança comercial por meio da seção de empréstimos e de maquinário que proporcionasse ganhos de produtividade às respectivas lavouras (FERNANDES, 1975). O padrão imperialista de dominação que assolou a economia brasileira e nordestina, como define Florestan Fernandes (1975), determinam os rumos do capitalismo em seus domínios, e, transformando-as em “mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1975, p. 17), com dois conjuntos de externalidades negativas aprofundadas:

“Primeiro no condicionamento e reforços externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matéria-prima e de bens primários. Segundo, no malogro do ‘modelo’ de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações

européias hegemônicas. (...) Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélite para os países hegemônicos. Sob esse aspecto a 'idade de ouro' do imperialismo europeu encerrou o circuito iniciado pelo antigo colonialismo e expandido pelo neocolonialismo." (FERNANDES, 1975, p. 17 - 18)

A condição de economia capitalista dependente, portanto, surge como desdobramento direto dos encadeamentos imperialistas das potências mundiais, Inglaterra e Estados Unidos, juntamente com seus sócios maiores, como era o caso de alguns países europeus e até mesmo o Japão, e é responsável pelo vislumbre imediato de limites ao desenvolvimento econômico, como aponta Fernandes (1975, 2006), mesmo sob a ordem capitalista, sobretudo pelo seu indissociável caráter contrarrevolucionário. A dependência de caráter imperialista, porém, reúne complexas e totalizantes formas de dominação que superam a esfera financeira, sob o predomínio imperialista, nações dependentes são relegadas ao questionamento da autonomia política, social e cultural, diante da capilaridade das ações de dominação. A economia, a sociedade e a nação brasileira, englobadas em uma cadeia global de valorização do capital, comandada por um singelo número de nações, enquanto assimilam elementos da consolidação capitalista, sob o regime republicano, enquadram-se aos limites do sistema como uma economia dependente, periférica e subdesenvolvida, características associadas e determinadas pelo imperialismo.

O primeiro período republicano da história econômica nordestina coincide com a ampliação da influência imperialista, as transformações possibilitadas pela modernização conservadora sob a ordem capitalista, proporcionaram à região a possibilidade de assimilar elementos específicos da modernidade capitalista, não somente em termos produtivos, mas também a respeito da autocracia-burguesa como forma de gestão do sistema, porém, sobretudo, amplificaram os ecos de estruturas coloniais, há séculos estabelecidas e, a partir de então, destinadas às reservas de valor de um sistema em transformação. A coexistência entre o moderno e o arcaico não desponta como novidade do período, porém a distinção entre os polos acentua-se, justamente pelas origens coloniais do arcaísmo, em contraposição às novidades apresentadas pelo avanço do capitalismo. Além da associação característica da economia brasileira que se estende à nordestina, referente ao caráter dependente, periférico e subdesenvolvido, acrescenta-se um aspecto determinante: o dualismo.

O dualismo da economia nordestina surge diante da conjuntura mencionada: crescente tendência de isolamento político da região Nordeste, profundas flutuações de demanda dos principais itens produzidos pelas lavouras locais, contínua concentração de renda ainda mais restrita do que observado em outras competências, aparelhamento dos recentes dispositivos estatais criados pelo regime republicano, exposição da classe trabalhadora a condições insalubres de trabalho e subsistência, adesão de práticas coercitivas estatais e paramilitares para coerção e atenuação de revoltas populares. Em suma, uma série de fatos que apontam para um cenário crítico de concentração de poder e com complexos entraves à aplicação de movimentos renovadores, portanto, a modernização conservadora aproveita-se da predominância conservadora dos pilares coloniais da sociedade nordestina, para fortalecer o polo arcaico, ao passo que vislumbra, por meio dos dispositivos imperialistas, a implantação dos abrangentes avanços capitalistas. Em relação à economia nordestina, a modernização do maquinário atrelado à conversão de engenhos em usinas, enquanto pequenos engenhos eram convertidos em fornecedores de cana-de-açúcar bruta, exemplifica a mencionada consolidação da estrutura rural, por parte da economia do interior, a presença crescente de complexos fabris de beneficiamento dos caroços de algodão, outrora realizados nos limites das fazendas, ou sequer realizados, desponta como outro exemplo verossímil do dualismo nordestino.

As mencionadas transformações desempenham um papel central, com ressonância abrangente em todos os principais fenômenos sociais, econômicos e políticos registrados no Nordeste brasileiro durante a primeira república. A consolidação de um ciclo produtivo entre esses distintos setores de cada um dos polos da economia local, proporcionou as garantias necessárias para a concentração de renda da burguesia nordestina e posteriores alterações na matriz econômica fomentada, a partir de então, por processos mecanizados com altos ganhos de produtividade, a concentração de renda, conseqüentemente, implicou na expansão do poder coronelista e por parte da política de governadores. A plena execução desse poder local, todavia, viu-se submetida ao cumprimento de compromissos com a burguesia Centro-sulista, vinculada ao cultivo do café, e ao capital estrangeiro, implicando à burguesia nordestina o papel de menor sócia em uma cadeia de valorização.

Na matriz econômica essencialmente agrário-exportadora, o perfil socioeconômico da burguesia dominante influi diretamente nos rumos que a atividade

produtiva levaria, em relação à formação histórica desse estrato de classe, representado por fazendeiros, suas origens estão diretamente ligadas à aristocracia rural do período colonial e imperial. Enquanto Freyre (1936, 2003, 2004), sob a ótica patrimonialista, descreve de maneira crítica a transição da aristocracia para o burguês e, posteriormente, para a formação de bacharéis, Florestan Fernandes (2006), munido da perspectiva crítica da economia política, apresenta os possíveis caminhos “evolutivos” para os aristocratas rurais: ou tornaram-se “homens de negócios”, ou tornaram-se coronéis, e os requisitos que orientaram essa transformação estão diretamente vinculados à assimilação de elementos capitalistas modernizantes e do estabelecimento de relações comerciais com o capital estrangeiro. Isso é:

“Essa situação fará com que o fazendeiro que se transformava em “homem de negócios” tivesse de afirmar-se, econômica, social e politicamente, como tal. Ele seria senhor — pois o era, no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da sociedade. Mas apenas na superfície. No fundo, ele era, pura e simplesmente, *homo-economicus*. O seu poder não viria do status senhorial; procederia de sua situação econômica: do capital que dispusesse para expandir horizontalmente a produção agrária, aumentando o número de suas fazendas, e para absorver socialmente as oportunidades econômicas emergentes. Portanto, nesse novo contexto socioeconômico, suas funções econômicas contrastavam com as funções típicas do senhor agrário tradicional. A pressão envolvente da transformação silenciosa do meio social separava-o, irremediavelmente, das condições que tornaram a aristocracia agrária uma necessidade política e um expediente econômico. Ela levava-o a polarizar-se em torno do capital comercial e financeiro, a lançar-se na torrente estuante do crescimento econômico, a preferir os papéis econômicos que negavam sua veleidade de afirmar-se como ‘senhor’. Ou se associava às companhias e organizações de capitais estrangeiros, nacionais ou mistos, que controlavam a economia brasileira; ou evoluía, com outros agentes econômicos em situações análogas, para a fundação de companhias e organizações desse tipo; ou se destinava a viver numa espécie de limbo econômico, condenando-se a estagnar numa posição de prosperidade econômica, que seria neutralizada com o tempo, e a converter-se em ‘coronel’ — o verdadeiro representante típico do que seria o sonhado “potentado”, que a economia agrária poderia gerar no novo contexto histórico-social. Nesse sentido, a ruptura com o passado constituía uma contingência irreversível e a preservação de símbolos estamentais apenas concorria para tornar opções inevitáveis menos dolorosas e dramática” (FERNANDES, 2006, p. 123).

Primeiramente, é absolutamente necessário destacar que “coronel”, na leitura de Florestan Fernandes (2006), remete a uma categoria ímpar da evolução do

aristocrata já sob a lógica capitalista, porém de práticas e valores ainda atrelados ao passado aristocrático, em muitos pontos essa categoria conecta-se com as noções trabalhadas na presente dissertação e nos clássicos conceitos atribuídos por Leal (2012), porém a noção de Florestan não revela todos os desdobramentos do regime coronelista, característico do Nordeste, durante as primeiras décadas do século XX. Ainda assim, o trecho destacado revela que a ordem imperialista e a estrutura dual, novamente, não foram restritas às relações comerciais, a vida política e social, bem como aspectos culturais, foram impactados por esses fenômenos totalizantes, a figura do fazendeiro nordestino, seja ele responsável pela lavoura canavieira ou pelos algodoads, influenciada pelo isolamento econômico e político da região e pela predominância de estruturas essencialmente arcaicas, demandava a transfiguração dual, ou seja, o aristocrata nordestino, sob a condição de representante da burguesia local, sob a leitura apresentada, ora atuava como homem de negócios, ora atuava tipicamente como coronel.

Teórico da dualidade econômica brasileira, Ignácio Rangel (1981, 1999) não somente propõe conceitos e uma sistematização acerca desse fenômeno⁷⁰, como dedicou-se à sua historicidade. O autor identifica, ainda na era colonial e propriamente nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste, a primeira das dualidades brasileiras, já o período republicano, orientado pela conjuntura nacional, é englobado na segunda dualidade, contida desde a independência e finalizada com o primeiro governo de Getúlio Vargas, ou seja, a segunda dualidade corresponde, em aspectos temporais, à combinação do período imperial e da Primeira República. A combinação desses períodos é justificada, primeiramente, pela intensificação do comércio internacional nos moldes capitalistas, sobretudo a partir do surgimento e consolidação da cultura cafeeira no Centro-sul brasileiro, mercadoria que, diferentemente dos principais produtos nordestinos, apresentou flutuações de demanda e preço menos flexíveis, contando com uma política de defesa mais intensa.

Sob a perspectiva histórica da Primeira República, Rangel (1981) aponta que:

“A República foi a homologação das mudanças ocorridas na dualidade e, em boa parte, identifica-se com a segunda dualidade. O personagem típico desta, representante do sócio hegemônico, foi a Casa Comissária, empenhada no comércio de importação-exportação, apoiada nas comunidades de comerciantes

⁷⁰ Vide nota nº 43, na qual é oferecida uma sintética explanação acerca da sistematização rangeliana da dualidade econômica brasileira, bem como de outros autores.

que representavam a cúspide, do edifício social em cada uma das 'ilhas' que então compunham o 'arquipélago econômico brasileiro', quase sem intercâmbio entre si, quase inteiramente orientada para os mercados exteriores e, na base do mesmo edifício, encontrava-se os latifundiários-comerciantes, isto é, os 'coronéis', representantes do polo interno, ou 'sócio menor'." (RANGEL, 1981, p. 25).

Em mais uma interpretação da história econômica do primeiro período republicano do Brasil, surge a centralidade do papel da classe dominante, ou seja, da burguesia agrária. A dualidade básica, elaborada por Rangel (1981), na segunda dualidade, formou-se a partir da seguinte configuração: O lado interno do polo interno representado pelo feudalismo e o lado externo do polo interno já simbolizado pelo capitalismo mercantil; em relação ao polo externo, o lado interno reflete o próprio capitalismo mercantil e o lado externo traduz elementos do capitalismo industrial. Sendo assim, na mesma economia, os dispositivos de economia política, apresentavam elementos que remetiam desde o feudalismo até o capitalismo industrial, e, ainda que a teoria rangeliana abranja a conjuntura brasileira, a economia nordestina da Primeira República reflete o sistema da segunda dualidade básica, sobretudo pela coexistência de fornecedores exclusivos de matéria-prima de comércio retido por nascentes complexos fabris, açucareiro e algodoeiros, conectados com o comércio externo. Ainda sobre a ressonância dos polos e lados da dualidade básica, Rangel (1981) reafirma os sócios desse sistema, ao apresentar como sócio maior a burguesia comerciante, conectada ao polo externo, e os fazendeiros e latifundiários "feudais" como sócios menores, essencialmente desempenhando suas atividades nos limites do polo interno.

A aferição de caráter feudal ao modo produtivo encontradas nas produções mais arcaicas suscita discussões⁷¹, porém, é evidente a presença de formas pré-capitalistas na sociedade e na economia nordestina, de estruturas tão vinculadas ao passado colonial e de viés conservador. As formas pré-capitalistas em uma sociedade vinculada durante séculos à exploração da mão-de-obra escrava apontam para modelos de exploração não-remunerados ou com retornos financeiros abaixo do nível da subsistência e é nessa primeira ponta do processo produtivo de itens voltados para a exploração que reside a reserva de valor contida nos polos pré-capitalistas da

⁷¹ A discussão acerca da existência e permanência de elementos tipicamente feudais na sociedade e na economia brasileira dividiu importantes teóricos da história econômica do Brasil, como Nelson Werneck Sodré, Octávio Brandão, Caio Prado Júnior e o próprio Ignácio Rangel, autores ligados ao marxismo e também ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Um esforço de síntese dessas posições pode ser encontrado nos trabalhos de Castro, Bielschowsky e Benjamin (2014) e Erbereli Júnior (2012).

dualidade econômica do Nordeste. A dualidade surge para Florestan Fernandes (2006) como ferramenta de análise, e acrescenta a perspectiva de dominação política, condizente com a realidade nordestina, sobretudo pelas influências geridas internamente pelo coronelismo e pela política de governadores, que atua interna e externamente, pelo intercâmbio com o governo central, em um constante intercâmbio entre valores patrimonialistas e liberais:

“Os antigos modelos patrimonialistas continuaram a ter plena vigência ao nível do domínio senhorial propriamente dito (ou seja, da organização da economia escravista e das estruturas sociais que lhe serviam de base) e, como irradiações locais ou regionais, ao nível das relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas. Todavia, a organização do “poder central” foi colocada num plano independente e superior, no qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta e condicionante (principalmente através de controles sociais reativos, que se vinculavam às opções feitas pelos representantes dos estamentos senhoriais no exercício do poder político). Estabeleceu-se, assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, com frequência os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais. Mas nada disso diminuía o alcance do influxo mencionado, que introduzia uma fissura entre o presente e o passado (coexistentes e interdependentes como dimensões da vida societária), compelia as camadas senhoriais a organizar sua dominação especificamente política através da ordem legal, ao mesmo tempo que conferia ao “poder central” meios para impor-se e para superar, gradualmente, o impacto sufocante do patrimonialismo. (...) Foi graças a essa consequência que o liberalismo “cresceu” com as instituições políticas que ele ajudou a moldar e que, especialmente, os princípios liberais ganharam, com o tempo, maior consistência e eficácia, tanto quanto advogados mais puros, convictos e denodados” (FERNANDES, 2006, p. 37) .

Como ocorrera na esfera econômica do Nordeste brasileiro, a política organizou-se em torno de posições a primeira vista contraditórias, porém, dada a estrutura dualista da sociedade, as posturas patrimonialistas e liberais foram assumidas de modo a proporcionar os incentivos e dispositivos legais, econômicos, políticos e sociais para a manutenção paralela dos complexos econômicos arcaicos e modernos. Florestan Fernandes (2008), a estrutura dualista é característica indissociável do capitalismo dependente, reiterando a função de reserva de valor desempenhada pelo polo arcaico, bem como da sucessão estabelecida conforme o

polo externo, em termos rangelianos, assimila transformações do modo de produção hegemônico.

O exercício censitário realizado pelo governo federal em 1920, ao apresentar indicadores econômicos consolidados do referido período, adiciona comparações com os números obtidos em períodos anteriores, como 1907 e alguns anos da década de 1910, auxiliando a compreensão e a busca por sinais de transformação da matriz econômica a partir da evolução e da comparação dos números. O censo de 1920 também segue diretrizes ainda hoje utilizadas que contribuem para análises da sociedade e da economia brasileira e de suas respectivas regiões, como por exemplo, ao tratar da atividade econômica, dedicar documentos e cadernos específicos e separados para a agricultura e para a indústria, bem como para a contínua atenção às realidades múltiplas presentes no Nordeste brasileiro.

Tabela 5 - Indústria nordestina: Quantidade de indústrias, capital empregado, quantidade de operários e valor da produção (1907 e 1920).

Estados	Quantidade de indústrias		Capital Empregado		Quantidade de Operários		Valor da produção	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907	1920
Alagoas	39	352	7.637:887\$	30.682:015\$	2.947	6.939	7.129:810\$	40.519:661\$
Bahia	70	491	22.679:200\$	48.820:652\$	8.753	14.784	21.870:962\$	71.922:935\$
Ceará	18	294	3.521:000\$	16.714:785\$	1.207	4.702	2.951:100\$	25.908:171\$
Maranhão	15	89	11.562:900\$	16.287:642\$	3.802	3.543	4.965:332\$	22.884:132\$
Paraíba	36	251	3.394:500\$	14.135:173\$	1.161	3.035	3.307:921\$	33.137:059\$
Pernambuco	72	442	39.986:465\$	90.980:570\$	7.155	15.761	27.288:125\$	136.479:308\$
Piauí	2	55	1.110:878\$	6.782:006\$	295	1.150	1.038:975\$	7.956:492\$
Rio Grande do Norte	10	197	1.283:000\$	7.126:845\$	415	2.146	1.186:483\$	20.538:759\$
Sergipe	41	237	5.229:900\$	16.678:213\$	1.742	5.386	4.215:105\$	28.827:310\$
Total	303	2.408	96.441:730\$	248.207:901\$	27.477	57.446	73.953:813\$	388.173:827\$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927b).

A visão comparativa entre as competências de 1907 e 1920 proporcionam a exata compreensão da alteração na estrutura econômica registrada na região Nordeste, em aspectos gerais, todos os indicadores apresentaram robustos crescimentos: a quantidade de estabelecimentos industriais aumentou 795%, o capital empregado cresceu na ordem de 263%, a quantidade de operários, por sua vez, foi ampliada em 209%, e, por fim, o valor da produção reuniu um crescimento de 525%⁷². Os crescimentos, porém, foram amplamente desiguais, como podemos verificar inicialmente acerca dos indicadores, uma vez que, tratando-se do crescimento relativo, a quantidade de indústrias cresceu de maneira superior aos demais indicadores, abrindo a possibilidade para uma tendência de queda da produtividade, da receita e do investimento gerado por parte da indústria nordestina a partir da década de 1920.

Conforme já foi teorizado na presente dissertação, a predominância econômica da cana-de-açúcar e do algodão deve-se a fatores naturais e sociais construídos e consolidados no decorrer dos séculos, apresentando estados com territórios bem delimitados e divididos pela presença massiva de determinada cultura. Ainda assim, os estados do Ceará, do Maranhão e do Piauí são comumente mais atrelados ao algodão e à pecuária, enquanto Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia são identificados como predominantes no complexo canavieiro, sendo a Bahia e Pernambuco estados de composição mais heterogênea em relação a essa predominância. Sob essa hipotética divisão, observa-se outra distinção acerca do processo de industrialização do Nordeste, a análise pode ser iniciada por parte da quantidade de estabelecimentos industriais pois os três estados vinculados ao algodão e à pecuária partem, em 1907, de 35 estabelecimentos e chegam a 1920 com 438, um acréscimo de 1251%, um crescimento relativo imenso, porém, mesmo com números relativos inferiores, os estados vinculados ao complexo canavieiro, que contavam com 268 indústrias em 1907, cresceram 735%, acumulando um parque industrial formado por 1970 indústrias.

A tendência monopolizadora identificada pela ação dos empresários do setor canavieiro surge como pretexto ideal para a compreensão desse quadro, sobretudo devido à análise dos demais indicadores levantados, posto que, em relação ao capital

⁷² Valores arredondados a partir das casas decimais.

empregado, à quantidade de operários e ao valor da produção, o complexo canavieiro se sobrepôs ao algodoeiro em crescimento relativo e em razão absoluta. Também em perspectiva da evolução do parque fabril entre 1907 e 1920, em relação especificamente ao capital empregado e à quantidade de operários, a diferença relativa entre os dois polos econômicos nordestinos, cresceu substancialmente, porém mantendo a grandeza de superioridade 5 vezes maior da cana-de-açúcar em relação ao algodão. Porém, tratando-se da quantidade de indústrias e do valor produzido, as diferenças, respectivamente, caíram de 766% e 726% para 450% e 584%.

Tabela 6 - Área cultivada destinada ao algodão e à cana-de-açúcar nos estados do Nordeste brasileiro (1920).

Estado	Área total cultivada (Hectares)	Área destinada ao cultivo de Algodão (Hectares)	Área destinada ao cultivo de Cana de açúcar (Hectares)	% Algodão	% Cana	% Algodão + Cana de açúcar
Alagoas	84.503	16.474	31.638	19,50%	37,44%	56,94%
Bahia	425.033	18.508	29.997	4,35%	7,06%	11,41%
Ceará	183.590	30.762	14.986	16,76%	8,16%	24,92%
Maranhão	61.543	22.633	2.851	36,78%	4,63%	41,41%
Paraíba	89.010	49.007	8.436	55,06%	9,48%	64,54%
Pernambuco	250.119	70.013	46.389	27,99%	18,55%	46,54%
Piauí	61.657	5.902	6.224	9,57%	10,09%	19,67%
Rio Grande do Norte	25.354	15.798	3.592	62,31%	14,17%	76,48%
Sergipe	52.439	16.053	13.732	30,61%	26,19%	56,80%
Total	1.233.248	245.150	157.845	19,88%	12,80%	32,68%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927a).

A dualidade característica da economia nordestina a partir da Primeira república, implica na coexistência de um polo atrelado a setores produtivos modernos e um polo arcaico, portanto, paralelamente ao desenvolvimento do parque industrial, como viu-se na Tabela 5, o setor arcaico, no caso representado pela agricultura,

seguiu a assimilação da lógica capitalista e a conservação de elementos pré-capitalistas, reunindo ainda grande importância. O algodão e a cana-de-açúcar, como demonstra a Tabela 6, representavam, em 1920, aproximadamente um terço das terras cultivadas no Nordeste brasileiro, chegando a representar mais de 40% das terras cultivadas na maioria dos estados, com exceção da Bahia, Ceará e Piauí, estados de robusta extensão territorial, com representatividade abaixo dos 25%, esses estados, porém, conforme demonstra a Tabela 7, representam três dos quatro maiores produtores pecuários do Nordeste, intervalados apenas pela presença de Pernambuco, que, pela dinâmica econômica, importância política e território relativamente extenso, abrangendo os três principais biomas nordestinos, acaba por apresentar números relevantes.⁷³

Tabela 7: Número de animais por espécie nos estados nordestinos, no Nordeste e no Brasil (1920).

Estados	Número de animais da espécie						Total
	Bovina	Equina	Asinina e Muar	Ovina	Caprina	Suína	
Alagoas	388.371	84.998	14.105	164.210	219.081	86.869	957.634
Bahia	2.698.106	381.127	2.108	954.617	1.419.761	784.155	6.239.874
Ceará	580.028	122.944	117.793	393.558	530.743	183.737	1.928.803
Maranhão	834.596	110.575	22.138	48.016	120.692	171.683	1.307.700
Paraíba	444.928	106.644	71.665	279.156	545.897	99.238	1.547.528
Pernambuco	745.217	189.856	73.092	419.872	855.638	226.181	2.509.856
Piauí	1.044.734	111.663	56.143	207.517	301.353	208.398	1.929.808
Rio Grande do Norte	318.274	47.867	82.227	166.146	216.290	30.327	861.131
Sergipe	311.239	47.724	12.995	123.703	132.294	51.855	679.810
Nordeste	7.365.493	1.203.398	452.266	2.756.795	4.341.749	1.842.443	17.962.144
Brasil	34.271.324	5.253.259	1.865.259	7.933.437	5.086.655	16.168.549	70.578.483

⁷³ Ainda que não seja o ideal a comparação de área plantada com a quantidade de animais, apenas no censo de 1950 houve levantamento acerca da área destinada exclusivamente às atividades pecuárias, ainda assim, na Tabela X, logo a frente, apresentaremos comparações com variável compatível, como é o caso do nível de produção.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927).

Conforme os dados da Tabela 7 explicitam, a região Nordeste, no ano de 1920, possuía pouco mais de 25% da totalidade de animais a disposição da atividade pecuária, dos quais a menor participação pertence à pecuária suína, correspondente a 11%, e a maior participação reside na pecuária caprina, com a significativa participação de 85%. A pecuária nordestina, através dos séculos de desenvolvimento econômico, perdeu os vínculos com o mercado inter-regional, isto é, sua produção destinou-se quase exclusivamente ao mercado interno, dividida entre o consumo de carne, os demais produtos beneficiados, sobretudo leite, e o transporte. Embora a representatividade da pecuária caprina, no âmbito nacional, seja superior às demais, em quantidade absoluta, os animais de espécie bovina superam largamente os da espécie caprina, um resquício dos movimentos que datam dos tempos de colonização, em que a pecuária bovina nordestina predominava no país, o avanço dos animais caprinos, entretanto, justificam-se pelo acirramento das condições pluviométricas e fluviométricas da região, uma vez que esses animais possuem características adaptativas a essa severidade.

A predominância numérica da Bahia sobre os demais estados nordestinos, em aspectos gerais, alcança cerca de 35%, com exceção da pecuária asinina e muar, superada pelo Ceará, além de apresentar superioridade absoluta em todas as demais espécies. O estado da Bahia, além de ser o maior dos estados nordestinos, compreende significantes faixas da zona da mata, do sertão e do agreste, sobretudo das duas últimas sub-regiões, ou seja, o interior, caracterizado econômica e socialmente pela presença da pecuária e, conseqüentemente, como já demonstrado, pelo predomínio coronelista. Maranhão, Piauí e Ceará, apesar de não contarem com território oriundo da zona da mata, seguem a lógica de disposição de vastos territórios e apresentam destacadas quantidades de animais para a exploração pecuária.

A reunião de dados quantitativos do ano de 1920, possibilitam a compreensão da conjuntura econômica dualista do Nordeste, sobretudo pela constatação da crescente participação da indústria na dinâmica e da continuidade das atividades de exploração agrária. O desenvolvimento econômico em voga no Nordeste, caracterizou-se não somente pela coexistência da atividade agrária e da atividade

industrial, pois ambas não desenvolveram-se em paralelo, pelo contrário, a nascente indústria nordestina esteve diretamente atrelada ao beneficiamento dos gêneros agrícolas predominantes, o destaque recai sobre as usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar, mas no caso da pecuária, com a produção de leite, carne e couros, e do algodão, com a produção de tecidos, os movimentos foram registrados e proporcionaram relevantes transformações econômicas e sociais na região.

As relações comerciais expressas entre o setor agrário e o setor industrial implicaram na transformação do Nordeste em um polo econômico agroindustrial, uma transformação que não se deu de maneira isolada, muito menos ocorreu desconectada do capitalismo mundial. A transição de economia agrária para o modelo agroindustrial, entretanto, não ocorreu mediante a formação de um projeto de desenvolvimento regional, apesar de contar com investimento de capital local, esteve atrelada aos interesses privados da burguesia local submetidos aos interesses imperialistas. Outro fator a ser considerado, também calcado na leitura da economia política da industrialização nordestina, deriva da divisão internacional e nacional do trabalho, ou seja, acerca da segmentação dos espaços econômicos sob a lógica capitalista e, no caso do presente estudo, da inserção do Nordeste brasileiro nesse processo. A dialética da dependência dialoga diretamente com a relação dessas variáveis socioeconômicas, oferecendo a compreensão acerca da condição de economia dependente frente ao sistema capitalista mundial, conforme assinala Marini (1973):

“A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como

condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção.” (MARINI, 1973, p. 4 - 5)

As considerações de Marini (1973), embora busquem elucidar o processo de formação econômica capitalista dos países da América Latina, corresponde à realidade encontrada no Nordeste brasileiro, sobretudo pela distinção entre a condição colonial e a condição dependente proposta pelo autor. Ao estabelecer diálogo com a discussão dos sentidos da colonização, Marini (1973) demonstra que, sob o predomínio capitalista, a função dos países sob a condição de dependência, outrora colonizados “transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais” (MARINI, 1973, p. 5), passando a representar o deslocamento do eixo de acumulação capitalista da “mais-valia absoluta para a de mais valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.” (MARINI, 1973, p. 5).

Diante da ausência de um projeto que conferisse à economia brasileira maior grau de autonomia e rompimento com o passado colonial, a imposição dos interesses externos, em convergência com interesses da burguesia nacional, possibilitou a evolução capitalista brasileira, e nordestina, controlada e limitada por esse conluio de interesses. Como defende Fernandes (2006), a industrialização brasileira deu-se a partir do intuito do centro capitalista de criação de “economias satélite”, que assimilassem elementos do capitalismo competitivo, evidenciando assim o aspecto evolutivo do processo em voga, porém, “o eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial” (FERNANDES, 2006, p. 206). O principal aspecto responsável pela convergência de extratos da burguesia nacional e internacional, apontava para o contínuo crescimento econômico, atrelado à manutenção de altas parcelas do excedente, obtidos a partir da superexploração, ponto central da dialética da dependência, derivada diretamente da supressão do viés democrático e modernizante prometido pelo regime republicano, a superexploração, por sua vez, só poderia

prosperar em um regime de contornos autocráticos, como o que fora estabelecido no Nordeste brasileiro durante a Primeira república.

O processo de industrialização da economia nordestina concatena elementos das discussões acerca da dualidade econômica, da dependência e da superexploração do trabalho e, apesar de inúmeras regiões, então infantis nações outrora territórios colonizados, fossem submetidas, contemporaneamente, a movimentos muito semelhantes, as particularidades oferecidas pelos elementos estruturais da economia e da sociedade nordestinas alicerçaram uma conjuntura econômica específica. De certa maneira, essa particularidade estende-se ao cenário nacional e apresenta conexões com a industrialização dos países latino-americanos, uma vez que, seguindo a leitura de Fernandes (2006), esse conjunto de territórios à margem do capitalismo central apresenta o padrão de desenvolvimento de uma economia capitalista duplamente articulada, padrão caracterizado por duas frentes de articulação:

“1.º) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2.º) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais.” (FERNANDES, 2006, p. 241).

Em suma, o processo de industrialização da região Nordeste, a exemplo de tantas áreas que iniciaram o processo a partir das últimas décadas do século XIX, alcança no século XX a sua consolidação e simboliza uma profunda alteração na lógica de acumulação capitalista em voga, porém, não corresponde às promessas de emancipação econômica por meio do fortalecimento do mercado interno, tão pouco acompanha sinais de melhora das adversas condições de vida da classe trabalhadora e do aumento do nível de renda. A região Nordeste, em um intervalo aproximado de um século, bem como a sociedade brasileira, conviveu com acontecimentos que tiveram seus potenciais de alteração estrutural atenuados, sobretudo pela ação da burguesia nacional em conluio com as burguesias internacionais, desde a Independência, passando pela abolição, e finalmente chegando à República e a industrialização, todos elaborados já sob a influência do sistema capitalista mundial, que operacionalizou projetos emancipadores de nações à margem do próprio sistema para que essas viessem a servir apenas como fornecedores dos importantes gêneros agrícolas, impondo a essas nações uma lógica concorrencial agressiva, e de

mercados consumidores do maquinário que possibilitasse a ampliação da mais valia relativa, além de ganhos de produtividade. O processo de atenuação de qualquer ensaio emancipador por parte do Brasil e de seus complexos econômicos é sintetizado por Fernandes (2006):

“A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa. O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes).” (FERNANDES, 2006, p. 206 e 207).

Embora a realidade republicana, constituída pela combinação do modelo federalista, da política de governadores e a influência da ideologia liberal, contribuísse para que os múltiplos complexos econômicos brasileiro realizassem suas políticas econômicas de maneira relativamente autônoma, ao realizamos a transição dos aspectos burocráticos e legais da administração estatal, alcançando novamente a leitura de economia política, o Nordeste, mediante o contínuo processo de perda de importância política e econômica, associado à configuração imposta pela divisão internacional do trabalho, ou seja, correspondente agora à condição de região de um país marginal, sob a ótica do capitalismo, necessitou enfrentar, além das imposições da burguesia internacional, desmandos da burguesia dominante no âmbito nacional, diretamente atrelada, em aspectos econômicos, com o cultivo de café no Centro-sul brasileiro e, em relação à política, com as oligarquias que se revezavam no comando do governo central, ou seja, à região Nordeste coube a assimilação da divisão nacional do trabalho.

Em tempo, a presente dissertação não pretende rerepresentar a tese do imperialismo paulista sobre as demais regiões do país, sobretudo o Nordeste, que, a partir de uma série de argumentos assinalava a existência de uma dialética de exploração da economia paulista sobre o Nordeste, que implicava na obtenção de crescimento e ganhos para São Paulo às custas de transferências de renda obtidas a partir de trocas desiguais com o Nordeste, essa discussão já fora enfrentada pela obra de Cano (1975, 2007)⁷⁴. A questão permeada pela ingerência da classe dominante sobre a ação da burguesia nordestina e, por consequência, sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste, implica sobre a gestão da administração pública capturada por essa elite vinculada sim à cultura cafeeira e alocada em porções do Centro-sul, sem implicar, porém que, em decorrência dessa ingerência, o processo de industrialização de São Paulo e das suas regiões próximas tenha sido beneficiado em detrimento da industrialização nordestina.

A industrialização registrada no Centro-sul, concentrada em São Paulo, seguiu os mesmos conceitos daquela registrada no Nordeste, pois, como ambos eram territórios brasileiros, a condição de dependência e a dupla articulação econômico-comercial era a mesma. Ao menos até o século XX, a industrialização de ambos os territórios se deteve aos limites da mecanização da produção e do beneficiamento de produtos agrícolas. A disputa intrarregional travada na economia brasileira, com destaque para posições antagônicas do Nordeste e do bloco centro-sulista deriva, portanto, de posições encontradas no âmbito da luta de classes operacionalizadas através da busca pelo poder hegemônico e das vantagens na articulação comercial, portanto, o acúmulo de poder derivado do domínio do governo central e o alto dinamismo da cultura cafeeira conferiram à burguesia centro-sulista posição favorável em qualquer embate travado no âmbito nacional, especialmente no caso da economia nordestina, dada a perda de dinamismo econômico e o isolamento em relação aos centros consumidores. Embora Guimarães Neto enquadre a Primeira república em um período mais extenso, na sua proposta de periodização da história econômica do Nordeste, há o destaque em sua obra acerca da presença do domínio da economia cafeeira sobre as lavouras nordestinas:

⁷⁴ Embora a obra de Wilson Cano (1975, 2007) tenha enfrentado a tese do imperialismo paulista, a questão é revisitada com frequência, em artigo recente Pimentel de Oliveira (2021), enumerou os argumentos apresentados pelos adeptos da tese do imperialismo paulista, bem como as contraposições apresentadas por Cano.

“Significa dizer que a passagem de um relativo isolamento do Nordeste – no que se refere às demais regiões brasileiras, inclusive a do café – para uma articulação comercial, que posteriormente daria lugar à constituição do mercado interno brasileiro (...) Nesta fase, quando a iniciativa da articulação pertenceu ao produtor e exportador nordestino, o que se buscou foi a complementaridade com a economia regional cuja atividade estava centrada na produção do café e dotada de grande dinamismo, mas altamente especializada no início do processo. Na tentativa de colocação de excedentes, os produtores nordestinos tiveram de definir formas de convivência, nem sempre pacíficas, com os grandes grupos comerciais que passaram a intermediar tais vendas (...) valendo-se das posições hegemônicas que ocupavam na economia nacional, esses grupos se apropriaram não só de parte significativa dos lucros extraídos nos processos de produção desses excedentes, como constituíram – em razão da sua posição estratégica no circuito da comercialização e dos seus interesses predominantemente especulativos – elementos de reforço na reprodução e recriação das relações arcaicas de produção no interior do Nordeste, como tradicionalmente atua o capital comercial em determinadas situações. Vale aqui lembrar a forma pela qual os grandes grupos comerciais utilizaram a heterogeneidade da produção açucareira – composta de grandes usinas e de unidades produtivas de muito menor porte, como os engenhos, que marcaram sua presença na estrutura produtiva da economia açucareira nordestina até a primeira metade do século atual – para manter sua situação de hegemonia nas relações que estabeleciam com os produtores regionais. Para que se tenha idéia da importância que passaram a representar as vendas no mercado interno brasileiro de determinados produtos nordestinos, antes vendidos em sua quase totalidade no mercado internacional, é suficiente assinalar que o açúcar produzido em Pernambuco e vendido no mercado interno passou de uma média de 10,5 mil toneladas anuais no período 1866-70, para 78 mil toneladas/ano de 1902 a 1917 e para 185 mil de 1926 a 1928. Nos anos extremos da série foi multiplicado por 18 vezes. No que se refere ao algodão, mais cedo do que comumente se pensa, o Nordeste passou a constituir o grande fornecedor para o mercado interno, sobretudo para a nascente indústria têxtil. A importância do mercado interno em relação à produção nacional de algodão, em grande parte concentrada nos estados nordestinos, já era perceptível nos anos posteriores ao auge das exportações na segunda metade do século XIX.” (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 43 - 44).

O trecho destacado da obra de Guimarães Neto (1997) remete ao principal elemento da teoria histórico-econômica proposta pelo autor: a articulação comercial. A articulação comercial imprimiu uma relação dialética entre economias e burguesias do Nordeste e Centro-sul, a relação, porém, compreendeu externalidades positivas e negativas ao Nordeste, sobretudo pelo isolamento econômico e político que assolava

o Nordeste de forma contínua durante décadas, logo, o estabelecimento de relações comerciais com uma região de avançada dinâmica econômica e que contava com a administração do governo central, viria a simbolizar a reversão parcial desse quadro. A relação, entretanto, acompanhava um pronunciado desbalanço de poder econômico e político, o fornecimento de produtos por parte do Nordeste, viria a aquecer a economia local e restabelecer níveis de importância política a nível nacional para a burguesia nordestina, sob a custosa pena de preços abaixo do praticado aos mercados internacionais e contando com benefícios fiscais do governo central. Em relação às trocas com o mercado externo as variáveis de desigualdade renovaram-se para a aplicação na articulação comercial nacional, a estrutura oligopolizada do mercado nacional, viria a implicar contundentemente para a diminuição do poder de negociação entre as partes envolvidas nos negócios, o capital agroindustrial do Nordeste viu-se dominado pelo capital mercantil do Centro-sul, representado por grandes corporações, oriundas dos movimentos monopolistas da burguesia vinculada ao governo central.

Gnacarini (2006) assinala que, mesmo diante dos esforços republicanos em conferir autonomia aos estados, o domínio da estrutura do governo central concentrava privilégios ímpares, que proporcionaram a operação dos dispositivos estatais no sentido da provocação de disputas de custos e da escalada monopolista do setor mercantil:

“A esta feição do processo econômico de produção corresponderam no plano político os apelos constantes à mais acirrada luta regionalista, os quais ganharam corpo na competição pelas benesses do Poder Central, na luta de tarifas, na reivindicação de estímulos e subsídios pagos pelos cofres estaduais, com o que cada grupo de produtores procurava fazer face à disputa comercial inter-regional” (GNACARINI, 2006, p. 359).

As manipulações econômicas aplicadas pelos grandes grupos comerciais, representantes da burguesia cafeeira detentora do poder central nacional, ampliam sua influência a partir também da dualidade econômica, uma vez que a negociação não limitava-se aos bens beneficiados, tanto em relação ao algodão quanto à cana-de-açúcar os negociantes passaram a adquirir também a matéria-prima por conta do desenvolvimento da indústria açucareira e tecelã nos domínios do Centro-sul. A partir desses movimentos, o grupo representante do capital hegemônico nacional predominava a economia nordestina do começo ao fim do processo produtivo, desde os custos produtivos, passando pelo nível de produção e demanda

e por fim, na negociação dos preços finais, representando, em um movimento crescente, grande parte do mercado consumidor. Especificamente no caso da cana-de-açúcar, a formação de cartéis e as práticas anticoncorrenciais, no sentido da formação de um setor oligopolizado, deriva tanto das práticas econômicas e políticas domésticas quanto dos acordos internacionais travados a partir do centro.

A dinâmica da articulação comercial estabelecida entre Nordeste e Centro-sul, portanto, proporcionou o impulso dinâmico para a continuidade do desenvolvimento agroindustrial nordestino, evidentemente, a partir de uma dialética capitalista, os fundamentos desse fomento à indústria e às lavouras do nordeste são encontrados no campo da exploração econômica e dos mecanismos de drenagem do excedente econômico. A clássica tese do imperialismo paulista estabelece que a indústria nordestina não veio a se desenvolver da mesma forma que a indústria paulista pelo estabelecimento de mecanismos de exploração de São Paulo sobre o Nordeste e, a partir desse domínio estabelecido pelos paulistas, o acúmulo de externalidade positivas sobre a economia cafeeira proporcionou o desenvolvimento industrial concentrado em seus respectivos domínios, em detrimento da economia nordestina, que, por sua vez, acumulou as externalidade negativas, em suma, a partir dessa visão, o sucesso da industrialização paulista implica no fracasso de movimentos industrializantes no Nordeste.⁷⁵

Tanto a indústria nordestina, quanto a indústria centro-sulista, cresceram e foram estabelecidas a partir de estímulos externos e deram-se orbitando o beneficiamento e a mecanização de processos produtivos da exploração dos gêneros agrícolas predominantes nas regiões. A condição de dependência da economia brasileira em relação ao sistema capitalista mundial, associada aos ideias liberais que geraram a política econômica durante o período da Primeira República e à autonomia estatal conferida pelo federalismo, atenuaram qualquer projeto de desenvolvimento calcado na alteração da matriz econômica, pelo contrário, a partir da lógica imperialista, a combinação desses elementos fortaleceu a vocação primário

⁷⁵ De acordo com Pimentel de Oliveira (2021) o conjunto de argumentos apresentado por essa tese contempla os seguintes argumentos: 1) São Paulo se beneficiava de um superávit de recebimentos líquidos oriundos da periferia nacional; 2) O saldo positivo da balança de comércio internacional do Nordeste financia o déficit comercial externo da economia de São Paulo; 3) Por meio de diferenciais de taxas de câmbio, de tarifas e de preços, há uma transferência de renda da periferia para São Paulo; e 4) O crescimento de São Paulo, ao menos em parte, deu-se à custa do excedente periférico. Todos os pontos são debatidos com argumentos críveis e dados quantitativos pela obra de Cano (1975, 2007), o único desses argumentos que é revisitado pela presente dissertação, é o quarto ponto, porém lido a partir do fenômeno da articulação comercial em combinação com a leitura de economia política.

exportadora da economia brasileira, mantendo sua produção e dinâmica voltada para a extração de excedente e fornecimento dos produtos que remontam ao período colonial. Logo, a industrialização registrada em qualquer das regiões do país, apresentaram sim distinções, mas a lógica de dependência frente ao capital externo, da necessidade de importação de máquinas e mão-de-obra, e da superexploração do trabalho, definem-se como os elementos que desencadearam a industrialização, ainda que restrita à dinâmica dos complexos formados pela exploração de gêneros agrícolas específicos.

A dialética estabelecida entre Nordeste e Centro-sul, deriva também da condição de região econômica que ambas desempenham a partir da formação da economia nacional, em que o processo de reprodução do capital não é homogêneo, pelo contrário, caracteriza-se como desigual e combinado. Tanto o centro-sul, quanto o Nordeste, como regiões econômicas, surgem atreladas ao capital mercantil internacional e, já sob a ordem imperialista, foram subjugados à continuidade das funções anteriores por intermédio da divisão internacional do trabalho, processo realizado, porém, com distinções e sem permitir a articulação econômica interna, como se as regiões sequer pertencessem ao mesmo país (OLIVEIRA, 2008). A centralidade do estabelecimento da articulação comercial entre regiões econômicas brasileiras baseia-se também no papel das respectivas classes dominantes regionais, uma vez que “sob as determinações da própria reprodução do capital, essas classes dominantes locais que emergiram em contradição com o capital internacional têm interesses coincidentes, agora com a forma de reprodução do capital internacional” (OLIVEIRA, 2008, p. 147). A articulação comercial entre Nordeste e Centro-Sul, dada a partir da lógica imperialista do sistema capitalista mundial simboliza o domínio de mais um elemento sob o “consórcio” burguês, sobretudo devido ao nível subalterno de incorporação da burguesia e da economia nordestina, remetendo inclusive aos compromissos coronelistas, como fora anteriormente apontado.

Desde o ecúmeno e do desenvolvimento das primeiras atividades econômicas no Nordeste brasileira, as virtudes acumuladas na região definiram-se, predominantemente, a partir da flutuação de demanda do mercado externo, uma vez que os estímulos oriundos do mercado interno e do consumo de outras regiões brasileiras, com exceção de curtos períodos, não configurava um setor de relevância constante e de potencial transformador, sobretudo para as culturas do algodão e da cana-de-açúcar. Através da articulação junto ao polo dinâmico e significativamente

relevante no cenário internacional, a economia nordestina encontrou, por meio de um processo de incorporação subalterna, a possibilidade de continuidade do crescimento econômico e da expansão dos movimentos industrializantes registrados nas principais atividades desenvolvidas em seus domínios, ou seja, a teoria de Guimarães Neto (1989, 1997) aponta no sentido contrário ao do imperialismo paulista, ponto no qual a presente dissertação apresenta concordância com o autor, pois, para ele, quanto maior o sucesso econômico do complexo cafeicultor, uma vez estabelecida a articulação comercial junto ao Nordeste, maior a possibilidade de expansão de ganhos econômicos por parte das lavouras nordestinas.

A partir do raciocínio desenvolvido na Tabela 5, a Tabela 8, abaixo, demonstra um quadro comparativo entre Nordeste, Centro-Sul⁷⁶ e Brasil, visando a compreensão da nascente questão regional:

Tabela 8 - Quantidade de estabelecimentos, capital empregado, quantidade de operários e valor de produção da Indústria no Nordeste, Centro-sul e Brasil (1907 e 1920)

Regiões	Quantidade de estabelecimentos		Capital Empregado		Quantidade de Operários		Valor da produção	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907	1920
Nordeste	303	2.408	96.441:730\$	248.207:901\$	27.477	57.446	73.953:813\$	388.173:827\$
Centro-Sul	2.054	8.097	408.938:425\$	1.256.097:019\$	87.742	184.362	449.146:127\$	2.144.757:855\$
Brasil	2.988	13.336	580.691:074\$	1.815.156:011\$	136.420	275.512	668.843:372\$	2.989.176:281\$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927a).

⁷⁶ Para a definição da região Centro-sul, reunimos os números dos estados abrangidos pelo complexo cafeicultor: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal (na época localizado na região da Guanabara), Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso (em termos atuais, a delimitação seria restrita ao Mato Grosso do Sul, mas na época o MS ainda pertencia ao extenso estado do Mato Grosso) e Goiás (como ocorre no caso do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, na época, Goiás contava com o território atual combinado com o atual território correspondente ao estado de Tocantins).

Os dados da Tabela 8 nos permitem constatar, primeiramente, a superioridade da indústria do Centro-sul, alicerçada sobre a prosperidade da cultura cafeeira e que, Nordeste e Centro-sul, aliados, predominavam os indicadores da economia industrial, sobretudo em 1920: Apenas o Centro-sul, correspondia a 68% dos estabelecimentos industriais, 70% do capital empregado, 67% dos operários e 72% do valor da produção industrial. Ainda em relação aos dados de 1920, dos 32% de estabelecimentos industriais restantes no Brasil, 18% eram localizados no Nordeste, bem como 14% do capital empregado na indústria Nordestina predominava sobre os 30% além dos domínios paulistas; no caso da quantidade de operários, os números além do Centro-sul resultavam em 33%, dos quais 21% eram encontrados no Nordeste, e, por fim, o valor de produção industrial fora do Centro-sul, correspondia a 28% do total nacional, desse valor, 13% encontrava-se no Nordeste. Ou seja, mesmo com a especialização pecuária e privilégios logísticos do Extremo Sul, e o surto seringueiro do Norte, a indústria nordestina conseguiu consolidar, durante a Primeira República, o papel de segundo maior polo industrial do país.⁷⁷

Em relação ao cenário nacional, porém, a indústria nordestina apresentou crescimento absoluto e relativo em relação à quantidade de estabelecimentos, quantidade de operários e valor da produção, a queda relativa deu-se apenas sobre o capital empregado. Por outro lado, a representatividade centro-sulista em relação à quantidade de estabelecimentos caiu, porém apresentou avanços nos demais indicadores. Logo, o Nordeste e o Centro-sul cresceram em relação aos seus próprios números, porém também passaram a ocupar lugar ainda mais relevante na economia industrial brasileira, sem que houvesse alteração na hegemonia cafeeira do Centro-sul, que preservou e ampliou a importância econômica, enquanto manteve o sistema político e as alianças internas e externas que proporcionaram esse amplo domínio.

A conversão da matriz essencialmente agrária em um complexo agroindustrial, transformou a economia nordestina e adicionou novos elementos à complexidade da luta de classes local, a industrialização implicou na assimilação de técnicas de produção, bem como facilitou o estabelecimento de novas alianças comerciais, em

⁷⁷ Há uma relativa concentração industrial especificamente no estado do Rio Grande do Sul, porém, o atraso industrial de Santa Catarina impede que o “extremo sul” rivalize com os valores apresentados pelo complexo Nordestino. Ao mesmo tempo, já em 1920, o complexo da borracha desenvolvido no Amazonas e no território do Acre já demonstrava profundos sinais de esgotamento, com quedas absolutas na quantidade de estabelecimentos industriais.

termos gerais, o processo de isolamento que assolava a região foi revertido a partir da combinação das faces capitalistas que sobrepujaram-se à sociedade nordestina. Ainda assim, essa incorporação do capitalismo, associada à industrialização, foi realizada a partir da condição de dependência da região Nordeste, tanto em relação à burguesia dominante em âmbito nacional, representante da cultura cafeeira do Centro-sul, quanto em relação à burguesia internacional, representante dos interesses do centro do capitalismo mundial. Sob a ótica das contradições internas, a economia nordestina contou com a consolidação do regime autocrático burguês, sobretudo por conta do coronelismo prevalente no interior nordestino, para a plena execução da superexploração do trabalho, enfrentamento de levantes populares e para a gestão dos compromissos com a classe trabalhadora, lideranças locais e extratos burgueses que contavam com parte do excedente gerado pela economia local. Além do regime autocrático burguês, os dispositivos advindos com a República, como o federalismo, convertido na política de governadores, conferiu a necessária autonomia para a gestão regional, bem como, em relação à importância nesse processo, a assimilação dos valores liberais, principalmente na gestão econômica, com o almejado endosso à produção agrária e combate aos anseios industrializantes, como um projeto de desenvolvimento.

O censo de 1920 reuniu diversos avanços em relação à obtenção de estatísticas a respeito da população brasileira, todavia não houve o levantamento do produto interno bruto por unidade federativa, portanto, reunimos na Tabela 9 os valores de produção da indústria e da agricultura, alcançados pelos estados Nordestinos. A título de comparação, adicionamos o valor de produção do Centro-sul e do Brasil.

Tabela 9 - Valor de Produção da Indústria e da Agricultura: Estados nordestinos, Centro-sul e Brasil (1920).

Estados	Valor da Produção agrária	Valor da Produção Industrial	Produção Industrial + Produção Agrária
Alagoas	91.090:566\$	40.519:661\$	131.610:227\$
Bahia	320.165:253\$	71.922:935\$	392.088:188\$
Ceará	99.055:164\$	25.908:171\$	124.963:335\$
Maranhão	60.982:254\$	22.884:132\$	83.866:386\$
Paraíba	108.958:317\$	33.137:059\$	142.095:376\$
Pernambuco	266.893:127\$	136.479:308\$	403.372:435\$
Piauí	52.806:320\$	7.956:492\$	60.762:812\$
Rio Grande do Norte	49.853:796\$	20.538:759\$	70.392:555\$
Sergipe	63.322:165\$	28.827:310\$	92.149:475\$
Nordeste	1.113.126:962\$	388.173:827\$	1.501.300:789\$
Centro-sul	3.004.813:198\$	2.144.757:757\$	5.149.570:955\$
Brasil	4.899.018:404\$	2.989.176:281\$	7.888.194:685\$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927, 1927a).

Sob a ótica da comparação com a conjuntura regional, frente ao desempenho industrial e agrário do Centro-sul, e diante da conjuntura nacional, é possível reafirmar a importância econômica do Nordeste, posto que, novamente, dos 28% do valor produzido pela indústria brasileira fora do Centro-sul, praticamente metade está localizada no Nordeste, e, frente à agricultura, a produção nordestina é responsável por 23% dos 39% realizados além dos limites centro-sulistas. A combinação desses setores implica em uma participação de 19% no valor de produção industrial e agrário brasileiro, nível de participação relevante frente à predominância centro-sulista, na casa dos 65%, ou seja, novamente o Nordeste superou a região Norte e o Extremo-sul, ao apresentar mais de metade da participação nos indicadores mencionados.

Como ocorreu no restante do Brasil, nenhum dos estados nordestinos apresentou equilíbrio entre a produção industrial e a produção agrária, há um vasto domínio das atividades agrárias sobre a atividade industrial, ou seja, a mencionada conversão da matriz econômica nordestina implica na adição da atividade industrial na dinâmica econômica local, um fenômeno inédito que indicou uma tendência, devido à assimilação dos avanços capitalistas sobre a região. No ano de 1920, as atividades agrárias, absolutamente predominantes em todo o período anterior, a despeito da participação do gasto governamental e dos valores produzidos por serviços, passaram a dividir espaço com a atividade industrial e a razão entre elas, nesse primeiro exercício censitário, indicavam uma superioridade agrária, porém, o produtor de ambas as atividades se formou a partir de 74% de participação agrária e 26% de participação industrial, um volume significativo.

No cenário nordestino, apenas três estados apresentaram participação industrial acima dos 30%, em relação à soma dos valores produzidos pela indústria e pelas atividades agrárias locais: Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Territórios profundamente vinculados com o cultivo canavieiro. A economia pernambucana, por sua vez, apresentou a mais alta relação entre valor produzido pela indústria e setores agrários, mais alto valor de produção industrial e segunda maior produção agrária, perdendo apenas para a Bahia. Entre os nove estados nordestinos, Bahia e Pernambuco representaram, em 1920, pouco mais da metade dos valores produzidos pela indústria e pelas atividades agrárias.

A importância acumulada pela atividade agrária, portanto, demanda uma análise mais profunda acerca das cifras apresentadas, conforme buscamos decifrar nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 - Valor Produzido pela Agricultura nos Estados Nordestinos: Atividade agrícola propriamente dita, florestal e animal (1920)⁷⁸

Estados	Produção agrícola propriamente dita	Produção florestal	Produção animal	Total
Alagoas	84.249:568\$	595:718\$	6.245:217\$	91.090:566\$
Bahia	280.635:459\$	2.212:647\$	37.317:147\$	320.165:253\$
Ceará	86.676:435\$	1.288:475\$	11.090:254\$	99.055:164\$
Maranhão	50.288:976\$	1.021:491\$	9.671:787\$	60.982:254\$
Paraíba	99.534:321\$	296:496\$	9.127:500\$	108.958:317\$
Pernambuco	251.187:005\$	1.002:520\$	14.703:602\$	266.893:127\$
Piauí	35.971:563\$	1.321:921\$	15.512:836\$	52.806:320\$
Rio Grande do Norte	44.443:331\$	350:940\$	5.059:525\$	49.853:796\$
Sergipe	58.050:386\$	116:940\$	5.154:839\$	63.322:165\$
Nordeste	991.037:044\$	17.207:148\$	113.882:707\$	1.113.126:962\$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927a).

⁷⁸ As nomenclaturas utilizadas foram preservadas conforme o exercício censitário de 1920, no qual a atividade “agrícola propriamente dita” é representada por cereais e outras plantas alimentares e industriais, culturas arborescentes e arbustivas”, a atividade “florestal” engloba madeiras, cascas, cera, resinas, castanhas, cocos e borracha; já a produção “animal” contempla os animais nascidos durante o ano, produção de laticínios, de lã, de mel e cera de abelhas.

Tabela 11 - Valor da produção do algodão e da cana-de-açúcar (e seus respectivos produtos) por estado do Nordeste (1920)

Estados	Valor da produção do algodão	Valor da produção dos produtos derivados da cana-de-açúcar				Cana + Algodão
		Açúcar	Álcool	Aguardente	Total	
Alagoas	31.268:600\$	47.543:936\$	316:386\$	1.490:610\$	49.543:936\$	80.812:536\$
Bahia	31.819:800\$	33.215:380\$	409:248\$	3.861:960\$	37.486:588\$	69.306:388\$
Ceará	58.852:000\$	8.748:000\$	5:166\$	1.003:710\$	9.756:876\$	68.608:876\$
Maranhão	2.232:000\$	2.522:920\$	15:435\$	520:270\$	3.108:625\$	5.340:625\$
Paraíba	71.593:000\$	14.111:760\$	334:467\$	623:970\$	15.070:197\$	86.663:197\$
Pernambuco	13.955:200\$	103.160:760\$	7.727:958\$	3.368:280\$	114.256:998\$	128.212:198\$
Piauí	10.630:200\$	5.026:140\$	1:512\$	566:370\$	5.594:022\$	16.224:222\$
Rio Grande do Norte	36.687:600\$	4.536:000\$	1:764\$	348:330\$	4.866:094\$	41.553:694\$
Sergipe	29.186:800\$	23.599:720\$	32:760\$	3.682:740\$	27.315:220\$	56.502:020\$
Total	286.585:200\$	242.464:616\$	8.844:696\$	15.466:240\$	266.998:556\$	553.223:756\$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927a).

O primeiro período republicano da história econômica do Nordeste foi finalizado no ano de 1930, os dados, portanto, do ano de 1920 contemplam a realidade consolidada dos fenômenos assimilados durante o período, ao mesmo tempo que já identifica uma realidade pós Primeira Guerra Mundial, bem como após a grande seca de 1915, dados das Tabelas 10 e 11, portanto, auxiliam na compreensão de transformações e mudanças identificadas, sobretudo em relação à distribuição geográfica das atividades econômicas, bem como sobre o surgimento e crescimento de atividades além da tríade formada pela exploração pecuária, canavieira e algodoeira.

A Primeira Guerra Mundial devastou mercados consumidores e produtores na Europa, a demanda pelos produtos nordestinos, entretanto, cresceu e, sobretudo no caso do algodão, houve um estímulo externo que não era registrado desde o século

XIX, perante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Mesmo com as regiões sertanejas alijadas pelas secas, estados do litoral setentrional, como Alagoas, Paraíba, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte absorveram a demanda, destinando seus territórios alocados no agreste para as plantações do “ouro branco” (PERICÁS, 2014). No ano agrícola de 1920, o algodão, conforme demonstra a Tabela 11, superou a cana-de-açúcar em valor de produção e os estados do litoral setentrional foram determinantes para que essas cifras fossem alcançadas, dada a participação comprometida por parte do Maranhão e do Piauí, apenas o Ceará, do antigo complexo pecuário-algodoeiro, contribuiu com volumes relevantes para a cotonicultura nordestina.

Os impactos da seca de 1915 serão mais bem explorados no capítulo seguinte, porém o fenômeno climático abrangeu toda a região Nordeste, porém foi ainda mais severo no sertão, os índices pluviométricos não foram além de 10% do registrado em anos anteriores, gerando impactos sociais, como desnutrição e fluxos migratórios, e econômicos, como perda de plantações e animais. O ápice desse crítico cenário pluviométrico e fluviométrico foi registrado em 1915, mas os anos seguintes foram caracterizados pela manutenção desse cenário, apenas em 1919 sinais de recuperação foram identificados, coincidentemente ano anterior à publicação do censo, logo, os indicadores coletados, que demonstram participações econômicas defasadas por parte dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí, mesmo em relação às culturas características da região, como o algodão e a pecuária (CASTRO, 1984; VILLA, 2000).

Logo, os dados levantados em 1920, apontaram um conjunto de tendências a serem observadas na última década desse período da história econômica nordestina: 1) A produção agrária nordestina passou a apresentar crescimento de culturas alheias à cana-de-açúcar e ao algodão; sobretudo na Bahia e nas culturas cerealistas e de grãos orientados para a alimentação da população brasileira; 2) O algodão avançava ainda mais no agreste devido à situação crítica encontrada no sertão; 3) Ensaio de adesão à cultura cafeeira na região nordestina; e 4) Assimilação, por parte de estados do Centro-sul, da cana-de-açúcar e do algodão, visando ganhos logísticos e pleno atendimento da crescente demanda.

Além dos impactos essencialmente econômicos, a desarticulação do complexo pecuário e algodoeiro no sertão, sob a perspectiva do tradicional modelo colonial, gerou distorções sobre o poder coronelista e a capacidade de honra dos múltiplos

compromissos, acima e abaixo, assumidos por essa burguesia interiorana. A partir do próximo, e último, capítulo da dissertação, nos debruçaremos sobre as mudanças estruturais que implicaram no encerramento do período da história econômica nordestina em estudo, de forma muito mais breve do que os períodos anteriores acompanhando alterações e ingerências endógenas e exógenas.

CAPÍTULO 4: ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO REPUBLICANO DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE BRASILEIRO

4.1 ACIRRAMENTO DE CONFLITOS: LEVANTES POPULARES E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A superexploração do trabalho surgiu como característica central do desenvolvimento capitalista das regiões marginais, e o Nordeste, como buscou-se demonstrar, não foi exceção a esse processo, diante da condição de dependência, da intervenção externa de burguesias dominantes, em associação aos elementos endógenos, como o regime autocrático-burguês e a condução econômica liberal, as adversidades a serem enfrentadas pela classe trabalhadora nordestina apresentavam-se a partir da luta pela sobrevivência frente às severas condições climáticas, sobretudo no interior; e em relação às distorções socioeconômicas frente ao modelo concentrador de renda que impunha aos trabalhadores, do campo e das áreas urbanas, baixo acesso à renda, aliado à estrutura agrária latifundiária que expunha grande parte da população à fome, pela impossibilidade de cultivar ou adquirir o necessário para a subsistência. A conjuntura formada por esses fenômenos culminou em um acirramento da luta de classes expresso em conflitos e levantes populares de aspectos heterogêneos vinculados aos valores tradicionais da sociedade nordestina.

A Primeira República, desde sua fundação, especificamente na região Nordeste, conviveu com levantes populares de dimensões relevantes e atreladas às adversidades sociais enfrentadas pela classe trabalhadora, principalmente trabalhadores do campo, ainda assim, cada movimento insurgente ocorrido durante esse período contou com especificidades próprias, além de, embora sejam lidos sob essa ótica em determinadas interpretações⁷⁹, não representaram contornos de

⁷⁹ Especificamente acerca do cangaceirismo, Pericás (2014) aponta equívocos sobre a atuação dos cangaceiros, por parte de movimentos brasileiros de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro e a Aliança Nacional Libertadora: “Os comunistas ingenuamente achavam que se poderia dar um caráter revolucionário ao cangaço, influenciando-o de tal forma que vários grupos de bandoleiros iriam até mesmo querer adotar o programa da ANL (Aliança Nacional Libertadora) naquela época. Isso ocorreria quando percebessem ‘a perspectiva de voltar depois da vitória para o seio de suas famílias, obtendo, como todos os soldados do grande Exército Popular Libertador, o direito à posse de sua gleba de terra” (PERICÁS, 2014, p. 265).

organização proletária, tão pouco instrumentos e motivações tipicamente anticapitalistas, ou propriamente socialistas, o aparato e as performances apresentadas por esses movimentos ressoam influências do fanatismo nordestino. Por parte das reações e do combate, não somente apresenta-se a ação estatal, como os poderes paramilitares da classe dominante, incorporando elementos como a jagunçagem e o cangaceirismo.

Em 1920, a população nordestina era de 8.245.921 habitantes, a significância da população economicamente ativa, infelizmente, não foi disponibilizada pelo exercício censitário daquele ano, porém, desse montante, foi quantificado que 57.646 era trabalhadores dos estabelecimentos industriais, compreendidos, sobretudo, nas capitais nordestinas que somavam 906.522 habitantes (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1927, 1927a, 1927b). Logo, apesar de conquistar relevância econômica, sobretudo em relação ao valor produzido, a indústria nordestina não reuniu na mesma proporção a série de encadeamentos positivos para a classe trabalhadora local, os impactos sobre a renda do infante proletariado nordestino, mesmo nas capitais, deu-se de forma muito contida. O próprio fenômeno de proletarização da classe trabalhadora nordestina, essencialmente vinculado ao trabalho no campo, portanto, ao menos nas suas primeiras décadas, não cumpriu a promessa desenvolvimentista de fortalecimento estrutural do mercado interno.

O ciclo de revoltas e levantes populares, motivados pelas severidades enfrentadas pelos trabalhadores nordestinos, basicamente, contempla a totalidade do período econômico da Primeira República, uma vez que, nos primeiros anos desse recorte temporal, o mais expressivo desses fenômenos é registrado, ainda na década de 1890, e corresponde à Guerra de Canudos. Somente na segunda metade do primeiro período republicano da história econômica nordestina, precisamente após 1914, foram registrados com maior frequência e diversidade fenômenos como a Sedição de Juazeiro, o Levante Sertanejo, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e a Revolta de Princesa, que, primeiramente, apresentam distinções, motivações e características próprias, ao mesmo tempo que exibem performances e aparatos de revolta que remontam ao cangaceirismo, ao misticismo aliado à religiosidade popular nordestina, bem como a elementos presentes e fundados pelos combatentes de Canudos (CARONE, 1979; GOMES, 2009; RAMOS, 2002; SARMENTO, 2011). Logo, o acirramento de múltiplos conflitos foi protagonizado pela classe trabalhadora, mas

também envolveu a burguesia local e a administração pública regional e federal, contribuindo de maneira crítica, juntamente das transformações econômicas estruturais que se ampliaram a partir de 1920, para o encerramento do período em estudo.

A importância do arraial de Canudos para as revoltas que compõem a conjuntura que encerra o terceiro período da história econômica nordestina reside tanto sobre as performances e aparatos dispostos pelas rebeliões, quanto sobre o aparato repressivo estatal e performances de combate adotadas pela classe dominante e seus respectivos dispositivos paramilitares. A constituição, manutenção e crescimento do arraial, bem como a Guerra de Canudos, formam um conjunto de temas que reúnem grande complexidade e estão em constante expansão da fronteira de conhecimento, particularmente o que interessa à presente discussão é a inauguração de elementos que foram assimilados e adaptados pelo conjunto de movimentos e pela sociedade civil.

A irregularidade pluvio e fluviométrica foi determinante para a eclosão do número de nordestinos restritos das mais básicas condições de vida, sobretudo acesso à água e alimentação: anteriormente à fundação do arraial de Canudos, em 1893, as peregrinações de Antônio Conselheiro e seus seguidores, iniciadas nos anos finais da década de 1870, ocorrem sob efeito da Grande Seca de 1877, bem como os conflitos acirrados a partir de meados de 1915 foram influenciados pela seca ocorrida em 1915. No caso de Canudos, o grupo de andarilhos peregrinou pelos sertões nordestinos até estabelecer residência, em 1893, próximo da cidade de Canudos, que nomeou o próprio arraial até a renomeação para Belo Monte, tempo suficiente para reunir não somente sertanejos afetados pela seca, como aqueles contingentes historicamente privados da posse da terra e escravos recém libertos, porém sem residência e com dificuldades de encontrar trabalho remunerado. Apesar de heterogêneo, o grupo consolidou-se em torno da comum situação de vulnerabilidade a qual foram expostos e do ideário propagado pelo líder, Antônio Conselheiro, produto direto da religiosidade popular nordestina, basicamente atrelado ao catolicismo como meio de libertação, porém centrado na solidariedade e em princípios de autogestão, visando um regime autossustentável (NOGUEIRA, 1978). A comunidade fundada em área relativamente bem irrigada, às margens do rio Vaza-Barris, ainda território baiano, próximo das divisas com os estados de Alagoas e Sergipe, somava, de acordo com Nogueira (1978), 35 mil habitantes, à época representava população superior a

de capitais nordestinas como Aracaju, Maceió, Natal, João Pessoa (então Parahyba), São Luís e Teresina, inferior somente às populações de Fortaleza, Salvador e Recife⁸⁰.

O crescimento da comunidade passou a provocar reações negativas por parte do poder estatal regional e federal, a partir de reações de expressivas parcelas da burguesia local, o crescente incômodo foi originado por dois conjuntos distintos de ações promovidos pelos canudenses: primeiramente, a partir de saques e depredações realizados por integrantes do arraial, que vitimaram comerciantes, fazendeiros e obras estatais; por outro lado, a partir do balanço de forças estabelecido pelo poder autocrático, ainda desenvolvendo os dispositivos de plena execução do poder coronelista e da política de governadores, a crescente adesão a um projeto alternativo, com valores de igualdade, oposto aos desmandos autocráticos que submetiam a classe trabalhadora a condições abaixo do nível de subsistência. Mesmo diante dos ideais católicos seguidos por Antônio Conselheiro e os aldeões de Canudos, setores da igreja católica, aliados históricos da aristocracia rural e da nascente burguesia, aderiram à mobilização de combate ao arraial (BENÍCIO, 1997). Na obra de Benício (1997), demonstra-se como a figura de Antônio Conselheiro deixou de ser retratado pelos jornais como um excêntrico religioso e passou a ser retratado como uma ameaça, um perigoso defensor da monarquia, na posição de liderança de um exército particular composto por bandidos e saqueadores.

A coalizão de forças contrárias a continuidade da existência e expansão de Canudos reuniu alguns dos mais importantes setores da sociedade nordestina, aliados ao poder do governo central, ainda assim, foram necessárias quatro expedições do exército brasileiro para dizimar os aldeões. As três primeiras foram derrotadas por complexas estratégias de combate assimiladas pelos canudenses e consideradas um vexame para o exército, contribuindo para um massivo empenho de unidades de soldados e armamento pesado que dizimou a população do arraial e destruiu praticamente a totalidade de suas construções⁸¹. Os valores liberais, em meio à alardeada necessidade de contenção de gastos, foram suprimidos pela política de

⁸⁰ Algumas estatísticas disponibilizadas pelo Censo de 1920 apresentam dados acerca da evolução, ou seja, da perspectiva comparativa, como é o caso da população das capitais brasileira (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1927c).

⁸¹ Em 1969, já sob o regime militar, a região onde encontram-se as ruínas de Canudos foi alagada para a construção do Açude de Cocorobo, comprometendo ainda mais a memória desse relevante movimento da história nordestina e sertaneja (Araújo Sá, 2008).

coerção absoluta a rebeliões e projetos alternativos de poder em meio ao estabelecimento da República, conforme aponta Florestan Fernandes (2006), essa característica viria a consolidar entre na classe dominante:

“a Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de ‘duas Nações’, a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma ‘nação de mais iguais’), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a ‘nação real’). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos, se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico.” (FERNANDES, 2006, p. 206).

A assimilação de elementos capitalistas na economia e sociedade locais determinou a transição da secular aristocracia para uma infante burguesia de viés conservador, sobretudo acerca da manutenção do poder econômico e político, ainda que os custos envolvessem a renúncia da restrição fiscal, condição mandatória advinda dos compromissos imperialistas. A massiva destinação de recursos para a quarta expedição, implicava em “levantar o prestígio dos poderes públicos tão ousadamente afrontados pelos jagunços, sendo resolvida a partida de nova expedição e mais forte para os sertões da Bahia” (BENÍCIO, 1997, p. 296). A partir da quarta expedição a figura do presidente em exercício, Prudente de Moraes, e ministros de Estado foram diretamente envolvidos no planejamento do combate a canudos, resultando, de acordo com Benício (1997), na aquisição de novo e pesado armamento e no envolvimento de dezesseis batalhões de infantaria completos, divididos em seis brigadas e duas divisões. O levantamento de Benício (1997)⁸² dá conta de que foram reservados dois meses para minucioso estudo acerca da estratégia de ataque que

⁸² A obra *Rei dos Jagunços* de Benício (1997) desponta como um dos mais importantes relatos acerca da Guerra de Canudos, o autor, entretanto, credita os registros a um autor anônimo que presenciou as batalhas, mas, provavelmente, foi capturado antes que pudesse assinar o diário: “*O que ides ler, leitores, não é meu. Foi achado ao pé de um monte de cadáveres dentro de Canudos, público tal como é o original, subdividido em trechos sob os quais, ou cada um, vem a data, com um nome interrompido no primeiro trecho. O desventurado escritor destas notas avulsas, que dizem respeito ao acampamento de Favellas, morreu após ter anotado a primeira na colocação que faço e que foi a última. Devo uma explicação porque assim pratico. O caderno em que ele escrevia já tinha as linhas todas cobertas e foi na entre capa em branco, sem pauta, que antecede a página, que escolheu para anotar a sua derradeira reflexão de repórter junto a última expedição. Infeliz! A morte apanhou-o no momento em que assinava o nome que não concluiu.*” (BENÍCIO, 1997, p. 324).

convencionou uma estratégia final, baseada na ação simultânea das duas divisões e na formação de um cerco em volta de Canudos.

A quarta expedição enfim atendeu aos anseios burgueses de supressão do projeto alternativo em desenvolvimento no sertão baiano, as surpreendentes dificuldades encontradas para alcançar esse objetivo, porém, resultou no massacre e na ampla destruição do legado canudense. A disposição de fortalecer o aparato repressivo do Estado, mesmo diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, consolidou a primazia do regime republicano pelo estabelecimento da ordem e consequente fortalecimento das instituições, atenuando, assim, ensaios revoltosos. Da mesma maneira, a burguesia local, outrora aristocracia, também a fim de estabelecer seu poder de classe dominante no Nordeste, constituiu um aparato paramilitar de coerção e de defesa e preservação de seus interesses e propriedades.

O hiato entre a constituição e destruição de Canudos deu-se durante a consolidação do regime republicano e do poder oligárquico, nos limites nordestinos, pautados pelo crescimento econômico e pela industrialização. Especificamente acerca da atuação burguesa, a conjuntura configurou-se favorável para a ampliação do poder despótico por parte de coronéis e outros representantes da burguesia, por meio da manipulação de recursos estatais associado à abundância de recursos privados, remetendo à tradição fundada pela Guarda Nacional associada à ausência de intervenção estatal em múltiplos campos da sociedade nordestina. A hegemonia do poder autocrático-burguês conquistou, durante cerca de 20 anos, a amortização dos levantes populares e da organização proletária.

A conjuntura positiva sofreu abalos a partir de meados de 1914 por conta da combinação de elementos decisivamente críticos, como a seca de 1915, e o esgotamento de estruturas centrais que consolidaram o terceiro período da história econômica do Nordeste. Diferentemente do cenário de transição dos dois primeiros períodos, marcados também por alterações na lógica de acumulação, mas sobretudo a partir da criticidade oferecida pela conjuntura econômica, o encerramento do período em estudo se deu por conta: i) de mudanças definitivas na condução das políticas econômicas; ii) da alteração conjuntural do capitalismo mundial aliado à alteração da lógica de acumulação; iii) comprometimento de aspectos do regime político dominante; e, pelo lado da criticidade, iv) revoltas e mobilizações populares. A análise em voga, enfatiza elementos do último dos tópicos mencionados, todavia há

ressonância múltipla entre os quatro determinantes do fim do primeiro período republicano da história econômica nordestina.

A Sedição de Juazeiro precede a seca de 1915, mas compreende grande parte das características mencionadas, e é iniciada a partir de movimentos da classe dominante do sertão cearense, em reação à ingerência do governo federal na nomeação do governador do estado. A eleição de Hermes da Fonseca, em 1910, deu-se a partir de um processo de tensionamento da política de governadores, consequentemente dos valores federalistas, e do pacto oligárquico entre São Paulo e Minas Gerais, a conflituosa relação estabelecida entre representantes locais das principais oligarquias brasileiras, enfrentando, não foram pacificadas com o término do processo eleitoral, pelo contrário, desde os primeiros atos, o governo eleito agiu para minar poderes de oligarquias regionais que apoiaram o candidato opositor, no caso, Rui Barbosa. No caso do Ceará, a oligarquia dominante era a família Acióli, que elegeu consecutivamente, entre familiares e agregados, representantes dos seus interesses, despontando como uma das mais hegemônicas oligarquias estatais do país. A deposição sistemática de opositores a Hermes da Fonseca ficou conhecida como política das salvaçãoes e sua ação sobre o Ceará implicou na deposição, via intervenção federal, do patriarca da família Accioly, Antonio Accioly, governador em segunda mandato, porém diante de uma situação desfavorável, com crescente oposição política e insatisfação da população, expressa em distintos movimentos protagonizados pela classe trabalhadora, como a Passeata das crianças.⁸³ Consumada a deposição os distintos setores da sociedade que se mantiveram fiéis aos Accioly organizaram-se em torno da derrubada do governo interventor e a retomada do poder às mãos da oligarquia, esses objetivos principais foram capazes de mobilizar coronéis e religiosos, bem como as suas bases de apoio formadas essencialmente por jagunços⁸⁴ e fanáticos, mas também por trabalhadores rurais

⁸³ Ensaio revoltosos como a Passeata das Crianças dão conta da conjuntura conturbada que se formava no Nordeste, inclusive em capitais de característica amplamente urbana, como era o caso de Fortaleza. Movimentos como esse contribuíram para o enfraquecimento do pacto oligárquico e para o crescente questionamento do regime em voga, mas apresentavam características de aparato e performance muito próprios para serem incluídas no ciclo de revoltas com raízes em Canudos.

⁸⁴ A discussão acerca do conceito de jagunço é retomada, uma vez que o termo foi utilizado de maneira errônea durante a Guerra de Canudos, quando convencionou-se classificar os aldeões como jagunços, entretanto reside sobre o termo um vasto conjunto de interpretações, a mais comum direciona-se ao “empregado a soldo dos latifundiários e fazendeiros, arregimentado entre aqueles que não tinham terra nem trabalho ou entre os homens livres da plebe rural, como os agregados ou moradores, colocavam-se a serviço dos coronéis e estabeleciam com eles uma relação de dependência, oferecendo seu braço armado em troca de proteção” (VASCONCELOS, p. 327, 1997), mas de acordo com Turchi (2006), o

submetidos à influência econômica e política dessas figuras, sobretudo a partir de elementos da religiosidade (GIUMBELLI, 1997).

A mobilização de heterogêneos grupos de influência e de extratos da classe trabalhadora cearense em volta da defesa de uma oligarquia exprimem a hegemonia alcançada pelo poder autocrático-burguês no período, bem como a complexidade que formava o tecido social e a luta de classes no nordeste brasileiro, uma vez que essa mesma representatividade oligárquica enfrentava crescentes tensões contrárias, anteriores à deposição, enquanto, posteriormente à deposição, contou com mobilização imediata de poderes variados, incluindo forças paramilitares que cumpriam função de coerção e defesa da propriedade privada, mas deslocaram-se para funções de conflito em momentos de aumento de tensões.

Junto do governo interventor, foi realizada eleição para vice-governador, vencida por uma célebre personalidade da época, Padre Cícero Romão Batista: figura religiosa e fazendeiro local, pároco da cidade de Juazeiro, aliado histórico da oligarquia e dos coronéis, mas igualmente aceito e celebrado pela classe trabalhadora. A sombra de Padre Cícero sobre o governo interventor tratou de ser combatida e o governo estadual rompe com o governo federal e empenha batalhões do policiamento estadual para Juazeiro, com o intuito de caçar Padre Cícero, diante dessa ameaça, a população geral da cidade, jagunços e coronéis reuniram forças e formaram uma resistência paramilitar, um exercício de combate com lastro na resistência canudense, tanto pela defesa de um território, quanto pela proteção ao líder messiânico. De acordo com os registros de Rodolfo Teófilo (1969), a primeira expedição do governo interventor deparou-se com uma cidade cercada por trincheiras e fortificações erguidas rapidamente para a proteção do local, coibindo as ações do grupo que voltaria em uma segunda jornada, munido de um canhão com capacidade de destruição das estruturas de defesa de Juazeiro, equipamento que apresentou falhas e contribuiu para a determinante vitória dos juazeirenses, dando início a uma onda de batalhas, a partir de então apoiadas politicamente e em aspectos militares pelo governo federal, que objetivaram tomar cidades importantes no caminho de Juazeiro a Fortaleza e, com a invasão da capital, culminou na destituição do então governador Marcos Franco Rabelo e em uma nova eleição, após governos provisórios e declaração de estado de sítio no Ceará, resultante na vitória de Benjamin Liberato

termo era empregado também para fanáticos e para bandos nômades que recorriam a hábitos comuns aos jagunços para a sobrevivência.

Barroso e mantendo Padre Cícero como vice-governador (BRANDÃO, 1977; TEÓFILO, 1969).

A Sedição de Juazeiro, ainda em 1914, serve de ponto inaugural para os processos de desgaste da política de governadores, do federalismo aos moldes da Primeira República e para o poder autocrático-burguês do regime coronelista. Inaugural uma vez que a oligarquia cearense derrotou o projeto de intervenção do governo federal e conseguiu mobilizar importantes setores da sociedade, em uma clara demonstração de poder e influência social, porém, após quase duas décadas de hegemonia absoluta, as estruturas fundamentais do regime oligárquico abaladas, embora vitoriosas. As circunstâncias desfavoráveis logo foram amplificadas pela seca, gerando maior necessidade de gestão dos ânimos da classe trabalhadora e também de produtores enquanto, por outro lado, a tarefa de emplacar representantes alinhados com os interesses oligárquicos na gestão estatal passou a demandas maiores coalizões, maiores compromissos e maior capacidade de negociação com setores diversos, amplificando também a fragilidade de um poder outrora hegemônico e despótico, a partir de então voltado para a conciliação de múltiplos interesses.

A abrangência do poder autocrático-burguês da oligarquia cearense, embora com prestígio, ao menos momentaneamente, combalido pela insatisfação pública e pelo ato de deposição, explicitou os limites da influência coronelista ao verificar, nas zonas urbanas, a perda do apoio da burguesia comerciante e de aliados políticos, e, por outro lado, a busca por refúgio em um território sertanejo, no extremo sul do estado, de onde partiu a retomada após deposição, onde a prevalência do poder coronelista assegurava a preservação dos interesses da oligarquia dominante. O fator determinante para a mobilização da classe trabalhadora em torno da causa de deposição do governo interventor, frente a esse conjunto de variáveis, concentra-se na figura de Padre Cícero, remetendo à ascendência do misticismo e da religiosidade popular, simbolizadas nessa personalidade, o cercamento da cidade de Juazeiro fora, antes de mais nada, para a defesa então vice-governador, os desdobramentos que se deram, como o mau funcionamento de um canhão que proporcionou a jornada vitoriosa frente ao batalhão de Rabelo, proporcionaram uma adesão contínua que culminou, já na capital Fortaleza, na plena execução dos interesses oligárquicos.

A importância de Padre Cícero nesse episódio da história do sertão nordestino determina a dialética do poder autocrático-burguês, uma vez que o religioso aderiu a herança messiânica de Antônio Conselheiro, porém aliou-se aos interesses burgueses

e sua figura conciliadora e popular serviu ao regime para a manipulação e atenuação de eventuais contingentes revoltosos. Ou seja, a hegemonia autocrática burguesa, anteriormente comprometida, por meio de elementos do fanatismo alicerçam a continuidade de seu poder, o que desponta como argumento de suma importância frente ao cenário adverso enfrentado a partir de 1915, por conta da Grande Seca. Como Facó (1963) destaca, Padre Cícero foi determinante para o desenvolvimento econômico da região do Cariri, uma das dinâmicas áreas do sertão nordestino:

“Juazeiro se transformara num grande mercado de mão-de-obra barata ou quase gratuita para os proprietários de terra do vale do Cariri. Com a unificação temporária dos chefes políticos locais sob a égide do Padre Cícero, os coronéis que pertenciam às suas hostes recebiam a sua cota - parte de trabalhadores que, conforme a tradição do vale, nas épocas mais ou menos tranquilas iam lavrar a terra, cortar a cana, fabricar a rapadura, extrair a borracha, colher o algodão, plantar o milho e o feijão, vaquejar o gado, e nas épocas conturbadas pegavam de um rifle para o que desse e viesse: em defesa da propriedade do patrão ou em assaltos por ele ordenados.” (FACÓ, 1965, p. 1963).

Monteiro (2006), Mattos (2012) e Della Cava (1977), ao tratar do Milagre de Juazeiro⁸⁵, enfatizam a atuação e importância política reunidas por Padre Cícero, convergindo acerca da dupla face assumida por suas ações, ao figurar como figura conciliatória entre interesses burgueses e dos trabalhadores, em tese, uma vez que, conforme balanço de poder da época, as decisões tendiam quase completamente para o interesse da classe dominante e a gestão dos impactos dessa desigualdade era baseado na religiosidade, ferramenta configurada às especificidades locais e manipulada pelos beatos. A síntese dessa influência e das múltiplas funções assumidas pela prática do poder político de Padre Cícero encontra-se no trecho a seguir:

“Padre Cícero cumpria os dois papéis políticos centrais que se esperavam dos ‘coronéis’. Seu perfil de liderança religiosa o fazia capaz de mobilizar e receber a fidelidade de milhões de camponeses não eleitores, mas ainda assim atores políticos centrais na nova ordem republicana, como a Guerra de Canudos teria largamente demonstrado. Por outro, como chefe político conseguia organizar a competição local entre as elites políticas e suas clientelas mais próximas,

⁸⁵ A Sedição de Juazeiro é também nomeada Milagre de Juazeiro, embora essa categoria corresponda mais especificamente à falha do canhão que derrubaria os cercamentos realizados pelos revoltosos, atribuída às correntes de orações realizadas sob a liderança de Padre Cícero nas instalações religiosas da cidade de Juazeiro.

especialmente nas vilas e suas proximidades, que efetivamente participavam das eleições.” (MATTOS, p. 110, 2012).

O regime oligárquico também era predominante em todas as regiões do Brasil e no governo federal, gerando distorções aproximadas em escalas regionais e no país, logo, paralelamente, a presidência da república e seus órgãos subordinados tiveram de combater e gerir diversos sinais de acirramento de conflitos. A ocorrência de episódios revoltosos coincide, em 1926, o cenário nacional com o cenário nordestino em mais um momento de protagonismo de Padre Cícero: a necessidade de combate ao avanço da Coluna Prestes sobre o Nordeste, após passagem por outras regiões, acrescentou elementos antagônicos ao conluio de forças dominantes da região, o governo federal novamente recorreu ao poder dos governadores, com o aparato estadual de repressão, bem como aos coronéis, dado o poder paramilitar de coerção por eles disposto, e a figuras como Padre Cícero, diante de sua influência sobre fanáticos e, especificamente nesse caso, visando a adesão de Lampião e seu bando de cangaceiros à causa, essa composição foi responsável pela formação do Batalhão Patriótico (LOURENÇO FILHO, 2002).

O episódio remonta às estratégias adotadas durante a Sedição de Juazeiro e novamente Padre Cícero assume o protagonismo pela articulação política e pelas responsabilidades acerca de estratégias militares de defesa do território, concentrado na captação de contingente humano disposto a aderir à causa.

A história dos confrontos entre a Coluna Prestes no Nordeste aponta apenas batalhas travadas contra forças estatais, sejam elas estaduais ou federais, o confronto com cangaceiros e fanáticos jamais foi realizado. Todavia, em meio às negociações para atração de cangaceiros ao Batalhão Patriótico, foi prometido, por Padre Cícero a Lampião, a conferência do título de capitão do exército, promessa que foi cobrada e cumprida de maneira extraoficial, através de uma folha de papel escrita por um funcionário público federal, que ainda anistiou o bandoleiro de todos os seus crimes.

A criminalidade promovida por Lampião e seu bando de cangaceiros aterrorizou os sertões nordestinos, embora a literatura de cordel e até mesmo a teoria do banditismo social conferissem aos cangaceiros um controverso papel de promotores da justiça social, com ações que visavam saques à burguesia local com distribuição dos produtos usurpados à população desassistida, os registros oficiais dão conta de uma conduta aut centrada no enriquecimento próprio e no acúmulo de prestígio junto aos coronéis e demais representantes das classes dominantes, atuando contra esses

grupos apenas sob a representação de interesses rivais, ou seja, em confrontos travados entre latifundiários e demais estratos da burguesia local (PERICÁS, 2014).

Sendo assim, os cangaceiros, que também registraram pronunciado número de ações também a partir de meados da década de 1910, não podem ser enquadrados entre os movimentos motivados pela pauperização da classe trabalhadora, porém auferem significativa responsabilidade na conturbação da ordem social e do regime oligárquico, não por simbolizar ameaça à hegemonia burguesa, mas por serem operacionalizados, pela via armada, como instrumento de combate e até mesmo coerção, embora esses instrumentos fossem amplamente utilizados pelo regime autocrático-burguês, a recorrência foi amplificadas pela atuação de um grupo externo à permanente área de influência, como ocorrera no caso do Batalhão Patriótico.

O místico e o violento, conforme destaca Menezes (2018), protagonizaram a formação da conjuntura social sertaneja e impactou nas zonas litorâneas, especificamente a respeito do Batalhão Patriótico, Lourenço Filho (2002) destacou que “a Meca do Cariri torna-se a um tempo o quartel de todos os sertões do Nordeste (...) Lampião é um expoente, apenas, da malta de celerados que tem feito de Juazeiro o ser quartel-general” (LOURENÇO FILHO, p. 115, 2002). O fanatismo e o cangaceirismo sobressaem, respectivamente, como principais expressões dessa díade, portanto, apesar de costumeiramente serem lidos como sinônimos e apresentarem raízes em fenômenos coincidentes ou aproximados, dividem a participação em eventos durante o período de acirramento de conflitos, mas não devem ser confundidos, apenas relacionados como fenômenos da conjuntura social nordestina do século XX, sobretudo na primeira metade desse período. A teorização de Menezes (2018) apresenta um esboço acerca da diferenciação entre esses polos da sociedade nordestina:

“O fanático revela camadas da população de onde provém. Vibra sincrônico com ela. Há correspondência perfeita entre o beato e o bando, que o ouve. As correntes, que se formam, obedecem a determinantes diversas. Porque é preciso não esquecer a heterogeneidade dos elementos que compõem a própria sociedade em classes, cuja psicologia especial dá aos índices de reação sua tonalidade característica. A outra reação, no pólo da violência, está com o cangaceiro. É a reação do forte. A percentagem dos degenerados no bando é pequena: não basta para caracterizar o fenômeno e torná-lo sociologicamente visível. Modifique-se, por uma reorganização profunda, a situação dos campos e os sintomas do

cangaceirismo desaparecerão: o resíduo dos desajustados será problema secundário.” (MENEZES, 2018, p. 99).

O cangaceirismo e o fanatismo, lidos a partir da movimentação social que impactou a política e a economia nordestina de meados de 1915 até 1930, surgem como elementos determinantes para a alteração dos dispositivos de controle oligárquico, que não é privado da condição hegemônica, sobretudo pelos vínculos de seus principais expoentes junto à classe dominante e, conseqüentemente, pela manipulação de alguns dos principais valores para a manutenção do controle sobre as massas trabalhadoras. De toda forma, respectivamente, a violência e a religiosidade são assumidas por esses dois fenômenos, visando a continuidade de um regime de dominação que apresentava crescentes desgastes originados de fatores endógenos e exógenos.

A religiosidade nordestina, sobre no interior, embasava-se em uma religião católica híbrida e “popular, milenarista, milagreira, messiânica, de santos cristãos e, certamente, mutante, maleável, modificada e influenciada por signos e símbolos místicos africanos e indígenas: constantes intercâmbios culturais.” (PERICÁS, 2014, p. 290), contribuindo para a abrangência e facilidade de propagação nas variadas formas assumidas na classe trabalhadora e em algumas partes da classe dominante, a operacionalização desse instrumento, ainda conforme Pericás (2014), pode ser classificada da seguinte maneira:

“A religião, de qualquer forma, não atua de maneira estática dentro de uma sociedade de classes, mas, pelo contrário, também se relaciona (muitas vezes promiscuamente) com seus distintos graus de poder, de dominações e de interesses contraditórios. Em outras palavras, ela se movimenta dentro de uma estrutura de dominação social classista conflitiva, ainda que ela tenha, certamente, suas sutilezas e seja heterogênea em muitos de seus aspectos. Essa estrutura limitará e ao mesmo tempo orientará a ação de instituições ou de atores individuais em sua relação assimétrica de poder com o populacho, condicionando sua margem de manobra intrínseca e moldando seu discurso, suas práticas, seu desenvolvimento, sua organização, sua difusão e suas possíveis transformações.” (PERICÁS, 2014, p. 290 - 291)

A política institucional nordestina, conforme buscamos demonstrar, forma-se, durante o período republicano, como a via legitimadora do poder autocrático-burguês, isto é, os políticos eleitos por meio dos controversos e restritos processos eleitorais atuam pela defesa dos interesses da burguesia, logo, a benevolência com os crimes do cangaço e os excessos do fanatismo, enquanto esses bandos serviram aos

interesses de amortização de ensaios revoltosos por parte da população explorada, ou solucionar disputas entre interesses privados pela imposição da força bruta. A dialética entre essas expressões de poder ao mesmo tempo autônomos e momentaneamente aliados, evidenciam a complexidade da gestão de manifestação e legitimação dos desejos populares, portanto, conforme o exercício do poder despótico da burguesia regional foi comprometido, e as demandas da classe trabalhadora cresciam e tangenciavam o questionamento ao regime de poder em voga, a aliança entre a classe dominante e fanáticos e cangaceiros em prol da contenção de ânimos insurgentes. enfraqueceu-se e a concentração de esforços por parte do aparato de coerção estatal direcionou-se também a esses grupos.

Além da diversidade de fatores endógenos apoiados essencialmente no acirramento de conflitos e nas crises decorrentes do agravamento dos índices pluviométricos e fluviométricos, a conjuntura nacional também contribuiu diretamente para o enfraquecimento do pacto oligárquico que sustentou durante pouco mais de quatro décadas o regime político, social e econômico vigente no Nordeste. O interior nordestino, apesar da instalação de indústrias multinacionais voltadas para a exploração e o beneficiamento do algodão, manteve sua dinâmica interna fortemente atrelada com elementos da política local, sobretudo por conta da hegemonia coronelista que, sob a lógica dos compromissos, atrelava-se às oligarquias do litoral e também à oligarquia cafeeicultora, dominante sobre o governo central.

O intenso processo de deterioração do poder da oligarquia cafeeicultora passa também pelo enfrentamento de protestos e crescente movimento de oposição, inclusive no âmbito interno dos estados integrantes do complexo cafeeicultor, por conta das relações e alianças estabelecidas a partir da política de governadores, o enfraquecimento da burguesia dominante no âmbito federal, em um fenômeno de encadeamento, comprometeu os pilares do regime oligárquico nacional e, conseqüentemente, o pleno exercício do poder despótico da burguesia nordestina, sócia menor desse sistema político desenvolvido no Brasil republicano. As considerações de Palmeira (2006) acerca desse processo mútuo e contemporâneo de enfraquecimento da política oligárquica concatenam as razões responsáveis pelo término do primeiro período republicano da história brasileira:

“Com a República se apresenta entre o poder público e o poder privado, no Nordeste, a mediação do poder público estadual. Este garante à aristocracia territorial o domínio absoluto de uma área restrita, como uma espécie de

compensação à progressiva diminuição de sua participação no poder nacional. Enquanto permanece na região, sem alterações, uma mesma composição de poder e enquanto o país conhece, na composição de poder nacional, a absoluta hegemonia da burguesia cafeeira paulista, mantêm-se relações quase inequívocas entre poder público nacional, poder público estadual e poder político-privado local. Com a diferenciação de interesses que se opera dentro da classe dominante nordestina, quando da emergência de uma burguesia rural usineira, tais relações tornam-se profundamente ambíguas. Quando, com a Revolução de 30, também a composição de poder em termos nacionais se altera, ainda mais aumenta o caráter de ambiguidade daquelas relações” (PALMEIRA, 2006, p. 60).

As razões econômicas para a crise nacional da política republicana, de acordo com orbitam os consecutivos esforços empenhados para a manutenção da valorização do café e, conseqüentemente, a deterioração da conjuntura fiscal e monetária brasileiras, elementos que comprometeram o arcabouço liberal que predominava a condução econômica dos governos republicanos, a Crise de 1929, conforme aponta Heitor Ferreira Lima (1970), foi o definitivo ponto de inflexão para o esgotamento das táticas operacionalizadas pela oligarquia cafeeira desde meados da década de 1910.

A esfera política e social da referida crise, altera-se conforme as variáveis econômicas destacadas “o descontentamento generalizado de vastas camadas populares, principalmente das cidades, em consequência da crise e do desemprego, constituindo-se na massa ululante das ruas” (LIMA, 1970, p. 348), cenário correspondente ao quadro apresentado pela região Nordeste: frequentes e volumosos movimentos de questionamento do predomínio oligárquico, advindos não somente de representantes da classe trabalhadora, como foi o caso da Greve Geral de 1919, como a partir de representantes da burguesia industrial e comercial, e até mesmo de oligarquias rurais oriundas de outras regiões e direcionadas para o cultivo de outros gêneros, distintos das culturas predominantes nos campos brasileiros. Além disso, conforme aponta Barbosa (2022), durante os anos 1920, consolidou-se uma oposição relevante e atuante, pela tendência crítica destaca-se a fundação do Partido Comunista do Brasil, sob influência dos reflexos da Revolução Russa e da necessidade de organização proletária, o partido passa a representar uma via comunista de questionamento do sistema capitalista e da burguesia brasileira.

Os trabalhos de Castelucci (2004, 2005, 2010, 2022) orientam a compreensão dos movimentos insurgentes originados nos ambientes urbanizados e litorâneos,

vinculados às usinas e ao movimento de proletarização da classe trabalhadora dessas cidades, enfatizando a situação encontradas em duas das principais cidades nordestinas: Salvador e Recife. Barbosa (2022) e Castelucci (2004, 2005, 2010, 2019, 2022) convergem ao apontar que, além das discordâncias acerca das condições severas impostas aos trabalhadores, a insatisfação política residia na ausência da representatividade eleitoral, derivada de uma legislação eleitoral elaborada na aurora republicana, sob a promessa de modernização e conferência de maior participação popular, em contraste com o regime monárquico, mas que, na melhor das hipóteses, de acordo com levantamento de Castelucci (2010), o direito ao voto atingia pouco mais de 10% da população, formados pelas representantes das classes dominantes e das antigas aristocracias, expressão eleitoral da modernização conservadora realizada durante a transição dos regimes políticos, elaborada com o intuito de garantir a plena execução de interesses em detrimento das causas da maioria da população.

Recife e Salvador eram as cidades mais populosas da região Nordeste durante a Primeira República e, conforme a tradição estabelecida na época, a principal corrente de pensamento social era o liberalismo, sobretudo a respeito dos aspectos econômicos, as considerações de Lima (1976) já deram conta dessa hegemonia no capítulo anterior da dissertação. Uma das bases do pensamento econômico liberal dizia respeito à vocação agrário exportadora do Brasil e da região Nordeste, portanto, ainda que a industrialização viesse a ser iniciada durante o período, não foi fundamentada em um plano de desenvolvimento regional, tão pouco na ideia de provocar transformações estruturais na sociedade nordestina, pelo contrário, a conservação do latifúndio e da monocultura eram pilares da modernização conservadora em voga. Logo, as capitais, como Recife e Salvador, sediaram um movimento de urbanização em conjunto com a industrialização, à vista disso uma proletarização da população, desde seus primeiros movimentos afastados da corrente de pensamento hegemônica.

Especificamente no caso de Salvador, como defende Castelucci (2010), grupos de trabalhadores formados inicialmente por artesãos, posteriormente seguidos por trabalhadores de ferrovias e das indústrias de beneficiamento de cana-de-açúcar, algodão e cacau, iniciaram o movimento de organização operário local e chegaram a fundar, entre 1889 e 1919, movimentos como o Partido Operário da Bahia, a União Operária da Bahia e o Centro Operário da Bahia, que embora representassem as aspirações da classe trabalhadora, não provocaram questionamentos ao sistema

capitalista, ou até mesmo ao regime de predomínio oligárquico, a principal aspiração desses movimentos dizia respeito à participação política da classe trabalhadora, intuito no qual alcançaram algum grau de sucesso, restrito ao âmbito legislativo dos estados e municípios baianos, os resultados práticos na vida da população, além do prestígio de alguns líderes, foi de impacto resumido, mesmo com a constante sugestão de pautas acerca de “geração de postos de trabalho, controle de preços dos gêneros de primeira necessidade, construção e/ou subvenção estatal de habitações proletárias, expansão do sistema educacional público e por uma legislação de proteção ao trabalho” (CASTELUCCI, 2010, p. 241), a composição majoritária das casas não proporcionaram o andamento e aprovação de tais matérias.

As greves gerais de Salvador e Recife, ambas realizadas em 1919, por sua vez, seguem um movimento de organização proletária mundial com raízes na Revolução Russa, que foi capaz de reunir diferentes segmentos das esquerdas regionais, como socialistas, comunistas, sindicalistas e anarquistas, em um grande movimento que visou a união em torno das pautas comuns entre essas dissidências, sobretudo o questionamento ao sistema capitalista e de suas distorções impostas à classe trabalhadora, o ideário revolucionário e de superação do sistema capitalista pautou também essa união, mas as prioridades apontadas pelos grevistas diziam respeito primeiramente “aumento salarial, uma demanda que visava recompor minimamente o poder de compra dos trabalhadores, (...); redução da jornada de trabalho para oito horas diárias; e respeito ao direito de organização sindical.” (CASTELUCCI, 2022, p. 10). Nas duas cidades, o recurso mais utilizado para a mobilização dos trabalhadores foi a realização de palestras de lideranças dos movimentos, praticadas em locais públicos e nos prédios dos sindicatos e organizações.

O protagonismo das greves de 1919, evidentemente, recaem sobre a classe trabalhadora, todavia, de acordo com Castelucci (2010, 2019, 2022) entre todos os representantes de diferentes setores e distintas correntes de pensamento, duas figuras reuniram maior importância e simbolizam, em suas cidades, os movimentos grevistas de 1919: Joaquim Pimenta, jornalista político de Recife e militante das causas socialistas, e Agripino Nazareth, advogado e também militante de causas socialistas, porém residente de Salvador. Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth distinguem em praticamente todos os elementos de formação política, porém ambos assimilaram conceitos da crítica ao capitalismo por meio do contato com obras em língua estrangeira e desde as suas primeiras experiências profissionais passaram a

buscar empregar elementos da teoria socialista de forma combinada na busca por melhores condições de trabalho e no combate ao regime oligárquico nordestino.

As trajetórias de Pimenta e Nazareth apontam para consistentes episódios de organização proletária que resultaram em episódios grevistas com destaque para 1919, ressoando sobre episódios que ocorreram até 1922. Durante a década de 1920, a atuação de ambos se direcionou para diversas tentativas de fundação de partidos locais, infrutíferas, entretanto. O insucesso dessas investidas deve-se, sobretudo, às posturas intransigentes assumidas pelos pretensos dirigentes, tanto em relação à articulação junto aos outros movimentos da esquerda nordestina, mas principalmente em relação ao PCB e às diretivas da Internacional Socialista, Castelucci (2010, 2019, 2022) relata, por meio de pesquisa sobre a imprensa da época, consecutivos episódios de confronto direto protagonizado pelos mencionados expoentes e dirigentes do PCB, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão.

A despeito das posturas assumidas por seus líderes durante a década de 1920, os movimentos grevistas de Salvador e Recife, bem como aqueles ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, representaram autênticos movimentos de organização proletária e de questionamento à exploração da classe trabalhadora, reunindo relevância para impactar o regime oligárquico, que já se encontrava em abalo. A abrangência das greves foi suficiente para envolver empresas de capital nacional e as de capital estrangeiro, com destaque para as paralisações promovidas pelos trabalhadores de ferrovias e da geração de energia elétrica.

O momento de fragilidade do predomínio político das oligarquias nordestinas exigiu cautela sobre a reação, o papel de classe dominante no âmbito da luta de classes local e, por outro lado, sócia menor em uma cadeia dualista composta pela burguesia cafeicultora, na conjuntura nacional, e pela burguesia internacional, sob a ótica do sistema capitalista mundial. A primazia da oligarquia nordestina correspondia à manutenção do regime, o qual, desde o princípio, baseava-se na supressão de demandas da classe trabalhadora, sobretudo aquelas que comprometessem a exploração do excedente, dividido e destinado entre as esferas da sociedade burguesa do sistema capitalista. Portanto, acima e abaixo, os elementos de sustentação do regime autocrático-burguês nordestino passaram a conviver com frequentes pressões.

Os movimentos grevistas de Recife e Salvador simbolizaram as maiores pressões advindas da classe trabalhadora, enfrentando, a partir da análise das

demandas enfatizadas pelos trabalhadores, o patronato imediato foi o objeto de maior parte das exigências, o governo estatal, por sua vez, teve que lidar com exigências acerca da criação de dispositivos legais de proteção aos trabalhadores. Essa posição foi estratégica para que os representantes dos governos de Pernambuco e da Bahia assumissem uma posição neutra, porém sem recorrer ao aparato de coerção estatal para reprimir as volumosas greves, esse posicionamento também deriva do contexto eleitoral e das especificidades da classe operária nordestina:

“Por fim, o contexto político no qual a greve geral do Recife foi deflagrada, em meio às articulações para as eleições dos governadores, colaborou para o sucesso do movimento, tal qual havia ocorrido em Salvador. Afinal, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, setores importantes das oligarquias estaduais possuíam antigos laços com segmentos da classe operária e desejavam reativar ou fortalecer essas relações como forma de garantir maior legitimidade por meio da construção de uma base social de apoio mais ampla para suas pretensões de poder. As autoridades públicas e parte das elites econômicas e políticas desejavam incorporar os trabalhadores da cidade de maneira subordinada, como complemento urbano de sua clientela rural. Por outro lado, em Pernambuco, na Bahia e em outras partes, muitos trabalhadores e lideranças socialistas tentaram extrair o máximo de proveito dessa rede política, ainda que estivessem conscientes de sua condição mais frágil na teia paternalista armada por e com os políticos profissionais e as autoridades governamentais. Pode-se dizer que os trabalhadores estavam fazendo aquilo que E. P. Thompson chamou de “reconstrução seletiva do paternalismo”, extraindo dessa relação os elementos que lhes favoreciam.” (CASTELUCCI, 2022, p. 13 - 14)

Pela primeira vez no primeiro período republicano da história econômica do Nordeste um movimento popular, portanto, foi capaz de demandar melhores condições de trabalho e melhorias no bem-estar social da população, galgando tímidos avanços ao enfrentar a classe dominante e o capital nacional e internacional, com o pioneirismo de não enfrentar ações massacrantes do aparato estatal e paramilitar de coerção, disposto pela autocracia-burguesa e sua via institucional representada pelas gestões estatais e municipais.

No decorrer da década de 1920, ainda conforme Castelucci (2010, 2022), o movimento grevista nordestino foi desarticulado por uma série de fatores, endógenos e exógenos, com destaque para as posturas sectárias de suas lideranças. Os efeitos desse conjunto de massivas mobilizações, porém, repercutiram de forma permanente,

ao mobilizar setores centrais da economia do Nordeste e contar com uma oposição estratégica das classes dominantes, em situação de exposição.

A situação da luta de classes nos anos finais da Primeira República, como período econômico e político da história do Nordeste, compreendia uma burguesia ainda dominante, abrindo mão de valores e conceitos primordiais durante a execução de sua hegemonia, visando a manutenção de seu poder e da extração do excedente por meio das atividades agrário-industriais já consolidadas na região. Por parte da classe trabalhadora, tanto no campo quanto nas zonas urbanas, parcelas crescentes de descontentes com a privação de direitos, em igualmente crescentes movimentos de organização e articulação, em convivência com as frequentes tentativas de manipulação e amortização de ações revoltosas por parte de agentes intermediários.

Os anos finais da década de 1920 e os primeiros meses do ano de 1930 apresentam as mobilizações finais que resultaram no fim da Primeira República e do terceiro período da história econômica do Nordeste brasileiro. No interior nordestino as contradições haviam sido acirradas e a tendência de combate ao fanatismo e ao cangaceirismo fora intensificada, mobilizações populares como o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, novamente sob a tutela de Padre Cícero, já mais distante das oligarquias nordestinas; e os esforços militares e formação de volantes para eliminar o cangaceirismo, com atuação enfática na promoção de saques e crimes sem vínculo com a mediação de coronéis e oligarcas, simbolizaram o distanciamento entre esses outrora aliados.

A visão de Ferreira (2006) corrobora com a perspectiva de que a crise do regime político da Primeira República foi iniciada na eleição de 1910, compartilhando também a importância conferida à insatisfação da classe trabalhadora, de setores da classe média e de oligarquias regionais com a gestão oligárquica do Governo Central. O elemento inovador adicionado por sua análise aponta para a relevância do Exército brasileiro no processo, associando-se a oligarquias regionais dissidentes e em seus quadros internos movimentos de oposição, como o Tenentismo e a Coluna Prestes. O processo de enfraquecimento se prolongou por 20 anos até atingir 1930, após momentos de atenuação dos danos à política oligárquica em contraste com momentos de acirramento dos ânimos entre todos os personagens envolvidos no complexo balanço de poder e na conjuntura socioeconômica do período.

Episódios como a Reação Republicana e a Aliança Liberal contaram com estados nordestinos e suas respectivas oligarquias como aliados em coalizões

comandadas pelo Exército e pelas oligarquias sulistas dissidentes em oposição ao predomínio de São Paulo e de parte de Minas Gerais (FERREIRA, 2006). A imediata adesão dos estados nordestinos aos movimentos de oposição à hegemonia cafeeicultora paulista e mineira a frente do Governo Central indicava a tendência que se confirmaria até a Revolução de 1930, a lealdade conferida por meio da política de governadores e da autonomia regional foi convertida em adesão praticamente imediata à causa apresentada por militares e pelos gaúchos. Embora o protagonismo do movimento oposicionista recaísse sobre os militares e a oligarquia sulista, o apoio nordestino foi estratégico pela grande representação eleitoral, sobretudo de Pernambuco e da Bahia.

Desde 1910, quando foi iniciado o processo de corrosão da hegemonia oligárquica, a manutenção da produtividade e dos lucros obtidos com a exploração de gêneros agrícolas, inclusive com os respectivos beneficiamentos, respaldaram a continuidade da oligarquia cafeeicultora a frente do poder central, por meio de diversos dispositivos de política econômica, passando por momentos críticos como a Primeira Guerra Mundial e o definitivo ponto de inflexão representado pela Crise de 1929. Os governos nordestinos e as respectivas oligarquias que os formavam, nos anos finais da década de 1920 já haviam desembarcado da aliança com a oligarquia cafeeicultora, dado o desmantelamento da política de governadores e do pacto federativo, as alterações econômicas, por sua vez, reuniram grande relevância para o término do um período e inauguração de um novo momento da econômica regional, o subtópico seguinte, também o último desta dissertação, explora as razões econômicas e sua centralidade para o fim do terceiro período da história econômica do Nordeste, dialogando com a conjuntura nacional e internacional.

4.2 TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA NORDESTINA: A CRISE DE 1929 E OS SINAIS DE ESGOTAMENTO DE UM SISTEMA

O terceiro período da história econômica do Nordeste brasileiro, de 1889 a 1930, esteve diretamente relacionado às variáveis condicionadas pelo governo central, sob a hegemonia da oligarquia cafeeicultora, e pelas potências imperialistas, não somente por conta demanda externa, mas pelo controle dos mecanismos de valorização do capital, ditando assim, os rumos do desenvolvimento econômico, e capitalista, sobretudo das regiões dependentes e subdesenvolvidas, condições

aplicadas à economia nordestina. O desenvolvimento econômico e a lógica de valorização, da economia nordestina, durante o período que trata a presente tese, portanto, esteve atrelado à conversão da matriz essencialmente agrária em uma matriz agroindustrial, a partir da aplicação, massivamente, de capital estrangeiro, com uma participação menor do capital nacional, proporcionada por uma conjuntura política e social contida sob os limites de um regime autocrático-burguês, no qual a antiga aristocracia rural, tomou formas de uma burguesia que ditou os rumos da modernização conservadora da economia regional. Os alicerces da política econômica que serviram de base para a execução desses elementos encontram-se, primariamente, no viés liberal da condução econômica, em conjunto com o pacto federativo e a política de governadores, que conferiam aos governantes locais alto nível de autonomia.

Após a Revolução de 1930, conforme aponta Draibe (1986), rompe imediatamente com grande parte desses valores, sobretudo pela concentração de poder no governo federal e na adoção de um viés intervencionista nas políticas econômicas:

“A crise do Estado Oligárquico, ao estabelecer as condições para a centralização política, criou as bases também para uma profunda intervenção e regulamentação econômica estatal, no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Nesse campo de forças, constituiu-se aceleradamente um moderno e sofisticado aparelho econômico centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre os postos-chave da vida econômica e social, elaborando políticas de caráter nacional e dotadas de um grau bastante elevado de interpenetração e complementaridade” (DRAIBE, 1986, p. 83).

A adoção do viés intervencionista surge a partir de um diagnóstico acerca da economia brasileira, no qual identificou-se a necessidade de desenvolvimento e diversificação da indústria brasileira, sobretudo no que diz respeito ao segmento classificado como indústria de base, ainda atrelada à exploração de riquezas naturais, mas voltada para riquezas minerais. Além dessa deficiência, outra necessidade primária, seria o fortalecimento do mercado interno, defasado em relação à predominância das exportações e por conta da combatida capacidade de consumo da classe trabalhadora, para

Caio Prado Júnior (1973), o desenvolvimento industrial da economia brasileira e do mercado interno, de acordo com as ações elaboradas pelas novas orientações do governo, compreendem uma mesma conjuntura:

“O progresso desta nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. (...) Outra circunstância que condicionará o desenvolvimento do mercado interno é o progresso tecnológico dos transportes e comunicações; aliás o progresso industrial em geral, que tomará acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos antes fora de seu alcance ou mesmo inexistentes. Trata-se aí, contudo, de circunstâncias gerais do mundo moderno, e não precisam ser aqui pormenorizadas.” (PRADO JR., 1973, p. 217 - 218).

A partir da visão sobre a geopolítica e a divisão internacional e regional do trabalho, as alterações estruturais realizadas na política nacional e na condução das políticas econômicas, as bases da economia nordestina, durante pouco mais de quatro décadas, foram substituída por valores opostos, todavia os complexos agroindustriais desenvolvidos durante o período mantiveram-se relevantes até o momento da definitiva transição e, embora a obtenção de indicadores econômicos tenha sido precarizada⁸⁶, o comportamento macroeconômico dos principais setores da economia nordestina na década final do seu terceiro período histórico, a década de 1920.

Durante a década de 1920 foi concluída a construção de grande parte da malha ferroviária que havia sido iniciada ainda no Império, responsável pela interligação de centros dinâmicos da economia nordestina com áreas estratégicas para o escoamento, bem como para a incorporação de áreas anteriormente isoladas em aspectos econômicos, geralmente distantes do litoral e próximas do sertão. O desenvolvimento de uma malha ferroviária na região Nordeste aumentou a tendência de unificação entre o interior e o litoral, intensificando o intercâmbio entre a região predominantemente vinculada à pecuária e ao algodão à região canavieira, para Guimarães Neto (1989), as ferrovias nordestinas não somente foram responsáveis por essa integração regional, como proporcionaram o aproveitamento maior de terras na região, ou seja, promoveram a expansão da fronteira agrícola nordestina.

A expansão da fronteira agrícola nordestina, para além dos fatores logísticos e tecnológicos que proporcionaram as técnicas para cultivo nessas terras longínquas,

⁸⁶ A tradição de intervalos decenais entre os exercícios censitários foi interrompida no ano de 1930 e só, implicando em um período longo, iniciado em 1919 e finalizado em 1939, sem o levantamento oficial do governo federal de dados econômicos e sociais.

está diretamente relacionada com a predominância das culturas de algodão e da cana-de-açúcar sobre as terras agricultáveis, mas também com o crescimento da população, cada vez mais concentrado nas redondezas das capitais, ou seja, cresceu a demanda por gêneros agrícolas que compunham a cesta básica de subsistência da população local. Alimentos como a mandioca, milho e o arroz, em conjunto com algumas frutas, cresceram em representatividade econômica e em relação à ocupação de terras. Desde o processo de povoamento do Nordeste, foi a primeira vez que esses gêneros, anteriormente classificados como secundários, por Caio Prado Júnior (1973), apresentaram movimentos de avanço sobre a estrutura agrária do Nordeste, ainda que esse fenômeno só pudesse ser realizado a partir do desbravamento de terras anteriormente improdutivas, posto que as terras destinadas à produção de algodão e cana-de-açúcar não foram invadidas por esses gêneros de subsistência.

Sob a perspectiva do comércio entre as regiões e com o mercado internacional, entretanto, na década de 1920 duas culturas surgiram como fatores de diversificação da agricultura nordestina: o cacau e o fumo (EISENBERG, 1977; GUIMARÃES NETO, 1989; PRADO JR., 1973). O crescimento dessas lavouras, entretanto, deu-se de forma restrita na Bahia, ainda assim, reuniu relevância e impactos na conjuntura nordestina, em função da estrutura praticamente predominada pelo cultivo exclusivo de dois gêneros, não apenas devido a quebra dessa hegemonia, mas pela dimensão da Bahia sobre a economia nordestina: representava até então a maior população, o maior valor de produção agrícola e industrial, bem como uma posição política estratégica, derivada do protagonismo na formação histórica da sociedade brasileira e da proximidade com o centro dinâmico da economia nacional.

Além das alterações estruturais na conjuntura econômica, o dinamismo econômico do Nordeste foi reconstituído a partir da expansão da articulação comercial, ainda sob a condição de região subdesenvolvida e dependente, logo, as alianças comerciais estabelecidas com o centro dinâmico da economia nacional e potências imperialistas. Como assinalam Furtado (2006) e Gnaccarini (2006), durante as primeiras décadas do século XX, mudanças de hábitos de consumo proporcionaram um aumento na demanda pelo açúcar, de forma a dar fim ao cenário de isolamento e estagnação vivido pela região durante o Império, fenômeno semelhante ocorreu com o cacau e o fumo, durante a década de 1920, culturas que

tiveram seu dinamismo amortecido durante séculos, mas que encontram possibilidades de expansão no aquecimento da demanda.

Contudo, a diversificação oferecida por novas culturas na economia nordestina, restringiu-se à agricultura, ou seja, não acompanhou a migração para a matriz agroindustrial proporcionada pela exploração da cana-de-açúcar e do algodão, para além do predomínio secular sobre as terras agricultáveis, portanto, o vínculo estabelecido junto ao processo de industrialização da economia local condicionou a continuidade da hegemonia nos anos finais do terceiro período da história econômica nordestina. Isto é, mesmo diante dos momentos de interrupção do crescimento e da valorização experimentadas durante grande parte da Primeira República, como foi o caso da derradeira crise do período vinculada à Crise de 1929, as culturas predominantes sobre a sociedade e a economia do Nordeste brasileiro mantiveram sua privilegiada posição estratégica.

Um dos principais processos econômicos registrado durante o período diz respeito à definitiva conversão dos engenhos em usinas, um dos primeiros e mais expressivos movimentos industrializantes registrados no Brasil na Primeira República, sobretudo pelo abandono de estruturas pré-capitalistas de produção, para a adoção de um sistema repleto de maquinário e realizado por trabalhadores especializados. Os ganhos de produtividade representados pela mecanização do beneficiamento da cana-de-açúcar, destinados para a produção de açúcar, álcool e, em menor nível, cachaça e rapadura, comportaram o protagonismo desse processo, entretanto a industrialização desse segmento representou uma mudança na estrutura de mercado, ainda que em momento algum da história econômica do setor sucroalcooleiro nordestino houvesse ampla concorrência, a transição industrial implicou também na obsolescência das pequenas produções, concentrando a produção em um número reduzido de grandes produtores que absorveram as pequenas propriedades, ampliando a dominância latifundiária, ou transformaram as pequenas produções residuais em meros fornecedores de matéria prima, ou seja, cana-de-açúcar em estado bruto, e, conforme aponta Amaral (1958) às vésperas da década de 1930 o Nordeste, liderança do surto usineiro no Brasil, havia praticamente completo essa extinção de pequenas produções.

A transformação dos canaviais nordestinos, anteriormente predominados por engenhos, em um complexo agroindustrial repleto de modernas usinas desponta como o mais relevante elemento da história econômica nordestina durante as

primeiras décadas do século XX, a abrangência do fenômeno, que contribui diretamente para a definitiva assimilação dos avanços capitalistas sobre a produção, estrutura de mercado e impactos nos demais campos da sociedade, evidencia essa importância.

Sob a condição de região econômica subdesenvolvida e dependente, a partir da perspectiva capitalista, o Nordeste brasileiro experimentou profunda alternância entre momentos de prosperidade e de enfraquecimento da demanda, sobretudo por flutuações de preços e de modificações no mercado internacional, embora, durante o período em estudo, o açúcar tenha apresentado resistência em momentos adversos, como a Primeira Guerra Mundial e o acirramento de conflitos internos, derivado dos avanços advindos com a modernização da produção e a diversificação de clientela, por conta da maior articulação com o mercado nacional. A Crise de 1929, como apontam Prado Jr. (2006), Furtado (2006), Oliveira (2008), entretanto, afetou abruptamente o mercado de cana-de-açúcar, contraindo a demanda e aprofundando processos de retorno para o consumo interno nos centros consumidores do capitalismo mundial, que também voltaram-se para o mercado interno em um processo de reconstrução econômica e social.

Os impactos da Crise de 1929 sobre a economia nordestina, sobretudo sobre os dois principais insumos de importação que dinamizaram o setor durante todo o terceiro período econômico, apontam diretamente para a via de desenvolvimento assumida pela classe dominante. Isto é, a partir de um viés liberal, não somente predominante sobre as políticas públicas, mas também na condução das trocas, não houve a adoção de estoques de emergência, tão pouco esforços orgânicos sobre a atenuação da dependência do capital externo, tanto para o investimento, quanto para a venda em si. Isto é, a partir do canônico conceito de desenvolvimento “natural” da economia, o qual atrela a economia a uma ciência exata e de leis “naturais” de crescimento, a conjuntura favorável, transformou-se rapidamente em um cenário desfavorável para a continuação do crescimento das lavouras locais.

As configurações do mercado internacional e dos consumidores nacionais, sobretudo o centro dinâmico da economia nacional, o Centro-sul cafeicultor, outra região que se desenvolveu, paralelamente, a partir dos mesmos conceitos aplicados à lavoura canavieira, impuseram à economia nordestina em 1929 e 1930, diante da crise social que envolvia a região e o país, um cenário de estagnação econômica.

Os mercados internacionais, como já havia sido registrado no século XIX, voltaram-se para o consumo do açúcar produzido a partir da beterraba, e o Centro-sul, diante da estagnação do mercado de café, pela primeira vez, passou a cultivar o açúcar em seus domínios como um agente de produção e comercialização, não apenas como um gênero de cultivo secundário, em processo semelhante ao que atravessaram o cacau e o fumo no Nordeste (SZMRECSÁNYI, 1979).

Portanto, o complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, que inicia o período em estudo marcado pela baixa dinâmica, atravessa as pouco mais de quatro décadas entre 1889 e 1930 contribuindo para o dinamismo da economia nordestina, a partir de um processo de crescimento e modernização, mas diante das adversidades impostas pela flutuação negativa dos mercados consumidores, da restrição de capital e dos movimentos de produção voltada para os mercados internos por parte do centro capitalista e do centro dinâmico da economia brasileira, os anos finais do terceiro período da história econômica nordestina contemplam um cenário crítico, que só viria a iniciar um processo de recuperação, em meados de 1933, por meio da criação de dispositivos estatais de regulação dessa atividade econômica, porém, o impacto dessas adversidades foram estruturais para a economia nordestina, que rapidamente perderia o papel de principal produtora de açúcar do Brasil, embora a atividade, em cenário interno, mesmo com perdas relevantes nesses aspectos, nunca viria a perder a importância e a considerável representatividade.

Cabe ressaltar ainda que a substituição do viés liberal pela promoção de políticas intervencionistas, para a lavoura canavieira, implicou na substituição de elementos regulatórios paraestatais que eram contidos nas conferências entre produtores, sobretudo os representantes das principais produções em conjunto com os governadores, típicos representantes das burguesias locais no exercício do que pode ser classificado como *lobby*. A queda do pacto federativo da Primeira República e da Política dos governadores, em decorrência da crise nacional da política oligárquica, simbolizou, para a burguesia canavieira, a perda do poder de negociação desses termos que, praticamente durante todo o período foram elementos de favorecimento. A instituição de aparelhos governamentais de regulação não implicou na perda absoluta de poderes da burguesia canavieira, porém com a necessidade de negociação entre as partes envolvidas no processo, houve a renúncia parcial de parte dos privilégios acumulados durante os séculos de produção açucareira no Nordeste,

sobretudo pela presença de novos produtores nacionais e pela condução do processo, desta vez, realizada pelo governo central em postura de conciliação.

Em mais uma demonstração de conquista da unidade econômica na região Nordeste, construída, principalmente, durante os anos do terceiro período, as semelhanças compartilhadas entre o complexo canavieiro e o complexo algodoeiro são diversas, tanto em relação ao processo de desenvolvimento, modernização e industrialização, quanto a respeito da derradeira crise concomitante com o processo de encerramento do ciclo econômico.

As distinções entre os processos, porém, partem das diferenças encontradas no processo de formação econômica dos complexos, ainda como regiões econômicas isoladas e distintas, ou seja, no caso da cotonicultura, o setor não poderia contar com uma estrutura econômica e social construída e desenvolvida em conjunto com os dispositivos políticos e adequações às alterações e avanços do mercado, nesse caso, portanto, compartilhada a característica das trocas estabelecidas com o mercado externo, a flutuação de demanda e preço estabelecidas pela Crise de 1929 reuniu grande parte da responsabilidade pela desarticulação do complexo algodoeiro no interior, o qual passava a contar com a defasada produção pecuária, esta atingida pelas adversidades climáticas e pelo recrudescimento do mercado interno.

A desarticulação, no caso do complexo algodoeiro, diante do surto de desenvolvimento e crescimento de regiões do interior do Nordeste, apresentou um caráter abrupto mais pronunciado do que o apresentado no litoral, com a cana-de-açúcar. Uma vez que, durante os 41 anos do terceiro período econômico da região, o desenvolvimento do setor algodoeiro significou avanços de uma matriz pré-capitalista para moldes capitalistas industriais, sobretudo para o agreste e para o sertão, uma série de encadeamento positivos inéditos para essas porções até então isoladas e de baixa dinâmica econômica, em que rapidamente a importância econômica representada pelo beneficiamento dos grãos de algodão para a produção de tecidos, superou as cifras acumuladas pela atividade essencialmente agrária de cultivo do gênero, acompanhada pela aplicação de capital externo para construção de fábricas mecanizadas.

Até das vésperas de 1929, mesmo diante das dificuldades advindas pela severidade climática, que aplicava restrições pluviométricas e fluviométricas, o dinamismo e a prosperidade do setor algodoeiro mantiveram-se intactos, contando ainda com o enfrentamento das contradições que se aplicavam sobre o contexto social

nordestino, sobretudo nas regiões onde era cultivado o algodão. De acordo com Passos Sobrinho (2000), em estados como Sergipe e Paraíba, a produção de tecidos alcançava cerca de 30% das exportações no exercício fiscal contido entre 1928 e 1929.

O dismantelamento da estrutura política baseada no regime autocrático-burguês operacionalizada pelos dispositivos coronelistas, ao menos durante a década de 1920, não foi responsável por nenhum recuo na prosperidade e dinamismo desse setor, a sua vinculação praticamente imediata com o capital externo assegurou o desenvolvimento desse setor em constante expansão. A mesma vinculação, entretanto, símbolo da dependência econômica nordestina e responsável por esse processo de blindagem às contradições regionais e locais, após a Crise de 1929, foi também responsável pela interrupção de investimentos nas fábricas brasileiras e no encerramento quase absoluto das importações, tanto dos tecidos quanto do algodão em estado bruto.

Paralelamente, a partir de meados de 1925, a burguesia paulista já havia iniciado o cultivo de algodão voltado para o consumo do mercado interno, mas também visando o estabelecimento de relações comerciais com o mercado externo, até então abastecido pelo Nordeste (PELAEZ, 1968; FURTADO, 2006). A exploração do “ouro branco” por parte do centro dinâmico da economia brasileira, em conjunto aos esforços empreendido no sentido da regulação das atividades agrícolas a partir da década de 1930, implicaram na desarticulação de um dos primeiros e mais prósperos complexos econômicos da história econômica do Brasil até aquele momento. O influxo de capitais, mão-de-obra e os ensaios industrializantes que sucederam o ano de 1930, voltados para porções ao sul do Brasil impossibilitaram que a prosperidade algodoeira nordestina, durante as primeiras décadas do século XX, fosse replicada em diferentes momentos.

A abrangência da Crise de 1929 sobre a economia brasileira e, por consequência, sobre a economia nordestina, deriva de uma série de condicionantes, endógenos e exógenos, a síntese da combinação desses fatores, em um momento oportuno para a amplificação de adversidade, é encontrada nesse trecho da obra de Normano (1939):

“A acentuação da prolongada crise em 1929 contribuiu para o agravamento de todas as outras crises latentes e inspirou a crise econômica. A semelhança do que aconteceu em outros países sul-americanos, a crise crônica local do período

transitório entrelaçou-se com a crise mundial. As oscilações mundiais atingiram o Brasil tão rapidamente que o ano de 1929 - em que se registra a crise de Wall Street - foi o ano oficial da transformação da crise crônica brasileira em uma crise aguda. Ela foi o resultado do cruzamento das oscilações nacionais e mundiais e da coincidência das oscilações longas e curtas do ciclo comercial. A corrente política de 1929 e a revolução de 1930 contribuíram para a situação, causando irregularidades de comunicações, destruição de estradas e desordem no comércio estrangeiro” (NORMANO, 1939, p. 263).

Essa leitura é compartilhada por Caio Prado Júnior ao assinalar que “1929 foi apenas uma catástrofe de maior vulto que veio depois de uma série de crises mais ou menos graves que se repetem desde os últimos anos do século passado” (PRADO JR., 1973, p. 222). Nesse sentido, é possível relacionar o agravamento das condições naturais, por conta da crise hídrica, as adversidades atreladas à crise do regime político, o acirramento de conflitos no contexto social e a exposição às flutuações dos mercados, em um contexto crítico amplificado durante os anos finais da década de 1920, a partir de um evento responsável por abalos estruturais no sistema capitalista mundial, minaram as possibilidades de superação das adversidades crônicas, no termo de Normano (1939), e, sobretudo, impossibilitou a busca por soluções e saídas alternativas atreladas aos dispositivos vigentes e vinculados ao modelo de valorização do capital e ao sistema político desenvolvidos durante esse período. A adoção imediata de medidas opostas aos valores predominantes durante a Primeira República, principalmente em relação às medidas econômicas e a gestão de políticas públicas, explicitou a necessidade de reinvenção da sociedade e da economia local, mesmo diante do viés conservador e da busca pela manutenção de elementos tradicionais da sociedade, a continuidade dos complexos econômicos atrelou-se à adoção dessas práticas distintas.

Embora a sociedade nordestina, desde a década de 1880 tenha convivido com relevantes movimentos de migração dos seus habitantes para outras regiões brasileiras, especificamente para o complexo borracheiro, a partir de 1886 e novamente durante a Primeira Guerra Mundial, e para o Norte de Minas Gerais, na busca de melhores condições, atraídos pela proximidade com o centro econômico e o complexo cafeeiro, e pela maior facilidade de deslocamento para a região, que simboliza a divisa norte da região Sudeste com a região Nordeste. A partir de 1926, conforme indica Santos (2010), entretanto, de maneira desorganizada, movidos pela iniciativa própria, grupos de sertanejos iniciaram movimentos de migração para o

estado de São Paulo. Apesar de evidenciar a origem de um fenômeno que seria determinante para o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo a partir dos esforços de industrialização pesada e da composição do parque industrial voltado para a indústria da transformação, ainda na Primeira República, o movimento diferencia-se pela realização autônoma, isolado de incentivos e programas governamentais. embora evidencie aspectos inaugurais da função de exército de reserva imposta à classe trabalhadora do Nordeste brasileiro.

As mudanças demográficas ocorridas no Nordeste durante a Primeira República apresentam relação direta com o desenvolvimento econômico do período, em meio aos limites da modernização conservadora, uma vez que a matriz econômica, predominantemente agrária, passou a ser disputada pela indústria, a predominância rural da estrutura demográfica nordestina intensificou o processo de urbanização, que já havia sido iniciado durante o século XIX. Queiroz (1997) relaciona a urbanização, o crescimento populacional e a industrialização como elementos decisivos para a queda do coronelismo, regime autocrático-burguês vigente, sobretudo, nas regiões interiores do Nordeste durante as primeiras décadas do século XX.

A interpretação de Queiroz (1997) objetiva uma interpretação sociológica do coronelismo, por essa razão tende a relacionar variáveis oriundas de distintas áreas do conhecimento, e determina que a continuidade do regime coronelista foi impedida pela relação desses três fatores. Os limites de coerção e de amplitude do poder do coronel, para a pesquisadora, foram superados pelo desenvolvimento demográfico da região, inclusive em áreas anteriormente isoladas que foram alcançadas pela conexão de regiões pela malha ferroviária e pela expansão da fronteira agrícola. A multiplicidade de representações está no centro das dificuldades oferecidas pela urbanização:

“Dois processos internos à sociedade brasileira, porém externos à estrutura coronelística, vão agir contra ela; a eles se somará um terceiro processo, esse externo ao país, mas que acentua os outros - a industrialização. Num primeiro momento, urbanização e crescimento demográfico são processos que concorrem para o desenvolvimento e a manutenção da estrutura coronelística, para, em seguida, pelo seu próprio incremento, levarem a estes abalos que tendem a arruiná-la. A cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo. Aumentam muito as camadas urbanas intermediárias, entre a camada superior e as inferiores, acentuando as distâncias socioeconômicas entre estas. Pouco a pouco,

grupos ocupacionais específicos se estruturaram, e estes não apenas não são mais dominados pelo poder coronelístico, como também se opõem a este por uma necessidade da própria estrutura nova que surge. O coronel, que fora o antigo “dono” da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores” (QUEIROZ, 1997, p. 202).

Por parte da industrialização, a autora aponta que “A ampliação das atividades econômicas destruiu as oposições dos grupos de parentela em que estas participavam como blocos” (QUEIROZ, 1997, p. 206).

Para Diégues Júnior (1954), conforme ocorreu com a estrutura de mercado, sobretudo a respeito do açúcar, as usinas, herdeiras da secular influência dos engenhos, promoveram a concentração urbana em torno de um número reduzido de cidades, incapaz de ser expandido, inclusive, para as regiões mais próximas e sob sua influência econômica, conforme pode ser visto no trecho que segue:

“O açúcar foi um fenômeno absorvente do fenômeno urbano, dominou-o e esmagou-o. As cidades da área açucareira, sedes de Municípios, passaram a meros vassallos dos engenhos, ontem, e hoje o são da usina. Embora sem a força social dos engenhos, mas com força econômica muito maior, as usinas também dominam e absorvem as cidades. Mas sem dúvida nenhuma foi o engenho, pelo papel social, político e econômico, que exerceu, na formação da sociedade nordestina, que assentou as raízes dessa influência.” (DIÉGUES JR., 1954, p. 227)

A crise generalizada que acometeu a economia nordestina durante o período, sobretudo as culturas da cana-de-açúcar e do algodão, provocaram, nos anos finais da década de 1920, inesperados movimentos de conversão das monoculturas: de acordo com Andrade (1963) alguns produtores de açúcar destinaram espaços dos seus latifúndios para a criação de gado e em espaços limítrofes com o litoral, para o cultivo de coco. No caso dos algodoads, são registrados espaços destinados à plantação do café, principalmente no agreste.

Ao término da década de 1920, e do terceiro período da história econômica do Nordeste, a conjuntura remete a uma descrição oferecida por Andrade (1973):

“Assim, uma região com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, dispondo de recursos naturais ponderáveis e povoada há quatro séculos, apresenta uma baixíssima renda per capita; uma população predominantemente rural, dedicada na grande maioria a atividades econômicas encaixadas no setor primário; (...) um baixo índice de alfabetização; um baixo índice de consumo de alimentos, sobretudo nas áreas onde domina uma economia latifundiária e monocultora como a Região da Mata; uma uma grande incidência de moléstias endêmicas, as chamadas

moléstias tropicais; uma economia predominantemente voltada para o mercado externo e, conseqüentemente, dependente do setor de exportação” (ANDRADE, 1973, p. 165).

Esse conjunto de características acerca de aspectos relevantes da sociedade e da economia nordestina remontam, sobretudo, aos períodos críticos, como o que fora enfrentado pela região Nordeste em meados do final da década de 1920 e princípio da década de 1930. A influência de fatores como os destacados por Andrade (1973), aliados aos caminhos adotados para a conversão do panorama desfavorável, reuniram condições, a partir da análise que privilegia a economia política dos processos de valorização do capital, para findar o terceiro período e inaugurar um novo período econômico de características profundamente opostas aos praticados no período estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro esforço teórico empenhado na presente dissertação remonta à proposta de uma periodização da história econômica nordestina sob a perspectiva da lógica de acumulação e valorização do capital, em acompanhamento às tendências exógenas em conjunto com o ritmo de assimilação dessas alterações por parte da economia nordestina. Embora o principal objeto de pesquisa remonte ao intervalo de tempo contido entre 1889 e 1930, tratar dos dois longos períodos anteriores surgiu como forma de apresentar o aparato teórico privilegiado pela análise em voga, bem como para compreender o processo histórico de formação da economia local, repleto de estruturas seculares que permaneceram ainda que vinculadas a regimes de acumulação e realidades sociais distintas.

A pioneira e a principal teoria que empreendeu esforços acerca da periodização da história econômica nordestina, é encontrada na obra de Leonardo Guimarães Neto (1898, 1997), como buscamos demonstrar, principalmente no primeiro capítulo da dissertação. A tese do pesquisador foi elaborada evidenciando as alterações na articulação comercial da região Nordeste e condicionando a classificação dos períodos histórico-econômicos a essas alterações e, nesse sentido, atende completamente o objetivo a que se propõe.

Dessa forma a presente dissertação não pretende contrapor-se aos estudos de Guimarães Neto, tão pouco esgotar as possibilidades de estudo dos períodos da história econômica nordestina, mas lançar hipóteses e apresentar uma visão alternativa, a partir das transformações do modo de produção e das alterações orgânicas na lógica de valorização do capital, que engloba e considera a articulação comercial, porém como um fator relacionado com diversos outros elementos, como a luta de classes, as relações do Estado, o avanço das técnicas de produção e, sobretudo em economias agrárias, as variáveis climáticas.

O respaldo desse conceito e metodologia proporcionou a classificação de dois períodos anteriores a 1889: o primeiro período é contido entre o descobrimento e os primeiros anos do século XVIII, e remete aos processos de ecúmeno e a construção da empresa agrícola orientada para o abastecimento do comércio europeu, nesse sentido, baseada na mão-de-obra escrava, os colonizadores encontraram na cana-de-açúcar a possibilidade de uma atividade suficientemente rentável para a promoção de um complexo econômico ultramarino no novo território, além da promoção da

atividade pecuária que visava a exploração dos territórios interiores, porém com baixa articulação comercial. O encerramento desse primeiro período e consequente surgimento do período posterior, foram motivados pela crise no mercado de açúcar, por conta da concorrência das ilhas caribenhas, bem como pelo surgimento da cotonicultura em porções interiores, juntamente com o desenvolvimento da atividade pecuária, ou seja, complexos econômicos consolidados em regiões distintas, no litoral e no interior. O segundo período, por sua vez, reúne importantes mudanças na sociedade e na estrutura política, passando, inclusive, pela conquista da independência por parte do território outrora colonial, ainda assim, durante o período imperial, os setores tradicionais da aristocracia rural, em conjunto com condicionantes da política externa, o avanço definitivo de estruturas capitalistas sobre os setores tradicionais ainda escorados na mão-de-obra escrava, cada vez mais combatida e defasada determinaram o encerramento desse segundo período.

Durante os períodos prévios ao ano de 1889, foi consolidada a hegemonia da atividade agrária, com a confirmação do protagonismo da cana-de-açúcar que, durante o século XIX, buscou a diversificação produtiva no beneficiamento variado, bem como iniciou processos de mecanização, com engenhos centrais, ainda que essa tentativa tenha sido refreada pelo surgimento de usinas, já no período posterior. Além dos princípios do processo de mecanização produtiva, em conformidade com a vocação primário-exportadora, e diante de uma crise de abastecimento originada pela Guerra de secessão estadunidense, o cultivo do algodão surgiu como uma importante atividade econômica no interior nordestino, ocupando grande parte do espaço anteriormente destinado à pecuária e expandindo a relevância econômica e política da região.

Os primeiros períodos da história econômica nordestina, portanto, a partir da análise dos processos de composição e valorização do capital, foram compostos, primeiramente, por um período vinculado à exploração colonial dos gêneros agrícolas, e, posteriormente, pelo período de formação de um complexo econômico politicamente autônomo, com alterações definitivas contidas na abolição da escravidão e consequente adoção do trabalho remunerado, fenômenos que, aliados à formação das classes sociais e estabelecimento das cadeias de produção e das relações comerciais, sobretudo com o centro capitalista, compreendem os principais aspectos da periodização proposta.

O terceiro período, nosso principal objeto de estudo foi iniciado com a Proclamação da República, evento que inaugurou uma série de transformações na sociedade brasileira que alteraram a lógica de acumulação e determinaram a assimilação definitiva das estruturas capitalistas como principal polo econômico do complexo nordestino. Isto é, foi promovida a modernização conservadora guiada pelo avanço de técnicas e dispositivos capitalistas, com a preservação de valores tradicionais e da centralidade da exploração dos gêneros agrícolas do algodão e da cana-de-açúcar.

A aristocracia rural foi convertida em uma burguesia autocrática com influências no campo e nas zonas urbanas em desenvolvimento, responsável pela articulação do regime autocrático-burguês coronelista, proporcionada também pela autonomia conferida aos governadores dos estados pelo pacto federativo na figura da política de governadores. A autonomia advém dos valores liberais promovidos pela condução das políticas econômicas que visavam, primariamente, a “livre” iniciativa das atividades econômicas, mas na prática atuavam de modo a proteger o agronegócio brasileiro, conduzido e regulado por conferências entre os produtores, afastados de qualquer regulação estatal e da proteção aos trabalhadores.

A execução de métodos coercitivos de controle das manifestações populares por parte do estado e da autocracia-burguesa, possibilitaram a aplicação de capital regional, nacional e estrangeiro responsáveis pela conversão da matriz econômica essencialmente agrária em um parque agroindustrial com vastas plantações de algodão no interior e de cana-de-açúcar no litoral, configuração oriunda dos períodos anteriores mas profundamente alterada uma vez que pequenos produtores e estabelecimentos estritamente produtores de matéria-prima, a partir da estrutura dual em desenvolvimento, ou foram descontinuados pela oligopolização e ampliação do latifúndio no campo nordestino, ou foram preservados apenas como reserva de valor, representando o meio de produção e acumulação anterior, como base para o polo externo da economia local. Os estados nordestinos viram-se, durante as primeiras décadas do século XX, repletos de usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar e fábricas de tecidos destinadas ao beneficiamento dos caroços de algodão.

O desenvolvimento econômico nordestino durante a Primeira República acumulou crescimento econômico, diversificação da matriz, mas não alcançou, sequer buscou, superar a condição de dependência, pelo contrário, mesmo como região autônoma, as diretrizes imperialistas que ditaram o ritmo do crescimento industrial,

principalmente via capital financeiro, aprofundaram aspectos da dependência. Ao passo que, diante do acirramento de conflitos, do agravamento da crise hídrica e do esgotamento do regime político em voga, a flutuação da demanda e dos preços dos principais gêneros agrícolas cultivados no Nordeste agiram de modo a desarticular grande parte dos avanços acumulados no período, destaque para a Crise de 1929.

O aspecto social do acirramento de elementos que contribuíram para a crise derradeira do terceiro período da história econômica nordestina contempla a organização proletária promovida por líderes sindicais nas grandes cidades e, no campo, movimentos de caráter controverso promovidos por fanáticos, além da convivência com o crime e a violência do cangaço. A crescente insatisfação com as condições aplicadas aos trabalhadores contribuiu para esse quadro, ao mesmo tempo em que o aparato estatal já não se via capaz de intervir de forma a honrar os compromissos que proporcionavam certa estabilidade na região, tão pouco de maneira coercitiva, como remontava a tradição inaugurada, por exemplo, em Canudos.

A capacidade de articulação popular e organização proletária foi mantida amortizada durante a primeira metade dos anos da Primeira República, escorada no auge das estruturas de poder político, econômico e social disponibilizados pela burguesia, porém, ao passo que houve não somente um acirramento de conflitos, mas uma escalada de elementos adversos, cresceram os movimentos e eventos insurgentes. Os centros urbanos assumiram postura mais crítica ao sistema e às condições de trabalho, enquanto, no campo, a heterogeneidade de lideranças, demandas e agentes, vinculadas a elementos permanentes do fanatismo e do repertório místico e violento que dele deriva.

Conforme buscamos demonstrar, em consonância com a obra de Oliveira (2008), a industrialização e o processo de proletarização da classe trabalhadora, mesmo diante do processo de unificação dos complexos econômicos, evidenciaram as demandas diferentes e distintos aparatos de lutas entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores urbanos proletarizados. A reflexão final de Diégues Júnior compreende o impacto dos processos de concentração de renda e terras desempenhado pela burguesia nordestina durante a Primeira República e se adequa às reflexões finais desse trabalho:

“A tendência para a criação de um proletariado rural, de homens de cor, se acentua como traço marcante da exploração açucareira, trazendo com isso todos os efeitos

dele decorrentes: o baixo salário, a redução de capacidade aquisitiva do trabalhador, a falta de gêneros de subsistência com o respectivo encarecimento, a dependência de mercados externos. O que resulta da concentração de propriedade é justamente a existência de uma população proletarizada, pobre, analfabeta, sem capacidade de atuar. Uma população sujeita e dependente de latifúndio.” (DIÉGUES JR., 1954, p. 236).

A economia nordestina, nos anos finais do século XIX, iniciou o referido período, com uma matriz essencialmente agrária predominada pela hegemonia da cana-de-açúcar e do algodão, cedendo algum espaço para a pecuária, a configuração de classes, por sua vez, apresentava contornos ainda atrelados à configuração pré-capitalista, os complexos econômicos do interior e do litoral. Ao término do período, no ano de 1930, a conjuntura econômica e social transformou-se ao passo que a integração dos complexos avançou aproximando a região de uma unidade, a matriz modernizou-se podendo ser classificada como agroindustrial, elementos que proporcionou uma primitiva proletarização da classe trabalhadora, bem como a conversão da aristocracia local em burguesia, ou seja, o período foi marcado pela assimilação e consolidação da lógica capitalista sobre a economia e sociedade nordestinas.

Os pilares do desenvolvimento econômico nordestino durante a Primeira República, portanto, durante a década de 1920, enfrentaram um intenso e contínuo processo de desgaste: i) a política de governadores amparada pelo pacto federativo é desmobilizada pela articulação política, da qual representantes da oligarquia nordestina participaram como sócios menores de setores insatisfeitos das oligarquias do Centro-sul, que objetivava o encerramento do modelo político em voga; ii) o regime autocrático-burguês contido no coronelismo entrou em processo de obsolescência por conta dos limites do exercício do poder despótico frente aos avanços capitalistas e modernização da sociedade; iii) aliados ao esgotamento da política dos governadores e do coronelismo, o acirramento da luta de classes, contribui para a desestabilização do sistema econômico e político, iv) a cultura da cana-de-açúcar e do algodão, maiores responsáveis pelo desenvolvimento do parque industrial nordestino, diante da condição de região subdesenvolvida e dependente, frente ao capitalismo mundial, sucumbem mediante à abrupta contração dos mercados consumidores pós-1929; v) surgem novas culturas responsáveis pela articulação comercial com setores externos, como o fumo e o cacau; vi) regiões anteriormente predominadas pelo café, principalmente no interior paulista, passam a cultivar cana-de-açúcar e algodão,

comprometendo o principal mercado nacional dos produtores nordestinos; e vii) mediante à situação crítica pós-1929, as diretrizes liberais da condução econômica foram substituídas pelo viés intervencionista.

A substituição do capital estrangeiro e privado, muitas vezes dispostos na abstração do capital financeiro, elemento de dominação imperialista, pela predominante intervenção estatal nas atividades agrárias, em outra via promotora da industrialização, porém em outras regiões, determinou alterações definitivas na composição orgânica do capital e na lógica de valorização, além de uma evidente mudança na condução das políticas econômicas por parte do Estado: a troca das conferências e do liberalismo pelos aparelhos de regulação e do intervencionismo superior à ação restrita de obras contra os efeitos das secas. Os avanços do capitalismo monopolista ao término do terceiro período evidenciam a cristalização dos elementos capitalistas sobre a economia nordestina, desde a supressão de pequenos produtores pela construção de uma estrutura de mercado oligopolizada, setORIZADA e especializada, além da formação definitiva de uma burguesia agroindustrial e do avançado processo de proletarianização dos trabalhadores nordestinos. Ou seja, a desarticulação de alguns dos elementos centrais, sobretudo o processo de industrialização, implicou em impactos estruturais para a sociedade e a economia do Nordeste. Mesmo diante da perspectiva de Guimarães Neto (1989, 1997), centralizada na articulação comercial, a partir da crise de 1929, o capital industrial, em seu pleno processo de concentração nos arredores de São Paulo, foram determinantes para o desenvolvimento do comércio entre regiões, ou seja, além da desarticulação do complexo agroindustrial nordestino, erguido durante a Primeira República, o final do terceiro período da história econômica do Nordeste avizinha-se a um acirramento da questão regional brasileira, sobretudo da “Questão Nordestina”, por conta da concentração de atividades industriais diversificadas, para além do beneficiamento de produtos naturais, na região Sudeste.

As perspectivas para novos estudos sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro durante a Primeira República são variadas e valiosas: o levantamento de dados estatísticos da década de 1920, carente de um censo que proporcionasse uma melhor compreensão da conjuntura do período, reuniria grande relevância. Conceitos a serem aprofundados e contribuíram decisivamente também passam pelo lançamento de teorias acerca das relações e trocas interestaduais, ainda que essas fossem carentes, para melhor compreensão da formação de um mercado

interno, assim como estudos acerca da situação fiscal dos estados que restringiam as ações de intervenção, mas não alcançavam a promovida eficiência da gestão pública. Por fim, esforços que venham a contribuir acerca para a elaboração de novas visões para a periodização da história econômica nordestina e sobre o referido período da Primeira República certamente oferecem inúmeras e ricas possibilidades de interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F. L. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. São Paulo: Revista USP. n. 134. p. 127-142. 2022.
- ALONSO, A. Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- AMARAL, L. História geral da agricultura brasileira. Volume I. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1958.
- _____. História geral da agricultura brasileira. Volume II. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1958a.
- AMIN, S. Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment, vols. 1 e 2. Nova York: Monthly Review Press. 1974.
- ANDRADE, E. O. HAITI: DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense. 1963.
- _____. Geografia econômica do Nordeste. São Paulo: Editora Atlas. 1974.
- ARAÚJO, T. B. A Questão Nordeste. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- _____. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, M. C. (Org.) Celso Furtado e o Brasil. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, p. 71 - 92. 2000.
- ARAÚJO SÁ, A. F. Canudos plural: imagens em movimento do sertão em guerra. ArtCultura, v. 10, n. 17, p. 205-219, 2008.
- _____. Asas de Graúna: Nordeste, Nordestes. Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo. n. 19. 1992.
- ARCANJO, J. E. M. O gordo e o magro: o nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.27, n.1/2, 1996, p.73-83.
- ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP. 1996.
- ARRUDA, J. J. A. Fernando Novais: um marxista pascaliano?. Econ. Soc. v. 24, n. 1. p. 201 - 214. 2015.
- AZEVEDO, I. M., MOURA, H. A. Petrolina-Juazeiro: aspectos sócio-econômicos e - área de influência comercial. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1968
- BAMBIRRA, V. O Capitalismo dependente latino-americano, Florianópolis: Editora Insular - IELA. 2012.

BANDEIRA, E. T. Os usineiros pernambucanos e a intervenção estatal na agroindústria canavieira (1889 - 1933). Recife: Clio Revista de Pesquisa Histórica. v. 1. n. 13. p. 115 - 128. 1990.

BARBOSA, A. F. Chico de Oliveira, o marxista furtadiano ou o intelectual que viu o Brasil virar um ornitorrinco. Vitruvius online. 2019.

BARBOSA, L. M. A crise da Primeira República e o surgimento da oposição legítima no Brasil. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. v. 35. n. 75. p. 95 - 114. 2022.

BARBOZA, E. H. L. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877 - 1879). Revista Brasileira de História: São Paulo. v. 35. n. 70, p. 131 - 155. 2015.

BARRETO, A. E. M. As razões dos lavradores, de José Maria da Silva Lisboa, Visconde de Cairú. Revista de História. v. 55. n. 110, p. 483-574, 1977.

BASTOS, H. B. Açúcar e Algodão. Maceió: Casa Ramalho, 1938.

BENÍCIO, M. O rei dos jagunços: chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Brasília: Senado Federal, 1997.

BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. Lua Nova. n. 71. p. 41 - 79. 2007.

BLACKBURN, R. A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao moderno, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRANDÃO, C. R. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

BRASIL. Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública do Brasil. 2023. Disponível em <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/>>. Consultado em 8 de março de 2023.

_____. Coleção Wileman Brazilian Review. Memória Estatística do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro: 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. De volta ao capital mercantil. D'INCAO, M. A. História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense, p. 279 - 297, 1989.

BROWN, M. B. After imperialism. Londres: Cambridge. 1963.

CALÓGERAS, P. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Companhia Nacional. 1945.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Tese (Doutorado)–IE/Unicamp, Campinas, 1975.

CARCANHOLO, M. D. Economia política: ciência e crítica. Niterói: Revista da sociedade brasileira de economia política. n. 59. p. 155 - 174. 2021.

CARONE, E. A República velha (Instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1971.

_____. A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local, Paraíba, 1930. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, n. 21, p. 110-114, 1979.

CARRARA, A. A. A população do Brasil, 1570-1700: Uma revisão historiográfica. Rio de Janeiro: Revista Tempo. v. 20. n. 21. p. 1 - 21. 2014.

_____. Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2009.

CARREIRA, A. A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII), Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARLI, G. O processo histórico da usina em Pernambuco. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. 1942.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229 - 250. 1997.

CASTELUCCI, A. A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. Revista Brasileira de História. n. 25. p. 131-166. 2005.

_____. Guerra, revolução e movimento operário: as greves gerais de 1917-1919 no Brasil em perspectiva comparada. In: SPERANZA, C. G. (org.). História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas. Jundiaí: Paco Editorial, p. 263-294. 2019.

_____. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921). Salvador; Fieb. 2004.

_____. JOAQUIM PIMENTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO E SOCIALISTA EM PERNAMBUCO (1919-1921). n. 181. p. 1 - 31. 2022.

_____. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). Revista de História. n. 162. p. 205 - 241. 2010.

CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares. 1984.

CASTRO, M. H. M.; BIELSCHOWSKY, R.; BENJAMIN, C. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário do seu nascimento. Revista de Economia Política, v. 34, nº 4, p. 527-543, 2014.

CAVALCANTE, L. R. M. T. PRODUÇÃO TEÓRICA EM ECONOMIA REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 2, n. 1, p 9 - 22. 2015.

CHILCOTE, R. *Power and the ruling classes in Northeast Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1831-1850. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1887.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.

COUTINHO, M. C. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. *Nova Economia*. v. 18, n. 3, p. 361 - 378. 2008.

DAUDIN, G.; O'ROURKE K. H; ESCOSURA, L. P. *Trade and Empire, 1700 - 1870*. Paris: Observatoire Français des Conjonctures Économiques (OFCE). n. 24. p. 1 - 40. 2008.

DE CARLI, G. *Geografia econômica e social da cana-de-açúcar do Brasil*. Recife: Editora de Brasil açucareiro. 1938.

DIÉGUES JR, M. *O buguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool. 1949.

_____. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentos. 1954.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Volume III - 1ª Parte (Agricultura)*. 1927.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Volume III - 2ª Parte (Agricultura)*. 1927a.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Volume V (Indústria)*. 1927b.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Volume IV (População). 1927c.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro. 1900.

DOMINGOS, M. Os poderosos no Sertão. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 30, n. 2. p. 58-71. 1999.

DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. Paz e Terra. Rio, 1985.

EISENBERG, P. L. Modernização sem Mudanças. São Paulo: Paz e Terra. 1977.

ERBERELI JR, O. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado Júnior. Em Tempo de Histórias, n. 21, 2012.

FACÓ, R. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FALEIROS, J. F.; ALMEIDA, S. O CORONELISMO DE VICTOR NUNES LEAL E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: COLOCAÇÕES INICIAIS. Viçosa: Revista de Direito. v. 12. n. 01. p. 1-26. 2020.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In.: FAUSTO, B. (Org.). História geral da civilização brasileira. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1975.

FELDMANN, D. A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 28, p. 339-364, 2019.

FERREIRA, M. M. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, B. (Org). História Geral da civilização brasileira. IV. O Brasil Republicano. 9. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo. 2006.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

_____. Circuito Fechado: Quatro ensaios sobre “poder institucional”. São Paulo: Globo. 2010.

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Global. 2008.

FERREIRA, M. R. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. Brasília : TSE/SDI, 2005.

FILOMENO, F. A. A Crise Baring e a Crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, 2010.

FIUZA DE MELLO, A. B. Centro-Periferia na Tradição Marxista Contemporânea: Limites do Paradigma do Imperialismo. 30º Encontro Anual da ANPOCS. 2006.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV. 2010.

FREYRE, G. Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global. 2013.

_____. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

_____. Ordem e Progresso: Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. São Paulo: Global. 2003.

_____. Sobrados & Mucambos: Decadência do patriarcado rural do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

GARCIA, C. O que é Nordeste brasileiro. São Paulo: Brasiliense. 1984.

GARCIA FILHO, C.; SAMPAIO, J. J. C. Interfaces entre a história da violência e a constituição do território no Ceará: um esforço de síntese e periodização. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1209 - 1221, 2014.

GIRÃO, R. História econômica do Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. 1947.

GIUMBELLI, E. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. *Rio de Janeiro: Dados.* v. 40, n. 2. p. 251 - 282. 1997.

GNACCARINI, J. A economia do açúcar: processo de trabalho e acumulação. In: FAUSTO, B. O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

GOMES, A. M. A. A destruição da terra sem males: o conflito religioso de Santa Cruz do Deserto. *REVISTA USP*, n. 82, p. 54-67. 2009.

GOULART, J. A. O ciclo do couro no Nordeste. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola. 1965.

GOLDONI, A. C. ESTABELECENDO A ORDEM: A FORMAÇÃO DA GUARDA NACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA DURANTE A GUERRA COM O PARAGUAI (1864-1870). OPSIS, Catalão, v. 12, n. 2, p. 48 - 71. 2012.

GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.

GRAMSCI, A. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, L. M. P. Liberalismo Moderado: Postulados Ideológicos e Práticas Políticas no Período Regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, e PRADO, Maria Emília (org.). O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, Conceitos e Prática. Rio de Janeiro: Revan/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. Introdução à formação econômica do Nordeste. Recife, Fundaj/Massangana, 1989.

_____. Trajetória econômica de uma região periférica. Estudos Avançados. v. 11, n. 29, p. 37 - 54. 1997.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, 2ª ed. Recife: Sudene, 1967.

HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSAWM, E. Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.

_____. Rebeldes primitivos. Barcelona: Editorial Ariel S.A. 1983.

JANOTTI, M. L. M. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense. 1981.

JORNAL DE RECIFE. Editorial. Ano XXI, n. 1. 2 de janeiro de 1878. p. 1.

KOSTER, H. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1942.

LAMBERT, J. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o Regime representativo no Brasil. São Paulo: Schwarcz. 2012.

LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. O imperialismo: Etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp. 2011.

LIMA, H. F. História do pensamento econômico no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1976.

- _____. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1970.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Juazeiro do Padre Cícero. Brasília: MEC / INEP. 2002.
- MACHADO, M. C. R. M. As táticas de guerra dos cangaceiros. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). Revista de História, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (II). Revista de História, n. 95, São Paulo, p. 177-212, 1973a.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (III). Revista de História, n. 96, São Paulo, p. 473-489, 1973b.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (IV). Revista de História, n. 97, São Paulo, p. 161-200, 1974.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (V). Revista de História, n. 99, São Paulo, p. 145-174, 1974a.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultura. 1982.
- MARCOCCI, G. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). Tempo. v. 16, n. 30, p. 41 - 70. 2011.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes. 2000.
- _____. Dialética da Dependência. Tradução: Marcelo Carcanholo. Editora Era, México, 1973.
- _____. Subdesenvolvimento e revolução. 4ª Ed. Florianópolis: Insular. 2013.
- MARIUTTI, E. B. Colonialismo, Imperialismo e Desenvolvimento Econômico Europeu. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MARIZ, C. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa: A União. 1939.
- MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, século XVII a XIX. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, p. 107 - 213. 2006.
- MARTINS, D. C.; MELO, F. S. O algodão do Brasil e a economia Atlântica: Comparações entre Maranhão e Pernambuco (C. 1750 - C. 1810). 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica. 2018.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 2017.

MATTOS, H. A Vida política. In: SCHWARCZ, L. M. História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo (1889 - 1930). v. 3. Fundação Mapfre. Editora Objetiva, 2012, p. 85-131. 2012.

MELLO, E. C. O Brasil holandês (1630-1654). São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

_____. O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

_____. O Norte agrário e o Império: 1871 - 1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

MELLO, F. P. Estrelas de couro: A estética do cangaço. São Paulo: Escrituras Editora. 2010.

_____. Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa. 2011.

MELO, F. S. O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII. São Paulo: USP, 2017 (Dissertação de mestrado em História Econômica).

MENDES, C. M. M. Um estudo sobre a relação entre Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. v. 35, n. 2. p. 189 - 199. 2013.

MENEZES, D. O outro Nordeste: Ensaio sobre a Evolução Social e Política do Nordeste da “Civilização do Couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2018.

MENZ, M. M. Reflexões econômicas sobre as duas crises no império português (1688 e 1770). VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 35-54, 2013.

MONTEIRO, D. T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições. Tomo III. v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

MUNIZ, D. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez. 2011.

NOGUEIRA, J. C. A. Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica. São Paulo: Editora Nacional. 1978.

NORMANO, J. F. A evolução econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939.

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec. 1989.

NUNES, R. B. Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto? *Revista África e africanidades*, n. 24, p. 1 - 15. 2017.

OLIVEIRA, F. A metamorfose da Arribaça: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, p. 67 - 92. 1990.

_____. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

_____. *A questão regional: a hegemonia inacabada*. *Estudos avançados*, v. 7, n. 18, p. 43-63, 1993.

_____. *Crítica à razão dualista/Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.

_____. *Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2008.

_____. *Periferias regionais e globalização: O caminho para os balcões*. In: ARBIX, G. (Org.) *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. Editora Unesp. 2002.

OLIVEIRA, F.; REICHSTUL, H. *Mudanças na divisão inter-regional do Brasil*. *Estudos Cebrap*, n. 4, p. 161 - 168. 1973.

OLIVEIRA, F. A. *Notas sobre a constituição do capitalismo na Rússia: da emancipação dos servos à grande indústria*. *Revista de Economia Política*. v. 4, n. 1, p 71-86, 1984.

PALLOIX, C. *A economia mundial capitalista: a fase de monopólio*. 3ª Ed. Lisboa: Estampa. 1972.

PALMEIRA, M. *Nordeste: violência e política no século XX*. *Revista de Ciências Sociais da UFC*, v. 37, n. 1, p. 53-62, 2006.

PANG, E. *Coronelismo e Oligarquias (1889 - 1934): A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

PASSOS SOBRINHO, J. M. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe: 1850/1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PELAÉZ, C. M. *A Balança comercial, a Grande Depressão e a Industrialização brasileira*. *Revista Brasileira de Economia*. v. 22. n. 1. p. 45 - 47. 1968.

PEREIRA, L. M. *A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado*. *Topoi*. v. 10. n. 18. p. 48 – 66, 2009.

PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo. 2016.

_____. *Os cangaceiros: Ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo. 2010.

PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1979.

- _____. A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.
- _____. Evolução política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2014a.
- _____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense. 26ª ed. 1976.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo: Período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000.
- PROUS, André. O Brasil Antes Dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RABELLO, S. Cana de açúcar e região: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos. Recife: IJNPS. 1969.
- RAMOS, F. R. L. Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14. Trajetos: Revista de História da UFC. v. 2, n. 3, p. 153 - 184. 2002.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política. v. 1, n. 4. p. 5 - 34. 1981.
- _____. Dualidade básica da economia brasileira. Instituto Ignácio Rangel. 1999.
- ROCHA, A. P. (Org.) Visconde de Cairú. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34. 2001.
- RODRIGUES, C. Traços da economia social e política do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ariel. 1935.
- SAES, F. A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. São Paulo: Estudos Avançados, n. 3. v. 7, p. 20-39. 1989.
- SANTOS, J. S.; VASCONCELOS, L. C.; NATALE, T. O.; FIGUEIREDO, R. D. A. G. “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: O NORDESTE E A ATUALIDADE DA QUESTÃO REGIONAL. Temporalis: Brasília, ano 12, n.24, p. 239-261, 2012.
- SANTOS, L. A. A. Literatura de cordel e migração nordestina: tradição e deslocamento. Estud. Lit. Bras. Contemp., n. 35. p. 77 - 91. 2010.
- SANTOS, R. F.; CAPP FILHO, M. A AGROINDÚSTRIA E O SETOR AGROPECUÁRIO - NOTA INCIDENTAL SOBRE O TEMA. R. Econ. Rural, v. 19, n. 01, p. 147-154, 1981.
- SANTOS, T. Imperialismo y dependencia. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011.

SARMENTO, S. N. Confrontos e tréguas. In: A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república. Salvador: EDUFBA, pp. 99-185. 2011.

SZMRECSÁNYI, T. 1914-1939: crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1988.

SCHWARTZ, S. Segredos internos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, C. P. O problema das secas no Nordeste brasileiro. Mossoró: Coleção Mossoroense. 1987.

SIMONSEN, R. História Econômica do Brasil: 1500 - 1820. Brasília: Senado Federal. 2005.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Graphia. 1997.

_____. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. 1962.

SOUZA, E. S. Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760). Revista de História, n. 162. p. 131 - 150. 2010.

SUDENE. Contribuição ao relatório nacional para a Convenção da Conferência das Partes sobre desertificação e secas. Recife: SUDENE. 2000.

TEÓFILO, R. A Sedição de Juazeiro. Fortaleza: Terra e Sol. 1969.

TROTSKY, L. A história da Revolução Russa. Ed. do centenário -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TURCHI, M. Z. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. O público e privado. v. 7. p. 121 - 132. 2006.

VASCONCELOS, P. A. Salvador, rainha destronada? (1763-1823). História, Franca, v. 30, n. 1, p. 174-188, 2011.

VASCONCELOS, S. Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão veredas. In: Scripta. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997.

VELHO, O. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir de uma fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2009.

VIANNA, H. A primeira versão da Introdução dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairú. São Paulo: Revista de História. v. 26. n. 53, p. 35-51, 1963.

VILLA, M. A. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática. 2000.

WOOD, E. O império do capital. São Paulo: Boitempo. 2014.